

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

REVOLUÇÃO E HISTÓRIA: TEMPO, MUDANÇA E
CONTINUIDADE NA INGLATERRA MODERNA

Jaime Fernando dos Santos Junior

2019

Porto Alegre

JAIME FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR

REVOLUÇÃO E HISTÓRIA: TEMPO, MUDANÇA E
CONTINUIDADE NA INGLATERRA MODERNA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi

2019

PORTO ALEGRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos Junior, Jaime Fernando
REVOLUÇÃO E HISTÓRIA: TEMPO, MUDANÇA E CONTINUIDADE
NA INGLATERRA MODERNA / Jaime Fernando dos Santos
Junior. -- 2019.
200 f.
Orientador: Fernando Nicolazzi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Revolução. 2. História. 3. Conceitos. 4.
Experiência. 5. Público-privado. I. Nicolazzi,
Fernando, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAIME FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR

REVOLUÇÃO E HISTÓRIA: TEMPO, MUDANÇA E
CONTINUIDADE NA INGLATERRA MODERNA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2019

Resultado: Aprovado com louvor

BANCA EXAMINADORA

Luis Felipe Silverio Lima
Departamento de História
Universidade Federal do São Paulo (UNIFESP)

Helio Ricardo do Couto Alves
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Arthur Lima de Avila
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

2019

PORTO ALEGRE

À Lêda, minha mãe,
À Bruna, minha esposa,
Ao Francisco, meu filho,
Que me ensinaram muito sobre o tempo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à possibilidade. Não é um agradecimento a uma pessoa ou coisa em especial, mas as relações. Não vejo uma Tese como uma relação de causa e efeito, basta fazer “x” que você obterá “y”, como um produto individual, mas sim de um trabalho coletivo. Muitas pessoas me ajudaram com essa tese, se não com ideias, com os dedos, com a força e com as pernas. Sei que todo esse trabalho não seria possível sem a presença e o auxílio de outros, destaco algumas:

Primeiramente gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (PPGH), principalmente na figura de seu secretário, Gabriel, todo o esforço para que as minhas limitações físicas e as limitações arquitetônicas da Instituição pudessem ser sanadas da melhor forma possível. Agradeço pela compreensão com minhas ausências, atrasos e os meus mal entendimentos.

Gostaria de agradecer igualmente ao meu orientador Fernando Nicolazzi, pela disponibilidade, pelas caronas, pelo esforço de me compreender e me proporcionar as melhores condições para a realização desse trabalho. Também agradeço a todas e todos que compartilharam dessa orientação comigo, pelas leituras, discussões, grupos de estudo etc.

Sobre o tema e a época desta tese, gostaria de agradecer a três pessoas especificamente: ao meu orientador do mestrado, Luís Filipe, pelas dicas, leituras e pela compreensão dos meus sumiços do grupo de História Moderna da UNIFESP; à Verônica pelas ajudas, incentivos e a colaboração com o acesso com a EEBO; e ao Wesley, “nosso infiltrado” em Oxford pela digitalização de materiais imprescindíveis a uma bibliografia não disponível no Brasil. Também gostaria de agradecer às sugestões da banca: Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima, Prof. Dr. Hélio Alves e Prof. Dr. Arthur Avila

Aos companheiros do Coletivo de Pessoas com Deficiência (PCD) Adriana Thoma, que compartilham comigo e com minha esposa Bruna, a batalha por acessibilidade na UFRGS, no ensino superior e no conhecimento sobre essa condição.

Aos amigos da AME (Amigos Múltiplos pela Esclerose) e da CDD (Crônicos do Dia a Dia) pelo companheirismo, informações e pela oportunidade de trabalho, me tirando do limbo que é a vida de um ex-bolsista de pós-graduação. Também, a

experiência pessoal e coletiva com a esclerose múltipla foi fundamental para pensar a cronicidade das identidades nesta pesquisa.

Gostaria de agradecer a todos os profissionais da saúde que me auxiliaram no meu tratamento e nas minhas internações, fisioterapeutas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos. O término dessa tese tem, de certa forma, um sabor particular. Depois de três passagens por hospitais nesse ano, em uma com reais riscos de morte, terminar esse processo e bem, apesar de todas as perdas que tive, é uma conquista. Em especial, gostaria de deixar meus agradecimentos à minha neurologista Maria Cecília A. de Vecino e ao Dr. Alexandre Perla, que me acolheu tão bem, mesmo eu sendo um estrangeiro moribundo em terras novas.

A todos aqueles que direta ou indiretamente viabilizaram economicamente esta pesquisa. A CAPES pelo patrocínio e o investimento na bolsa de estudos. Ao ex-Presidente Lula, a ex-Presidenta Dilma Rousseff e ao ex-Ministro da Educação Fernando Haddad, por acreditarem e investiram em uma educação pública e de qualidade. Intenção que proporcionou uma expansão do ensino superior no país, e fez com que muitos, como eu, pudessem estudar da graduação ao doutorado (2007-2019) com bolsa de estudo.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu pai, Jaime, e meu irmão, Guilherme, pela presença na defesa, à minha família e à família da minha esposa. Especialmente à minha mãe, a quem devo a existência do nascimento ao presente atual, emprestou seus dedos para digitar em muitos momentos dessa tese; à Bruna por compartilhar comigo as alegrias e dificuldades do casamento, as experiências com a esclerose múltipla e ter paciência para escutar algumas ideias empolgadas que tive durante a tese; e ao Francisco meu filho, a quem tive a oportunidade de conhecer durante o doutorado e fez de sua existência o sentido da minha.

O que é bonito
É o que persegue o infinito
Mas eu não sou
Eu não sou, não...

Eu gosto é do inacabado
O imperfeito, o estragado que dançou
O que dançou...

Eu quero mais erosão
Menos granito
Namorar o zero e o não
Escrever tudo o que desprezo
E desprezar tudo o que acredito
Eu não quero a gravação, não
Eu quero o grito

Que a gente vai, a gente vai
E fica a obra
Mas eu persigo o que falta
Não o que sobra

Eu quero tudo
Que dá e passa
Quero tudo que se despe
Se despede e despedaça
O que é bonito...

O que é bonito - Lenine

RESUMO

O objetivo do texto é mostrar como o conceito de revolução emergiu em uma sociedade que se cria ordenada para florescer em um mundo de ponta-cabeça, em que todas as hierarquias estavam subvertidas. Com o desmoronamento de uma consciência pública e compartilhada, houve a fuga do indivíduo para o foro privado, gerando tentativas de se justificar a rebelião. Na macropolítica, isso trouxe como consequência uma fragilização da imagem do monarca, até a violência de fato, o regicídio. O conceito de revolução foi gestado após a guerra civil inglesa e se consolidou no vocabulário político europeu a partir de 1688. Para divulgação e estabelecimento do termo foi imprescindível uma cultura baseada na experiência e no conhecimento histórico.

PALAVRAS CHAVES: Revolução; História; conceitos; experiência; público-privado.

ABSTRACT

The purpose of this text is to show how the concept of revolution emerged out in a society that believe itself orderly to flourish in an upside-down world in which all hierarchies were subverted. With the collapse of a public and shared conscience, there was a flight from the individual to a private forum, generating attempts to justify the rebellion. In macropolitics, this has resulted in a weakening of the monarch's image, even real violence, the regicide. The concept of revolution was born after the English Civil War and was consolidated in the European political vocabulary from 1688. For the dissemination and establishment of the term, a culture based on experience and historical knowledge was essential.

KEY WORDS: Revolution; History; concepts; experience; public-private.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE I - O CONCEITO	22
01 – ENTRE REVOLUÇÕES.....	23
A ÚLTIMA REVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	27
1688, O SÉCULO XVIII E UMA NOVA ERA	36
A REVOLUÇÃO NA FRANÇA E A NÃO-REVOLUÇÃO DE 1688.....	42
02 – A CIRCULARIDADE DAS REVOLUÇÕES	50
A EXPERIÊNCIA DA REVOLUÇÃO	54
REVOLUÇÃO COMO EXPERIÊNCIA.....	61
AS REVOLUÇÕES DAS FORMAS POLÍTICAS.....	66
PARTE II - AS CONDIÇÕES.....	76
03 – ORDEM E REVOLUÇÃO.....	81
IDENTIDADES CRÔNICAS E PÚBLICAS.....	87
AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA	99
REBELIÃO E DESOBEDIÊNCIA.....	106
04 – GUERRA E REVOLUÇÃO.....	113
GUERRA, DIREITO E LIBERDADE; O TIRANO	118
CONSCIÊNCIA, TEMPO E RESISTÊNCIA; O ANTICRISTO	125
ABSOLUTISMO, SOBERANIA E FIDELIDADE	131
05 – CRISE E REVOLUÇÃO.....	138
A CRISE E O MUNDO DE PONTA-CABEÇA.....	142
A HISTÓRIA, O PRESENTE, A EXPERIÊNCIA E... ..	150
E... A REVOLUÇÃO: NOVAS RELAÇÕES, NOVOS VOCABULÁRIOS	157
CONCLUSÃO.....	167
REFERÊNCIAS	178
FONTES.....	178
FONTES ICONOGRÁFICAS.....	190
DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS.....	190
BIBLIOGRAFIA.....	191
DICIONÁRIOS, BIOGRAFIAS, PLATAFORMAS E BÍBLIAS	198
APÊNDICE	199

INTRODUÇÃO

Revolução e História são conceitos praticamente indissociáveis. Três questões principais me fazem defender essa percepção. A primeira se deve ao desenvolvimento parecido dos termos. À mesma época em que a noção de História se singularizou, parecendo conter em si uma trajetória única para todos os povos, Revolução parecia indicar o caminho dessa evolução. A Revolução seria o evento primordial que libertaria as nações do jugo do Antigo Regime e os indivíduos das amarras sociais tradicionais: a família, a religião, a comunidade etc. Mais do que unicamente a narração de fatos passados, a História, em seu necessário e inevitável desenvolvimento, seria aquilo que justificaria e proporcionaria os meios para a ação.

No entanto, mesmo antes da modernidade os termos estariam colados. Da mesma forma que o sentido de História se remetia ao passado, como modelo exemplar, revolução era entendida como um movimento circular, como retorno ao ponto de origem. Ambos os léxicos eram ferramentas importantes na ação presente, a partir de acontecimentos e elementos já conhecidos e que podiam servir como referência a fatos similares. A referência temporal estava no passado, na certeza da utilidade das descrições contidas nas obras históricas, ou na certeza do trajeto de ida e volta do movimento circular. Um conhecimento útil e já experimentado e, por isso, instrutivo e repetível ¹

Essa certeza na possibilidade dos ensinamentos do passado nos leva ao segundo ponto. A sabedoria dos antigos parecia ser referência fundamental em vários campos, fornecendo a lenha que aqueceu a chama da querela sobre os antigos e modernos. Na matemática, as afirmações de Euclídes pareciam ser inquestionáveis. Na astrologia, o modelo ptolomaico foi útil por séculos, sendo defendido inclusive após as formulações de Copérnico. Na medicina, os apontamentos de Hipócrates e Galeno foram referências por épocas. Na retórica, Cícero e Quintiliano eram considerados fontes irrecusáveis. Nas artes da guerra, as descrições de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso e de Políbio sobre as Guerras Púnicas eram modelos a serem seguidos. Os tratados aristotélicos sob a física e a metafísica foram constante motivo de comentários. Na política e na ética,

¹ Ver por exemplo: KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. In: _____. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006; HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Platão, Aristóteles, Cícero etc. eram dignos de destaques. Era difícil construir qualquer saber novo sem esbarrar nessas referências da antiguidade.

No entanto, os séculos XVI e XVII foram tempos de muitas mudanças: religiosas, científicas, políticas, culturais. Como explicar a partir do conhecimento dos antigos a descoberta de novos povos e novas áreas no globo até então desconhecidos? Como explicar a centralidade da terra no universo, a partir da invenção do telescópio? Como explicar uma Europa dividida em uma série de confissões religiosas depois de mais de um milênio sob o domínio do catolicismo e de Roma? Como explicar guerras e sublevações motivadas e justificadas por elementos novos e desconhecidos? O passado não mais podia ser uma correspondência única, o presente e as turbulências acontecidas em outras partes do continente e além-mar ganharam destaque.

A busca por informações contemporâneas se fazia premente. Não era mais possível ficar restrito ao conhecimento dos antigos, repetidos como autoridade. A testemunha ocular ganha uma importância notável. O soldado em retorno da guerra, o marinheiro voltando de viagem, o embaixador que presenciou uma insurreição eram considerados como referência tanto quanto o filósofo ou historiador antigo. Houve uma pluralização das fontes e relatos, e cabia aos “historiadores e cronistas” organizar essa pluralidade de registros. O presente e a perspectiva comparativa pareciam ser os meios mais adequados para tratar de um mundo em crise e que desmoronava.

E, assim, chegamos à terceira questão como argumento da indissociabilidade entre Revolução e História: o caráter de ambos em lidar com o tempo, rupturas e permanências. Ambos tratam de um movimento, seja circular ou linear, traçando um antes e um depois. Revolução indica uma mudança, em que mesmo o sentido giratório só é acessível para quem conhece o processo em sua completude. Ou seja, para os coevos que vivenciaram uma alteração subjetiva, no Estado, nos costumes, etc., pouco importava o nome que dariam: era uma mudança na condição anterior. Nesse sentido, a leitura de obras históricas era uma forma de enfrentar essas mudanças e conhecer formas distintas, individuais e coletivas, de tratamento para problemas similares.

Até mesmo por isso, revolução se tornou um tema de destaque na historiografia. Estudar as comoções sociais e as alterações políticas do passado era uma forma de fomentá-las ou evitá-las no presente, recebendo diferentes tratamentos ao passar dos séculos e décadas: jurídicos, constitucionais, sociais, econômicos, revisionistas, culturais etc. No entanto, não é necessário abordar a questão por meio de um instrumental construído sob modelos da teoria política contemporânea e estranho

àqueles e àquelas que vivenciaram essas mudanças, é possível observar uma sociedade específica a partir de suas próprias representações e significados; abordagem que adoto. Interessa-me mais perceber como essas pessoas que experimentaram alterações fizeram uso da própria cultura política, em distintos idiomas sociais, para questionar hierarquias e estruturas que eram tidas como sólidas e estabelecidas.

Todavia, era necessário haver uma revolução a ser estudada e isso se encontra pela primeira vez enquanto evento e vocabulário no final da década de 1640 e início da década de 1650, na Inglaterra. No entanto, antes da explosão do termo em 1688, há um longo caminho a ser [re]feito para se compreender a entrada da palavra no debate político inglês. O termo já era aplicado em outros lugares no continente em seu sentido político para descrever outras alterações no governo, mas foi principalmente na reflexão externa sobre os eventos acontecidos durante a guerra civil inglesa e na experiência interna de autores, pessoas e debates coevos que o entendimento atual do conceito começou a se destacar. Não em uma percepção unicamente racional, utópica e futurista, mas a partir de uma análise que se completava com o conhecimento histórico e de experiências contemporâneas adaptadas ao seu próprio contexto.

Desta forma, o debate historiográfico que se propôs a discutir se a Revolução Inglesa foi, de fato, uma Revolução ou se seria melhor descrita como Rebelião parece mais responder aos anseios dos historiadores do século XX, na legitimação de suas próprias situações históricas, do que iluminar as escolhas de homens e mulheres da Idade Moderna. Em busca da modernidade, essas categorias apenas serviriam para que os historiadores contemporâneos explicassem o início do mundo moderno. Em exaltação aos brios nacionais, pretendiam indicar quando um país se tornou uma nação moderna e capitalista, mesmo que sendo para superá-las futuramente. Sem essas tipologias, que buscam dar limites à diversidade, só temos o caos, anterior a qualquer tentativa de universalização e supremacia de um significado.

Se mergulharmos nos fios dessa trama, desmanchando-os como Penélope fazia à noite em sua espera por Ulisses,² veremos não uma imagem homogênea, mas um embate pulsante dos atores históricos a dar legitimidade aos termos que empregavam e a desmoralizar o de seus inimigos. Da mesma forma, poderemos observar a diversidade de significados para um mesmo conceito e, certamente, revolução era uma dessas palavras polissêmicas. Cabe, então, refletir sobre as bases temporais que estão colocadas

² POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 75.

e justificadas a respeito das causas das mudanças ou das continuidades dos próprios sujeitos que as vivenciaram. Independente dos nomes que levassem, se revolução, revolta, rebelião etc., indicavam formas diferentes de lidar com o tempo e com essas alterações.

Para realizar essa tarefa é preciso portar instrumental adequado, estando o mais próximo possível dos vocabulários empregados por uma sociedade. Não podemos esquecer que, por mais que as reflexões estejam ligadas aos objetivos de cada pesquisador e pesquisadora, estamos interessados em iluminar uma ausência; algo que se revela como presença apenas nos vestígios textuais, imagéticos, materiais etc., deixados por mulheres e homens do passado. Apesar disso, é o presente deles que nos interessa, não o nosso; embora possamos nos servir de algo em nossas lutas cotidianas e como potencialidade ética.³ Assim, para uma investigação mais profunda é necessário utilizar uma metodologia mais aderente à proposta que apresento aqui. Três autores foram fundamentais durante essa pesquisa, servindo como um exoesqueleto ao texto, embora nem sempre tenham sido citados diretamente. O primeiro é o alemão Reinhart Koselleck e sua *História dos Conceitos*, sendo essencial em sua análise diacrônica dos dois termos que nos interessam aqui, Revolução e História – de alguma forma, o tema dessa tese surgiu a partir de um de seus apontamentos – e também da importante relação entre os conceitos e a história social.⁴ O segundo é o historiador inglês Quentin Skinner, que foi muito útil por suas abordagens focadas principalmente na sincronia, nas intenções e na manipulação retórica dos vocabulários. O estudo pautado nas intencionalidades fornece, de certa maneira, uma perspectiva autoral importante da questão, que fica em segundo plano em uma abordagem focada unicamente na transformação conceitual.⁵ O terceiro é o neozelandês J. G. A. Pocock interessado na construção das linguagens políticas, seus usos e transformações. Se podemos perceber em Skinner uma preocupação maior sobre as ações dos emissores e em Koselleck um apreço pela mensagem em si, a mudança conceitual na diacronia, Pocock parece cair perfeitamente no fechamento desse círculo. Ao se preocupar com a recepção da língua, consegue compreender no nível da palavra, as inovações, desleitura e tentativas

³ MUDROVICIC, María Inés. “Historical Narrative as a Moral Guide and the present as History as an Ethical Project”. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 21, 2016.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

⁵ SKINNER, Quentin. *Visões da política sobre os métodos históricos*. Algés: Difel, 2005.

efetuadas em uma linguagem.⁶ Cada um a seu modo, com suas diferenças e peculiaridades, me forneceram elementos múltiplos – nessa tríade comunicativa(emissor-mensagem-receptor) – para que eu mesmo pudesse traçar o meu próprio caminho.

No entanto, esses três autores não são importantes para esta pesquisa apenas por conta dos aspectos metodológicos que apresentam e empregam em sua prática, mas também pelos objetos que lhes interessam: principalmente as concepções políticas da Idade Moderna. Nesse sentido, duas obras delimitam a extensão deste texto: *As Fundações do pensamento político moderno*, de Skinner, e *Crítica e Crise*, de Koselleck.⁷ O primeiro trata das reflexões que fundamentaram os debates sobre o poder, desde as disputas entre império e papado, nos fins do medievo, passando pelo Renascimento, pela Reforma e as guerras religiosas; o que contribuiu para a emergência do chamado Estado Moderno, uma autoridade mais abstrata e burocrática, que se colocaria acima das querelas personalistas e de consciência. O outro livro apresenta a ascensão do foro privado que se deu concomitantemente ao fortalecimento da organização estatal durante as guerras religiosas e que empurrou laços religiosos e comunitários ao âmbito da consciência. Amparados nos julgamentos da consciência privada, os coevos puderam se lançar contra o Estado, sob a capa de uma opinião pública. Apesar da importância dessas obras para a pesquisa, nesta tese pretendo tratar o espaço entre elas; começando onde Skinner termina, e terminando onde a obra de Koselleck começa. Meu interesse não está tanto na formação do Estado ou ascensão da consciência privada, mas justamente o contrário; a decadência dos aspectos públicos que regiam todas as relações sociais.

Desta forma, foi preciso criar novos vínculos de submissão e de previsibilidade social, independente de princípios personalistas. Nesse ponto, a entrada do vocabulário “revolução” no pensamento político parece ser um fator importante, ao se afastar dos termos tradicionais e que indicavam as alterações no governo como uma desobediência ilegítima, a partir de noções como rebelião, revolta, insurreição etc. Igualmente, seu emprego procurava conferir justiça a um movimento contra o arbítrio dos soberanos ou superiores, as novidades no Estado, os vícios éticos e religiosos de um governante. Devido a isso, Pocock, com sua obra *The Machiavellian Moment*, foi um auxílio

⁶ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Op. Cit.

⁷ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

importante.⁸ Passamos de um momento em que a política e a história secular, antes percebidas como o reino do contingente, separadas da eternidade divina, passaram a buscar modelos duradouros para suas formas políticas; o que dialoga diretamente com o tema da revolução. Os ataques aos soberanos ressaltaram uma estrutura que estava para além do homem e que se mantinha perene. É essa estabilidade que os eventos revolucionários desde o século XVIII prometeram a toda humanidade, sob a crença de um aperfeiçoamento constante e de uma História única. Ainda, o trabalho de Pocock foi essencial para desenvolver mais profundamente assuntos ligados à experiência e à circularidade dos tempos históricos.

Continuando, também é necessário falar sobre os limites espaciais e temporais dessa pesquisa: o que significa dizer que se debruçará sobre a Inglaterra moderna? É importante apontar que não era tão simples separar a Inglaterra de seu contexto europeu. Afinal, antes do século das Luzes e de uma exaltação de peculiaridades nacionais, colocadas sobre um tempo progressivo e que indicaria “atrasados” e “adiantados”, os coevos estavam inseridos em uma cultura do Antigo Regime e que organizava todas as relações pessoais e institucionais, na Europa e nas colônias. Seria impossível limitar a pesquisa em fronteiras nacionais e cronológicas muito rígidas, a Inglaterra era atravessada por relatos e experiências provindos de outros espaços e outras épocas, enfrentava uma crise que era continental e dialogava com argumentos levantados anteriormente em outros lugares. Da mesma forma, a utilização do latim, do grego e dos saberes empregados pelos componentes da República das Letras universalizava o acesso de conhecimentos e ideias para além das fronteiras e, pelas traduções, atingiam setores sociais diversos, alfabetizados apenas nas línguas vernáculas. No entanto, a Inglaterra ainda é um espaço de enunciação privilegiado desses discursos analisados, motivados pelas suas próprias questões internas e em assuntos discutidos nas fontes levantadas. É partícipe e ator principal, a partir de 1688-89, do mundo burguês e da modernidade que se consolidaram na organização da sociedade pós-Revolução Francesa e ampliada com o imperialismo do século XIX. Foi o ninho e um importante elemento dessa crise, não só inglesa, britânica ou “da consciência europeia”, mas da “consciência pública”, que atingiu toda a cultura de Antigo Regime, não só na Europa como também nos seus espaços coloniais.

⁸ POCOCK, J. G. A.. *The Machiavellian moment*. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

E o que seria o moderno em Inglaterra moderna? Utilizei muitas palavras neste texto que, embora digam respeito à mesma coisa, podem causar confusões: Idade Moderna, primeira modernidade, mundo moderno, Antigo Regime etc. O que pretendo indicar com esses termos é aquilo que os anglófonos chamam de *Early Modern*. Todavia, em alguma medida, todas essas tentativas de periodização são insuficientes, pois muitas vezes não tratam do período em si, mas apenas em sua relação especular com o mundo contemporâneo e pós-Revolução Francesa. Com os olhos voltados à modernidade, a Idade Moderna é apresentada apenas como antessala de formas mais racionais e etapa em um desenvolvimento progressivo: em relação ao Estado-nação, ao individualismo, à tolerância religiosa, à burocracia, à economia capitalista etc. Por meio de abordagens teleológicas, o passado é empregado apenas em sua capacidade de se fazer útil ao presente. Entretanto, por falta de palavras melhores e mais aderentes àquela sociedade, as emprego como categorias válidas para a análise e a explicação no texto, mesmo reconhecendo a sua posteridade.

Nesse sentido, as noções de revolução e história, sustentadas por homens e mulheres no alvorecer da modernidade, podem ser confundidas com os campos semânticos dos termos pós século XVIII, e o que pretendo neste espaço é refletir como os próprios coevos compreendiam as mudanças e sentiam a passagem do tempo. Antes de serem conceitos abstratos e meta-históricos, revolução e história se amparavam em experiências reais, a partir de descrições sobre eventos e personagens passados e presentes. Diferentes exemplos formavam um compêndio de arquétipos morais, utilizados como modelos ético-políticos. Assim, é possível dizer que este texto se debruça sob diferentes séculos: do XVI ao XVIII; mas tratando principalmente do XVII. Esse recorte se deve principalmente ao interesse pelos discursos e justificativas que procuraram legitimar a rebelião e que pode nos auxiliar no entendimento dos princípios revolucionários.

Desta forma, a tese está organizada em cinco capítulos, separados em duas partes. A primeira, “o conceito”, cuja pretensão se encontra em uma análise mais detida do vocabulário, está dividida em dois capítulos: “entre revoluções” e “a circularidade das revoluções”. A segunda, “as condições”, procura refletir sobre as circunstâncias que possibilitaram a descrença nas figuras de autoridade e a crise que se abateu pela sociedade por não possuir mais a estabilidade que os pactos personalistas forneciam. Três capítulos compõem essa parte, sempre tratando a revolução como uma possibilidade,

que parece crescer a cada capítulo, e em relação a outras questões: “ordem e revolução”, “guerra e revolução” e “crise e revolução”.

Analisando mais detalhadamente cada capítulo, “Entre Revoluções”, se propõe a pensar como até o final do século XVII os argumentos e justificativas para a mudança eram baseados em um conhecimento histórico, público e empírico, não estando aprisionados em um sentido cíclico que determinava a inexorável volta ao mesmo ponto. Assim, discute a emergência do moderno sentido de revolução e como o imaginário da Revolução de 1688 foi, ao mesmo tempo, justificado como influência dos eventos na França e como algo completamente distinto. Essa segunda interpretação foi dominante na historiografia, apresentando a alteração política como algo meramente restaurativo; algo que seria mais bem analisado, contra a radicalidade francesa, sob o conceito tradicional e circular de revolução. No entanto, essa foi uma escolha entre várias existentes no período. Dessa forma, procuro voltar a 1688 para entender como os coevos já percebiam aquele evento como algo revolucionário, mudando o próprio entendimento e utilização do termo. Nesse sentido, as épocas posteriores, sobretudo o século XVIII, leram e releeram a Revolução de 1688, por meio de suas próprias lentes, a fim de justificar seu próprio mundo social. Nessas leituras, certos atores passaram a ver a Revolução como uma nova época, uma ruptura com o passado, e que, por isso, precisava ser mantida. Essa concepção muito influenciou os iluministas e revolucionários americanos e franceses. No entanto, essa ruptura com o passado, que antes procurou preservar as conquistas do novo *establishment*, com os eventos na França, agora pareciam querer desintegrar a própria sociedade inglesa. O texto de Edmund Burke, analisado no capítulo, foi uma resposta às abstrações e universalizações individuais da razão em nome de direitos históricos e conhecidos, sendo uma fonte riquíssima no entendimento do contexto em que se insere.

Se o primeiro capítulo trata da consolidação do sentido moderno de revolução e da interpretação da Revolução de 1688 como algo conservador e restaurativo, o segundo capítulo procura apresentar os elementos que compõe o chamado conceito tradicional, associando-o a concepção do desenvolvimento histórico que tinha o passado como referência para a ação. Para isso se reflete sobre a noção de decadência que via em épocas antigas um ideal, sobre a aversão à novidade no início da primeira modernidade e sobre as imagens, como a roda da fortuna, que auxiliavam homens e mulheres a perceber o caráter cíclico das formas terrestres e a importância de se conhecer a história e outras experiências como modo de evitar os mesmos erros. Assim, busca-se entender

os elementos que ajudaram a formar, na cultura europeia, o entendimento cíclico e astrológico da palavra. São analisados desde dicionários a livros matemáticos, passando por obras científicas de astronomia a almanaques de previsões astrológicas. Por meio desses conhecimentos, se ergueu os patamares para saberes práticos, tanto na terra quanto no mar, sejam nos livros de geografia ou de navegação. Ainda, neste capítulo, são analisadas as revoluções no poder, as alternâncias e turbulências que as formas políticas sofriam. Essa concepção giratória das constituições fez com que muitos enxergassem a Restauração monárquica como uma revolução. Também, nesse capítulo, analiso as três interpretações clássicas a respeito das mudanças nas formas de governo e que foram referências tanto para os revolucionários quanto para os monarquistas ingleses: Platão, Aristóteles e Políbio.

O terceiro capítulo é o primeiro capítulo da segunda parte, em que trato mais especificamente das condições que permitiram o enraizamento do termo revolução. Para isso, apresento uma sociedade avessa à mudança, organizada na diferença e na hierarquia; o contrário do sentido moderno de revolução e de uma sensibilidade baseada em uma suposta igualdade natural. Nessa ordem assumidamente desigual e publicamente conhecida, figuras de autoridade se erguiam frente a qualquer lampejo irresponsável de liberdade. Um pacto anterior justificava e demandava obediência em uma experiência social hierarquizada e que funcionava de forma analógica: um pai teria autoridade sobre seu filho, como um marido sobre sua mulher, um senhor sobre o seu servo, e um governante teria sobre seus governados. No entanto, essa concepção hierarquizada funcionava não só nas relações humanas. De forma horizontal, o rei poderia ser associado ao sol, ao leão, a rosa etc.; os mais altos de sua espécie. De forma vertical, a ordem hierárquica divinamente estabelecida descia, em uma grande cadeia dos seres, dos mais altos aos mais baixos. Nesse sentido, rebeliões dos considerados inferiores pareciam tão absurdas quanto os membros que se erguiam contra a cabeça do próprio corpo. Assim, todos deveriam conhecer o seu lugar dentro dessa rede de diferenças, as autoridades as quais deveriam obedecer, as posturas que deveriam adotar e as identidades que deveriam se esforçar por manter e representar publicamente.

O quarto capítulo trata sobre o tema da guerra, de suas mazelas e dos argumentos aventados para justificá-la. Após séculos de unidade religiosa e imperial, a primeira modernidade trouxe consigo a divergência, diversas opiniões e perspectivas. Novas religiões que não estavam amparadas na Fé romana e novos poderes políticos avessos a uma estrutura imperial emergiram, desestabilizando a crença da unidade como

fator essencial para a paz. Se anteriormente, defendia-se a guerra apenas como direito de autodefesa, as divisões religiosas e partidárias fizeram com que atacar outras posições e justificar suas ações fosse uma necessidade. Em meio à torrente dos confrontos bélicos, duas teorias a fim de dar legitimidade à resistência, uma mais jurídica ou constitucional, outra na consciência privada. Esses princípios soavam como uma ameaça aos governantes e poderosos, o que incentivou propostas que advogavam pelo fortalecimento da autoridade pública, detentora do poder absoluto e da soberania.

O quinto e último capítulo trata da crise que se abateu sobre o mundo europeu com o rompimento dos pactos e as respostas dadas a ela, principalmente a partir da Inglaterra. Por meio da metáfora do corpo como o reino, muitos autores revelaram uma sociedade em desajuste, como um paciente enfermo. Desta forma, a associação entre medicina e política foi um importante elemento na intervenção sobre os âmbitos públicos e privados. Essa sensação deu a impressão de um mundo de ponta-cabeça, em que as partes não se encontravam em seus devidos lugares, sendo o passado uma referência pouco útil às situações contemporâneas. Em seu lugar, o presente torna-se ideal de averiguação, a partir de um conhecimento comparativo.

A investigação do passado só se mostra importante à medida que serve de ferramenta ao presente. Devido a esta temporaridade ganha foco o estudo da história e da experiência, não por meio de filósofos e historiadores renomados, mas de marinheiros, soldados, embaixadores etc.: as fontes são pluralizadas. Nesse contexto de exaltação do presente e rompimento dos antigos pactos, novos termos foram empregados a fim de proporcionar novas legitimidades, devido às novas relações. Em defesa da justiça de empreendimentos e como forma de afastar as marcas da rebelião, emerge o conceito de revolução.

PARTE I - O CONCEITO

01 – ENTRE REVOLUÇÕES

Em 1791, em plena efervescência dos eventos da Revolução francesa, Edmund Burke escreveu uma obra incendiária contra a Revolução. Com intenção de afastar os preceitos revolucionários e iluministas do cenário inglês e negar possíveis heranças da Revolução de 1688 com os eventos franceses – reivindicadas por pregadores como Richard Price, a Sociedade da Revolução e outros amigos da liberdade –, o autor defendia a tese de que os eventos que marcaram a destituição de Jaime II e a ascensão de Guilherme de Orange tinham sido meramente restaurativos. A partir daquela alteração os ingleses teriam recuperado suas antigas liberdades, direitos e privilégios, o que os afastavam de qualquer relação com as turbulências experimentadas na França.

Apesar de se dizer sensível à situação francesa, o centro de sua atenção estava voltado ao seu país, pois, como justificava, “quando a casa de nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa”.⁹ Para Burke, os ingleses que exaltavam os ideais revolucionários franceses, colocando-os como se tivessem sido reivindicados primeiramente em 1688, se enganavam sobre os objetivos reais daquela Revolução e os preceitos confirmados pela Declaração de Direitos. Esses confundiam “a revolução que aconteceu na Inglaterra, há cerca de 40 anos, e a que se produz na França atualmente” com aquela que marcava a ascensão do príncipe e princesa de Orange como reis da Inglaterra e proporcionou a manutenção de direitos ancestrais em 1688. Desta forma, seria necessário separar “o que eles confundem”.¹⁰

Burke não compactuava com a interpretação progressivista que a historiografia *Whig* sustentava,¹¹ mas muitos dos elementos clássicos dessa perspectiva que consolidou e perpetuou a percepção tradicional da Revolução de 1688, já se encontram ali. Apesar de seu caráter partidário, muitos autores enfatizam a importância das obras de Thomas Babington Macaulay e sua *History of England – from the accession of James II*, como ponto de destaque dessa tradição conservadora na reflexão da chamada “Revolução Gloriosa”, na perpetuação da tese do governo constitucional e a supremacia

⁹ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: EDIPRO, 2014, p. 32.

¹⁰ *Idem*, p. 38.

¹¹ Partido de tendência liberal e que pregava a supremacia do Parlamento na política. Junto com os *Tories*, de tendência conservadora, foram os principais partidos da política inglesa por séculos. Durante a Revolução de 1688, diziam respeito àqueles que apoiavam a deposição de Jaime II (*Whigs*) e aqueles que defendiam os direitos e prerrogativas do rei, defendendo a subordinação do Parlamento à Coroa.

da lei.¹² Devido ao seu aspecto quase consensual, sóbrio e necessário, como acreditava, Macaulay defendia o temperamento não revolucionário dos eventos de 1688, sendo quase um abuso chamá-los “pelo terrível nome de Revolução”.¹³

Para esse autor, em comparação com as recentes revoluções no continente europeu, cujos direitos estavam sufocados pela tirania e eram desconhecidos pela população, fazendo-as impacientes para destruir os fundamentos antigos e inábeis para construir os novos, a Revolução de 1688 teria sido estritamente defensiva, amparada no passado, com princípios já conhecidos por todos os ingleses, em suas instituições, costumes e leis. Sendo assim, a Declaração de Direitos e as alterações políticas “não fizeram nenhuma lei que não fosse lei antes”.¹⁴ Segundo Macaulay, a mudança foi pequena, “nem uma simples flor da coroa foi tocada” ou um “novo direito foi dado ao povo”. Procuraram apenas defender o aspecto sublime e sagrado das leis fundamentais, acima de quaisquer superstições sobre as prerrogativas divinas dos reis. A lei inglesa permaneceu a mesma antes e depois da Revolução.¹⁵

Esse caráter não violento criou mitologias como a ideia de uma Revolução Gloriosa ou sem derramamento de sangue, mas que ajudaram a fortalecer o mito de uma peculiaridade dos ingleses frente a outros povos da Europa, como um povo herdeiro de liberdades e avesso à tirania.¹⁶ Assim, procurou-se justificar no passado a origem dessas características, buscando a partir de uma perspectiva teleológica, antecedentes e

¹² PINCUS, Steve. *1688: the first modern revolution*. London: Yale University Press, 2009, p. 5; RICHARDSON, R. C. “The nineteenth century: from party polemics to academic history”. In: _____. *The Debate on the English Revolution*. New York: Palgrave Inc., 1998; LAVOIE, Andrew, “The historiography of the Glorious Revolution from David Hume’s History of England to Steven Pincus’ 1688: The First Modern Revolution”. Disponível em: <https://www.academia.edu/8468109/The_historiography_of_the_Glorious_Revolution_from_David_Hume_s_History_of_England_to_Steven_Pincus_1688_The_First_Modern_Revolution> Acesso em. 15 jun. 2017.

¹³ MACAULAY, Thomas Babington. *The History of England: From the Accession of James I*. Vol. II, London: J. M. Dent & Sons Ltda., 1953, p. 379. No Original [by the terrible name of Revolution].

¹⁴ *Idem*, p. 379. No Original [made nothing law which had not been law before]. Todas as traduções serão de minha autoria, a não ser quando indicado o contrário.

¹⁵ *Idem*, p. 377. No Original [not a single flower of the crown was touched] e [new right was given to the people].

¹⁶ Sobre esse ponto, a apresentação que o filósofo Renato Janine Ribeiro faz na tradução de “O mundo de ponta-cabeça” de Christopher Hill parece ir ao cerne da questão: “Se nós, brasileiros, devemos continuamente lidar com o mito do povo bom, cordial, submisso, os ingleses têm um mito parecido, talvez ainda mais forte em sua cultura: o da sociedade na qual as mudanças se fazem de maneira consensual, na qual a gentileza (termo que remete à pequena nobreza, à *gentry*) prevalece sobre os conflitos, e estes não desandam em confronto. Como todos os mitos, esse possui eficácia, gerando comportamentos que o confirmam; e não é falso por completo: a democracia parlamentar pode atestá-lo. Mas se há quase trezentos anos não há golpes de estado ou guerra civil na Inglaterra, se, portanto, a sua história política desde muito tempo se canalizou por vias institucionais, convém todavia notar que os conflitos sociais já nesse período foram de muita violência”. RIBEIRO, Renato Janine. “Apresentação”. In: HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11.

precursores que explicassem e justificassem as formas do presente e que, por isso, mereciam ser mantidas e continuar intocáveis no futuro. Essa perspectiva, como afirmou o cientista político Charles Tilly, transformou a história britânica em um “manual para se evitar uma revolução”.¹⁷

Essa pesada herança levou muitos pesquisadores a se desinteressarem pela dita Revolução Gloriosa e a voltarem seus olhos às décadas de 1640 e 1650. Os eventos de 1688 passaram a ser vistos apenas como um golpe de Estado que consolidou as transformações sociais e econômicas das últimas décadas. As experiências da Revolução Inglesa de 1640 pareciam ser mais úteis na explicação das formas políticas, religiosas, comerciais e tecnológicas que fundaram o capitalismo e o mundo moderno. Além disso, a limitação às discussões e decisões parlamentares parecia ser insuficiente para dar conta da complexidade presente no corpo da sociedade; novos personagens foram adicionados. As heranças populares e as expressões culturais de resistência foram destacadas, por historiadores sociais, marxistas ou não. Mais do que apenas entender a formação da sociedade industrial, buscavam experiências, maneiras e ideias que procuravam virar o mundo de ponta-cabeça;¹⁸ a outra revolução de que fala Christopher Hill, a radical, aquela que foi derrotada em 1660.¹⁹

No entanto, apesar da crítica que recebeu, a Revolução de 1688 continuou sendo exaltada, e é, ainda hoje, como marco da constituição, do governo das leis, da submissão real ao parlamento, da democracia, da tolerância religiosa, da derrota do despotismo etc. Tais princípios, por exemplo, podem ser percebidos nos debates no parlamento inglês sobre a necessidade de preparar as celebrações do terceiro centenário da Revolução. Em quase todas as falas,²⁰ as conquistas de 1688 são elogiadas, como promotoras de benefícios ainda experimentados no presente. Inclusive, muito próxima à

¹⁷ *Apud* PINCUS, Steve. *Op. Cit.* No Original, p. 14 [manual for the avoidance of revolution].

¹⁸ Seria possível citar diversas obras e autores, marxistas e não-marxistas, mas me limito a quatro exemplos pontuais de historiadores que estudaram os séculos XVII e XVIII inglês, respectivamente: HILL, Christopher. *O Século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012; HILL, Christopher, “A Bourgeois Revolution?”, In: POCOCK, J. G. A. (ed.). *Three Britain Revolutions: 1641, 1688, 1776*. Princeton: Princeton University Press, 1980; THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁹ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*; HILL, Christopher. “Virando o mundo de ponta-cabeça: o outro lado da revolução inglesa”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 14, Set/95.

²⁰ Com exceção dos membros do Labour Party que falam de coup d’état, dos Levellers, de Winstanley, criticam Edmund Burke, exaltam Thomas Paine e citam historiadores como Christopher Hill e Edward Thompson.

perspectiva de Macaulay, a primeira ministra Margareth Thatcher,²¹ em seu discurso em apoio às comemorações, defende como uma das virtudes políticas herdadas da Revolução “a tradição que mudanças políticas deveriam ser buscadas e atingidas por meio do Parlamento”.²²

Todavia, se o terceiro centenário da Revolução de 1688 demonstra a permanência da interpretação *Whig*, igualmente marca o surgimento de uma posição mais crítica em relação às simplificações e dicotomias sustentadas até então: parlamento x rei, liberdade x tirania, protestantismo x catolicismo. Como sugere Andrew Lavoie, muitos dos pressupostos e conhecimentos sobre a ascensão dos príncipes de Orange ao trono inglês foram questionados nas últimas três décadas.²³ Os trabalhos de W. A. Speck,²⁴ Lois G. Schwoerer,²⁵ Steve Pincus,²⁶ entre outros, trouxeram novas cores e novas perguntas sobre o evento. Apesar das tentativas de apontar a ausência de belicosidade na deposição de Jaime II, a Revolução não foi pacífica e consensual. Como afirma Pincus, “a Revolução de 1688-89 foi, como todas as outras revoluções, violenta, popular e divisiva”.²⁷

Certamente, essa linhagem “não-revolucionária” dos eventos de 1688 dizem mais a respeito ao presente, como cada época analisou e utilizou o século XVII para justificar a permanência ou a mudança das formas políticas e sociais, do que uma reflexão profunda da alteração dinástica na Inglaterra seiscentista. Durante os séculos, a tradição revolucionária foi usada e abusada como herança para fomentar ou evitar revoluções, influenciando na própria emergência e entendimento daquilo que seria compreendido como “moderno” conceito de revolução. Todavia, essa não deve ser observada como um bloco homogêneo e distante das disputas coevas por significado.

²¹ A afirmação feita por Brian Sedgemore, membro do Labour Party, sobre Thatcher é tão interessante que merece ser reproduzida aqui e se relaciona diretamente com essa longevidade da interpretação *Whig*: “Intriga-me que a Primeira Ministra – uma Tory com os instintos de um liberal do século 18 – convide a Casa para celebrar uma teoria da história *Whig* sobre o século XVII”. No Original [I was puzzled that the Prime Minister—a Tory with the instincts of an 18th century Liberal—should invite the House to celebrate a 17th century *Whig* theory of history]. “Revolution of 1688-1689 (Tercentenary)”, In HC Deb 07 July 1988 vol 136 cc1233-63. Disponível em: <<http://hansard.millbanksystems.com/commons/1988/jul/07/revolutions-of-1688-89-tercentenary>> Acesso em: 27 jun. 2017.

²² “Revolution of 1688-1689 (Tercentenary)”, In HC Deb 07 July 1988 vol 136 cc1233-63. *Op. Cit.* No Original [the tradition that political change should be sought and achieved through Parliament].

²³ LAVOIE, Andrew. “The historiography of the Glorious Revolution from David Hume’s History of England to Steven Pincus’ 1688: The First Modern Revolution”. *Op. Cit.*

²⁴ SPECK, W. A., *Reluctant Revolutionaries: Englishmen and the Revolution of 1688*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

²⁵ SCHWOERER, Lois G. (ed.). *The Revolution of 1688-1689: Changing Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

²⁶ PINCUS, Steve. *1688: the first modern revolution*. *Op. Cit.*

²⁷ *Idem*, p. 8.

A ÚLTIMA REVOLUÇÃO HISTÓRICA

Talvez a Revolução de 1688 possa ser considerada, de fato, a “primeira Revolução moderna”, como a designou Steve Pincus. Ao tentarem evitar as modernizações absolutistas que vinham da França e a centralização de Jaime II, os ingleses das décadas 1680 e 1690 inegavelmente trouxeram à vista novas formas e novos vocabulários que alteraram profundamente a sociedade em que viviam. Em respostas aos problemas coevos, se mobilizaram contra um rei e sua soberania pessoal, exaltando direitos históricos e a importância da consulta prévia das Casas e do poder do Parlamento.²⁸ O governo, assim, deixou de estar ligado aos mandos e prerrogativas de um único senhor, representante público, que concentrava e organizava todas as relações, para se sustentar sob uma organização burocrática e impessoal, que distribuía seu poder independente do monarca. Se em 1688-89 o rei foi “expulso” de seu trono, o Estado inglês, apesar das turbulências pelas quais passou, se manteve intacto. Criou-se, assim, uma sociedade de contratos firmados entre seus pares, entre reis e seus súditos, entre comerciantes etc., cujo descumprimento justificava a resistência. Afinal, os juramentos e laços de fidelidade, que garantiam a ordem hierárquica, já não eram mais suficientes para assegurar a estabilidade e a previsibilidade social. Nesse sentido, ela foi moderna. Ao aplicar novas soluções a problemas ainda não experimentados e desmontar uma estrutura extremamente personalista, a Inglaterra tornou-se exemplo para as outras nações e escolhida como zênite do desenvolvimento histórico,

No entanto, para além dos frutos que gerou é importante pensar a Revolução sobre suas raízes, não no sentido teleológico de origem, mas se questionando sobre as bases que sustentavam uma sociedade ou grupos, por que certos galhos não se desenvolveram, como raízes profundas foram arrancadas etc. Ou seja, refazendo os caminhos que levaram até ela e não partindo de 1688 para justificar as formas do presente. Assim, é necessário iluminar de maneira adequada as múltiplas concepções de mundo envolvidas e os argumentos disponíveis aos agentes históricos, Por mais que 1688 possa ser percebida como uma fase de mudanças e inovações, os argumentos que empunhavam eram há muito tempo conhecidos e mobilizados contra os poderes instituídos. As pessoas falavam de tirania, corrupção, quebra de pactos, etc., elementos que eram transferidos de distintas situações históricas.

²⁸ *Idem.*

O início da primeira modernidade foi marcado por mudanças que deixaram homens e mulheres sem referências; os conhecimentos que possuíam já não eram tão seguros como antes. As navegações os apresentaram novos espaços e novos povos, a Reforma causou uma drástica divisão na cristandade, a prensa ampliou o acesso de informações e possibilitou a divulgação de diferentes pontos de vista, as formas políticas e a ordem social foram questionadas. Esses pressupostos impulsionaram a busca por modelos e experiências históricas reais ou imaginadas, passadas ou presentes; algo que pudesse ensinar homens e mulheres do presente a conviverem com aquelas alterações. Antes de se escorarem em esquemas abstratos e racionais, tentaram traduzir o novo a partir daquilo que conheciam. Não era possível formular coisas que estivessem além da experiência, como em retorno a um hipotético Estado de Natureza pré-sociedade; mesmo as inovações racionais estavam presas inexoravelmente às tentativas de superar e responder às experiências coetâneas. Assim, devido a essa percepção, talvez, possamos afirmar que 1688 foi também a “última revolução histórica”.

Antes, no entanto, uma distinção mais clara é necessária. Denominar uma revolução como histórica, pode dar a falsa impressão de que acredito ser possível qualquer evento contestatório sem o emprego de referências a personagens ou fatos do passado. Mesmo Marx, que carrega uma herança revolucionária sobre os ombros, defendia que era justamente nos períodos revolucionários, quando os agentes históricos pareciam “empenhados em revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu”, que conjuravam “ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado”.²⁹ Homens e mulheres reivindicavam a legitimidade para suas ações, dizendo que apenas estavam a continuar os caminhos já traçados por outros. Os eventos pretéritos não seriam algo meramente objetivo, em espera de algum especialista a lhes dar forma, racionalizar e periodizar o antes e o depois, mas um objeto em disputa dos atores sociais no presente, produtos e produtores de várias temporalidades e conceitualizações.

Falar em “revolução histórica” é quase cair em um pleonasma. O complemento nem mesmo seria necessário caso a nossa concepção de revolução não estivesse tão maculada pela modernidade e o ideal de progresso. Utilizo a distinção “revoluções modernas” e “revoluções históricas” apenas a fim de destacar a diferenciação entre dois mundos, entre dois cenários políticos. O que os homens e mulheres da Idade Moderna entendiam por mudança não deveria passar pelo crivo de noções contemporâneas.

²⁹ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

Sob um tempo único, linear e evolutivo, a partir das Luzes, revolução tornou-se um elemento em si, com sua própria temporalidade e capaz de mobilizar os agentes históricos e partidarizar discussões. Estar do lado certo da revolução era uma forma de justificar e legitimar suas ações e o próprio desenvolvimento histórico. Dessa maneira, a ideia de revolução foi eleita como ponto de ruptura, a responsável por separar esses dois mundos: o antigo e o novo. Ao contrário, antes do século XVIII, a revolução não era entendida como meio para algo melhor. Era empregada na descrição de uma situação ou evento de mudança, sem sugerir que o mesmo caminho fosse adotado por todos. Seus objetivos não visavam à libertação dos indivíduos ou da sociedade, mas a descrição de alterações que tensionavam a organização social.

Nesse momento, a História teve um papel fundamental: tanto a escrita, quanto a leitura. É importante perceber os rituais e ícones que auxiliaram os coevos a acessarem informações, princípios e ações de mulheres e homens, seus antepassados ou contemporâneos; como tiveram contato e empregavam as diferentes “culturas de passado” que possuíam.³⁰ Certamente os autores mais importantes no registro e divulgação dessas mudanças foram aqueles possuidores não de um saber disciplinado, privado e livresco, mas público, abrangendo tanto aqueles marinheiros, religiosos, nobres, juristas etc. que registraram os eventos contemporâneos, participando e fomentando discussões, quanto aqueles que analisaram épocas passadas, suas guerras, mudanças sociais, desprestígios, alternância de governo etc. Homens e mulheres se debruçavam sobre eventos acontecidos em outros tempos e outros lugares a fim de comparar desenvolvimentos parecidos. Nesse sentido, a leitura de obras históricas tinha uma função instrumental. Não servia apenas ao deleite intelectual, mas funcionava como horizonte ético e prático para o presente, a partir das experiências alheias.³¹

Assim, dentro do período tratado nesta pesquisa, estávamos em uma situação de exaltação da experiência e da narratividade, não de seu apagamento. Afinal, como indicam Benjamim e Larrosa, a partir da modernidade a experiência entraria em declínio, soterrada pelo excesso de informação, pela prevalência dos acontecimentos

³⁰ NICOLAZZI, Fernando. “Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna”. *Varia hist.* vol.26 no.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010; NICOLAZZI, Fernando. “Apresentação – Dossiê História e cultura histórica no alvorecer da época moderna (séculos XIV-XVII)”. *Anos 90.* v. 21, n. 39 (2014).

³¹ OAKESHOTT, Michael. “El racionalismo en la política”. In:____. *El racionalismo en la política y otros ensayos.* México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000; WHITE, Hayden V. *The Practical Past.* Evanston: Northwestern University Press, 2014; MUDROVICIC, María Inés. “Historical Narrative as a Moral Guide and the present as History as an Ethical Project”. *Op Cit.*

próximos e pela morte do narrador.³² No entanto, nos primeiros séculos da Idade Moderna, antes do século XVIII, se percebia o contrário. Os saberes experienciais estavam em alta consideração. Não haveria um excesso de informações, mas sim sua escassez; não do ponto de vista da produção e da quantidade – que explodiu com a proliferação da prensa – mas sim da leitura, do acesso. Havia um desejo por conhecer novos mundos, novos povos e novas doutrinas não satisfeito suficientemente; a oferta não conseguia saciar a demanda. Nessa situação, o narrador não estaria desaparecendo, mas era procurado como referência, por conhecer outros locais ou por conhecer bem os costumes de um país. Menos do que a autoridade dos grandes filósofos ou historiadores, a testemunha ocular era creditada como mais confiável. Sedentos por quaisquer precedentes que lhes deixassem o mundo mais inteligível, homens e mulheres se debruçaram sobre narrativas externas que contassem sobre o que viram.

Em meio às mudanças, as teorias sobre a contestação do poder e a resistência ganharam ares peculiares. Essas passaram a compor uma teia de experiências políticas, em um momento em que os europeus precisavam lidar com novos espaços, novos povos, novas profissões de fé, novas fidelidades etc., o que trouxe inovações em diversas áreas como no direito, na religião, na política. Não apenas descreviam o diferente, mas precisavam lhes dar legitimidade e justificar as mudanças. Esse ampliado contato teve distintos públicos. Ao mesmo tempo em que os poderosos da Terra recebiam e formulavam teorias sobre o poder dos reis, seus súditos tinham em mãos relatos e pensamentos sobre a ação e a resistência aos soberanos. Dessa forma, o que se iniciou como uma reflexão sobre a legitimidade da rebelião e das possibilidades dos inferiores levantarem-se contra as funções de autoridade, se transformou em uma demanda coletiva de uma população contra os príncipes e a justiça de sua causa. Mesmo que não recebessem o nome de revolução, a argumentação e os símbolos que empunhavam eram ferozmente revolucionários, estejam amparados na razão filosófica, estejam amparados na História e na experiência.

Devido ao sentido moderno do termo, acostumou-se a pensar uma revolução como uma ruptura profunda com a sociedade e os costumes anteriores, em uma situação em que o próprio vocabulário descreveria e fomentaria essas mudanças. Assim, a ausência do conceito é tratada como a própria falta dos meios necessários à resistência,

³² BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994; LARROSA, Jorge. “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr 2002, n.19.

como se só a enunciação fornecesse materialidade à coisa. Por essa interpretação, os atos contestatórios são vistos como anormalidades, apenas desarranjos na ordem natural das coisas; a estrutura explica o porquê de certas práticas, ações e seus avessos. No entanto, partindo da perspectiva oposta, indo do individual ao coletivo, pode-se pensar no que havia de revolucionário em cada evento; como os sujeitos enfraqueceram, relativizaram e subverteram noções de hierarquia, ortodoxia e soberania.³³

Certamente, os ingleses aprenderam muito com as experiências das guerras civis na França e no Império germânico, assim como as teorias sobre a resistência conhecidas desde a antiguidade e da cultura bíblica. Todavia, a própria Revolução de 1688 proveu muitos exemplos aos americanos e franceses dos fins no século XVIII, em sua forma de ação e na construção política, no republicanismo, no regicídio, na suposição de uma igualdade natural. Mas há uma contribuição vista como secundária. Mais do que modelos políticos, os ingleses do seiscentos forneceram igualmente o vocabulário para que os revolucionários do século XVIII soubessem que o que estava acontecendo era uma revolução. Entre 1688 e 1789 algo aconteceu. No entanto, longe de explicar a adesão e a utilização da noção de revolução unicamente pela influência inglesa, como uma simples relação causal das nações rumo à modernidade, devemos refletir sobre as referências que tinham para o entendimento do termo.

Em uma rápida observação nos dicionários do século XVIII já percebemos a assunção do sentido político, mesmo que ainda com uma relevância maior do significado tradicional. Já em 1702, poucos anos após a dita Revolução Gloriosa, percebemos a entrada política do termo. No *The English Dictionary*, de John Kersey, temos como significado de *revolution*: “(i. e. girando sobre) um certo, curso dos planetas, tempo, etc.) ou uma mudança de governo”. Mesmo que de forma tímida e secundária, o sentido político do vocabulário passa logo a ocupar espaço já no início do século XVIII.³⁴

Na edição de 1720 do dicionário *The new World of words*, de Edward Phillips, apesar da importância maior dada ao sentido astrológico da palavra, vemos: “propriamente um retorno, girando ao redor; uma notável mudança no Governo, ou

³³ THOMASSEN, Bjorn. “Notes toward an Antropology of Political Revolutions”. *Comparative Studies in Society and History*. 2012, 54 (3).

³⁴ KERSEY, John. *English Dictionary* (1702). Consultado em: Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=834-16883 Acesso em: 01 out. 2014. No Original [(i. e. whirling about) a certain, course of the planets, time, &c.) or a change of government].

grande virada nos eventos”.³⁵ Na mesma década, em uma enciclopédia londrina, editada por Ephraim Chambers, o sentido político já apareceria em destaque, vindo inclusive antes dos significados originais da palavra. Para o *Cyclopaedia*, revolução significava “uma grande volta ou mudança no Governo”. E lembrava que, entre os ingleses, o termo era utilizado para a assunção de Guilherme e Maria, após a abdicação de Jaime II.³⁶

Ainda, no famoso dicionário de Samuel Johnson, de 1755, *A Dictionary of English Language*, podemos ler entre os significados possíveis para revolução, em meio aos sentidos já conhecidos, seu sentido político. Segundo é apresentado, *revolution* poderia indicar também uma “mudança no estado de um governo ou país”. E sugeria, assim como o editor de *Cyclopaedia*, que o vocábulo “é utilizado entre nós [...] para a mudança produzida pela admissão do rei Guilherme e a rainha Maria”.³⁷

Igualmente, em uma pesquisa sobre as recorrências do termo na plataforma *Early English Books Online* (EEBO³⁸) é possível perceber que só a partir do século XVII temos uma maior relevância na utilização da palavra. Esse emprego cresce substancialmente durante os seiscentos, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

³⁵ PHILLIPS, Edward. *The new world of words* (1720). Disponível em: https://archive.org/details/The_New_World_of_English_Words_Or_A_General_Dictionary. Acesso em: 01 out. 2014. No Original [properly a rolling back, or, whirling round; a notable change of Government, or great Turn of Affairs].

³⁶ CHAMBERS, Ephraim. *Cyclopaedia volume 2*. Disponível em: http://en.wikisource.org/wiki/Page:Cyclopaedia_Chambers_-_Volume_2.djvu/631 Acesso em: 01 out. 2014.

³⁷ JOHNSON, Samuel. *A Dictionary of the English Language: A Digital Edition of the 1755 Classic* by Samuel Johnson. Edited by Brandi Besalke. Last modified: March 17, 2014. Disponível em: <<http://johnsonsdictionaryonline.com/?p=19538>> Acesso em: 01 out 2014.

³⁸ No Apêndice, analisei a quantidade total das obras disponíveis na plataforma publicadas no século XVII, pelo montante é possível perceber às expansões e retrações das publicações e o universo que se insere o conceito de revolução.

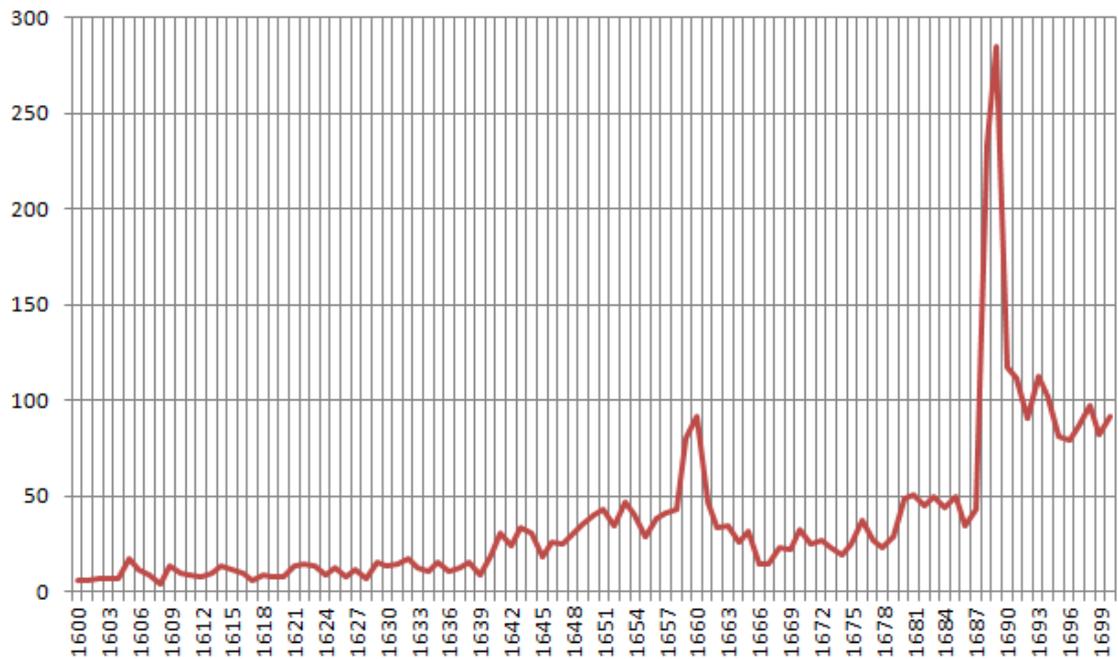


Gráfico 1 – Recorrência do termo revolução durante o séc. XVII.

Coincidentemente, se percebe uma utilização ainda mais destacada a partir da eclosão da guerra civil inglesa em 1642. No Interregno, 1649-1660, há um pico de mais de 80 entradas no período após a morte de Oliver Cromwell, a instalação da *Commonwealth* e o retorno de Carlos II, em maio de 1660. Ainda, é interessante observar no gráfico uma queda brusca no vocabulário com a Restauração. Apenas nos anos de 1688 e 1689 teremos uma alteração drástica dessa tendência. No ano das discussões sobre a deposição de Jaime II, o número de registros indicados na plataforma EEBO salta de 32, no ano anterior, para 210. Sendo o auge atingido em 1689, 231 recorrências para o termo foram encontradas.

Vendo esses números é impossível afirmar que os ingleses desconheciam o termo, mesmo que em seu sentido tradicional e científico, concorrendo com o uso mais político de revolução. Mesmo que sub-repticiamente, aquele campo semântico correu pelos discursos sociais, fazendo com que os coevos enxergassem uma revolução na troca dinástica e a invasão holandesa de 1688/1689. Desde então, eles sabiam que o que estava acontecendo era um episódio revolucionário. O próprio evento foi denominado assim.

Observando as obras listadas na plataforma, entre os anos de 1688-1700, podemos perceber um uso cada vez mais constante do termo no título dos textos. Antes a palavra quase nunca era usada sozinha, era sempre um complemento a algo. Falava-se

em revoluções dos tempos, revoluções dos planetas, revoluções dos Estados. No entanto, o termo Revolução se torna cada vez mais frequente nos títulos e no conteúdo das obras; grafado como um nome próprio, com a primeira letra maiúscula e designando um evento específico.³⁹

Igualmente é interessante notar a presença de uma delimitação espacial específica: “*Revolution of England*”, “*Revolution in England*”, “*Revolution in Britain*”, “*Revolution in Scotland*” etc. Também é notável a utilização do pronome possessivo para designar o evento: “*our revolution*”. Além disso, o termo não ficou restrito ao mundo britânico. Pode-se ler sobre acontecimentos ocorridos em outros lugares e épocas, interpretados como Revoluções: “*Revolution in Portugal*”,⁴⁰ “*Revolution in Naples*”⁴¹ e “*Revolution in Sweden*”⁴². Além desse elemento espacial, a Revolução também carregava um caráter temporal definidor. É tratada como “*present revolution*”, “*late revolution*” ou algo sem comparação com outros eventos do passado: “*not to be paralleled*”. Ainda, por essa concepção, pode ser tratada como um corte no fluxo do tempo, sendo indicados uma época e eventos “*before the Revolution*”, “*since the Revolution*” ou “*after the Revolution*”.⁴³

Há também a adjetivação do evento, o que, de certa forma, está intimamente ligada a uma tentativa de justificar suas causas e apontar seus benefícios. Em muitas obras a deposição de Jaime II é descrita como “*wonderful Revolution*”, “*great Revolution*”, “*happy Revolution*”, “*glorious Revolution*” etc. Além disso, a alteração é descrita por seus defensores como um trabalho divino, conduzido pelas mãos da Providência. No entanto, essa percepção não foi um consenso. Havia aqueles defensores do antigo rei Stuart e da necessária fidelidade dos súditos aos soberanos. Entre 1688-1693, como indicou M. P. Thompson, a Revolução passou longe do consenso que a historiografia *Whig* propôs. Havia aqueles que enxergavam a deposição de Jaime II como ilegítima e abominável, sendo uma violação aos juramentos de fidelidade, fruto de

³⁹ Os apontamentos feitos aqui são fruto da observação da listagem de obras registradas na plataforma EEBO contendo a palavra “*revolution*”, em levantamento realizado em março de 2016. Por não citar uma fonte diretamente, escolhi deixar as expressões na língua original e conforme aparecem nos textos. Critério semelhante será adotada daqui pra frente nesta tese.

⁴⁰ Trata dos eventos de 1640, conhecidos sobre o nome de Restauração Portuguesa e a coroação de Dom João IV.

⁴¹ Refere-se á rebelião de Masaniello em 1647.

⁴² Refere-se à revolta sueca contra o rei Cristiano II em 1521-1523, deposto por Gustav Vasa.

⁴³ Não é possível perceber uma singularização do conceito, pois os termos tanto no plural como no singular (*revolution/revolutions*) são identificados, significando uma alteração no estado das coisas.

uma invasão estrangeira e de uma conquista garantida pela força, mas injustificável por direito.⁴⁴

Todavia, o argumento da conquista auxiliou a aceitação da Revolução por *tories*, que de início eram seus opositores. Considerada obra divina ou fruto de uma Guerra Justa, a ascensão de Guilherme e Maria foi tratada como um fato e que mereceria a fidelidade de todos os ingleses, para manutenção da ordem social e estabilidade do reino.⁴⁵ Ambos os grupos demonstravam preferir Guilherme e o novo governo a Jaime II. Como sugere H. T. Dickinson, “uma vez que o estabelecimento da Revolução⁴⁶ estava firmemente consumado os *Tories* começaram a seguir os *Whigs* enfatizando que o novo regime era apenas a restauração da Antiga Constituição aos seus princípios originais”.⁴⁷ No entanto, apesar do consenso sobre os benefícios da Revolução, a diferença entre os partidos era marcada em sua atuação política. E isso passava impreterivelmente pela interpretação que sustentavam sobre os eventos de 1688-1689.

O início do século XVIII foi marcado pelo uso político da história. Autores com tendências de ambos os partidos sustentavam interpretações da Revolução com fins pragmáticos, preocupados mais em servir a questões políticas e religiosas do presente do que escrever com alguma imparcialidade. Procurando se eximir das cargas da não obediência e da resistência, *Tories* defendiam a tese da vacância ou abdicação do trono real para justificar a alteração política. Ao contrário, autores de tendência *Whig* procuravam justificar a justa oposição a Jaime II, defendendo o direito à resistência e a ideia de que o monarca havia quebrado os pactos firmados com a população inglesa.⁴⁸

No entanto, a Revolução ainda era justificada dentro de princípios históricos. Sob as perspectivas de ambos os partidos, a ascensão dos Orange teria restaurado e preservado a religião, os direitos e liberdades do povo inglês. Ao crescente *Torismo* do início do século, se seguiu uma forte predominância *Whig*, com o destaque obtido por Robert Walpole a partir do governo de George I. Agora no poder, adotaram uma postura

⁴⁴ THOMPSON, M. P. “The Idea of Conquest in Controversies Over the 1688 Revolution”. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 38, No. 1, 1977.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ O termo “*Revolution Settlement*” é utilizado para designar todos os elementos que garantiram a defesa da religião protestante e dos direitos dos ingleses, entre a *Bill of Rights* (1689) e o *Act of Settlement* (1701). Muito além de indicar apenas a alteração política, trata das leis, atos parlamentares etc.

⁴⁷ DICKINSON, H. T. “The eighteenth-century Debate on the ‘Glorious Revolution’”. *History*. Vol. 61, no. 201 (1976), p. 33. No Original [Once the Revolution settlement was firmly established the Tories began to follow the Whigs in stressing that the new regime was only the ancient constitution restored to its original principles].

⁴⁸ RICHARDSON, R. C. “The eighteenth century: the political uses of history”. In: _____. *The Debate on the English Revolution*. New York: Palgrave Inc., 1998.

mais conservadora, procurando se afastar das antigas bases que sustentavam a oposição a partir do direito de resistência e da teoria do rompimento dos pactos. Poucos *Whigs*, participantes dos eventos de 1688-1689, ainda estavam vivos. Tinham acesso apenas ao seu resultado e, desta forma, estavam mais preocupados com a manutenção da estabilidade política. Essa mudança, no entanto, afetou drasticamente a interpretação de seus adeptos sobre a Revolução.⁴⁹

A partir da década de 1730 se consolidou uma perspectiva em que a própria Revolução seria responsável por libertar a Inglaterra da escravidão. O retorno às garantias passadas seria, na verdade, a volta aos grilhões que acorrentavam o povo inglês. Nesse sentido, a Revolução seria responsável por inaugurar uma nova era de liberdade, sendo guia de conduta para as ações futuras. O estabelecimento revolucionário teria sido o responsável pelas benéficas experimentadas no presente e a fundação de uma constituição moderna, superior à antiga. Dessa forma, a ordem civil e a estabilidade política seriam vistas como os mais importantes elementos para assegurar essa nova liberdade, só atingidas com os eventos do final do século XVII.⁵⁰

1688, O SÉCULO XVIII E UMA NOVA ERA

O século XVIII era obcecado pela Revolução de 1688. Se como acontecimento histórico ela pertence ao final do século XVII, como objeto historiográfico foi certamente ao longo do setecentos em que foi construída e tomou corpo. Muito mais do que qualquer reflexão coeva no olho da Revolução, foi o século das Luzes quem mais procurou debater e refletir sobre suas consequências e ressonâncias. Devido sua proximidade cronológica, parecia ser fundamental na explicação e legitimação da constituição social, econômica e política da própria Inglaterra setecentista.

Até seu centenário e a emergência da Revolução francesa, muito aconteceu em sua fortuna. Como diz Koselleck, durante o século XVIII, revolução se tornou a palavra da moda. “Os iluministas encontravam-se em terreno conhecido”,⁵¹ quando empregaram o termo no sentido moderno. Como vimos, aos primeiros sinais de turbulências na França, os coevos já tinham os meios disponíveis para a compreensão do conceito em suas novas bases. Embora fosse algo novo, certamente muito dos

⁴⁹ DICKINSON, H. T. “The eighteenth-century Debate on the ‘Glorious Revolution’”. *Op. Cit.*

⁵⁰ *Idem*; RICHARDSON, R. C. “The eighteenth century: the political uses of history”. *Op. Cit.*

⁵¹ KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. *Op. Cit.*, p. 67.

elementos dados como constituintes do sentido moderno do termo já poderiam ser encontrados desde o século XVII.⁵²

No entanto, quanto mais se embrenhava na modernidade mais se afastava o vínculo do conceito com as experiências vividas por homens e mulheres do passado ou do presente. Revolução passou a estar ligada mais a uma expectativa, capaz de revelar os desejos futuros e de conduzir o próprio desenvolvimento de povos e indivíduos.⁵³ Esse rompimento com os laços históricos, constituições e costumes do passado, antes empunhados como justificativa para a resistência, se deu em detrimento do fortalecimento de formulações abstratas e racionais. O século XVIII marca uma transição no gosto intelectual, da ênfase baseada na erudição medieval, na tradição jurídica e na pesquisa documental para uma razão filosófica, fruto da imaginação e reflexão individual. Algo que foi descrito por David Douglas como “o fim de uma Era”.⁵⁴ Assim, a conservação do presente se justificou a partir de uma teoria política focada no futuro, não no passado. A compilação e a prática antiquaria seriam vistas, por alguns, como indignas, como limitação e falta de iluminação. Em uma época de desconfiança e ceticismo com a História, estudar o passado teria pouca relevância para a ação humana e para a formulação de ideias gerais.⁵⁵

Dessa forma, todas as histórias particulares foram colocadas sob os princípios de uma História única, desenvolvida enquanto filosofia e na qual a ideologia do Progresso buscava hierarquizar graus de evolução. Essa qualificação temporal possibilitou a sensação de uma ruptura drástica com o passado, trazendo como consequência a afirmação do presente como uma época única e distinta, e a rejeição dos tempos e conhecimentos anteriores. Nesse sentido, a Revolução teria um papel fundamental, pois inauguraria o novo. Seria considerada justamente o instrumento que fomentaria a ruptura, para a superação de estruturas consideradas arcaicas e anacrônicas em direção à modernidade.

Esse foco na razão, distante das querelas e justificativas do passado, foi terreno fértil para o desenvolvimento de uma história filosófica. Colocando-se acima das

⁵² SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Revoluciones y crisis del siglo XVII”. *SÉMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, 2016, vol. 28.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. *Op. Cit.*,

⁵⁴ DOUGLAS, David C. “The End of An Age”. In: _____. *English Scholars*. London: Jonathan Cape LTD., 1943.

⁵⁵ POCKOCK, J. G. A. “Conclusion: 1688 in the History of Historiography”. In: _____. *The Ancient Constitution and the Feudal Law: a study of English historical thought in the seventeenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; HAZARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988; DOUGLAS, David C. “The End of An Age”. *Op. Cit.*

disputas políticas e religiosas do presente, o filósofo prometia se eximir dos extremos partidários, facciosos e dos interesses particulares. Para isso, deveria adotar uma postura cética e crítica, tendo como único guia o pensamento racional. Sob essa perspectiva, David Hume escreveu uma importante contribuição à história do reino: *The History of England – from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688*. Publicada em 6 volumes entre 1754 e 1761, a obra, segundo Richardson, agregava tanto elementos *Tories* quanto *Whigs*.⁵⁶ Para o escocês, a Revolução teria iniciado “uma nova época na constituição”, atuando e promovendo “muitas questões importantes em favor da liberdade” e do povo. Assim, como sugere, seria possível afirmar, sem exageros, “que nós, nessa ilha, jamais apreciamos, se não o melhor sistema de governo, ao menos o mais completo sistema de liberdade, jamais conhecido entre a espécie humana”.⁵⁷

O entusiasmo de Hume não era um caso isolado. Certamente, os eventos de 1688 foram o grande exemplo de Revolução para os autores setecentistas. John Millar, outro escocês interprete do governo e costumes ingleses, defendia que a História da Inglaterra podia ser dividida em dois eixos: aquilo que aconteceu antes da Revolução e aquilo que aconteceu depois. A Revolução teria proporcionado “vantagens eminentes à constituição, que surgiu efetivamente para assegurar os mais importantes direitos da humanidade”.⁵⁸ Já para o jornalista radical e político inglês, John Wilkes, a Revolução de 1688 inauguraria “a grande era da liberdade inglesa. A partir desse período auspicioso, a liberdade fez residência de forma regular e ininterrupta em nossa feliz ilha”.⁵⁹ Essa mesma percepção recebia a concordância do embaixador inglês Robert Molesworth. Como afirmou, “desde a Revolução em Oitenta e oito, estamos assentados sobre uma outra e melhor fundação”.⁶⁰

⁵⁶ RICHARDSON, R. C. “The eighteenth century: the political uses of history”. *Op. Cit.*, p. 54.

⁵⁷ HUME, David. *The History of England from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688*, Foreword by William B. Todd, 6 vols. (Indianapolis: Liberty Fund 1983). Vol. 6. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/hume-the-history-of-england-6-vols>> Acesso em: 20 jan. 2017. No Original [a new epoch in the constitution], [many important questions in favour of liberty] e [that we, in this island, have ever since enjoyed, if not the best system of government, at least the most entire system of liberty, that ever was known amongst mankind].

⁵⁸ MILLAR, John. *An Historical View of the English Government, From the Settlement of the Saxons in Britain to the Revolution in 1688*, in four volumes, edited by Mark Salber Philips and Dale R. Smith, introduction by Mark Salber Philips (Indianapolis: Liberty Fund, 2006). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/millar-an-historical-view-of-the-english-government>> Acesso em: 20 jan. 2017. No Original [eminent advantages of a constitution, which appeared effectually to secure the most important rights of mankind].

⁵⁹ WILKES, John. *The correspondance of the late John Wilkes with his friends*. London: J. Taylor, Black Horse Court., 1805. No Original [the great era of English liberty. From this auspicious period, freedom has made a regular uninterrupted abode in our happy island].

⁶⁰ MOLESWORTH, Robert. *An Account of Denmark, With Francogallia and Some Considerations for the Promoting of Agriculture and Employing the Poor*, Edited and with an Introduction by Justin

Mesmo uma grande referência entre os *Tories*, como o Visconde de Bolingbroke, escreveu em 1773 a favor da Revolução. Em seu *Dissertation upon Parties*, defendia a unanimidade do estabelecimento revolucionário, apesar das diferenças políticas e partidárias: “a Revolução é vista por todos os lados como uma nova Era” e o novo *Settlement*, por todo país e partidos é tido “como uma *nova magna Carta*, de onde *novos Interesses, novos Princípios de Governo, novas Escalas de Submissão, e novas Obrigações*, emergiram”.⁶¹ Ainda, é interessante notar a exaltação da Revolução por seus desdobramentos econômicos. Muitos autores enalteceram a estrutura que a ascensão da dinastia de Orange possibilitou ao comércio, finanças e prosperidade da nação inglesa e do conjunto britânico, como Adam Smith,⁶² os irmãos James e Adam Anderson etc.⁶³ Também Millar defendeu que depois da Revolução, a “Inglaterra desfrutou sem um rival, promovendo, em uma situação admirável, seu comércio e manufaturas”.⁶⁴

No entanto, a Revolução de 1688-1689 não era vista somente como ponto fundamental na história do Reino Unido e restrita aos domínios britânicos. Era vista como digna de recomendação e exemplo a ser seguido por outros países.⁶⁵ Para o pregador radical, Richard Price, os tempos atuais seriam prósperos a todos os amigos da liberdade e aos povos interessados em despertar e se libertar dos grilhões que os prendiam. Como escreveu, “eis que a luz que lançastes, depois de libertar a América, refletiu sobre a França, e acendeu uma fogueira que lançou o despotismo em cinzas, aquecendo e iluminando a Europa!”.⁶⁶ De forma semelhante, Millar apontava que “a

Champion (Indianapolis: Liberty Fund, 2011). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/molesworth-an-account-of-denmark-with-francogallia-and-some-considerations-for-the-promoting-of-agriculture-and-employing-the-poor>> Acesso em 20 jan. 2017. No Original [since the Revolution in Eighty-eight, that we stand upon another and a better Bottom].

⁶¹ BOLINBROKE, Henry St. John. *A dissertation upon parties in several letters to Caleb D'anvers, esq.* London: Printed by H. Haines, 1735, p. 9. No Original [The Revolution is looked upon by all Sides as a new AEra] e [as a *nova magna Charta*, from whence *newInterests, new Principles of Government, new Measures of Submission* and *new Obligations* arise].

⁶² SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Vol. 2.* São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 1170.

⁶³ ANDERSON, Adam. *Historical and chronological deduction of the origin of commerce, from the earliest accounts.* London: Printed J.White [...], 1801; ANDERSON, James. *Observations on the Means of Exciting a Spirit of National Industry.* Edinburgh: Printed for T. Cardell, 1777.

⁶⁴ MILLAR, John. *An Historical View of the English Government, From the Settlement of the Saxons in Britain to the Revolution in 1688. Op. Cit.* No Original [England enjoyed without a rival, promoted, in a wonderful degree, her commerce and manufactures

⁶⁵ PINCUS, Steve. *1688: the first modern revolution. Op. Cit.*

⁶⁶ PRICE, Richard. *A Discourse on the Love of Our Country, delivered on Nov. 4, 1789, at the Meeting-House in the Old Jewry, to the Society for Commemorating the Revolution in Britain. With an Appendix.* Second edition (London: T. Cadell, 1789). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/price-a-discourse-on-the-love-of-our-country>> Acesso em: 22 jan. 2017.No Original [Behold, the light you have

revolução na Inglaterra manteve viva aquela faísca que acendeu a chama da liberdade em outros países, e agora é provável que plaine insensivelmente sobre todo o mundo habitável”.⁶⁷ Robert Molesworth, em 1711, sugeriu que “ninguém pode ser um sincero Amante da Liberdade”, não estando amparado nos princípios da Revolução e não atuando “para o crescimento e divulgação dessa Benção para todos os povos”.⁶⁸ Para Wilkes, a Inglaterra, desde a fuga de seu último tirano, abraçou a “causa da liberdade”, fazendo de sua população a mais feliz entre os povos. Segundo o autor, os ingleses e o reino seriam “os protetores da liberdade universal, o flagelo dos tiranos, o refúgio dos oprimidos”, sendo essas “as verdadeiras glórias dessa terra de liberdade, na mais esclarecida era da filosofia”.⁶⁹

A Revolução de 1688 não era apenas objeto de recomendação, mas também objetivo a ser buscado por todos aqueles que se diziam amigos da liberdade e inimigos da tirania. Voltaire a observava com entusiasmo: “o que emergiu como revolução na Inglaterra não era nada mais do que sedição em outras nações”. Os ingleses, como um povo orgulhoso de sua liberdade, souberam lutar contra a escravidão encontrada em outros países envolvidos em diversas calamidades e derramamentos de sangue infrutíferos. Foram “o único povo na terra que foi capaz de prescrever limites ao poder dos reis”. Em resistência às arbitrariedades reais “estabeleceram aquele sábio Governo em que o Príncipe é todo poderoso para fazer o bem, e, ao mesmo tempo, é impedido de cometer o mal; em que os nobres são elevados sem insolência, ainda que não haja vassallos; e onde o povo partilha o Governo sem confusão”.⁷⁰ A Revolução seria algo capaz de apresentar novos horizontes e libertar os povos das garras do despotismo,

struck out, after setting America free, reflected to France, and there kindled into a blaze that lays despotism in ashes, and warms and illuminates Europe!].

⁶⁷ MILLAR, John. *An Historical View of the English Government, From the Settlement of the Saxons in Britain to the Revolution in 1688*. *Op. Cit.* No Original [the revolution in England kept alive that spark which kindled the flame of liberty in other countries, and is now likely to glide insensibly over the whole habitable globe].

⁶⁸ MOLESWORTH, Robert. *An Account of Denmark, With Francogallia and Some Considerations for the Promoting of Agriculture and Employing televados semhe Poor*. *Op. Cit.* No Original [No Man can be a sincere Lover of Liberty] e [increasing and communicating that Blessing to all People].

⁶⁹ WILKES, John. *The correspondance of the late John Wilkes with his friends*. *Op. Cit.* No Original [cause of freedom], [the patrons of universal liberty, the scourge of tyrants, the refuge of the oppressed] e [true glories of this land of liberty, in the most enlightened age of philosophy].

⁷⁰ VOLTAIRE. *Letters on England*. The Pennsylvania State University, 2002, p. 27-28. No Original [That which rises to a revolution in England is no more than a sedition in other countries], [the only people upon earth who have been able to prescribe limits to the power of kings] e [established that wise Government where the Prince is all-powerful to do good, and, at the same time, is restrained from committing evil; where the nobles are great without insolence, though there are no vassals; and where the people share in the Government without confusion].

afastando-se do movimento circular que delineava um círculo vicioso e um futuro que se apresentava enquanto repetição.

Por toda Europa, o exemplo inglês era perseguido, formando o próprio entendimento do termo. Colocava-se, assim, em oposição aos interesses limitados e pessoais de uma guerra civil ou rebelião. A partir de um movimento revolucionário e organizado pela própria sociedade civil, a revolução ergueria um Estado possuidor do monopólio da legitimidade das ações e decisões, contra qualquer reivindicação dos laços e fidelidades partidárias, comunitárias, familiares ou religiosas.⁷¹ A Revolução estava acima dos interesses particulares, sejam eles de seitas ou tiranos. Conforme indicou Montesquieu, em seu *Do Espírito das Leis*, “todas nossas histórias estão cheias de guerras civis sem revoluções”, ao contrário, “as dos Estados despóticos estão cheias de revoluções sem guerras civis”.⁷²

Igualmente, é interessante perceber essa mesma perspectiva ao observar os dois termos na *Encyclopedie* de Diderot e D’Alembert. De um lado, temos a total ausência de referências à guerra civil (*guerre civile*) no verbete “*Guerre*”.⁷³ Como sugere Koselleck, “quanto mais progredia o Iluminismo, mais a guerra civil parecia tornar-se pálida reminiscência histórica”.⁷⁴ Do outro, vemos a adoção do novo sentido no verbete “*révolution*”. Apesar da indicação e descrição dos significados cíclicos e tradicionais (astrológico e geométrico), o conceito é apresentado primeiramente como um termo político, indicando “uma mudança significativa acontecida no governo de um estado”. Ainda, na segunda definição apresentada, relaciona o entendimento do termo a um evento histórico específico: a Revolução de 1688. Segundo o verbete, “embora a Grã-Bretanha tenha experimentado em todas as épocas muitas revoluções, o inglês especialmente consagrou este nome a de 1688, em que o príncipe de Orange Guilherme de Nassau, subiu ao trono em lugar de seu sogro – Jaime Stuart”⁷⁵.

⁷¹ KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. *Op. Cit.*, p. 66-68.

⁷² MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 68.

⁷³ ARTFL Encyclopédie Project. “Guerre”, vol. 7, 1757, Disponível em: <<http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.6:1652.encyclopedie0513>> Acesso em: 20 jan. 2017.

⁷⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. *Op. Cit.*, p. 68.

⁷⁵ ARTFL Encyclopédie Project. “Révolution”, vol. 14, 1765. Disponível em: <<http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.13:739.encyclopedie0513>> Acesso em: 20 jan. 2017. No Original [un changement considérable arrivé dans le gouvernement d'un état] e [Quoique la Grande - Bretagne ait éprouvé de tous tems beaucoup de révolutions, les Anglois ont particulièrement consacré ce nom à celle de 1688, où le prince d'Orange Guillaume de Nassau, monta sur le trône à la place de son beau - pere Jacques Stward].

Com o passar do século XVIII, cada vez mais o vocabulário se aderiu à linguagem pública, na Inglaterra, na França e em outros lugares, estando nas penas de muitos autores de destaque, não sendo possível indicar a exclusividade de uma área sobre o termo – política, direito, romance etc. A palavra revolução quase sempre era utilizada para indicar uma mudança ou alteração, seja ela humana, natural, subjetiva ou social. Falava-se de revoluções dos sentimentos, revoluções dos costumes, revoluções do pensamento etc. Sob essa perspectiva, muitos autores perceberam e descreveram diversas revoluções no passado, no oriente, nas religiões. Como indica Reinhart Koselleck, “tudo aquilo que se via e se descrevia era compreendido a partir da perspectiva da transformação, da comoção. A revolução abarcava os costumes, o direito, a religião, economia, nações, Estados e continentes, enfim todo o globo terrestre”.⁷⁶ Inclusive, como indicou Bernard Cohen, a própria noção científica do termo, que antes moldou o entendimento do vocábulo como algo circular, sofreu influência do sentido político. A partir do século XVIII, passou a descrever uma ruptura com o passado, em que uma nova teoria ou autor inauguraria uma nova época.⁷⁷

Todavia, outro desafio se colocava à Revolução de 1688. Com os eventos americanos e franceses, o presente foi novamente convidado a repensar o estabelecimento revolucionário do final do século XVII. Se antes, a razão e a sensação de uma nova era foram levantadas por *Whigs* em defesa da preservação das conquistas obtidas com a revolução, nas décadas finais do setecentos eram esses mesmos princípios que pareciam ameaçar a sociedade estabelecida, sustentando uma completa ruptura com o passado.

A REVOLUÇÃO NA FRANÇA E A NÃO-REVOLUÇÃO DE 1688

Conjuntamente às turbulências do outro lado do Atlântico e além do canal da Mancha, se percebe um fortalecimento do radicalismo na Inglaterra. Essa relação, no entanto, não era uma via de mão única. Ao mesmo tempo em que os acontecimentos na França eram lidos sob as lentes das comoções de 1688-1689, as interpretações sobre a Revolução na Inglaterra sofriam influência dos preceitos franceses. Os contatos eram

⁷⁶ KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. *Op. Cit.*, p. 67.

⁷⁷ COHEN, I. Bernard. “The Eighteenth-century Origins of the Concept of Scientific Revolution”. *Journal of History of Ideas*. Vol. 37, n. 2, 1976.

intensos e impulsionaram uma série de correspondências entre os participantes da Sociedade da Revolução em Londres, com a Assembleia Nacional e outros amigos da Liberdade na França.⁷⁸ Como aponta Richardson, era comum e confortável entre setecentistas comparar os eventos revolucionários na França ao passado inglês. O debate que a agitação popular e a efervescência intelectual fomentavam se colocava sobre o âmbito dos princípios e das possibilidades de ação, sustentados sobre suas percepções de direito, obrigações e poder. Tais questões, todavia, tinham sérias implicações historiográficas, se relacionando às concepções de tempo que defendiam, tendo em vista o peso que davam ao passado e ao futuro nas ações do presente.⁷⁹

A interpretação radical de 1688 não era nova. O início do século XVIII marca um consenso *Whig* pela teoria contratualista do rompimento dos pactos e que, caso descumpridos, justificavam a resistência. Nesse sentido, acreditavam que a Revolução tinha sido transformadora, inaugurando uma nova era de liberdades civis e religiosas, sendo justa e necessária. A partir 1715, no entanto, com a preponderância *Whig* no governo, se adotou uma perspectiva conservadora em prol da estabilidade, afastando-se da concepção radical anterior. Assim, estabeleceu-se uma divisão entre *Establishment Whigs*, simpatizantes de Walpole e preocupados com a manutenção do poder e *Opposition Whigs*, defensores do caráter ainda incompleto dos princípios da Revolução.⁸⁰ Assim, como expressou Richard Price, “embora a Revolução tenha sido uma grande obra, não foi de modo algum uma obra perfeita”.⁸¹

A partir da década de 1760, se percebe um maior destaque de obras contendo uma interpretação radical da Revolução de 1688. Para muitos autores, a narrativa *Whig* oficial, em prol da estabilidade política e da ordem social era insuficiente. O protagonismo da História não podia se limitar as ações e decisões do Parlamento, eram necessárias medidas que adotassem reformas mais drásticas e que ampliassem o poder dos representantes populares. Sob essa perspectiva, defendiam que o estabelecimento do século XVIII não foi o responsável por assegurar a liberdade, mas sim por estabelecer uma oligarquia, que corrompeu os princípios originais da Revolução em favor de

⁷⁸ ANON. *The Correspondence of the Revolution Society in London, with the National Assembly and with various societies of the Friends of Liberty in France and England*. London, 1792.

⁷⁹ RICHARDSON, R. C. “The French Revolution and the English history”. In: _____. *The Debate on the English Revolution*. New York: Palgrave Inc., 1998, p. 64-65.

⁸⁰ PINCUS, Steve. *1688: the first modern revolution*. *Op. Cit.*, p. 15-21.

⁸¹ PRICE, Richard. *A Discourse on the Love of Our Country*, delivered on Nov. 4, 1789, at the Meeting-House in the Old Jewry, to the Society for Commemorating the Revolution in Britain. *Op. Cit.*. No Original [though the Revolution was a great work, it was by no means a perfect work].

interesses privados.⁸² Na obra *Take your Choice!*, de 1776, John Cartwright, um dos mais notáveis apologistas por reformas parlamentares, defendia a existência de parlamentos anuais contra a longa duração dos mandatos parlamentares, que, segundo ele, fazia com que os membros políticos se esquecessem de seus deveres com o bem público. Como diz, “os *sentimentos* de grande parte da *nação* não são os mesmos que os *sentimentos dos longos parlamentos* estabelecidos na corrupção: nem são a *linguagem* de tais parlamentos com seu príncipe, sempre expressando o *senso do povo*”.⁸³

No entanto, a postura radical, não se limitou a uma perspectiva que pressupunha unicamente um retorno aos pactos originais do passado. Nas últimas décadas do século, se fortaleceu a interpretação de que a Revolução de 1688 ainda precisava ser pensada para além da experiência, das limitações da existência real. Em consonância com a moda intelectual das Luzes, defendia o abandono das atitudes e escolhas do passado como guias de conhecimento e ação, em prol da razão e da moral. Como indicou James Mackintosh, em 1791, “não é porque fomos livres, mas porque temos o direito de ser livre, que devemos exigir liberdade. Justiça e liberdade não têm nascimento, nem raça, juventude ou idade”.⁸⁴ O passado deveria ser aperfeiçoado pelo novo, em uma concepção progressiva do desenvolvimento humano, em que o futuro naturalmente reservaria formas melhores; melhores constituições, melhores ideias, melhores práticas etc.

A perspectiva radical ganhou ainda mais força com as agitações americanas e francesas. No entanto, se estimularam o radicalismo inglês, em contrapartida, provocaram também uma feroz reação conservadora, interessada em preservar a atual constituição e evitar que a Inglaterra tomasse o mesmo rumo dos eventos acontecidos na França. Como apresenta Dickinson, as interpretações podiam ser divididas em duas correntes. Alguns, apegados às formulações dos *establishment whigs*, buscavam apontar os melhoramentos conquistados com a Revolução, contra a possibilidade dos súditos

⁸² RICHARDSON, R. C. “The French Revolution and the English history”. *Op. Cit.*; DICKINSON, H. T. “The eighteenth-century Debate on the ‘Glorious Revolution’”. *Op. Cit.*

⁸³ CARTWRIGHT, John. *Take your Choice!* London: Printed for J. Almon, 1776, p. [xvi]. No Original [he feelings of the great bulk of the nation, are not the same with the feelings of long parliaments founded in corruption: nor will the language of such parliaments to their prince, ever express the sense of the people].

⁸⁴ MACKINTOSH, Sir James. *Vindiciae Gallicae and Other Writings on the French Revolution*. edited and with an Introduction by Donald Winch (Indianapolis: Liberty Fund, 2006). Disponível em <<http://oll.libertyfund.org/titles/mackintosh-vindiciae-gallicae-and-other-writings-on-the-french-revolution>> Acesso em: 22 jan. 2017. No Original [It is not because we have been free, but because we have a right to be free, that we ought to demand freedom. Justice and liberty have neither birth nor race, youth nor age].

defenderem um direito de resistência devido ao rompimento com os pactos passados, hipotéticos ou reais. Segundo o autor, para os defensores desta perspectiva “a constituição foi o produto do tempo e o resultado de respostas específicas a problemas práticos. Não deve ser testada contra alguns princípios abstratos de governo, mas julgada conforme os benefícios que trouxe e a estabilidade que preservou”.⁸⁵

Outros eram ainda mais combativos à possibilidade do direito à resistência e sustentavam uma interpretação conservadora da Revolução, defendendo que a alteração no governo aconteceu sem qualquer resistência. A revolução tinha sido meramente restaurativa. Nada havia sido feito para atingir e estabelecer novas formas de governo, leis ou hierarquias sociais.⁸⁶ Sob esses princípios, certamente o autor mais importante e influente foi Edmund Burke. Interessado em combater a tendência racionalista que vinha das Luzes e da Revolução na França, defendia o apego ao passado, à experiência e à tradição como resposta à radicalidade francesa e como elemento constituinte do caráter inglês.⁸⁷

Como sugere Pocock, uma das características mais marcantes do pensamento burkeano é seu exposto antirracionalismo. Poderia ser “colocado em oposição a qualquer sistema racionalista da política, que apresentasse a sociedade política como originalmente baseada na chancela de mentes individuais para princípios universais discernidos racionalmente”.⁸⁸ Enquanto os autores radicais propunham afastar a história do pensamento político em detrimento da razão e de direitos inalienáveis, Burke defendia a existência e a validade de direitos historicamente justificados, transmitidos como herança, em continuidade às escolhas passadas, e não em decorrência de princípios abstratos.

Dessa forma, escrevia em combate às ideias do dissidente Richard Price, que, segundo ele, não escrevia “pela difusão da verdade, mas pela expansão da contradição”.⁸⁹ Há em sua exposição uma forte distinção entre o caráter público do que expunha, conhecido e compartilhado pela maior parte da população inglesa, e aquilo

⁸⁵ DICKINSON, H. T. “The eighteenth-century Debate on the ‘Glorious Revolution’”. *Op. Cit.*, p. 42. No Original [the constitution was the product of the time and result of specific responses to practical problems. It should not be tested against some abstract principles of government but should be judged according to the benefits it brought and the stability it maintained].

⁸⁶ *Idem*, p. 43.

⁸⁷ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. *Op. Cit.*

⁸⁸ POCOCK, J. G. A. “Burke and the Ancient Constitution – a Problem in the History of Ideas”. *Historical Journal*, 3, 1960, p. 125-126. No Original [set in opposition to any rationalist system of politics, which presents political society as based originally on the assent of individual minds to universal principles rationally discerned].

⁸⁹ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. *Op. Cit.*, p. 35.

que considerava ser a opinião privada do pregador e dos membros da Sociedade da Revolução, fruto do “isolamento da abstração metafísica”. A partir disso, “dão a todo princípio político sua cor própria e seu efeito particular”, que transforma princípios abstratos em benefícios inalienáveis, mas que desconsidera as circunstâncias que efetivamente os fazem maus ou bons⁹⁰.

Sendo assim, permitir que a Inglaterra caísse sobre as ideias empregadas na França, rompendo a ordem, a continuidade, as fidelidades e as leis, seria um desfavor ao reino. Viciados em mudanças e hipnotizados pelas novidades, muitos adeptos desses princípios, “não sentem nenhum tipo de preocupação em relação à duração de um edifício erguido às pressas”, afinal “a duração não é objetivo de preocupação para quem pensa que pouco ou nada foi feito antes de seu tempo e deposita todas as suas esperanças em descobertas”. Essas doutrinas e sentimentos, todavia, são “completamente distintos daqueles que sempre seguimos na Inglaterra”. Da mesma forma, como era defendido por muitos autores radicais e afirmado por alguns na França, acreditava que seria infundada a percepção de que a experiência inglesa teria algo a ensinar aos franceses ou anteciparia àquela Revolução. Como diz, “estamos tão pouco dispostos a receber essas lições da França quanto certos de que nunca as ensinamos àquela nação”.⁹¹

Nesse sentido, a revolução ou a deposição de um rei deveria ser vista como um instrumento extraordinário, como alívio momentâneo ao poder arbitrário e a fim de garantir a liberdade civil. O rápido rompimento com a obediência real em 1688 foi imposto pela necessidade e trouxe como consequência a Declaração de Direitos, “pedra angular de nossa constituição”. Assim, quaisquer questões sobre os princípios da Revolução poderiam ser encontradas ali, nos preceitos e conquistas que garantiu. Diferente dos ideais sustentados por Price, para quem cada povo teria direito de escolher seus próprios governantes, Burke se amparava na própria Declaração para reafirmar os direitos a uma sucessão protestante, para manter a hereditariedade, a paz e a tranquilidade do reino. No entanto, essa defesa da continuidade não impedia a mudança caso fosse necessário, “mas mesmo nesse extremo (se medimos a extensão de nossos direitos pelo exercício que deles fizeram na Revolução) a mudança deve ser limitada à parte deteriorada apenas; à parte que tornou o desvio necessário”. Esse mecanismo era

⁹⁰ *Idem*, p. 29-30.

⁹¹ *Idem*, p. 107.

útil à própria preservação da sociedade, afinal, como sustenta, “um Estado sem meios para mudar, não tem meios para se conservar”.⁹²

A Revolução seria o último “recurso de homens refletidos e virtuosos”, aplicado quando “a perspectiva de futuro” é “tão ruim quanto a experiência do passado”. O caráter excepcional da resistência deveria ser observado “quando as coisas tiverem chegado a essa situação lamentável”, como um lenitivo aos Estados em desajuste. Assim, como expõe, “na época da Revolução, como na atual, o que desejávamos era derivar tudo o que temos como *uma herança de nossos antepassados*”. Os direitos dos ingleses eram reivindicados enquanto herança e “não em virtude de princípios abstratos, ‘como os Direitos do Homem’”. Nesse sentido, em observância às referências do passado, a Revolução teria sido feita somente “para preservar nossas antigas e indiscutíveis leis, liberdades e aquela antiga Constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade”. Ancorados nesse patrimônio imaterial e avessos ao espírito da novidade, os objetivos pretendidos pela Revolução na França e seus admiradores pareciam estar distantes dos anseios buscado pelos ingleses: “a simples ideia de criar um novo governo” seria algo “suficiente para encher-nos de repulsa e horror”.⁹³

As formulações de Edmund Burke foram explosivas, condicionando e influenciando as reflexões sobre a Revolução de 1688 por gerações. Todavia, suas ideias não foram um consenso entre seus contemporâneos. Muitos radicais, defensores das Revoluções americana e francesa, escreveram contra Burke, mas, no entanto, assumiram sua tese: a Revolução de 1688 seria meramente restaurativa, não revolucionária, e por isso completamente distinta das revoluções oitocentistas. Enquanto Burke defendia o peso das escolhas do passado sobre o presente, os entusiastas da razão e do progresso pregavam a libertação dos modelos antigos, com os olhos voltados para o futuro. Assim, a Revolução de 1688 tornou-se apenas uma sombra das chamadas modernas revoluções.⁹⁴

Um exemplo disso pode ser observado no texto de *O direito do Homem*, de Thomas Paine, certamente um dos mais importantes opositores de Burke. Escrito como resposta a *Reflexões sobre a Revolução na França*, Paine procurou desfazer as afirmações de que a Revolução de 1688 havia sido definitiva na garantia dos direitos e

⁹² *Idem*, p. 40-44.

⁹³ *Idem*, p. 52-54.

⁹⁴ DICKINSON, H. T. “The eighteenth-century Debate on the ‘Glorious Revolution’”. *Op. Cit.*; RICHARDSON, R. C. “The French Revolution and the English history”. *Op. Cit.*

liberdade dos ingleses e que, por isso, seus princípios doravante deveriam ser observados e mantidos. Contra as prerrogativas históricas do Parlamento de 1688, afirmava que nenhum indivíduo, assembleia ou governo teria poderes de decidir sobre a posteridade e legislar até o final dos tempos e de forma hereditária. Essa seria a observância de um direito dos mortos sobre os vivos. Como afirma, “a vaidade e a presunção de governar para além do túmulo é a mais ridícula e insolente de todas as tiranias”. Afinal, “toda época e geração deve ser tão livre para agir por si mesma *em todos os casos* quanto as épocas e gerações precedentes”.⁹⁵ Assim, para Paine, a Revolução de 1688 teria sido “exaltada para além de seu valor”, sendo diminuída e eclipsada frente a “expansão da orbe da razão e a as luminosas Revoluções da América e França”.⁹⁶

Entretanto, como notoriamente observou o poeta Novalis, “foram escritas várias obras antirrevolucionárias sobre a Revolução. Burke escreveu um livro revolucionário contra a Revolução”.⁹⁷ Edmund Burke sabia da força corrosiva dos princípios exaltados pelo século das Luzes às hierarquias e à ordem. Suas formulações foram empregadas com voracidade em oposição à sociedade e às noções que os revolucionários do século XVIII queriam fazer emergir. Mas, para além de ver esse autor apenas como um conservador em oposição aos acontecimentos revolucionários na França, talvez seja mais produtivo enxergá-lo como um sismógrafo interessado em medir o desmoronamento de um mundo a ponto de ruir e que desejava preservar. Assim, no início de sua carta ao suposto leitor francês, buscou se eximir de qualquer pretensão de universalidade, colocando limites às suas ideias por ser um “cidadão de um Estado particular”.⁹⁸ Queria evitar que sua casa fosse incendiada junto ao turbilhão revolucionário e, desta forma, “nacionalizou” uma experiência a princípio continental, em diálogo com a relação com que homens e mulheres traçavam com os tempos, as mudanças e as permanências. Aquele mundo que tanto queria preservar foi destacado como uma peculiaridade dos ingleses. Esperava, ao menos na Inglaterra, mantê-lo vivo.

⁹⁵ PAINE, Thomas. *The rights of Man*. London: W.T. Sherwin, 1817, p. 3. No Original [the vanity and presumption of governing beyond the grave is the most ridiculous and insolent of all tyrannies] e [every age and generation must be as free to act for itself in all cases as the age and generations which preceded it].

⁹⁶ *Idem*, p. 47. No Original [exalted above its value] e [enlarging orb of reason, and luminous Revolutions of America and France].

⁹⁷ *Apud* SOARES, José Miguel Nanni. “Introdução”. In: BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. *Op. Cit.*, p. 7.

⁹⁸ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. *Op. Cit.*, p. 28.

Seus apontamentos se dão em defesa de um mundo que estava ancorado no passado, consciente das figuras de autoridade e das fidelidades, da natural desigualdade entre os homens, em que predominava o ideal de cavalaria etc. No entanto, como a coruja de Minerva, que levanta voo apenas ao início do crepúsculo, Burke narrava as experiências de um mundo já em decomposição. Então fazemos o caminho inverso, reconstruindo aquilo que parecia desmoronar.

02 – A CIRCULARIDADE DAS REVOLUÇÕES

A diferença fundamental entre o moderno conceito de revolução e seu significado anterior ao século XVIII tem um diálogo íntimo com a experiência temporal de homens e mulheres. O caráter especulativo e de abstração racional das Luzes, se fez a crítica às superstições do conhecimento tradicional, afastou os coevos de seu passado, reforçando um desenvolvimento progressivo em que formas, modelos e atitudes melhores seriam atingidos naturalmente no futuro. O presente se tornou um “ainda não aquilo”, já que ainda não estava disponível a configuração política ou social que atingiria no futuro, e, ao mesmo tempo, um “não mais aquilo”, pois aquelas formas consideradas irracionais, bárbaras e não científicas já haviam sido abandonadas. O tempo se colocava enquanto realização, como uma promessa de um tempo vindouro, em que o momento atual seria melhor que o passado, mas certamente inferior ao que viria a ser.

No entanto, para qualquer entendimento sobre a emergência do sentido político do termo “revolução” é necessário antes conhecer seu “sentido original”, sem cair na armadilha de achar suficiente indicar a diferença. Mais do que isso, é preciso pensar a sociedade que formou e possibilitou o entendimento do vocabulário, refletindo seu uso em relação à cultura em que se insere. Durante a Idade Moderna, o conceito de revolução tinha um caráter circular da volta de um corpo ao seu ponto de origem. O espelho a se seguir se encontrava no passado, não na reflexão individual de uma mente racionalista e em uma época adiante redentora. Igualmente, não era uma alteridade radical, mas permanência no presente. Seria instrumento organizador de ações individuais e sociais, sendo igualmente uma ferramenta explicativa de seu mundo e base para o conhecimento. Estava-se, como diria Hartog, em outra “ordem do tempo”, suscitando outros “regimes de historicidade”.⁹⁹

Segundo Peter Burke, antes da metade do século XVII, mudar quase sempre significava mudar para pior. A crença de que o presente pudesse ser melhor do que o passado só se dava a partir de explicações como uma reforma ou renascimento. Ou seja, a partir de uma percepção de que o passado teria sido recuperado em um novo contexto.¹⁰⁰ O novo, o não conhecido, seria algo extremamente mal visto, a ser evitado

⁹⁹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Op. Cit

¹⁰⁰ BURKE, Peter. “Tradition and Experience: The Idea of Decline from Bruni to Gibbon”. *Daedalu*, Vol. 105, No. 3, 1976, p. 137.

com empenho. Qualquer novidade que se afastasse da experiência, dos saberes e das figuras de autoridade aterrorizava e limitava comportamentos e reflexões impróprias.¹⁰¹

Essa experiência temporal do início da Idade Moderna, muito influenciada pelo livro bíblico do *Eclesiastes* e crente das vaidades terrenas, nada via de novo sob o sol: “O que foi voltará a ser, o que aconteceu, ocorrerá de novo, o que foi feito se fará outra vez; não existe nada de novo debaixo do sol”.¹⁰² Um diálogo direto com esses princípios pode ser encontrado, por exemplo, no Soneto 59, de William Shakespeare:

Se não há nada novo, senão aquilo
Que havia antes, como nossos cérebros são seduzidos,
Que, trabalhando por invenções, suportam
Um segundo nascimento de uma criança anterior!
Ó, aquele registro com um olhar retrógado,
Mesmo em quinhentos cursos do sol,
Mostra-me sua imagem em um livro antigo
Uma vez que na mente já fora escrito um primeiro personagem
Que eu veja o que o mundo antigo pode dizer
Para essa maravilhosa composição de seu quadro
Se estamos reparados, ou em lugar melhor,
Ou mesmo se em uma revolução continuamos sendo o mesmo
Ó, certamente, o engenho do passado,
Que súditos piores farão elogios admirados.¹⁰³

No entanto, essa necessidade a referências passadas não era um abandono das questões contemporâneas. Mesmo tomando o passado como algo melhor e objetivo a ser atingido, se fazia a crítica da sociedade atual, desejando o retorno a uma época mais relevante, de virtudes, a idade de ouro de um povo, nação ou cultura. Essa era uma forma de recriminação daqueles que eram eleitos como os responsáveis por permitirem e efetuarem a decadência social. Nessa concepção temporal contínua e indiferenciada,

¹⁰¹ Um exemplo interessante sobre isso pode ser encontrado no sermão de Santo Antônio, do Padre Antônio Vieira. Nele, o religioso se diz apreensivo por ter formulado um “pensamento sem autor”, sem referência, se dizendo posteriormente aliviado por ter encontrado em Santo Agostinho algo próximo: “Assim o tinha eu imaginado com algum receio, por ser pensamento sem auctor; quando venturosamente o fui achar em Santo Agostinho no Livro 2º de Trinitate, onde excita e resolve a questão pelo mesmo fundamento”. VIEIRA, Antonio. *Os Sermões do Padre Antonio Vieira*. Tomo IX. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856, p. 63.

¹⁰² Bíblia Português – King James Atualizada. “Eclesiastes 1. 9”. Disponível em: <<http://bibliaportugues.com/kja/ecclesiastes/1.htm>> Acesso em: 02 jul. 2017.

¹⁰³ SHAKESPEARE, William. “The Sonnets – 59”. In: ORGEL, Stephen; BRAUNMULLER, A.R. *The Complete Pelican Shakespeare*. New York: Penguin, 2002, p. 81.No Original [If there be nothing new, but that which is Hath been before, how are our brains beguiled, Which, laboring for invention, bear amiss The second burden of a former child! O that record could with a backward look, Even of five hundred courses of the sun, Show me your image in some antique book, Since mind at first in character was done, That I might see what the old world could say To this composed wonder of your frame; Whether we are mended, or whe'r better they, Or whether revolution be the same. O, sure I am the wits of former days To subjects worse have given admiring praise.]

de um passado presente, o melhor de um organismo não poderia ser concebido fora de si próprio, mas estava presente nele mesmo. Se, como diz John Elliott, “as sociedades modernas, pensando em termos de estrutura, veem a solução de seus problemas em termos de mudança estrutural”, ao contrário, “a sociedade do século XVII, pensava em termos de organismo, estava preocupada em restabelecer a saúde, não com transformações estruturais”.¹⁰⁴

Assim como a recuperação de um corpo não seria encontrada fora do próprio organismo, os males sociais não podiam ser concebidos fora da História, o passado inclusive teologicamente viria instruir o presente. Enquanto figura, o anterior pretérito profetizaria ou anteciparia o posterior, tido como realização do primeiro. Sendo assim, uma representação não era uma simples abstração, mas algo real e histórico. Necessitava de uma cultura lida como significante para outra cultura posterior, sendo ambas com existências reais no tempo. Nesse sentido, o passado forneceria as ferramentas para leitura dos acontecimentos do presente e indicaria o modelo para a ação futura, como antecipação de algo que se cumprira ou se cumpriria. Moisés fora percebido como uma antecipação de Jesus, o Velho Testamento como prefiguração do novo, reis, papas e cortesãos foram interpretados como a reencarnação do Anticristo. Enquanto metáfora, indicaria as qualidades e virtudes a se possuir, associações possíveis entre a parte e o todo, personificações de sentimentos etc., com objetivo de explicar o mundo (hierarquias, organizações sociais, formas políticas) e incutir certo direcionamento para as atitudes de homens e mulheres.¹⁰⁵ Esse pensamento tipológico traduzia os eventos contemporâneos para um projeto familiar e compreensível, sendo uma poderosa ferramenta intelectual de grande poder explicativo. Toda cultura europeia (no continente e em suas experiências além-mar) seria influenciada por essa perspectiva, seja na literatura, nas artes, na arquitetura, na política, em objetos etc.¹⁰⁶

¹⁰⁴ ELLIOTT, J. H. “Self-Perception and Decline in Early Seventeenth-Century Spain”. *Past & Present*, No. 74, 1977, p. 56. No Original [modern society, thinking in terms of structure, sees the solution to its problem in terms of structural changes] e [seventeenth-century society, thinking in terms of organism, was concerned with restoring health, not with transforming structures].

¹⁰⁵ AUERBACH, Erich. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997.

¹⁰⁶ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Typology in the Atlantic World: Early Modern Readings of Colonization”. In: BAILYN, Bernard; DENAUL, Patricia. *Soundings in Atlantic history : latent structures and intellectual currents, 1500–1830*. London: Harvard University Press, 2009; LIMA, Luís Filipe Silvério. “Between the New and the Old World: Iberian Prophecies and Imperial Projects in the Colonisation of the Early Modern Spanish and Portuguese Americas”. In: Andrew Crome. (Org.). *Prophecy and Eschatology in the Transatlantic World, 1550–1800*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2016.

Mesmo que não concebessem um futuro aberto, desconhecido e progressivamente melhor, a utilização do passado e da qualificação desse ideal no presente possibilitava que homens e mulheres avaliassem suas próprias experiências como positivas ou negativas, concebendo o tempo enquanto declínio ou decadência. Como sugere Le Goff, tal perspectiva é uma herança da antiguidade, estando ligadas a dois sistemas “naturais”: o biológico e o astrológico. Sob o primeiro, os corpos e as formas seriam caracterizadas em um constante processo de envelhecimento, tendo, naturalmente, momentos de ascensão e queda. A partir do segundo, seriam observados os aspectos sublunares, independentes das ações humanas, como o nascimento e por do sol, a passagem dos anos, a alternância das estações, o fluxo e refluxo das marés etc.¹⁰⁷

Também derivam da antiguidade as tentativas de explicar as causas das alterações políticas e de propor formas de desacelerar ou evitar esse processo. Se impérios, Estados e culturas tinham necessariamente seu envelhecimento e ocaso, as atitudes humanas seriam responsáveis por amenizar ou agudizar esse processo. Os antigos precisavam lidar e explicar de alguma forma os motivos do declínio grego, a queda da República e do Império Romano etc. Aristóteles, Políbio, Cícero e outros levantaram hipóteses sobre as causas da decadência, a perda de poder e desprestígio de um povo ou governante: a perda das virtudes, das qualidades militares, declínios demográficos, apego ao luxo e vaidades, a corrupção moral. Essas teorias prosperaram pelo menos até o século XVIII, com a predominância de uma concepção progressiva e otimista do tempo, que percebeu o desenvolvimento histórico não como um contínuo declínio, mas como uma força em direção ao futuro.¹⁰⁸

Associadas a essas, estavam as causas divinas. Muitas das explicações conhecidas desde a antiguidade foram adaptadas ao discurso religioso. Com o cristianismo e o destaque dado ao poder da Providência em moldar os assuntos humanos, Deus foi tido como força fundamental e responsável pelas mudanças terrenas. Se o sucesso ou fracasso nas batalhas, a prosperidade e a riqueza de povos e nações eram providos pelo Criador, esses estavam intimamente ligados aos comportamentos humanos. Os benefícios eram tidos como se tal postura tivesse Lhe agradado. Ao contrário, pestes, desastres naturais, guerras seriam indícios do desagrado da divindade

¹⁰⁷ LE GOFF, Jacques. “Decadência”. In: ____. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990; COHEN, I. Bernard. “The Eighteenth-century Origins of the Concept of Scientific Revolution”. *Op. Cit.*

¹⁰⁸ LE GOFF, Jacques. “Decadência”. *Op. Cit.* No entanto, não se pode afirmar o desaparecimento dessa perspectiva. Ainda hoje é possível observar discursos moralizantes que busquem explicar os males por uma suposta corrupção ou vício de um indivíduo ou grupo.

com os homens e mulheres. Como indicou Elliott, havia uma necessária relação entre a moralidade nacional e a Fortuna dos reinos. Os desvios morais e religiosos, depravações sexuais, comportamentos afeminados, insubordinações eram motivos levantados para justificar o atual estado das coisas e a queda de Impérios e reinos, provocadores da necessária punição divina. Nesse sentido, o passado era exaltado como uma época de heroísmo, bravura e religiosidade e que precisava ser restaurada, não por puro saudosismo, mas porque a partir de uma perspectiva comparativa, indicava os vícios do presente e traçava as expectativas e ações para o futuro. ¹⁰⁹

A EXPERIÊNCIA DA REVOLUÇÃO

Etimologicamente a palavra revolução (*revolution*) provém do termo em latim *revolutio*, descrevendo um movimento circular, de retorno a certo tempo ou período ou ainda algo cuja forma seja arredondada ou espiralada. Deriva da mesma raiz de *revolvere*, com significado semelhante, de um giro ao ponto inicial. Pelo século XIII, segundo o *Oxford English Dictionary*, é possível encontrar em fontes inglesas a emergência de seu sentido astrológico, mais especificamente, indicando o curso circular ou elíptico dos corpos celestes. O termo em inglês, *revolution*, também compartilha sua origem latina com o vocabulário derivado do francês medieval *revolucion*, encontrado a partir do final do século XII. No entanto, não é possível identificar uma distinção semântica profunda, sugerindo o retorno periódico dos corpos celestes a um mesmo ponto específico no céu ou a passagem de certo intervalo de tempo. ¹¹⁰

De certa forma, é esse o sentido que encontramos nos dicionários ingleses modernos. No século XVI, além de sua indicada origem latina, aparecendo frequentemente em edições bilíngues, é notável a associação do termo a um movimento circular, realizando uma mudança. Por exemplo, no *Dictionarium Linguae Latinae et Anglicanae*, de 1587, de Thomas Thomas, se lê “um retorno ao primeiro lugar ou ponto; uma revolução dos corpos ou esferas celestes”. ¹¹¹ Sentido semelhante pode ser observado em um dicionário Francês e Inglês alguns anos mais tarde. Na obra do

¹⁰⁹ ELLIOTT, J. H.. “Self-Perception and Decline in Early Seventeenth-Century Spain”. *Op. Cit.*

¹¹⁰ OED: Oxford English Dictionary. “revolution”. Disponível em: <<http://www.oed.com/view/Entry/164970?rskey=z8Yux5&result=1#eid>> Acesso em: 20 abr. 2017.

¹¹¹ THOMAS, Thomas. *Dictionarium Linguae Latinae et Anglicanae* (1587). “Rëvölütio, onis”. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=179-30524> Acesso em: 22 abr. 2017. No Original [A turning back to the first place or point: a revolution of celestiall bodies or spheares].

linguista e filólogo Claude Hollyband, *A Dictionary French and English*, de 1593, encontramos de forma sucinta, revolução como “mudança ou virada”.¹¹²

Por todo século XVII encontramos significado semelhante. Como pode ser observado no *A dictionary of the French and English Tongues*, de 1611, do lexicógrafo Randle Cotgrave, temos como significado para *revolution*: “um giro completo, círculo, um retorno ao seu primeiro lugar, ou ponto; a realização de um curso circular”.¹¹³ Até em edições posteriores à guerra civil o significado tradicional do termo pode ser observado. No *The New World of English Words*, de 1658, de Edward Phillips, encontramos: “um retrocesso, o retorno dos corpos celestes até seu primeiro ponto, terminando seu curso circular”.¹¹⁴ Só no século XVIII, como foi indicado no primeiro capítulo, podemos perceber a adoção do sentido político de revolução, como uma alteração no governo.

Uma leitura rápida em vários dicionários ingleses da época nos revela constantemente o mesmo sentido. Seria tedioso indicar e citar todas essas referências. Mesmo após as modernas revoluções políticas do século XVIII, o sentido circular e astronômico continuaria em destaque. No entanto, o conhecimento do significado do termo não vinha só da definição presente nos dicionários. De certa forma, o desenvolvimento circular da História estava impregnado em toda cultura europeia, não só na Inglaterra. Não dava significado apenas ao conceito de revolução, mas estava disseminado por todo tecido das monarquias do continente, fornecendo coerência e entendimento a todas as relações sociais.

No entanto, em primeiro lugar, para uma apreensão dos usos sociais do termo para além dos significados fornecidos pelos dicionários, deve se ter em mente que “revolução” designava um movimento circular de qualquer corpo, não só dos planetas ou astros. Por isso, está associado a palavras que descrevem a trajetória de uma circunferência: oblíqua, descendente, ascendente, podendo ser uma revolução contínua, completa ou pela metade. Se aparece constantemente designando a trajetória das esferas

¹¹² HOLLYBAND, Claude. *A Dictionarie French and English: Published for the benefite of the studios in that language: Gathered and set forth by Claudius Hollyband*. “revolution”. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=205-17721> Acesso em: 22 abr. 2017. No Original [change or turning about].

¹¹³ COTGRAVE, Randle. *A Dictionarie of the French and English Tongues*. “Revolution”. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39712> Acesso em: 01 out. 2014. No Original [a full compassing, rounding, turning backe to it first place, or point; th'accomplishment of a circular course].

¹¹⁴ PHILLIPS, Edward. *The New World of English Words*. “revolution”. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=497-10138> Acesso em: 22 abr. 2017. No Original [a rowling back, the turning back of caelestial bodies to their first point, and finishing their circular course].

celestes, essa é uma consequência do interesse coevo na matemática e, sobretudo, da geometria na astronomia. Como diz o matemático e astrônomo John Dee, no extenso prefácio à sua tradução da geometria euclidiana, a matemática seria uma arte derivativa de todas as outras artes e ciências.¹¹⁵ Afinal, tudo poderia ser provado e reduzido a números, cuja responsabilidade cabia ao nosso conhecimento e habilidade para interpretá-los. “Para um aprendizado mais fácil de todas as Artes, importa mais, se o sujeito tem entendimento em Geometria, ou não”.¹¹⁶

Assim, é comum encontrar o termo em obras de matemática; sendo a base para todos os outros saberes e início fundamental para essa investigação. Como sugere o matemático Leonard Digges, os conhecimentos obtidos nos estudos das formas planas e no cálculo de proporções deveriam ser igualmente úteis e aplicados “na astronomia, música, perspectiva, cosmografia e navegação”.¹¹⁷ Mas o autor ainda procura justificar a relevância do entendimento da geometria na vida prática, na arquitetura, na topografia, na condução de exércitos etc., já que a partir do estudo das proporções e escalas poderíamos calcular a distância de navios, a altura de edifícios e a área de territórios. Princípios semelhantes podem ser encontrados ainda nas obras de outro matemático inglês, Richard Delamain, *Grammelogia* e *The making, description, and vse of a small portable instrument*, em que ensina os usos possíveis do instrumento Quadrante Horizontal.¹¹⁸

No entanto, certamente um dos significados mais conhecidos provém da astrologia, significando o movimento circular realizado pelos corpos celestes. O termo é anterior à concepção heliocêntrica, mas certamente ganhou um destaque ainda maior com a obra do astrônomo polonês Nicolau Copérnico, *De Revolutionibus Coelestium Orbium*. Sem ter qualquer possibilidade de comprovação empírica, propunha uma

¹¹⁵ No frontispício da obra, na parte inferior, pode se observar a representação feminina das ciências consideradas superiores: Geometria, Aritmética, Astrologia e Música, sendo a primeira a raiz de todas as outras. Até o século XIX, o interesse da matemática estava depositado, sobretudo, no estudo das formas e figuras planas, sendo a aritmética tida apenas como uma ciência auxiliar.

¹¹⁶ DEE, John. “John Dee his Mathematicall Preface”. In: EUCLID. *The elements of geometrie of the most auncient philosopher Euclide of Megara*. [...] Imprinted at London : By Iohn Daye, 1570. No Original [that for the more easy learning of all Artes, it importeth, whether one have any knowledge in Geometrie, or no].

¹¹⁷ DIGGES, Leonard. *A geometrical practise, named Pantometria diuided into three bookes, longimetra, planimetra, and stereometria, containing rules manifolde for mensuration of all lines, superficies and solides* [...]. Imprinted at London : By Henrie Bynneman, 1571. No Original [in Astronomie, Musicke, Persective, Cosmographie and Navigation].

¹¹⁸ DELAMAIN, Richard. *Gram[m]elogia, or, The mathematicall ring shewing* [...]. London printed : By Iohn Haviland, 1630; DELAMAIN, Richard. *The making, description, and vse of a small portable instrument* [...]. London: Printed [by Thomas Cotes] for Richard Hawkins and are to be sold at his shop in Chancery lane neere Sarjants Inne, 1632.

redução do modelo geocêntrico, como uma racionalização e simplificação matemática dos ciclos apontados no esquema ptolomaico, o que seria possível caso o sol, e não a terra, fosse tomado como centro do universo: “supondo que a Terra tem algum movimento não se poderiam encontrar mais firmes demonstrações das revoluções das esferas celestes”.¹¹⁹

A concepção heliocêntrica, apesar da perseguição eclesiástica e rejeição de muitos acadêmicos, ganhou adeptos por toda Europa, como o matemático e astrônomo germânico Johannes Kepler, o dinamarquês Tycho Brahe, os italianos Giordano Bruno e Galileo Galilei, entre outros. Na Inglaterra, John Feilds e os já citados John Dee,¹²⁰ Leonard Digges e seu filho Thomas. No entanto, esses assuntos não ficaram restritos aos ciclos eruditos e acadêmicos. Muito dos conhecimentos sobre o movimento dos corpos celestes corriam popularmente na forma de almanaques e previsões. Isso se devia à crença coeva da capacidade dos astros em determinar e conduzir a personalidade e eventos humanos, sem, no entanto, desconsiderar o lugar da Providência nesse processo. Como dizia um velho ditado em latim, citado em algumas obras analisadas, *astra regunt homines sed regit astra deus* [as estrelas governam os homens, mas Deus governa as estrelas].

Esses almanaques anuais continham previsões de acordo com a movimentação dos planetas, a respeito do clima e a propensão a doenças, indicavam os eclipses, davam sugestões sobre o que beber e comer, como aproveitar melhor o trabalho e o descanso, as horas de sono e as horas de vigília, a melhor época de realizar sangrias de acordo com cada humor, entre outras coisas dependendo do autor e da obra. Tratavam principalmente da conjunção dos planetas associada à casa zodiacal em que se encontravam, assim como as consequências “dessa revolução”.¹²¹ Por exemplo, em

¹¹⁹ Copernicus Apud BURTT, Edwin Arthur. *Los fundamentos metafísicos de la Ciencia Moderna*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1960, p. 51.

¹²⁰ No prefácio à obra *Ephemeris* de John Feilds, Dee exalta os princípios de Copérnico. Ainda segundo Roberts, duas edições de *revolutionibus de Copérnico* foram encontradas em sua biblioteca. ROBERTS, R. Julia. “John Dee”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/7418?docPos=1>> acesso: 02 mai 2017.

¹²¹ HARVEY, John. *Leape yeere. A compendious prognostication for the yeere of our Lorde God. M. D. LXXXIII* [...]. Imprinted at London : By Richarde Watkins and Iames Robertes, 1584. [p. 36]; HOPTON, Arthur. *Hopton 1610 an almanack and prognostication, for this present yeare 1610, being the second from the leape yeare* [...]. Imprinted at London: For the Company of Stationers, [1610] [p. 17, 25]; HOPTON, Arthur. *Hopton 1608 an almanacke for this present yeare of our redemption 1608, being leape yeare* [...]. Imprinted at London : For the Company of Stationers, [1608], [p. 41]. No Original [of this Revolution].

1610, o matemático Arthur Hopton previu muitos distúrbios, guerras, terremotos e inundações, em decorrência da conjunção de Saturno e Marte, a partir de 23 de abril.¹²²

Outro exemplo interessante é o caso do astrólogo Richard Harvey. Em 1583, devido à conjunção de Júpiter e Saturno em Peixes, prevista para o dia 28 de abril daquele ano, ele anunciou a proximidade de grandes calamidades e aflições que culminariam numa grande transformação do mundo conhecido. Essa previsão lhe deu notoriedade, todavia a não realização da profecia lhe deixou embaraçado, levando seu nome ao ridículo. Esse fato provavelmente contribuiu para que *An astrological discourse upon the great and notable conjunction of the two superiour planets, Saturne and Iupiter* fosse sua única publicação no campo da astrologia, decidindo continuar na carreira eclesiástica.¹²³ Apesar disso, a obra é interessante devido à sua exaltação das potencialidades da astrologia e da defesa da astrologia judicial, contra as advertências de seu irmão mais velho, Gabriel Harvey (a quem a obra é endereçada).¹²⁴

Seria inútil relegar o interesse pelos prognósticos a uma cultura popular e decorrente da falta de estudo e exagerado misticismo dos indivíduos, ao gosto de uma mente moderna e iluminista. Entre os principais escritores de almanaques e previsões astrológicas, temos matemáticos, médicos, astrônomos e teólogos. Em suas duas obras escritas em latim, *Ephemeris anni 1557* e *Ephemerides trium annorum 58, 59 et. 60*, John Field, um astrólogo e compilador de almanaques, procurou agregar cálculos e informações astrológicas sobre a posição dos planetas para os anos indicados usando como base o modelo copernicano. O primeiro título teve um prefácio escrito pelo renomado matemático e astrólogo John Dee, crítico dos autores de prognósticos que não se beneficiaram das descobertas de Copérnico e seus seguidores. Além disso, Field tratou de apontar os erros daqueles defensores da astrologia judicial.¹²⁵

Anthony Askham, além de ser conhecido por seus almanaques, era médico e irmão do humanista Roger Ascham. Utilizando o modelo ptolomaico, escreveu algumas obras associando medicina e astrologia, enfatizando a importância do médico conhecer o movimento dos planetas para o melhor tratamento de seus pacientes, pois poderia

¹²² HOPTON, Arthur. *Hopton 1610 an almanack and prognostication, for this present yeare 1610, being the second from the leape yeare [...]. Op. Cit.*, [p. 24]

¹²³ CAPP, Bernard. "Harvey, Richard". In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/12527>> Acesso em: 04 maio 2017.

¹²⁴ HARVEY, Richard. *An astrological discourse vpon the great and notable coniunction of the tvo superiour planets, Saturne & Iupiter, which shall happen the 28 day of April, 1583.* [...] Imprint: At London : Imprinted by Henrie Bynneman, 1583.

¹²⁵ SUTTON, C. W.; JOHNSTON, Stephen. "Feild [Felde], John". In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/9388?docPos=1>> Acesso em: 05 maio 2017.

indicar as causas das doenças e recuperar a saúde do enfermo.¹²⁶ Entre elas pode-se citar *A litell treatyse of astrouomy very necessary for physyke and surgerye*, de 1550, em que o autor indica os melhores remédios e métodos de cura para cada parte do corpo associados ao movimento das estrelas e planetas, “de acordo com o curso da lua, passando por todos os signos e estrelas em uma revolução”.¹²⁷

Em seu prognóstico para o ano de 1607, Arthur Hopton, outro importante escritor de almanaques, diz querer se afastar das vistas daqueles meramente curiosos e incapazes de entender seu texto, dizendo não encontrar prazer em ser louvado por uma “multidão de vis mecânicos”. Ao contrário, dizia oferecer sua obra àqueles que pudessem ter um melhor julgamento.¹²⁸ No entanto, entre seus trabalhos mais importantes não estão suas previsões, mas suas obras matemáticas sobre a representação, cartografia e topografia terrestre.¹²⁹ *Baculum geodaeticum, sive viaticum, or, The geodeticall staffe*, um longo tratado que se propõe a fornecer ao leitor, mesmo àqueles não treinados nas artes matemáticas, noções introdutórias de medição, proporção e aritmética, com bases tanto na geometria quanto na astrologia.¹³⁰

Se todas essas experiências acumuladas eram úteis para as áreas terrestres, provavelmente também seriam para o mar. As navegações e a descoberta de novos mundos abalaram muitos dos conhecimentos tradicionais – teológicos, filosóficos e científicos –, que precisaram ser reatualizados para lidar com a diversidade empírica de outras terras, outras gentes e outros costumes. Nesse cenário, a matemática parecia ser um conhecimento seguro e imutável, que oferecia a estabilidade necessária para aqueles que se aventuravam em águas fora do continente europeu. Certamente, muito dos conhecimentos provindos dos estudos da geometria e da astronomia subiram a bordo dos navios que deixaram para trás o Velho Mundo, ajudando a impulsionar a Arte da Navegação moderna.

¹²⁶ CAPP, Bernard. “Askham [Ascham], Antony”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/730>> Acesso em: 05 maio 2017.

¹²⁷ ASKHAM, Anthony. *A litell treatyse of astrouomy [sic] very necessary for physyke and surgerye, declarynge what herbes, and all kynde of medecynes are appropryate and vnder the influence of the planetes, sygnes and constellacyons* [...]. Imprynted at London in Fletestrete at the signe of the George nexte to Saynte Dunstones Church by Wylllyam Powell, M.D.L. the xx. day of Marche [20 Mar. 1550], [frontispício]. No Original [accordynge to the course of the moone, passynge by all the signes and sterres in one reuolucion].

¹²⁸ HOPTON, Arthur. *Hopton 1607 an almanack and prognostication for this year 1607* [...] Imprinted at London: For the Company of Stacioners, [1607], [p. 18]. No Original [multitude of meane mecanicks].

¹²⁹ CAPP, Bernard. “Hopton, Arthur”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/13769?docPos=1>> Acesso em: 05 maio 2017.

¹³⁰ HOPTON, Arthur. *Baculum geodaeticum, sive viaticum, or, The geodeticall staffe containing eight bookes, the contents whereof followe after the epistles* [...]. At London: Printed by Nicholas Okes for Simon Waterson, dwelling at the signe of the Crowne in S. Pauls Church-yard, 1610.

Embora poucos ingleses tenham se aventurado a escrever sobre navegação até a metade do século XVI, os princípios astrológicos e geométricos eram adaptados e utilizados na experiência prática de marinheiros por todo o globo como uma linguagem universal. Até a última década do século, a maior parte das obras publicadas na Inglaterra eram traduções de autores espanhóis, portugueses, holandeses etc., como as de Martin Cortés, Bernardino de Escalante, Antonio de Guevara e Pedro de Medina. Uma obra traduzida não proveniente desses países, por exemplo, seria *A very necessarie and profitable booke concerning nauigation*, de Jean Taisnier, professor de matemática em Roma e outras universidades italianas. Em 1575, o texto compilado originalmente em latim, ganhou a tradução de Richard Eden. No impresso, o autor demonstra a importância dos imãs e instrumentos como a bússola para a orientação dos navegadores, e igualmente a interpretação dos movimentos da lua e do sol (em uma perspectiva geocêntrica), “em todo o tempo de uma revolução do céu”, para o conhecimento do fluxo e refluxo das marés.¹³¹

Apesar das pontuais exceções anteriores, é só a partir do final do século XVI que as obras escritas diretamente por autores ingleses ganham destaque, competindo e superando as traduções. Algumas colocaram seu foco mais sobre os aspectos astronômicos, outras mais em questões matemáticas, em correção aos erros comuns. A respeito das primeiras, é possível escolher como exemplo a obra de Charles Turnbull, *A perfect and easie treatise of the vse of the coelestial globe*, de 1597. Em uma perspectiva geocêntrica, o autor procura unir seus conhecimentos de astronomia com navegação, indicando quanto a observação e interpretação da revolução dos planetas e dos astros pode ser útil à arte de navegar. Organizado em 51 proposições, ao melhor estilo *how-to-do*, ensina como fazer medições, a usar instrumentos náuticos, como interpretar o movimento dos corpos celestes etc.¹³² Em relação ao segundo tipo, se destaca a obra de 1599, de Edward Wright, definido por seu editor Joseph Moxon, em uma versão de 1657, como um “hábil matemático”. Sob o pretensioso título de *Certain errors in navigation detected and corrected*, a partir da tese das estrelas fixas, propõe

¹³¹ TAISNIER, Jean. *A very necessarie and profitable booke concerning nauigation, compiled in Latin by Ioannes Taisnierus* [...]. Imprinted at London : By Richard Iugge, [1575?], [p. 42]. No Original [in all the tyme of one revolution of heaven].

¹³² TURNBULL, Charles. *A perfect and easie treatise of the vse of the coelestial globe written as well for an introduction of such as bee yet vnskilfull in the studie of astronomie: as the practise of our countriemen, which bee exercised in the art of nauigatio* [...]. Imprinted at London: For Symon Waterson, 1597.

uma nova interpretação, mais precisa, da leitura de mapas, na utilização de instrumentos, no declínio solar e nas linhas de latitude e longitude.¹³³

No entanto, o entendimento do sentido circular ou astronômico do termo não estava disponível unicamente a um público especializado. Igualmente, é possível encontrá-lo nas poesias de Geoffrey Chaucer, como em *The Love and Complaynts between Mars and Venus*, que apesar de descrever a paixão não correspondida do deus da guerra pela deusa do amor, segundo alguns se tratava de um evento real acontecido em 1385: a conjunção dos dois planetas na casa de Touro.¹³⁴ Ou, ainda, é possível encontrar o mesmo significado nos versos de *Paraíso Perdido*, de John Milton, como na descrição que o arcanjo Rafael faz a Adão a respeito da formação da terra e do movimento dos planetas. Em uma perspectiva heliocêntrica, o anjo dissolve as dúvidas do primeiro homem exaltando o Sol frente à opacidade terrestre, em torno do qual os planetas girariam em seu movimento contínuo e retrógrado. A Terra que pareceria ao observador, estática e sem movimento, em verdade, faria repetidamente sua “incansável revolução” diária.¹³⁵

REVOLUÇÃO COMO EXPERIÊNCIA

De certa forma, o movimento circular dos planetas e corpos celestes se liga diretamente a outro tema importante em torno do conceito de revolução: o tempo. Visto que há uma inegável duração no deslocamento de um ponto até o retorno ao seu início, é possível medir o tempo que cada corpo levará em seu giro. Assim, podia-se facilmente associar, por exemplo, o movimento de rotação da terra (em uma perspectiva heliocêntrica) ou de ascensão e declínio do sol (em uma perspectiva geocêntrica) ao período de um dia; ou o movimento de translação a um ano. Ainda, outras referências poderiam ser tomadas: umas mais diretamente ligadas à experiência humana, como as estações do ano, as fases da lua, o nascer e o por do sol; outras mais relacionadas a

¹³³ WRIGHT, Edward. *Certain errors in navigation detected and corrected by Edw. Wright* ; with many additions that were not in the former editions. , London : Printed by Joseph Moxon, and sold at his shop ..., 1657, p. [v]. No Original [able Mathematician].

¹³⁴ CHAUCER, Geoffrey. *The loue and complayntes bytwene Mars and Venus* , [Westminster : Printed by Julian Notary, 1500?]; CHAUCER, Geoffrey. *The workes of Geffray Chaucer newlye printed, wyth dyuers workes whych were neuer in print before [...] imprimendum solum* , [London]: Printed by [Richard Grafton for] Wyllyam Bonham, dwellynge at the sygne of the Kynges armes in Pauls Church-yarde, 1542; LAIRD, Edgard S.. “Astrology and Irony in Chaucer’s “Complaint of Mars”. *The Chaucer Review*, Vol. 6, No. 3 (Winter, 1972).

¹³⁵ MILTON, John. *Paradise Lost*. New York: Dover Publications, 2005, p. 154. No Original [restless revolution].

observações astrológicas, como a revolução dos planetas e estrelas, a alteração nas casas zodiacais ou a mudança das conjunções planetárias.

Seja em períodos curtos ou décadas, a astrologia oferecia uma importante referência cronológica a homens e mulheres. Afinal, segundo Aristóteles, “se algo se move, também pode ser diferente do que é”. Mesmo sendo considerado superior e independente da vida humana, o movimento contínuo e eterno das esferas celestes marcava – ao descrever um antes e depois – uma forma de periodização. No entanto, os corpos celestes seriam uma substância que, apesar de material, não eram corruptíveis. O tempo se associa a um determinado deslocamento no espaço, mas não pode ser considerado como causa de mudança ou corrupção, devido à constância e perenidade de seus movimentos.¹³⁶

O contrário aconteceria nas questões sublunares. A passagem do tempo traria consigo consequentemente alterações no estado físico das formas terrestres. Todo ser vivo e suas criações, como um corpo, estariam sujeitos aos limites biológicos e metabólicos, em um movimento natural de crescimento e degenerescência, juventude e velhice, vida e morte. John Milton, em *Paraíso Perdido*, traz essa oposição entre imortalidade e mortalidade de forma poética. Ao mesmo tempo em que Adão se lamenta pela perda da eternidade e do convívio com o Criador, reconhece que, por seu pecado e sua desobediência, teria que, a partir de então, lidar com sua inegável finitude e se submeter às leis da Natureza. Uma nova situação que foi experimentada como um “medo que trovejaria sobre minha indefensável cabeça, como uma temerosa revolução”.¹³⁷ O ideal da vida eterna só se manteria enquanto alma, sendo o corpo objeto de degeneração e da ação corrosiva do tempo. William Shakespeare, em *Hamlet*, abordaria a questão de forma semelhante. Na cena do cemitério, o príncipe dinamarquês, enquanto se distrai com um crânio desenterrado, questiona a Horácio se aquela não poderia ser a caveira de um cortesão, um fidalgo, um senhor de posses etc. Evocando o tema das *vanitas*, da decadência do corpo e a inutilidade das propriedades, pompas e hierarquias para enfatizar sua irrelevância após a morte. Independente das glórias e facilidades terrenas, todos teriam o mesmo destino final. A vida seria um

¹³⁶ ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 563. Apesar de ter buscado as informações diretamente em Aristóteles, devo deixar registrado a dívida e as ideias surgidas a partir da leitura das interpretações de António Campelo Amaral sobre a Revolução Política em Aristóteles. AMARAL, António Campelo. *Cidadania e Revolução na Política de Aristóteles*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

¹³⁷ MILTON, John. *Paradise Lost. Op. cit.*, p. 217. No Original [fear that comes thundering back with dreadful revolution on my defenceless head].

retorno ao pó, o que chamou de uma “fina revolução”, caso tivéssemos olhos para vê-la e engenho para percebê-la (ato V, cena i, verso 84).¹³⁸

A palavra poderia ser encontrada nos palcos ingleses, oferecida pelos dramaturgos a um público totalmente diverso. Não podemos ter certeza de como o vocabulário era empregado nas encenações teatrais ou mesmo se era de fato utilizado, mas ainda é possível ver sua aplicação nos enredos impressos das peças, em *in-quartos* e fólhos. Encontrei o léxico, por exemplo, nas peças de William Shakespeare, Ben Jonson e James Shirley. No entanto, apesar do conhecido e utilizado sentido matemático e astronômico, esses poetas cênicos tendem a uma abordagem mais abstrata, emocional e psicológica do termo. Algo que pode ser visto, por exemplo, no solilóquio de Marco Antônio, na tragédia shakespeariana, após ser informado sobre o falecimento de sua esposa Fúlvia:

Um grande espírito partiu! Assim eu desejei:
O que nosso desprezo frequentemente atira para longe,
Desejamos novamente; o presente prazer,
Por uma sombria revolução, torna-se
O oposto de si mesmo: Ela é boa, tendo morrido,
A mão que a afastou, a resgataria novamente (Ato I, cena ii, versos
215-219).¹³⁹

A revolução é adjetivada. Em uma perspectiva mais subjetiva e sentimental, o conceito ganha qualidade. O movimento constante, matemático e independente da ação humana, como decorrência das forças astrológicas, da Providência ou da inexorável decadência das formas sublunares, passa a receber a interpretação daqueles que a sofrem e como a sofrem. A revolução é descrita como feliz, grandiosa, natural, pacífica, fatal, perigosa etc. É fruto de sentimentos ambíguos e contraditórios, que afetavam personagens aterrorizados por dúvidas e o peso de suas escolhas. Assim, a partir da noção de decadência, da concepção circular do desenvolvimento temporal e da instabilidade humana uma imagem se ligou intimamente ao campo semântico de revolução: a Roda da Fortuna.

¹³⁸ SHAKESPEARE, William. “The Tragical History of Hamlet Prince of Denamark”. In: ORGEL, Stephen; BRAUNMULLER, A.R. *The Complete Pelican Shakespeare. Op. Cit.*, p. 1384. No Original: [fine revolution].

¹³⁹ SHAKESPEARE, William. “Anthony and Cleopatra”. In: ORGEL, Stephen; BRAUNMULLER, A.R. *The Complete Pelican Shakespeare. Op. Cit.*, p. 1662. No Original [There’s a great spirit gone! Thus did I desire it. What our contempts doth often hurl from us, We wish it ours again. The present pleasure, By revolution lowering, does become The opposite of itself: she’s good, being gone. The hand could pluck her back that shoved her on].

O tema ganhou força durante a época medieval e se tornou uma obsessão na Europa Moderna. Peças de teatro, tratados políticos, obras de arte, escritos religiosos evocaram a deusa romana (mesmo que às vezes associada à ação da Providência e à vontade divina) para tratar das efemeridades da condição humana, das incertezas e crises que pareciam fragmentar o continente e saberes até então conhecidos. Em certa medida, o sentido moderno de revolução se apresenta como uma forma de travar o movimento inexorável desse ciclo de mudanças, seja por conta das virtudes humanas, seja pelo equilíbrio nas propriedades. No entanto, a Roda da Fortuna serve ao tema das *vanitas*. Estava menos preocupada em indicar os motivos para a ascensão, do que lembrar o caráter proteico da existência e evitar que os poderosos se envassem de sua posição: um dia um sujeito podia estar por cima, no topo da roda, e, no outro, por baixo, em queda e decadência.¹⁴⁰

Essa não era uma característica unicamente de poetas ou do início da modernidade – homens e mulheres tinham outras formas de qualificar os tempos como ruins ou bons, mesmo que não usassem a noção de revolução – mas certamente foi um importante elemento para um caráter menos literal e científica do termo, em uma concepção circular do tempo. Afastados da eternidade divina com a queda e oprimidos pela corrupção inexorável do tempo, só a virtude ou a fé para os cristãos devotos (transformando a Fortuna em Providência) poderiam oferecer alternativas exteriores àquela viciosa experiência temporal.¹⁴¹ Revolução não descrevia apenas o movimento constante e eterno dos astros, que sempre giravam de volta à sua origem, mas indicava também a possibilidade de mudanças. Como sugeriu Aristóteles, as substâncias terrestres eram compostas de matérias corruptíveis e, por isso, estavam sujeitas a movimentos diferentes do deslocamento cinético dos corpos celestes. Só as formas abaixo do firmamento, mortais e efêmeras, estariam sujeitas aos movimentos de geração-corrupção, crescimento-degenerescência, etc., deixando de ser o que se era, sendo outra coisa e sendo diferente do outro. Assim, como disse o filósofo grego, “para nós a vigília, a sensação e o conhecimento são sumamente agradáveis, justamente porque são ato e, em virtude deles, também esperanças e recordações”.¹⁴²

Pautar-se em uma narrativa com começo, meio e fim é uma característica antropológica e muito anterior ao conhecimento do movimento dos corpos celestes.

¹⁴⁰ LE GOFF, Jacques. “Decadência”. *Op. Cit.*

¹⁴¹ POCOCK, J. G. A.. *The Machiavellian moment. Op cit.* “Chapter II – The problem and its modes. B) Providence, Fortune and Virtue”.

¹⁴² ARISTÓTELES. *Metafísica. Op. Cit.*, p. 565.

Marcaria, sob uma referência secular, momentos, fases e rupturas de períodos da existência e experiência de homens e mulheres. Auxiliava os agentes históricos a indicar diferenças, a traçar continuidades, descrever o que lhes parecia coeso e homogêneo e o que lhes parecia diverso e heterodoxo. Dessa forma, seria possível falar sobre uma época que se iniciou após a morte de um rei, em eventos acontecidos durante um reinado, depois de um terremoto ou um eclipse ou debater sobre a duração de um império etc. Associada a uma perspectiva temporal, revolução poderia indicar tanto o período de viagem de um indivíduo, em sua partida e seu regresso, quanto o período de existência de uma civilização ou sociedade. Todavia, estava associada a uma mudança, descrevendo (mais do que fomentando, como seria na modernidade) uma alteração no estado das coisas.

Nessa perspectiva, as referências do passado e as projeções futuras auxiliavam homens e mulheres a lidar com as instabilidades da existência ou as inconstâncias da Fortuna. Menos do que uma prisão que os impelia a uma constante repetição, as experiências alheias podiam ser úteis no presente enquanto uma possibilidade indefinida, que se abria em um mar de variáveis. A revolução não era a superação do passado e a porta de entrada para o futuro, mas ajudava a explicar a condição humana, como algo transitório e proteico, sendo guia de cuidado e vigilância contra a corrupção ética e política.

Já que, como se acreditava, durante a vida passava-se por diversas fases desse ciclo ininterrupto de ascensão e queda, representando ao longo da existência distintos “papeis” nesse grande teatro do mundo. É possível aprender sobre experiências diferentes e inteirar-se sobre indivíduos, grupos ou nações que passaram por situações semelhantes, sendo um repositório de exemplos morais e de prudência. Esse caráter circular das ações e costumes humanos dialogava com a percepção da História como um conhecimento repetível, não necessariamente idêntico, mas digno de ser aprendido e levado em conta. Nesse sentido, a leitura dos historiadores e obras antigas ou contemporâneas servia a um conhecimento prático, não apenas a serviço da instrução privada e individual, mas como guia no presente. O futuro possível, enquanto possibilidade, já se encontrava disponível no presente e capaz de diagnóstico racional. Passado, presente e futuro não se apresentavam como tempos distintos, superados ou

consecutivos, mas simultâneos, compondo um mesmo “espaço de experiência” e “horizonte histórico comum” na vida e ação de homens e mulheres.¹⁴³

Essa sensação e garantia de um grande *continuum* histórico, de um tempo indiferenciado, permitia a possibilidade do caráter exemplar da História, como mestra da vida. Devido à certeza da imutabilidade humana, registros, memórias e histórias de lugares e tempos distintos pareciam úteis à política, ao direito, à educação, à economia, à retórica etc. O sentido cíclico da História e de Revolução era um aspecto cultural, não uma falta de uma concepção progressiva da modernidade. Assim, as possibilidades de mudança não necessariamente se encontravam no novo desconhecido, mas no passado, no costume, na experiência.¹⁴⁴

AS REVOLUÇÕES DAS FORMAS POLÍTICAS

De certa forma, o sentido cíclico de apreensão da experiência humana se liga fortemente ao tema da revolução política. Como um corpo natural, submetido ao movimento, era necessário entender os motivos de degeneração dos corpos e regimes políticos. Para isso, seria útil compreender a geração e corrupção de governos e governantes, assim como as virtudes éticas e cidadãs para sustentá-los. Nesse sentido, muitos autores desde a antiguidade procuram descrever e levantar hipóteses sobre as causas da decadência de povos, culturas e impérios, assim como oferecer exemplos virtuosos a serem seguidos. O aprendizado da história, como mestra da vida, seria a força a interromper ou postergar a ação inexorável desse movimento circular sobre as formas políticas e constituições, ou, em uma perspectiva mais individual, a ser firme e resoluto para enfrentar os golpes da Fortuna e do acaso.

Pelo caráter associado à mudança era possível falar em “revolução do Estado”, como fez Francis Bacon, por exemplo, para falar da alteração nos comportamentos após a queda do desprezível e sangrento governo oligárquico dos trinta tiranos em Atenas, que substituiu o regime democrático ao fim da Guerra do Peloponeso.¹⁴⁵ No entanto,

¹⁴³ KOSELLECK, Reinhart. “O futuro passado dos tempos modernos” e “Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: _____. *Futuro Passado. Op. Cit.*

¹⁴⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: _____. *Futuro Passado. Op. Cit.*

¹⁴⁵ BACON, Francis. *The Advancement of Learning*. edited by Joseph Devey, M.A. (New York: P.F. Collier and Son, 1901). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/1433>> Acesso em: 07 mai 2017. No Original [revolution of state].

essa interpretação e uso aplicado às alterações políticas eram conhecidos desde a antiguidade, a partir de uma perspectiva comparativa e de obras que tratavam da alternância das formas de governo, sua corrupção e a melhor maneira de preservá-las, mesmo que não utilizassem especificamente a palavra revolução.

Certamente, o aspecto subjetivo e individual no enfrentamento das revoluções e mudanças, como indiquei anteriormente nas obras poéticas, é um elemento muito importante. Isso se deve a uma interpretação do estoicismo, que muito serviu como exemplos durante a Idade Moderna para a construção de “espelhos de príncipe” e de caracteres virtuosos. No entanto, não é esse o objetivo aqui. Pretende-se tratar especificamente da alternância das formas de governo, suas organizações e potencialidades para o exercício da cidadania. A participação no governo e a capacidade de proporcionar estabilidade foram questões levadas em conta na preferência de uma constituição ou outra. A cidade é percebida como um organismo moral, em que a organização dos regimes políticos na condução dos cidadãos e no *ethos* dos cidadãos para sua construção e administração é um fator extremamente relevante. Afinal, elementos individuais são secundários. Como sugerem os dois mais importantes filósofos da antiguidade, o individual fica subordinado ao social e o que vale para o indivíduo, vale para a cidade, como um corpo. Cidadãos virtuosos farão uma cidade virtuosa, sendo que a corrupção e a decadência de uma constituição estão intimamente ligadas à decadência moral de seus indivíduos, vistos como alimento público da alma do Estado.¹⁴⁶

Esse debate permaneceu vivo durante todo o século XVII e especialmente nas décadas de Revolução, quando a monarquia deixou de ser uma experiência irrecusável e novas possibilidades de organizações políticas emergiram no horizonte, das democráticas às teocráticas. No entanto, antes dessa possibilidade aberta à experimentação, havia um imaginário ou linguagem anterior a enquadrar o assunto, sendo uma régua importante de referência até para se perceber as inovações, rejeições ou conformações anteriores a qualquer intenção autoral.

Como forma de organizar essa apresentação das formas de governo que compunham os códigos públicos e conhecidos dessa linguagem, e os motivos de corrupção e revolução para um novo regime, me pautei, principalmente, pelo aparecimento de traduções de obras clássicas para o inglês. Isso, todavia, não é posto

¹⁴⁶ Princípios que podem ser observados, por exemplo, no livro II da *República* de Platão e no livro I (especialmente o capítulo II) da *Política* de Aristóteles.

como condição imprescindível para o conhecimento de um texto ou autor. O grego e o latim eram muito acessíveis às comunidades letradas, sendo comum encontrar citações nesses idiomas em obras escritas em vernáculo no início da modernidade, como forma de trazer a autoridade dos antigos para seus argumentos. Sem falar na impressão e consumo de obras redigidas exclusivamente nessas línguas. A opção pelas traduções não são percebidas como causa ou emergência desses conhecimentos em um respectivo reino, mas justamente o contrário. A publicação em inglês de obras originalmente compostas em outros idiomas é percebida como uma consequência de temas que já eram amplamente conhecidos, tanto é que se achou por bem realizar uma edição em língua inglesa a fim de atingir um público maior.

Norberto Bobbio apresenta como um ícone dessa “discussão célebre”, o diálogo entre três persas Otanes, Megabises e Dario a respeito do melhor regime político para o seu país, presente no terceiro livro da *História* de Heródoto.¹⁴⁷ O primeiro defende um governo do povo, uma “democracia”; o segundo o governo de poucos, uma oligarquia; e o último é defensor de uma constituição monárquica, em que o poder esteja nas mãos de uma só pessoa. O tom prescritivo do diálogo, ao mesmo tempo em que defendem e exaltam as possibilidades daquela forma de governo pretendida, procuram rebaixar e indicar os perigos presentes nas rivais.¹⁴⁸ No entanto, o episódio suposto por Heródoto, até por sua brevidade, não é uma análise que vá além das preferências e argumentos pessoais dos três personagens.

A obra fundamental, todavia, que abre as discussões sobre o caráter cíclico das formas de governo é *A República* de Platão. Na Inglaterra, quase todas as poucas obras publicadas do autor impressas no país foram escritas em latim; mas *A República* não foi uma delas. No entanto, o nome do filósofo está presente em textos de autores como John Milton, James Harrington, Thomas Hobbes etc., sendo o diálogo sobre a cidade ideal uma importante referência para qualquer obra que estivesse interessada em discutir diretrizes para o estabelecimento de um governo.

O texto inova ao ser, não uma mera descrição dos tipos de constituição e da quantidade de governantes comuns a cada uma delas, mas uma primeira tentativa de qualificar, classificar os regimes políticos e indicar os motivos de sua corrupção. Para o filósofo, já que sua cidade ideal não teria existência concreta, expõe dois regimes que

¹⁴⁷ BOBBIO, Norberto. “Uma discussão célebre”. In: _____. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 2001.

¹⁴⁸ HERÓDOTO. “Livro III – Tália”. In: *História*. eBooksBrazil, 2006.

seriam mais próximos à perfeição (monarquia e aristocracia) e quatro outros que seriam formas degeneradas (timocracia, oligarquia, democracia e tirania). Em uma linha descendente, a perda das virtudes levaria a uma organização política em que os governantes estivessem embevecidos com a busca de honras. Forma que seria substituída por outra em que os interesses financeiros e privados estivessem acima da virtude e do bem comum. Organização que se degeneraria na frouxidão da excessiva liberdade democrática, que levaria o povo a pensar que tudo seria permitido. Essa situação propiciaria a oportunidade de surgir um tirano, que se impusesse pela força e atos ilegais.¹⁴⁹

A trajetória proposta por Platão é uma eterna decadência. O bom e ideal ou se encontrava como objeto idealizado e fora da história, ou no passado, tomado como referência a uma época de virtudes. Fora destes modelos, a existência humana seria a corrupção e a mudança de uma forma degenerada à outra, não sendo vislumbrada uma possibilidade de retorno, como seria oferecido nos esquemas cíclicos posteriores. Por isso é dado como fundamento da república platônica a formação de uma elite governante virtuosa e a permanência, daqueles que não compõem essa elite, em suas funções estabelecidas, trabalhando como um todo orgânico.

Outra referência (se não a mais completa e mais clássica) na teoria das formas de governo se encontra na *Política* de Aristóteles. No entanto, se Platão tende a ser mais metafísico, a procura de definições universais e regimes ideais fundados somente “sobre a virtude do homem bom”; Aristóteles é mais histórico, buscando sua fundamentação em constituições reais. Não há repúblicas ideais e perfeitas, mas experiências políticas diversas, em acordo com os interesses dos habitantes da cidade. É por meio da observação da variedade dos regimes políticos que poderemos nos instruir sobre o nascimento, crescimento e ruína de uma constituição. Nesse sentido, não há possibilidade de soluções absolutas e definitivas, mas apenas possíveis.¹⁵⁰

Na Inglaterra, a primeira edição para o idioma data do final do século XVI, 1598. A versão em inglês foi originalmente traduzida do grego ao francês (com comentários do tradutor) pelo humanista Loys Le Roy, chanceler e professor de grego no *Collège de France*. Durante sua juventude viajou por diversos países europeus, o que lhe forneceu instrução em diversos idiomas e o conhecimento de diferentes culturas. Além de tradutor de obras de Platão, Aristóteles, Xenofonte etc., escreveu obras autorais

¹⁴⁹ PLATÃO. *A República: ou sobre a justiça, diálogo político*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

¹⁵⁰ AMARAL, António Campelo. *Cidadania e Revolução na Política de Aristóteles*. *Op. Cit.*, p. 118.

sobre o trabalho diplomático, a arte da política, sobre a excelência do governo monárquico e dos problemas trazidos à república pela diversidade das religiões.¹⁵¹ A obra fora dedicada ao rei francês, Henrique III,¹⁵² como forma de agradar e instruir os leitores, em tempos de paz, sobre os princípios do governo, depois de anos de tumulto e guerra civis que assolaram o reino.¹⁵³

Mesmo com a tradução do fim do quinhentos, a obra de Aristóteles, a partir do grego, foi um fundamento importante para muitos escritores políticos dos séculos XVI e XVII. Não é incomum encontrar citações do filósofo, no original, em textos e polêmicas nesse período. Há na *Política* o emprego do modelo biológico, que associa a cidade a um organismo social, muito afim ao entendimento da época e ao tema da revolução especificamente. Como diz Amaral, Aristóteles transpõe “os princípios da filosofia natural para a esfera da reflexão política”. Nesse sentido, percebe a alteração nas constituições políticas como a degeneração de uma forma e a geração de uma nova, em que as partes constituintes da *polis* entraram em desequilíbrio.¹⁵⁴

Essa aproximação da *physis* faz da alteração das formas de governo não um ideal que dependa da qualidade moral da elite governante, mas uma responsabilidade própria aos interesses da cidade em obter a felicidade; objetivo final da agregação política. Assim, os critérios aristotélicos para a definição dos tipos de constituições dialogam intimamente com os objetivos pretendidos por governantes ou governados. Se buscam o bem comum são consideradas boas, se estão organizadas unicamente em prol de interesses particulares são consideradas más. As primeiras podem ser divididas em “reino”, aristocracia e “república”. As segundas, enquanto corrupção das formas perfeitas, podem ser classificadas respectivamente em tirania, oligarquia e democracia.¹⁵⁵

¹⁵¹ “Louis Le Roy”. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Louis_Le_Roy> Acesso em 28 mai. 2017.

¹⁵² Algo interessante e que precisa ser melhor investigado é que na dedicatória consta o ano de 1596, no entanto, nesta data tanto Le Roy quanto Henrique III estavam mortos. O primeiro faleceu em 1577 e o monarca fora assinado em 1589. Provavelmente, se trata de um erro tipográfico.

¹⁵³ ROY, Loys le. “To the most Christian King, Henrie King of France and Polalend, the third of that name”. In: ARISTOTLE. *Aristotles politiques, or Discourses of government. Translated out of Greeke into French, with expositions taken out of the best authours [...]* At London: Printed by Adam Islip, Anno Dom. 1598.

¹⁵⁴ AMARAL, António Campelo. *Cidadania e Revolução na Política de Aristóteles. Op. Cit.*, p. 117-118.

¹⁵⁵ Na edição em inglês, as constituições que perseguem o bem comum são “kingdome”, quando governada por uma pessoa, “Aristocracy”, quando a governança é exercida por poucos homens virtuosos, e “commonweale”, quando a multidão governa em benefício do coletivo. No entanto, as denominações mais conhecidas no campo da filosofia política são “monarquia”, para o primeiro, e “governo constitucional” para o último. ARISTOTLE. *Aristotles politiques, or Discourses of government.*

Essa avaliação dos objetivos da cidade, associada aos interesses públicos ou privados dos cidadãos, fazem com que não aja uma qualificação específica e universal para os regimes políticos, em direção circular, ascendente ou descendente. Uma forma tida como má pode se transformar em uma boa e vice-versa. Inclusive, o filósofo procura indicar diferenças nos vários tipos de governo. Existiriam diversos tipos de monarquias, oligarquias etc., em acordo com as experiências históricas e a disposição dos cidadãos. Assim, a revolução, ou alteração, de uma constituição a outra, em diálogo com o modelo orgânico, pretenderia resolver uma crise, um estado de desequilíbrio ou inadequação entre governantes e governados.

Especificamente, no livro V da *Política* tratará sobre as causas e mudanças dos Estados. Assim, se questiona sobre os motivos da degeneração de uma constituição e as formas de evitá-la, trazendo como benefício a estabilidade e a preservação da república. Para Aristóteles, o grande desencadeador de revoltas e tumultos na cidade é a desigualdade (ou igualdade extremada) de riquezas e de poder, que alimentaria uma luta constante entre ricos e pobres. Desta forma, propõe como governo mais seguro e estável aquele que aproxima e mistura as qualidades da oligarquia e democracia, possibilitando a ambos os segmentos sociais terem acesso às decisões políticas.¹⁵⁶ No entanto, o sucesso desse regime dependeria de um elemento intermediário que isolasse esses dois extremos: a classe média. A classe média dos cidadãos seria um contrapeso a qualquer ambição ou intenção belicosa e facciosa de uma das partes. Ou, para aproveitar a analogia orgânica, daria sustância ao corpo da república, impedindo anomalias, como o crescimento desproporcional de um membro.¹⁵⁷

Certamente, outra interpretação de destaque no estudo das revoluções e a teoria das formas de governo foi formulada pelo historiador grego Políbio. No sexto capítulo de sua obra *Histórias* analisa o ciclo de ascensão e declínio dos regimes políticos, a fim de explicar o sucesso de Roma e sua constituição. Em inglês, uma primeira versão foi publicada em 1568. No entanto, possui apenas o primeiro capítulo do texto. Uma edição

Translated out of Greeke into French, with expositions taken out of the best authours [...]. Op. Cit., p. 150.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 253. [the Commonweale which consisteth of meane men, being the surest and safest of all such Commonweale, doth approach nearer to the Democratie then to the Oligarchie].

¹⁵⁷ ARISTOTLE. *Aristotles politiques, or Discourses of government. Translated out of Greeke into French, with expositions taken out of the best authours [...]. Op. Cit.*

mais completa, embora contendo apenas partes dos capítulos VI a XVIII, foi lançada em 1633, traduzida por Edward Grimeston.¹⁵⁸

Reivindicando a instrução da história e dos fatos passados para a ação no presente e como forma de prever o futuro, Políbio analisa as formas de governo e a constituição dos lacedemônios como exemplo romano. Afinal, para o historiador, o sucesso de um povo estava intimamente relacionado à sua constituição. Para isso, inicia apresentando os três regimes políticos e suas corrupções, fazendo a crítica daqueles autores que se limitavam a indicar apenas suas partes virtuosas. Segundo o autor, poderíamos considerar seis tipos de governo: a realeza e a monarquia,¹⁵⁹ a aristocracia e a oligarquia, a democracia e a oclocracia. É importante observar que, na teorização polibiana, pela primeira vez a democracia aparece como uma das formas virtuosas, diferente do que fora apresentado por Platão e Aristóteles.¹⁶⁰

Para Políbio, a diferença entre as boas e as más formas estaria no consenso. Se nas primeiras encontraríamos o voluntarismo de obedecer as leis e os governantes, nas segundas, a submissão se daria pela força e pela violência.¹⁶¹ Em uma concepção determinista do desenvolvimento histórico, as formas de governo teriam seu processo de crescimento e ruína, se alternando invariavelmente de uma constituição virtuosa para uma corrupta e vice-versa. Diferente de Platão, que vê uma inexorável decadência do governo dos melhores à tirania, para Políbio esse processo seria cíclico. Ao fim na oclocracia seria realizada a transição para um governo real, de uma formação degenerada a uma nobre. Nesse sentido, devido à sua obrigatória repetição, a partir da observação da “revolução dos governos, e a providência da Natureza, de acordo com cada estado da *Commonwealth*, se alternando e realternando, e fazendo o mesmo

¹⁵⁸ POLYBIUS. *The histories of the most famous and worthy cronographer Polybius discoursing of the warres betwixt the Romanes [and] Carthaginenses [...]*. Imprinted at London: By Henry Bynneman for Thomas Hacket. And are to be sold at his shoppe in Paules Churchyard at the signe of the Key, [1568]; POLYBIUS. *The history of Polybius the Megalopolitan The fiue first bookes entire: with all the parcels of the subsequent bookes vnto the eighteenth, according to the Greeke originall [...]*. London: Printed by Nicholas Okes for Simon Waterson, 1633.

¹⁵⁹ Em outras edições e traduções a oposição normalmente encontrada é entre monarquia e tirania. Mantenho aqui as categorias presentes na fonte.

¹⁶⁰ POLYBIUS. *The history of Polybius the Megalopolitan The fiue first bookes entire: with all the parcels of the subsequent bookes vnto the eighteenth, according to the Greeke originall [...]*. *Op. Cit.*; BOBBIO, Norberto. “Políbio”. In: _____. *A teoria das formas de governo. Op. Cit.*

¹⁶¹ Como bem observou Norberto Bobbio, esta característica é distinta daquela apresentada por Aristóteles. Como diz, “o critério aristotélico se baseia na diferença entre interesse público e privado, uma diferença que não aparece no texto de Políbio”. BOBBIO, Norberto. “Políbio”. In: _____. *A teoria das formas de governo. Op. Cit.*, p. 67.

retorno”, poderíamos se instruir com a História e com as escolhas passadas, traçando diretrizes para a ação presente e futura.¹⁶²

No entanto, os elementos à corrupção de cada constituição estariam naturalmente dispostos em seu interior. Seria impossível impedir sua queda, mesmo entre as formas consideradas virtuosas. A partir dos preceitos de Licurgo e a constituição dos lacedemônios, Políbio observava ali uma forma de equilibrar os poderes em um regime político. Diferente de Aristóteles, que propõe um entendimento social para a extensão de um regime, com o fortalecimento da classe média, a solução do historiador é prioritariamente institucional: a mistura dos três tipos de governo considerados bons e sua estrutura. Assim, com um governo misto, a constituição se resguardaria dos vícios e retardaria sua ruína, fornecendo a estabilidade para a República e assegurando a liberdade e igualdade da população. Todavia, como apontou Bobbio, “o fato de as constituições mistas [serem] estáveis não significa que sejam eternas, mas apenas mais duradouras do que as simples”. Sua decadência se daria em um ritmo mais lento.¹⁶³

O declínio da cultura clássica e a solidificação do cristianismo representam um “hiato histórico” nas reflexões sobre as formas de governo. Afinal, como afirma Bobbio, o texto mais “canônico dessa história – a *Política* de Aristóteles – não era conhecido pelos escritores cristãos”¹⁶⁴. Durante o medievo, as discussões visavam reforçar as características negativas dos governantes, como repressores dos mal feitos. Apenas com a redescoberta do pensamento aristotélico ao final do século XIII construiu-se uma interpretação que procurou abordar as características mais positivas da governação, como responsável por promover o bem comum, obedecer as leis e garantir a paz civil. Desde então, o tema ganhou cada vez mais espaço nas reflexões sobre a política, medievais e modernas, tratado como um problema moral e jurídico contra a figura do tirano; que carecia das virtudes públicas para governar e que por isso poderia ser combatido, sendo um ponto inicial no longo desenvolvimento de questionamento às figuras de autoridade.

Dessa forma, esses três autores foram um importante fundamento para o pensamento político moderno. Seja para negá-los ou na sustentação de um argumento,

¹⁶² POLYBIUS. *The history of Polybius the Megalopolitan The five first bookes entire: with all the parcels of the subsequent bookes vnto the eighteenth, according to the Greeke originall [...]. Op. Cit.*, p. 287. No Original [reuolution of Governamets, and prouidence of Nature, according vnto which the estate of the Common-Wealthh, chageth and re-changeth, and makes the same return].

¹⁶³ BOBBIO, Norberto. “Políbio”. In: _____. *A teoria das formas de governo. Op. Cit.*, p. 72

¹⁶⁴ *Idem*, p. 81

eram citados constituindo-se numa referência quase originária e obrigatória para se refletir a respeito das formas de governo. Às vezes, mesmo sem uma menção direta ao autor de uma ideia, suas formulações se encontravam presentes em escritos posteriores; como as feitas pelo puritano William Prynne. Em um panfleto de 1659, em sua defesa do governo monárquico e do retorno de Carlos Stuart ao trono inglês, exaltava a estabilidade da constituição inglesa que, em sua sabedoria, unia o melhor dos três regimes justos de governo: a monarquia (o rei), a aristocracia (a Casa dos Lordes) e a democracia (a Casa dos Comuns) e que, assim, deveriam permanecer.¹⁶⁵

Durante a Revolução Inglesa, os coevos compreendiam o sentido circular das constituições, com conhecimentos derivados de autores da antiguidade, e alguns inclusive procuravam justificar a oposição a Carlos I, a partir do vocabulário da corrupção política.¹⁶⁶ O rei teria se degenerado em tirano, agindo por seus próprios interesses e tornando-se opressor de seus súditos. Precisava, por isso, ser combatido. No entanto, para além das interpretações e justificativas, havia também aqueles interessados apenas em descrever essa incansável translação. Como sugeriu Thomas Hobbes, em *Behemoth*,¹⁶⁷ olhando para os anos entre 1640 e 1660, já em meio a Restauração, dizia ter visto “nessa revolução um movimento circular do poder soberano”. Nesse período os coevos presenciaram situações antes difíceis de imaginar: o início de uma guerra civil entre o monarca e o parlamento, a prisão e o julgamento público de um rei, um regicídio, a instauração de uma *Commonwealth* e de um Protetorado, a volta de uma República e novamente a Restauração da monarquia com o retorno de Carlos II a Londres em maio de 1660. Em duas décadas o poder havia passado por diversas mãos, causando desordens e instabilidades. Nesse sentido, o autor percebia um movimento circular, de retorno ao ponto inicial, a que chamou de revolução.¹⁶⁸

Essa percepção fez com que muitos enxergassem a própria Restauração da monarquia já em 1660, após as épocas de Guerra Civil, República e Protetorado, como uma Gloriosa Revolução, que finalmente traria paz e estabilidade ao reino. O retorno de Carlos II ao trono foi visto como uma alteração promovida pelas mãos da Providência contra todos os anos anteriores de infidelidades, subversão e desrespeito aos juramentos.

¹⁶⁵ PRYNNE, William. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized To preserve our native country, kingdom, legal government, Church, parliaments, laws, liberties, privileges of Parliament, and Protestant religion from ruine, scandal, and perpetual infamy* [...]. [London : s.n.], Printed in the year of our Lord, 1659, p. 16.

¹⁶⁶ LE GOFF, Jacques. “Decadência”. *Op. Cit.* OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 26-30.

¹⁶⁷ Escrito no fim da década de 1660 e só publicado postumamente no início da década de 1680.

¹⁶⁸ HOBBS, Thomas. *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 262.

Perspectiva que pode ser observada, por exemplo, no poema de Henry Bold em homenagem à coroação do monarca: “Revolução! Revolução! Nosso rei proclamado! Restaurado! E Coroado”.¹⁶⁹

Os modelos apresentados por Platão, Aristóteles e Políbio constituíram-se numa importante referência no período da Revolução Inglesa, sendo um elo importante entre o pensamento político clássico e moderno no pensar novas possibilidades constitucionais após o regicídio ou nas tentativas de travar o ciclo das revoluções e oferecer estabilidade a um regime. Assim, suas formulações são importantes para o próprio entendimento do vocabulário “revolução” e seu sentido político.

¹⁶⁹ BOLD, Henry. *St. Georges Day sacred to the coronation of his most excellent Majesty Charles the II.* By the grace of God King of England, Scotland, France and Ireland, defender of the faith, &c. / *By Hen. Bold olim è N.C. Oxon.*, London : printed for R. Crofts at the Crown in Chancery-lane, 1661, p. 1. No Original [Revolution! Revolution! Our King Proclm'd! Restor'! and Crown'd!].

PARTE II - AS CONDIÇÕES

As palavras, como as flores, precisam de terreno fértil para se desenvolver. Nesse sentido, é possível afirmar que o termo “revolução” encontrou um solo bastante inóspito em seu caminho em direção àqueles eventos e noções que receberiam tal denominação no mundo pós-Revolução Francesa, quando essa passou a ser uma expectativa desejada por todos. Frente às rupturas e mudanças que pretendiam afastar o passado definitivamente, associadas a um ideal de perfectibilidade e progresso constante, presente no sentido moderno, o vocabulário antes precisou lidar com concepções e abordagens herdadas de experiências reais de homens e mulheres bem diferentes das nossas. Ainda, o conceito precisou se sobressair frente aos grupos e indivíduos que continuaram empregando o significado tradicional, ligado aos conhecimentos matemáticos e astrológicos, e, igualmente, àquelas reflexões políticas que buscavam associá-lo a palavras pejorativas, como rebelião ou insurreição.

Os usos eram diversos, afinal as intenções eram diversas, em um debate vivo pela supremacia do entendimento de um termo, mesmo que em muitos casos estivessem empregando uma linguagem comum. Todavia, o emprego e a utilização de um significado são mais do que só uma mudança semântica, tratam de uma mudança na sensibilidade social, contribuindo diretamente para seu sucesso ou falha, adoção ou rejeição. Afinal, como afirma Quentin Skinner “é em grande medida através da manipulação retórica que uma sociedade consegue estabelecer, manter, questionar ou alterar a sua identidade moral”.¹⁷⁰ Assim, é necessário observar as condições que contribuíram para a manutenção do sentido antigo e circular da palavra e as bases que possibilitaram sua alteração. Esse é um pouco dos interesses dessa segunda parte da tese: como a noção de revolução pôde se transformar em uma sociedade que procurava evitar a mudança. Para isso, passo a abordar a revolução associada a algo, em uma perspectiva; “ordem e revolução”, “guerra e revolução” e “crise e revolução”. Menos focado no vocabulário, os próximos capítulos tratam das condições que fizeram com que o conceito de revolução se alterasse substancialmente do início da modernidade ao século das Luzes; indo de uma sociedade que se acreditava ordenada à outra consciente dos desajustes dos tempos e da crise que enfrentava, colocando em xeque todas as figuras de autoridades.

Mesmo sem o vocabulário, mesmo com a obsessão pela ordem e mesmo devido à aversão a mudança, os coevos tinham acesso a argumentos que podiam desestabilizar

¹⁷⁰ SKINNER, Quentin. *Visões da política sobre os métodos históricos*. Op. Cit., p. 209.

hierarquias e inverter o mundo conhecido provindos de experiências estrangeiras ou de culturas pretéritas. Assim, olhar o passado dos primeiros séculos da Idade Moderna como se fossem características de uma sociedade “não-revolucionária”,¹⁷¹ nada auxilia e só contribui para reforçar uma falta. Afinal, por meio dessa interpretação, procura-se elementos ausentes àquela cultura, como uma revolução (no sentido moderno) ou condições que estivessem impedindo ou que impediram tal reino de atingir à modernidade, eleita como destino único de todos os povos. Sob essa perspectiva, ficavam de lado os caminhos e argumentos que a própria sociedade tinha para modificar o que não lhe interessava e para manter o que desejava, mesmo em consonância com a ideia de ordem e de continuidade. O que outras culturas e outras épocas entendiam como mudança não podia ficar restrita à concepção moderna de revolução e história.

Apesar da crença em uma ordem metafísica, mudanças ocorriam nas sociedades de Antigo Regime, causando sentimentos diversos nos viventes. Alterações drásticas não eram procuradas, ao contrário, era preferível se manter e representar o papel que lhe cabia no grande teatro do mundo. A sociedade seria como um corpo, em que cada elemento tinha seu lugar definido e função específica nesse organismo, devendo permanecer para o melhor proveito de todos e pela garantia da paz civil. Confusões e mudanças nos estados e identidades conhecidas, conforme Hespanha, eram “sinais de perturbação social e de convulsão da ordem política. Sinais [...] de tempos em que os golpes da vontade (do rei, dos particulares) tendem a sobrepor-se ao objetivo e *praeter*-voluntário curso do mundo”. Não se encaixavam em um tempo único e sempre diferente, como se a mudança fosse um constante aperfeiçoamento. Mudar era, “antes de tudo, um processo natural; como a mobilidade das estações do ano, a gestação dos seres vivos, a corrupção o da revolução das coisas”. Tinham “os seus processos e trâmites devidos”, produziam “efeitos também devidos e esperados”, tinham “os seus tempos e ritmos”, apresentando uma duração que lhes permitisse “ganhar naturalidade”.¹⁷²

Muitos exemplos desse ordenamento, de suas justificativas e consequências àqueles que não respeitam os símbolos e hierarquias podem ser encontradas nos palcos europeus, como representação dos personagens e dos discursos presentes no mundo. As encenações e obras impressas estavam inseridas em um contexto particular e

¹⁷¹ ELLIOTT, J.H. “A non-revolutionary society: Castile in the 1640s”. In: *Spain, Europe and the Wider World 1500-1800*. New Haven, CT, USA: Yale University Press, 2009.

¹⁷² HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. *Op. Cit.*, p. 252-255.

precisavam dialogar com a visão de mundo de seus contemporâneos. Nelas se reforçava figurações, se prescrevia comportamentos, se induzia o respeito às hierarquias, por meio de práticas, costumes ou vocabulários experimentados e (re)conhecidos por todos – ou seja, a partir de símbolos, imagens e palavras comumente empregadas e facilmente interpretados, mesmo entre aquilo percebido como inovação e como negação de um preceito.

Desta forma, as peças de teatro não são apenas uma descrição dos papéis sociais ocupados por um sujeito, mas uma maneira de conduzir comportamentos, julgando-os positiva ou negativamente. A importância do teatro como instrumento político, durante a Idade Moderna, reforça a relevância de uma análise histórica de suas práticas, nos auxiliando a refletir sobre o poder representado nos palcos e fora deles, em diálogo com a visão de mundo daqueles que escreviam, publicavam, encenavam e que assistiam ou liam as peças. Como diz o melancólico Jacques, em *Como Gostais*, “todo mundo é um palco, e todos os homens e mulheres meros atores. Têm suas saídas e entradas, representando muitos papéis durante sua vida” (Ato II, cena vii, versos 142-145).¹⁷³ Assim, utilizarei, em vários momentos desse texto, fragmentos extraídos de peças de William Shakespeare. Seus resquícios literários são uma forma importante de acessar a cultura daquela sociedade, sendo mais abrangentes que o uso exclusivo de obras políticas, jurídicas ou religiosas. Diferente de tais textos em que um autor busca defender ou atacar certas posições dialogando com outros sujeitos com preocupações sociais semelhantes, uma peça contém uma pluralidade de opiniões, verificada nas falas e escolhas de seus próprios personagens, nos fornecendo um aspecto amplo dos comportamentos a serem recriminados e das atitudes que eram incentivadas. A representação leva ao palco as contradições expressas nos diálogos e versos dos personagens; discursos, idiomas, práticas que se negam ou se afirmam.¹⁷⁴

No entanto, e apesar disso, é necessário também reconhecer a “outra face da moeda”; as limitações de se utilizar basicamente um autor, suas peças e princípios. Seus argumentos não são a simples descrição da realidade, mas prescrição de uma realidade específica. Devemos evitar o fato de tomar Shakespeare como uma autoridade insuperável e inquestionável. Apesar de sua importância, lugar no cânone, pluralidade

¹⁷³ No Original [All the world's a stage, And all the men and women merely players; They have their exits and their entrances, And one man in his time plays many parts].

¹⁷⁴ Todas as referências aos versos foram baseadas na edição Stephen Orgel e A.R. Braunmuller *The Complete Pelican Shakespeare*. Todas as traduções serão de minha responsabilidade, a não ser quando indicado o contrário. Resolvi manter o nome dos personagens em português, como geralmente são conhecidos nas traduções.

de opiniões e personagens sociais, deve-se lembrar, que desde 1603, a companhia de Shakespeare recebe o patronato do próprio rei Jaime I, tornando-o conhecido por “*the King’s Men*”. Dessa forma, dialoga diretamente com esse universo e o discurso da ordem, é partícipe das tensões políticas e costumes presentes na materialidade textual de suas encenações.¹⁷⁵ Tenho consciência de que as posições que recrimina ou aceita seriam diferentes e até opostas, se abordadas por outros poetas cênicos ou autores em textos menos teatrais. Todavia, as suas posições nos auxiliam a entender o desmoronamento dessa ordem e figuras de autoridade, importantes na compreensão da teleologia do texto, na construção do mundo de ponta-cabeça e nos argumentos que justificavam a rebelião.

¹⁷⁵ WARD, David. “The King and Hamlet”. *Shakespeare Quarterly*, vol. 43, 1992(3), p. 280-302.

03 – ORDEM E REVOLUÇÃO

No início da década de 1460, em meio à Guerra das Rosas e do exílio lancastriano, Sir John Fortescue escreveu *De Nature Legis Naturae*. A obra tratava especificamente sobre a lei da natureza e da autoridade feminina, negando a possibilidade das mulheres exercerem cargos de comando e julgamento.¹⁷⁶ Segundo argumenta, a lei natural era anterior e mais antiga que qualquer outra lei e costume promulgados pelos ordenamentos humanos. Seria superior a todas as outras que se estabeleceram como uma forma de proteção em consequência da perda da Graça e do paraíso. Mesmo os estatutos, governos e povos posteriores às leis mosaicas não deveriam negá-la ou contradizê-la, mas apenas ratificar os preceitos já indicados por ela. Afinal, a lei da natureza seria decorrente da própria Providência, sendo equivalente à execução da justiça em si, distribuindo a cada um o que lhe convinha dentro do plano da criação.

A razão e a vivência dessa lei seriam uma força inata ao homem e capaz de ordenar mesmo o mundo não racional, recaindo sobre a humanidade indiretamente, como a lua que se ilumina ao receber os raios solares. Por meio dela, seriam conhecidas as verdadeiras essências, formas e comportamentos das coisas, em uma lógica provinda da pureza e estabilidade da mente divina. Esse conhecimento, todavia, também tinha uma função prática e ética, pois revelava a maneira como cada um deveria ser, agir, comandar e obedecer. O fim principal da lei natural era conduzir os homens e mulheres à paz, reforçando a necessidade da virtude para a experiência humana (paz civil) e da beatitude para as questões divinas e religiosas (paz espiritual).

Essa ordem era justificada e legitimada tanto devido à percepção de uma diferença na própria sociedade, tida como natural (a existência de superiores e inferiores), quanto por critérios metafísicos (a existência de uma estrutura anterior, estabelecida por Deus e seguida por todos os seres). Todavia, independente da interpretação, ambas supunham e sustentavam uma necessária ideia de desigualdade. Afinal, como sugere Fortescue, “se não houvesse desigualdade na sociedade humana, não haveria ordem [...], pois o nome da ordem implica desigualdade”.¹⁷⁷

¹⁷⁶ FORTESCUE, John. “De natura legis naturae”. In: FORTESCUE, John. *The works of Sir John Fortescue, Knight, Chief Justice of England and Lord Chancellor to King Henry the Sixth*. London: Printed for private distribution, 1869.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 228. No Original [if there were not inequality in human society, there would be no order [...], because the name of the order imports inequality].

Sob essa ordem, nas palavras de António Manuel Hespanha, o mundo era representado como o “reino da diversidade, um reino de coisas infinitamente diferentes entre si e, em virtude destas diferenças, hierarquizadas”.¹⁷⁸ Assim, a hierarquia era uma maneira de expor e descrever a beleza da criação, indicando e revelando a heterogeneidade dos seres; cada um em respeito ao papel que lhe foi designado pela Providência. Como explica o poeta regalista John Taylor, “todas as criaturas [estariam] em acordo, celestes e sublunares, pregando unidade, paz e concórdia para nossas divisões discordantes, atravessando tanto a natureza quanto a graça”, mas que, apesar das diferentes vozes, atuavam todas juntas pelos mesmos fins, como um “harmonioso diapasão”.¹⁷⁹ Desta forma, segundo Fortescue, não haveria “nada mais baixo na escala que não se submeta a algo superior”.¹⁸⁰

Nessa estrutura reconhecidamente desigual, discursos e utopias igualitárias soavam de forma extremamente subversiva e heterodoxa. Como expunha o jurista lancastriano, apenas o Inferno tinha a pretensão de “escapar dos laços dessa ordem”.¹⁸¹ A diferença, ao contrário dos objetivos proclamados pela modernidade, em que a igualdade é tida como um direito natural, não significava uma imperfeição em relação aos superiores, mas que, ao obedecer e exercer a função que lhe cabia, estava-se cumprindo e colaborando com os desígnios divinos e os fins escatológicos que competia a cada um. Assim, segundo Hespanha, a “subordinação não representaria menor dignidade, mas antes apenas um específico lugar na ordem do mundo, que importaria a submissão funcional a outras coisas”.¹⁸²

Essa ordenação providencialmente estabelecida pode ser encontrada em diversas obras de autores cristãos e pensadores da Igreja, como Santo Agostinho, Boécio e São Tomás de Aquino. Todavia, essa distribuição divina e a atuação da lei natural estariam já no início da criação e podiam ser encontradas no livro do Gênesis, quando Deus deu

¹⁷⁸ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas Sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 54.

¹⁷⁹ TAYLOR, John. *Mercurius pacificus, his lectures of concord seasonably read to our destructive discords, from smal [sic] sparks to greatflames [sic], now in hope to be quencht by a treaty of peace*. Imprint: [London : s.n.], Printed 1648, p. 1. No Original [all the concurring creatures, celestial and sublunary, preach unity, peace and concord to our discording divisions, cross both to nature and grace] e [harmonious Diapason].

¹⁸⁰ FORTESCUE, John. “De natura legis naturae”. *Op. Cit.*, p. 247. No Original [nothing lowest in the scale which doth not submit itself to something superior].

¹⁸¹ *Idem*, p. 322. No Original [to escape the embrances of this order].

¹⁸² HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. *Op. Cit.*, p. 55.

ao homem o domínio sobre todas as outras criaturas.¹⁸³ Assim, a ideia de ordem marcava os comportamentos e instituições sob o cristianismo, na fé romana e na reformada, impulsionando a obediência e recriminando a rebeldia. Tais preceitos são explicitados em muitos textos medievais e modernos, não só religiosos, mas a Homilia *An exhortation concernyng good order and obedience, to rules and magistrates*, de 1547, certamente merece destaque, devido à descrição e demonstração do assunto que trato aqui.¹⁸⁴

Como é observado na obra, indicada para ser lida e explicada nos púlpitos ingleses nas missas dominicais, a ordem divina era revelada e a necessária submissão à sua função defendida:

O DEUS todo poderoso criou e designou todas as coisas no céu, na terra, nas águas, numa ordem perfeita e excelente. No Céu, ele designou ordens e estados distintos e respectivos de Arcanjos e Anjos. Na terra ele nomeou e indicou Reis, Príncipes, com outros governantes sob eles, numa ordem boa e necessária. A água acima é mantida e chove conforme o tempo e a estação. O Sol, a Lua, as Estrelas, o Arco-Íris, o Trovão, o Relâmpago, as Nuvens e todos os pássaros do ar mantêm sua ordem. A Terra, as Árvores, as Sementes, as Plantas, as Ervas, os Cereais, a Grama e todas as espécies de Feras mantêm-se em ordem: todas as partes do ano, como o Inverno, o Verão, os Meses, as Noites e os Dias, continuam em sua ordem: todos os tipos de Peixes no Mar, nos Rios e Águas, com todas as Fontes, Nascentes, de fato, os Mares em si mantêm seu gracioso curso e ordem: e o próprio homem também tem suas partes tanto internas quanto externas, como a alma, o coração, a mente, a memória, a compreensão, a razão, o discurso, com todos os membros de seu corpo numa ordem proveitosa, necessária e agradável: a toda classe de pessoas em sua vocação, chamado e ofício foi designado seu dever e ordem: alguns estão em posição superior, alguns em inferior, alguns são Reis e Príncipes, alguns inferiores e súditos, Sacerdotes e leigos, mestres e servos, pai e filhos, maridos e esposas, ricos e pobres, e cada um tem necessidade do outro, de modo que todas as coisas são para louvar e elogiar a ordem benéfica de DEUS, sem a qual nenhuma casa, cidade, República pode continuar e permanecer, ou persistir. Pois onde não houver uma ordem direita, reinará todo o abuso, liberdade carnal, maldade, pecado e confusão babilônica.¹⁸⁵

¹⁸³ Bíblia Português – King James Atualizada. “Gênesis 1”. Disponível em: <<http://bibliaportugues.com/kja/genesis/1.htm>> Acesso em: 04 nov. 2017.

¹⁸⁴ ANON. *Certain sermons, or homilies appoynted by the Kynges Maiestie, to be declared and redde*, by all persones, vicars, or curates, euery So[n]day in their churches, where thei [sic] haue cure. Anno, 1547.. , Imprynted at London ... : By Rychard Grafton Printer to his moste royall Maiestie., In the yere of oure Lord. M.D.XLVII. [1547].

¹⁸⁵ *Idem.*, [p. 143-144]. No Original: [ALmighty GOD hath created and appointed all things in heauen, earth, and waters, in a most excellent and perfect order. In Heauen, hee hath appointed distinct and seuerall orders and states of Archangels and Angels. In earth hee hath assigned and appointed Kings, Princes, with other gouernours vnder them, in all good and necessary order. The water aboue is kept, and rayneth downe in due time and season. The Sun, Moone, Starres, Rainebow, Thunder, Lightning, Clouds, and all Birdes of the ayre, doe keepe their order. The Earth, Trees, Seedes, Plants, Hearbes, Corne, Grasse, and all maner of Beasts keepe themselues in order: all the parts of the whole yeare, as Winter, Summer, Moneths, Nights and Dayes, continue in their order: all kindes of Fishes in the Sea, Riuers, and Waters, with all Fountaines, Springs, yea, the Seas themselues keepe their comely course and order: and

Assim, cada ser, seja inteligente ou bruto, estava em íntima relação com os outros, em dependência. Precisava com que cada um se mantivesse firme em seu estado, conforme sua essência e suas faculdades, sendo útil ao corpo social. No entanto, esse quadro ordenado em uma grande cadeia, não servia apenas como uma explicação vertical da sociedade; era também horizontal. Mesmo de diferentes espécies, aqueles considerados superiores podiam ser igualados. Assim, associar o rei, o governante maior do reino, ao sol, o astro principal, ao leão o soberano dos animais etc. eram forças que iam muito além da simples analogia retórica. Era uma forma de entender e reproduzir a própria organização social.

Como indicou John Taylor, “entre todas as coisas criadas, há o mais valoroso entre os valorosos e o mais respeitado aos melhores e grandes”. Segundo descreve, “entre as bebidas o vinho, entre os metais o ouro, entre os elementos o fogo, uma *cabeça* governa todos os *membros*, a *alma* rege o *corpo*, a *razão* deve comandar o *apetite*: as abelhas têm um mestre”. E, em defesa de Carlos Stuart e sua família, defendia que, entre os homens, o governo monárquico era a melhor forma entre todas, ainda mais estando amparada na hereditariedade e sucessão.¹⁸⁶

No entanto, essa similitude não era apenas uma forma de dividir e reconhecer as hierarquias presentes na sociedade, mas também uma forma de indicar horizontalmente a necessária adequação dessa ordem por todos. Mesmo no interior de uma mesma espécie encontraríamos seres superiores e inferiores. Independente da condição ou situação, as autoridades deveriam ser respeitadas e obedecidas, sendo que mesmo a organização de outras espécies poderiam ensinar os comportamentos humanos. Como argumenta o Arcebispo de Canterbury na peça *Henrique V*, de Shakespeare:

man himselfe also hath all his parts both within and without, as soule, heart, minde, memory, vnderstanding, reason, speech, with all and singular corporall members of his body in a profitable, necessarie, and pleasant order: euery degree of people in their vocation, calling and office, hath appointed to them their duty and order: some are in high degree, some in low, some Kings and Princes, some inferiours and subiects, Priests, and lay men, masters and seruants, fathers, and children, husbands and wiues, rich and poore, and euery one haue neede of other, so that in all things is to bee lauded and praised the goodly order of GOD, without the which no house, no Citie, no Commonwealth can continue and endure, or last. For where there is no right order, there reigneth all abuse, carnall liberty, enormitie, sinne, and Babylonicall confusion].

¹⁸⁶ TAYLOR, John. *Peace, peace, and we shall be quiet. Or, Monarchie asserted, the Kings right vindicated, and the present government of the church proved to be one and the same with that in the primitive times.* [...] By J.T. Gent. Imprint: London, : Printed for William Ley., 1647, p. 10. No Original [amongst all things created, there is more worth in the worthiest, and most respect to the best and greatest] e [amongst drinks the *wine*, amongst metallis the *gold*, amongst Elements the *fire*, one *head* governs all the *Members*, the *soule* rules the *Body*, and *reason* should command *appetite*].

Portanto, o céu divide o estado do homem em várias funções, pondo o esforço humano em movimento contínuo, no qual a obediência é estabelecida como um objetivo ou meta; Dessa forma, operam as abelhas; criaturas que por uma regra na natureza ensinam como ordenar a um reino populoso. Elas têm seu rei, e oficiais de todos os tipos, onde alguns como magistrados agem em casa, outros como mercadores se aventuram no exterior, outros como soldados armados de seus ferrões se servem dos aveludados brotos de verão, cuja pilhagem, com alegria, trazem para casa para a tenda real de seu imperador, que, ocupado em suas majestades, examina o canto daqueles construtores de tetos de ouro, os cidadãos civis amassando o mel, os pobres mecânicos se aglomerando em seus fardos pesados em seu estreito portão, a justiça de olhos tristes com seu mau humor entregando aos pálidos executores o bocejo do zangão preguiçoso. Assim, infiro que muitas coisas diferentes em completa reverência a uma mesma causa podem funcionar contraditoriamente, assim como muitas flechas disparadas em diferentes pontos convergem para um único alvo; assim como muitos caminhos se encontram em uma única cidade; assim como muitas nascentes deságuam em um único mar; assim como muitas linhas se unem no centro de uma marca. Assim, mil ações, uma vez iniciadas, resultarão em um único propósito, e todas bem comportadas sem derrota (Ato I, cena ii, versos 183-214).¹⁸⁷

Dessa forma, o reino natural seria um símile das ações humanas, responsável por ensinar homens e mulheres o seu lugar no mundo e os comportamentos a adotar. As outras espécies tinham uma função didática, revelando a humanidade aos atores sociais; ou seja, tudo aquilo que fariam os sujeitos mais humanos. Seja devido a posturas que os afastassem de atitudes rebeldes e desobedientes, exaltando os benefícios da obediência, seja devido à proibição da imitação de costumes e comportamentos reconhecidos como animais e que rebaixassem os indivíduos daquilo considerado como característica e peculiaridade humana.¹⁸⁸

Mas, certamente, uma das analogias mais importantes eram aquelas que associavam o poder político aos poderes familiares – marital, paternal e senhorial. Assim como a metáfora do corpo místico em que um agregado de sujeitos se unia sob uma única cabeça, associando o microcosmo corporal ao macrocosmo político, os membros de uma entidade privada se colocavam sob o comando de uma autoridade

¹⁸⁷ No Original [Therefore doth heaven divide The state of man in divers functions, Setting endeavor in continual motion; To which is fixed as an aim or butt Obedience; for so work honeybees, Creatures that by a rule in nature teach The act of order to a peopled kingdom. They have a king, and officers of all sorts, Where some like magistrates correct at home, Others like merchants venture trade abroad, Others like soldiers armed in their stings Make boot upon the summer's velvet buds, Which pillage they with merry march bring home To the tent royal of their emperor, Who, busied in his majesties, surveys The singing masons building roofs of gold, The civil citizens kneading up the honey, The poor mechanic porters crowding in Their heavy burdens at his narrow gate, The sad-eyed justice with his surly hum Delivering o'er to executors pale The lazy yawning drone. I this infer, That many things having full reverence To one constant may work contrariously, As many arrows loosed several ways Come to a mark; As many several ways meet in a one town, As many fresh streams meet in one salt sea, As many lines close in the dial's center; So may a thousand actions, once afoot, End in one purpose, and be all well borne, Without defeat].

¹⁸⁸ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

pública. Desta forma, quando Jaime I discursou no Parlamento em 1603, dizendo: “O que Deus uniu, então, que nenhum homem separe. Eu sou o Marido, e toda a Ilha é Minha leal esposa: Eu sou a Cabeça, e essa é o Meu Corpo: Eu sou o Pastor, e eis o Meu Rebanho”, estava evocando uma teoria política que via a família e o Estado como estruturas de poder paralelas.¹⁸⁹

Igualmente, um dos mais importantes argumentos políticos da Idade Moderna dialogava diretamente com esse universo: o *Patriarcha*, de Sir Robert Filmer. Publicado postumamente apenas em 1680, sua obra já era conhecida durante a guerra civil e as querelas entre o rei Carlos e o parlamento. Contra os preceitos de jesuítas e puritanos, que defendiam que Deus emanava seu poder ao povo e este escolhia a forma de governo e governante, exaltava o direito divino dos reis e a obediência passiva às autoridades. Desta forma, indicava a similaridade entre a família e uma *commonwealth*. Como os patriarcas bíblicos exerciam tanto o poder político, quanto familiar, os direitos de um pai e de um rei seriam semelhantes, sem qualquer distinção. “Como o Pai sobre uma Família, tanto é o Rei como Pai de muitas Famílias estendendo seu cuidado para preservar, alimentar, vestir, instruir e defender toda república”.¹⁹⁰

No entanto, havia àqueles que traçavam uma distinção primordial entre os fins perseguidos pelos poderes familiares e políticos. Independente das peculiaridades e diferenças individuais, autores como Aristóteles, Francisco Suarez e Jean Bodin negavam a perspectiva de que a união civil estivesse fora dos interesses e escolhas humanas. Apesar de se apoiarem em uma hierarquia natural entre aqueles que comandavam e aqueles que obedeciam, rejeitavam a similaridade estrita entre os poderes e a noção de que o poder de governar a sociedade fosse dado diretamente por Deus a um único homem. Enquanto a família estaria organizada sob o mando de uma autoridade superior, geralmente o mais velho, que comandaria menores, tanto livres (poder marital, poder paternal) como escravos (poder senhorial), em benefício de um domínio privado e econômico, o governo político estaria calcado em pessoas

¹⁸⁹ House of Commons Journal Volume 1: 23 March 1604 (2nd scribe).

Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629. Originally published by His Majesty's Stationery Office, London, 1802. Disponível em: < <http://www.british-history.ac.uk/commons-jrnl/vol1/23-march-1604-2nd-scribe>> Acesso em: 09 nov. 2017. No Original [What God hath conjoined then, let no Man separate. I am the Husband, and all the whole Isle is My lawful Wife: I am the Head, and it is My Body: I am the Shepherd, and it is My Flock].

¹⁹⁰ FILMER, Sir Robert. *Patriarcha; of the Natural Power of Kings*. By the Learned Sir Robert Filmer Baronet (London: Richard Chiswell, 1680). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/221>> Acesso em: 09 nov. 2017. No Original [as the Father over one Family, so the King as Father over many Families extends his care to preserve, feed, cloth, instruct and defend the whole Commonwealth].

possuidoras de liberdades e que debatiam entre iguais, fruto daqueles que compõe a comunidade política em benefício comum.¹⁹¹

Deve-se ter cuidado em pensar o uso de uma linguagem compartilhada, de continuidade longa e duradoura, como algo estável e homogêneo que não sofreria as pressões e modificações de autores individuais e contextos específicos: a ordem de Fortescue, que defendia uma dinastia afastada do trono; não é a mesma de Sir Robert Filmer e sua defesa do direito divino dos reis; que não é a mesma pregada por Bodin em sua proposta pela soberania dos reis, mas em uma estrutura que derivasse do povo; que não é a mesma descrita por Suarez em sua defesa do domínio papal frente aos monarcas considerados hereges. Em diversos momentos a linguagem da ordem foi empregada para justificar fins diferentes, podendo justificar inclusive a mudança daquilo que se considerava o direito, propondo uma outra ordem no lugar.

A existência de uma lei natural organizava o mundo, não só humano. No entanto, apontar essa ordem que discriminava o lugar de cada coisa no universo, indicava também o que seria o comportamento natural de cada ser. Revelava-se a forma adequada para que um ser atingisse as qualidades de sua essência, exaltando a nobreza do sujeito em permanecer estável àquelas capacidades. Além de uma maneira de explicar a sociedade fornecia aos sujeitos uma noção de identidade, indicando os valores a sustentar, os ícones de superioridade a aparentar, como se portar etc. Acima de tudo, a percepção dessa ordem, ao ser reproduzida em todas as relações humanas (mesmo quando interpretava os seres não racionais), fornecia certa previsibilidade nos encontros sociais.

IDENTIDADES CRÔNICAS E PÚBLICAS

Como indicou Sir John Fortescue, em contraposição à inconstância humana, a lei da natureza seria imutável e incorruptível, não sofrendo a ação do tempo. Com a queda, o homem teria alterado seu estatuto, perdendo a eternidade e se conscientizando de sua

¹⁹¹ ARISTÓTELES. *Política*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1985; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Família, soberania e monarquias na República de Jean Bodin”. In: BICALHO, M. F; FERLINI, V.L.A. *Modos de Governar*. São Paulo: Alameda, 2005; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. *Op. Cit.*, 1996, p. 457-458; BODIN, Jean. Os seis livros da República: livro primeiro. São Paulo: ícone, 2011. As fontes em português foram cotejadas com edições modernas em inglês: ARISTOTLE. *Aristotles politiques, or Discourses of government*. *Op. Cit.*; BODIN, Jean. *The six bookes of a common-weale*. *Written by I. Bodin a famous lawyer, and a man of great experience in matters of state. Out of the French and Latine copies, done into English, by Richard Knolles*, London: [Printed by Adam Islip] impensis G. Bishop, 1606.

finitude, mas não a lei natural. Como algo derivado da estabilidade da própria mente divina, seria superior a todo e qualquer preceito e escolha humana. Estaria gravada no interior de cada criatura e revelaria a essência e função de cada coisa, sendo capaz de ensinar noções de hierarquia e constância mesmo aos seres mais brutos e não racionais. Assim, a lei natural descreveria a razão de ser de cada parte e, ao mesmo tempo, indicava, pelo correto comportamento e adequação de cada parte, os desígnios e planos do todo: Deus.¹⁹²

A mudança nas sociedades do Antigo Regime seria algo indesejável. Mudar seria uma certificação da corrupção ou fraqueza de um sujeito em manter-se estável ao papel que lhe fora atribuído pela imutável lei da natureza. Exigia cuidados e preocupações constantes. Dessa forma, o tempo, a permanência, entra como elemento fundamental e constitutivo das identidades na primeira modernidade. Se na atualidade resiliência e flexibilidade são exaltadas como qualidades indispensáveis dos indivíduos, o contrário se revelava na Idade Moderna. Sob esse aspecto, pode-se compreender um pouco a obsessão de indivíduos que ameaçam suas vidas em duelos insensatos em defesa da honra e da lealdade, suas ou de outros, pais preocupados com marcas de desonestidade sob suas filhas, o pânico de atos que tragam como consequência vergonha etc. Afinal, como diz Cássio a Iago, na peça de William Shakespeare, “reputação, reputação, reputação! Oh, perdi minha reputação! Perdi a parte imortal de mim mesmo, restando-me o que é bestial” (*Otelo*, Ato II, cena iii, versos 251-253).¹⁹³

Em um mundo reconhecidamente desigual, a permanência e a continuidade daquilo que era considerado a verdadeira essência e finalidade de um sujeito, em diálogo com a lei natural, era a coisa mais valiosa que se possuía e se buscava manter. Como diz Iago na mesma peça, “quem rouba-me a bolsa rouba-me lixo, qualquer coisa, um nada”, mas, ao contrário, “aquele que furta meu bom nome rouba-me aquilo que não o enriquece e faz de mim verdadeiramente miserável” (*Otelo*, Ato III, cena iii, versos 157-161).¹⁹⁴ Em *Muito Barulho por nada*, Hero cai no esquema montado pelo irmão bastardo do príncipe, sendo caluniada, difamada e dispensada pelo seu prometido noivo. Aconselhada pelo monge, que desconfia da armação, se faz de morta até que o engano e a trama sejam revelados e sua honra restaurada (Ato IV). Na peça *Medida por*

¹⁹² FORTESCUE, John. “De natura legis naturae”. *Op. Cit.*, p. 211 e 222-225.

¹⁹³ No Original [Reputation, reputation, reputation! O, I lost my reputation! I have lost the immortal part of myself, and what remains is bestial].

¹⁹⁴ No Original [who steals my purse steals trash; 'tis something, nothing] e [but he that filches from me my good name robs me of that which not enriches him and makes me poor indeed].

Medida, a casta Isabel é chantageada por Ângelo, que lhe promete salvar seu irmão Cláudio da morte caso lhe entregasse o corpo e a virgindade. Mesmo que reclamasse da rigidez e injustiça cometidas por Ângelo, exclamava que, por essas condições, então, seu irmão estava condenado e perderia a cabeça. Apesar da possibilidade de salvar-lhe a vida terrena, nada a moveria de proteger sua honra, o corpo casto e a paz eterna (Ato II, cena iv).

A isso se une a importância dos juramentos para a sociedade moderna. Como indicava a homilia *Agaynst swearing and perjury*, Deus proibia os juramentos feitos em vão e toda promessa era no fundo algo prometido em seu nome.¹⁹⁵ Saber que o outro estava resoluto nos compromissos que assumia e no cumprimento de sua função era importante para a sociedade europeia. Essa adequação fornecia certa dose de previsibilidade nos comportamentos sociais, revelando a ordem metafísica, mas, acima de tudo, laços e pactos feitos por homens e mulheres entre si. Contratos humanos, mas que reafirmavam a lei divina, e deveriam ser mantidos para o bom funcionamento da sociedade. No entanto, jurar não era um mal em si, apenas o perjúrio.

Apesar do vínculo com os preceitos divinos, jurar não era um ato unicamente religioso, mas civil. O juramento era um pacto público, que confirmava a confiabilidade de um sujeito, sua honra e sua capacidade em manter-se firme frente aos ditames de uma ordem sobrenatural ou acordos históricos entre um senhor e servo, um rei e seus súditos, marido e mulher etc. Se a partir da segunda metade do seiscentos se tornou visível uma divisão entre os princípios sustentados em consciência e os praticados em ações, em prol da paz civil,¹⁹⁶ essa distinção e a necessidade de normas impessoais não eram questões tão claras nos séculos anteriores. Assim, não era sem sentido que muitos defensores do rei e da monarquia, durante a guerra civil inglesa, reclamassem do rompimento dos compromissos de fidelidade cometidos por parlamentares e sectários.

Os juramentos e seu cumprimento garantiam a boa ordem da sociedade, o sentimento de amizade nas relações, a obediência, a paz civil etc. Àqueles que se mantinham constantes receberiam a Graça divina, ao contrário, o inferno e as dores perpétuas seriam o destino final de idólatras, àqueles que levantavam falso testemunho, que cometiam perjúrio e juravam de maneira vã. Quem jurava irresponsavelmente caía

¹⁹⁵ ANON. *Certain sermons, or homilies appoynted by the Kynges Maiestie, to be declared and redde, by all persones, vicars, or curates, euery Sof[n]day in their churches, where thei [sic] haue cure. Op. Cit.*

¹⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

em erro. Como diz o autor da homilia, “um homem que muito jura, deve ser cheio de pecado, e o flagelo de Deus, não deixará sua casa”.¹⁹⁷

No teatro elisabetano e jacobino vemos a mesma defesa dos juramentos, nos ajudando a entender mais profundamente aquela sociedade. Em Shakespeare, por exemplo, podemos destacar a recriminação que Frei Lourenço faz a Romeu por sua rápida mudança com relação a anterior afeição a Rosalinda (*Romeu e Julieta*, Ato II, cena iii, versos 65-68). Em *Dois Cavaleiros de Verona*, Júlia reclama os perjuros de Proteu, que lhe havia prometido amor, mas havia posteriormente se interessado por outra mulher. Arrependido, Proteu volta ao compromisso firmado antes e afirma “aos homens, às suas mentes! É certo. Oh céus! Apenas o homem constante é perfeito! Um único erro o preenche de falhas, fazendo-o percorrer todos os seus pecados; a inconstância se debruça onde isto começa” (Ato V, cena iv, versos 111-114).¹⁹⁸ Igualmente, em *O mercador de Veneza*, Pórcia e Nerissa se indispõem com seus maridos, Bassânio e Graciano, por terem dado a um juiz e a um escrivão os anéis que juraram preservar como provas de seus amores (Ato V, cena i).

Interessante também é o tema como foi tratado em *Trabalhos de amor perdidos*. Na peça, os juramentos e os perjuros são o próprio enredo da encenação. O rei de Navarra e mais três amigos se impuseram três anos de privação para se dedicar mais profundamente aos estudos; atos selados por juramentos. No entanto, as certezas que tinham se fragilizam quando conhecem a princesa francesa e sua corte. Apaixonados, renegam os pactos anteriormente firmados e selam casamento com as moças, que aceitam suas promessas, mas os castigam pelos perjuros cometidos. Por um ano, deveriam cumprir penas de reclusão em eremitério, cuidado a enfermos, dispensar honras e pompas, antes que retornem para tomar a mão de suas noivas (Ato V, cena ii). No entanto, em todos os casos, apesar das interpretações que uma mente romântica e das adaptações atuais que as peças shakespearianas possam propiciar, um casamento e uma paixão se davam mais pelo amor aos juramentos do que pelo amor das duas pessoas envolvidas. Ao contrário, nas encenações, àquelas personagens que abriram mão da autoridade a que estavam submetidas por um sentimento subjetivo e passional,

¹⁹⁷ ANON. *Certain sermons, or homilies appoynted by the Kynges Maiestie, to be declared and redde, by all persones, vicars, or curates, euery So[n]day in their churches, where thei [sic] haue cure. Op. Cit.*, [p. 105]. No Original [that man which sweareth muche, shall be full of sinne, and the scourge of god, shall not departe from his house].

¹⁹⁸ No Original [Than men their minds! ‘Tis true. O heaven, were man but constant, he were perfect! That one error fills him with faults, makes him run through all th’ sins; inconstancy falls off ere it begins].

compõem o assunto principal das tragédias (*harmatia*) e os motivos de engano e risos nas comédias.

A identidade de algo era temperada com o tempo. Quanto mais firme e duradoura, mais digno era o sujeito no exercício daquela função. Aos novos, faltavam-lhe a duração. Como diz Banquo a respeito de Macbeth, recém elevado a thane de Cawdor, “as novas honras caem sobre ele como em nós roupa estranha, que não se separam do molde anterior senão com o uso” (*Macbeth*, Ato I, cena iii, versos 144-146).¹⁹⁹ Desta forma, a importância da linhagem e da sucessão está intimamente presente na construção identitária de um indivíduo. Como possuidor da *dignitas* do corpo político, Macbeth se sabe apenas herdeiro de algo eterno, que continua para além de sua morte natural. O desfile de oito reis, como acontece na encenação, aterroriza o tirano; sendo que o último carregava um espelho na mão, mostrando os muitos que o seguirão (Ato IV, cena i).

Assim, como estudado por Ernst Kantorowicz, as corporações seriam pessoas imortais e despersonalizadas, que permaneciam enquanto espécie mesmo além da morte natural do indivíduo que exercia uma função temporária. Entre a eternidade divina e o tempo efêmero das ações humanas, se ergueu uma concepção temporal perpétua, mas que se dava no tempo e pelo tempo. Ou seja, se fortalecia na continuidade e funcionava na sucessão. Em uma igualdade diacrônica, com passado e com futuro, preservavam sua identidade a despeito das mudanças e, portanto, eram legalmente imortais.²⁰⁰ Eram essas identidades que deveriam ser preservadas.

Conforme afirma Hespanha, “a realidade jurídica decisiva, a verdadeira pessoa jurídica, é esse estado, que é permanente; e não os indivíduos, transitórios”. A personificação dos estados, pluralizando diacronicamente a existência de vários indivíduos sob uma mesma dignidade e sincronicamente de um mesmo indivíduo ocupando diversos cargos e posições, criava um sujeito indefinido e não absoluto. A liberdade não era um direito individual, meramente negativo, mas uma capacidade relacional, que exigia comportamentos positivos, contendo e recriminando qualquer lampejo irresponsável de autonomia e fervor subjetivo. Os sujeitos poderiam ser superiores a alguns e inferiores a outros; como um chefe de família que governava sua casa, mas que prestava reverência a alguém mais nobre ou como um príncipe, que

¹⁹⁹ No Original [New honors come upon him, Like our strange garments, cleave not to their mold but with the aid of use].

²⁰⁰ KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

apesar da alta hierarquia política, devia respeito à sua mãe como filho. Comando e submissão não eram elementos fixos, mas faces diferentes da mesma moeda. Desta forma, a pessoa deixava “de corresponder a um substrato físico, passando a constituir o ente que o direito cria para cada aspecto, face, situação ou estado em que um indivíduo se lhe apresenta”.²⁰¹

Por isso, era essencial que os ícones e elementos de poder, comando e submissão fossem fielmente respeitados, dados e reproduzidos em uma linguagem pública e reconhecida por todos. As medidas, os brasões, as vestimentas, o tratamento etc., não eram meras cerimônias, mas constituíam referentes importantes. Eram sinais compartilhados da organização social e que davam visibilidade às próprias hierarquias e distinções da lei natural. Se em edições de Shakespeare, por exemplo, a partir do século XVIII são comuns aquelas listas de personagens anteriores às peças, explicando as funções e ocupações de cada um, nos séculos XVI e XVII não necessitavam desse artifício. Apenas raramente podemos encontrá-las na materialidade textual das encenações. O público coevo das peças ou os leitores e leitoras dos impressos não teriam dúvidas em perceber por meio dos discursos e imagens empregadas as distinções e posições sociais dos personagens.²⁰²

Ao se inserir a lista, os personagens seriam pré-concebidos em sua anterioridade em relação ao discurso, os efeitos de suas falas e ações. Frente a categorias individuais e psicológicas prontas, colocava-se o ato discursivo, a mensagem que certo comportamento ou objeto indicava. Dessa forma, não haveria subjetividade independente daquilo que pudesse ser apreendido publicamente. Se o leitor de romances habituou-se a cartas, diários ou narradores oniscientes como formas de atingir os sentimentos mais íntimos dos sujeitos, no teatro as intenções dos personagens, apesar de ocultas de outros elementos da encenação, eram expostas a todos os expectadores nos solilóquios. Igualmente, as experiências, diálogos e trocas de identidades eram entendidas pelo público que por as conhecerem não caíam nos enganos da peça.

No entanto, a prática de listar e definir os papéis da peça anteriormente encarcerava o sujeito em uma função específica, dificultando o entendimento da movimentação dos personagens sob outras identidades reconhecidas publicamente. Assim, indicar alguém como príncipe, filho, servo, mãe etc., além de ser uma

²⁰¹ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. *Op. Cit.*, p. 59.

²⁰² GRAZIA, Margreta de; STALLYBRASS, Peter. “The Materiality of Shakespearean Text”. *Shakespeare Quarterly*, Vol. 44, 1993(3), p. 267.

perspectiva limitada, já colocava, independente do conteúdo, uma expectativa e uma concepção do que seria cada uma dessas coisas, não enfatizando aquilo que estava em consonância ou em dissonância com a imagem pré-concebida. As peças de teatro estão cheias de exemplos de figuras que se escondem sobre outra *persona* para viver experiências diferentes daquelas permitidas por sua posição, as quais deveriam se esforçar para representar. Acima de tudo estava sua capacidade de representar o papel que emprestava, sua *performance*.

A partir dessa perspectiva, o público, o aparente, ganham relevância no trato social. Não interessava tanto o oculto, as intenções privadas, que estavam escondidas e deveriam ser reveladas, mas o visível, o publicamente conhecido, aquilo capaz de ser “lido” e entendido por todos. Assim, a fim de experimentar situações interditas ao seu sexo, muitas heroínas shakespearianas se vestiram de homens. Em *O Mercador de Veneza*, Pórcia e Nerissa tomam os hábitos de juiz e escrivão atuando em um julgamento para salvar a vida de Antônio, amigo de seus maridos Bassânio e Graciano. Todavia, ao adotarem um outro papel social se inserem em locais e funções que não lhes estavam publicamente disponíveis. Para isso, entretanto, como diz Pórcia a Nerissa, sabiam que deveriam representar bem o novo papel adotado:

Sim, Nerissa, mas em tais hábitos que eles [seus maridos] pensarão estarmos completas do que nos falta. Aposto qualquer coisa. Ao nos expormos ambas como jovens rapazes, sendo eu o mais bonito dos dois, embainhando graciosamente meu punhal, falando com voz aflautada entre as mudanças de homens e meninos, alterando meus passinhos em passos viris. Falarei de combates, como se gabam a juventude e lhes contarei mentiras pitorescas, sobre quantas damas honráveis buscaram o meu amor, que ao ser negado, adoeceram e morreram, sem que pudesse lidar com todas. Então eu me arrependeria e desejaria, que, por tudo isso, eu não as tivesse matado. Vinte dessas pequenas mentiras eu contaria, que os homens jurariam que terminei a escola à aproximadamente doze meses. Tenho em minha mente milhares de truques desses fanfarrões, que praticarei (Ato III, cena iv, versos 60-78).²⁰³

Igualmente, Rosalinda, em *Como Gostais*, se veste de homem em sua fuga da corte com Célia e o bobo Touchstone. No entanto, revela o medo de não representar

²⁰³ No Original [They shall, Nerissa, but in such a habit That they shall think we are accomplished With that we lack. I'll hold thee any wager, When we are both accoutered like young men, I'll prove the prettier fellow of the two, And wear my dagger with the braver grace, And speak between the change of man and boy With a reed voice, and turn two mincing steps Into a manly stride, and speak of frays Like a fine bragging youth, and tell quaint lies, How honorable ladies sought my love, Which I denying, they fell sick and died — I could not do withal. Then I'll repent And wish for all that, that I had not killed them. And twenty of these puny lies I'll tell, That men shall swear I have discontinued school Above a twelvemonth. I have within my mind A thousand raw tricks of these bragging jacks Which I will practice].

bem o personagem que lhe coube: “intimamente é possível encontrar desonras à minha aparência masculina e chorar como uma mulher; mas devo confortar o vaso mais fraco, como o gibão e a calça se mostram corajosos frente as anáguas” (Ato II, cena iv, versos 4-7).²⁰⁴ Embora, guarde temores privados, sabe-se consciente da função pública que deve desempenhar. Assim, além de descrever, revela o papel de cada sexo: o homem deveria ser corajoso e viril, a mulher frágil e fraca. O disfarce, a troca de sexo, era também uma forma de demonstrar as inconstâncias e a falta de fidelidade aos juramentos públicos; aquilo que não seria sustentado abertamente. Júlia, em *Dois Cavaleiros de Verona*, ao revelar-se mulher, recrimina Proteu por seus perjuros: “Esses trajés lhe deixam corado! Tenha vergonha de ter tomado para mim vestuário tão imodesto, se houvesse vergonha em um amor disfarçado: mas, modestamente, erra menos as mulheres ao mudarem suas formas do que os homens suas convicções” (Ato V, cena iv, versos 105-110).²⁰⁵

Mas essa não era uma estratégia utilizada apenas por aqueles considerados hierarquicamente inferiores, em busca de ascensão e de experimentar voos além de suas capacidades. Também as figuras de autoridade estavam presas a cerimônias e etiquetas públicas. Com medo de desagradar os poderosos, muitos cortesãos caíam em bajulações. Era perigoso ser sincero. Assim reclamava Cornualha da honestidade do mensageiro do rei, em *Rei Lear*, pouco antes de condená-lo ao cepo (sendo, na verdade, o Conde de Kent disfarçado de servo do monarca senil e seu pai): “esse é um sujeito que, tendo sido elogiado pela franqueza, emprega aspereza insolente e constrange o traje de sua verdadeira natureza. Ele não pode bajular. Uma mente honesta e clara, ele só deve falar a verdade” (Ato II, cena ii, versos 91-95).²⁰⁶

Isso obrigava os governantes a se ocultarem sob outros personagens para obter comportamentos verdadeiros e opiniões sinceras sobre seus reinos e atitudes. Assim procede o duque, em *Medida por Medida*, que se veste de Frei para, ao mesmo tempo, observar Ângelo, seu substituto no poder, e o povo. Para isso, pede a Frei Tomás: “forneça-me o hábito e me instrua como posso me portar pessoalmente como um

²⁰⁴ No Original [I could find in my heart to disgrace my man’s apparel and to cry like a woman, but I must comfort the weaker vessel, as doublet and hose ought to show itself courageous to petticoat.

²⁰⁵ No Original [O Proteus, let this habit make thee blush! Be thou ashamed that I have took upon me Such an immodest raiment, if shame live In a disguise of love: It is the lesser blot, modesty finds, Women to change their shapes than men their minds].

²⁰⁶ No Original [This is some fellow, Who, having been praised for bluntness, doth affect A saucy roughness and constrains the garb Quite from his nature. He cannot flatter, he. An honest mind and plain, he must speak truth].

verdadeiro frade” (Ato I, cena iii, versos 46-49).²⁰⁷ Da mesma maneira, age o rei Henrique V, na peça homônima. Na noite anterior à batalha de Azincourt, o monarca se disfarça e incógnito caminha em meio a suas tropas. Sem desconfiar da presença real, os soldados agem de forma sincera, revelando os temores de morrer no conflito. Enquanto John Bates se mostra disposto a lutar pelo rei e obediente à sua causa, Michael Willians indica sua infelicidade por estar ali, agindo de forma ofensiva (Ato IV, cena i).

Após o encontro, o rei faz um importante solilóquio, argumentando sobre a tragicidade do trabalho real – um corpo humano, embora poderoso, submisso à vontade de sua função e das exigências do corpo político –, e, o que nos interessa mais aqui, a exagerada supervalorização das benéficas da autoridade do seu cargo e as bajulações e inverdades contidas nas cerimônias:

Que infinita paz de espírito é essa que os reis devem negligenciar e da qual os homens comuns podem desfrutar? E o que têm os reis que os homens comuns não têm, salvo o cerimonial e as cerimônias? E tu, cerimônia idolatrada, o que vens a ser? Que tipo de deus tu és, que precisas suportar mais dores mortais que os teus adoradores? Qual o teu aluguel? Qual a tua renda? Ah, cerimônia, mostra-me o teu valor! O quê? É tua alma feita de adoração? Tu por acaso és algo além de função pública, título de nobreza, ritual exibicionista criando temor e reverência nos outros homens, onde tu és menos feliz sendo temido que eles temendo a ti? O que é mesmo que tu bebes seguidamente, em vez de doces homenagens? Bajulações venosas. Ah, grandiosa grandeza: adoeça. Adoeça e peça ao teu cerimonial que te providencie a cura. Pensas tu que a febre abrasadora vai-se embora com títulos soprados pelos aduladores? Vai dar às medidas e reverências daqueles que se ajoelham diante de ti? Só porque comandas o joelho do pedinte, achas que tens comando também sobre a saúde desse joelho? Não sonho arrogante que tão sutilmente fazes do repouso de um rei o teu brinquedo. Sou rei que te avalia, e eu sei que não é o bálsamo, nem o cetro, nem o globo, tampouco a espada, a insígnia, a coroa imperial, o manto entremeado de ouro e pérolas, o título forçoso e pomposo que precede o soberano, o trono onde ele toma assento, muito menos a maré de pompas que bate nas mais altas esferas deste mundo; não, cerimônia triplamente esplendorosa; não é nenhuma dessas coisas e nem a soma delas todas. Nenhuma delas, mesmo que posta em majestoso leito, conseguiria dormir sono tão profundo como dorme o escravo desgraçado que descansa, corpo cheio e cabeça vazia, estufado de um mísero pão (Ato IV, cena i, versos 222-276).²⁰⁸

Todavia, a adoção de papéis inferiores por superiores não se resumia apenas ao universo político, podia ser também uma estratégia amorosa. Em *Megera Domada*, Lucêncio troca de roupas com seu servo Trânio, pedindo-lhe para assumir esse papel,

²⁰⁷ No Original [Supply me with the habit and instruct me How I may formally in person bear me Like a true friar].

²⁰⁸ Tradução de Beatriz Viégas-Faria. SHAKESPEARE, William. *Henrique V*. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 108-110.

para que deste modo consiga se aproximar mais da pretendida Bianca, como professor de música: “Trânio, assim seja, porque Lucêncio ama. Deixe-me ser um escravo para alcançar essa donzela que de súbito atraiu meu olho ferido (Ato I, cena i, versos 216-218)²⁰⁹. Igualmente, é conhecida as máscaras adotadas por Romeu e outros Monteccios para esconderem suas verdadeiras identidades e entrarem como penetras na festa dos Capuletos (Ato I, cena iv). Embora a princípio o objetivo fosse só diversão, esse ato será um importante ponto da teleologia da peça no desenvolvimento do trágico amor.

Outra forma de fugir ao decoro e às cerimônias exigidas frente aos superiores era a adoção de papéis sociais aos quais não se esperava razoabilidade, como o de louco ou de bobo. Essa foi a estratégia do príncipe Hamlet, que apesar de não cobrir o rosto, selava suas verdadeiras intenções para uma corte que acreditava ser imoral e corrupta. Dessa forma, assumindo para si comportamentos e discursos que pareciam aos outros sem sentido, podia agir contra o rei, seu valido, sua mãe, etc., e verificar a veracidade das palavras do fantasma de seu pai (*Hamlet*).²¹⁰ Em *Como Gostais*, o melancólico Jacques relata seu encontro com um bobo na floresta e o desejo de tornar-se um bufão: “devo ter total liberdade, autorização tão larga como o vento para soprar sobre quem me agradar, como têm os bobos”, caso assim seja, se comprometia “a passar a limpo o corpo sujo desse mundo infecto, se receberem pacientemente o meu remédio” (Ato II, cena vii, versos 47-49 e 59-61).²¹¹

Ainda havia a possibilidade de transitar por espaços e situações que permitiam o anonimato e comportamentos mais livres, como as estradas, os bosques e os sonhos. O exilado Valentino, em *Dois Cavaleiros de Verona*, encontra nas estradas outros jovens proscritos, gentis-homens que se tornaram ladrões. Por seu trato e sabedoria revelada, o veronense é eleito o rei daquele bando (Ato IV, cena i). Na mesma peça, Eglamor, acompanhante de fuga com Sílvia, filha do duque de Milão e apaixonada por Valentino, diz que a floresta é a segurança dos perigos de estarem sendo seguidos; situação que

²⁰⁹ No Original [Tranio, be so, because Lucentio loves, And let me be a slave, t' achieve that maid Whose sudden sight hath thrall'd my wounded eye].

²¹⁰ Escrevi sobre isso mais profundamente em: SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Regicídio e inação em Hamlet: consequências e estratégias”. In: CLOSEL, Régis Augustus Bars; MARIN, Ronaldo (org.). *Shakespeare 450 anos*. São Paulo: Instituto Shakespeare Brasil: BMA Edições, 2015; e SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “O cômico como estratégia retórica no debate político”. *Faces da História*, [S.l.], v. 4, n. 2, jan. 2018.

²¹¹ No Original [I must have liberty Withal, as large a charter as the wind, To blow on whom I please, for so fools have] e [I will through and through Cleanse the foul body of th' infected world, If they will patiently ceive my medicine].

tanto amedrontavam a donzela (Ato V, cena i). E Valentino, como chefe, esperando em seu trono, relata:

Como o uso faz no homem um hábito! Esse escuro deserto, de árvores não frequentadas, é preferível às florescentes e populosas cidades. Aqui, posso me sentar sozinho, sem ser visto por ninguém e sintonizar a melodia queixosa do rouxinol às angústias e recordações de meus problemas (Ato V, cena iv, versos 1-6).²¹²

Na peça *Como Gostais*, há uma verdadeira ode a esses espaços de anonimato, possibilidades e distantes das bajulações cortesãs. Talvez, essa seja a peça de Shakespeare em que o assunto é tratado com mais profundidade. Célia, pouco antes de deixar a corte de seu pai em direção à floresta de Arden, com sua prima Rosalinda e o bobo Touchstone, afirma estar partindo “para a liberdade e não para o exílio” (Ato I, cena iii, verso 136). Discurso semelhante faz o Duque Senior, exaltando à vida no bosque: “agora, meus companheiros e irmãos no desterro, não fez o velho costume essa vida mais doce do que aquela pompa artificial? Essas árvores não estão mais livres dos perigos do que a corte invejosa?” (Ato II, cena i, versos 1-4).²¹³

E, certamente, uma outra estratégia utilizada por Shakespeare é a de afirmar que certos discursos e comportamento nada mais são do que sonhos. Essa não era uma peculiaridade unicamente do Bardo, mas estava presente em todo o teatro europeu, sendo que muitos discursos heterodoxos, política e socialmente, circularam pelas bocas e folhas de populares e revoltosos. Em Shakespeare, sem dúvida, a obra mais famosa sobre essa temática é *Sonho de uma noite de verão*. Desta forma, a fuga de Hérnia e Lisandro para não serem julgados pela rigorosa lei de Atenas e as confusões daquela noite no bosque podem ser explicadas como se fossem simplesmente uma espécie de sonho dos casais. A floresta e o sonho parecem ser um lugar em que tudo é possível, em oposição à cidade, racional e vigilante. Outra obra que causa dúvidas é *Megera Domada*. Afinal, todo enredo da peça emerge como uma encenação apresentada a Sly, um beberrão que ao adormecer é levado e instalado como fidalgo. Qual é o tema da

²¹² No Original [How use doth breed a habit in a man! This shadowy desert, unfrequented woods, better brook than flourishing peopled towns: Here can I sit alone, unseen of any, And to the nightingale's complaining notes Tune my distresses and record my woes]

²¹³ No Original [To liberty, and not to banishment] e [Now, my co-mates and brothers in exile, Hath not old custom made this life more sweet Than that of painted pomp? Are not these woods More free from peril than the envious court?].

peça, de fato? A domesticação de Catarina ou a sustentação de que aquele comportamento não passou de uma ilusão?

Desta forma, o público se configurava em um espaço fluido para identidades tão rígidas e intenções privadas reprimidas, compartilhadas pelos leitores e espectadores, mas desconhecidas de outros personagens do enredo. Liberdades que eram interditas pelo papel social ou biológico de um sujeito, escondidas pelos cerimoniais e as referências e reverências que deveria representar. Ao mesmo tempo em que se mostrava como um espaço de experimentação, o público funcionava também como estratégia política. Omitir-se era uma importante ferramenta a fim de esconder os verdadeiros sentimentos de uma pessoa. Dessa forma, as figuras de autoridade deveriam evitar a exposição exagerada, para manter a sacralidade de sua presença, evitando os olhares e julgamentos de populares. É sobre isso que o rei Henrique atenta ao príncipe Hal: “minha presença, como túnica pontifícia, nunca sendo vista, mas imaginada; rara, mas suntuosa, mostrava-se como uma festa, por sua raridade e solenidade” (*Henrique IV – parte I, Ato III, cena ii, versos 56-59*).²¹⁴

Todavia, esse ocultamento da verdadeira posição igualmente era um motivo de insegurança. Era uma ameaça para uma sociedade pautada em privilégios e diferenças naturais (ou sobrenaturais) reconhecidas, que se mostravam aparentes para leitura pública, em ícones, gestos, vestimentas etc. Era uma estratégia importante para os superiores, mas causava pânico caso estivesse disponível aos inferiores. Representar o que se era e demonstrar o que se tinha, de fato – não apenas parecer – possibilitava certa previsibilidade nas relações sociais, fortalecendo a crença de que certos comportamentos eram óbvios e esperados. A isso, era necessário que os códigos e papéis dos indivíduos fossem extensamente reconhecidos e divulgados pelas instituições e discursos presentes na sociedade, criando o desejo dos próprios sujeitos em se acomodar e permanecer neles, pois indicavam a justa adequação a uma ordem natural e divina.

²¹⁴ No Original [My presence, like a robe pontifical, Ne'er seen but wondered at, and so my state, Seldom but sumptuous, showed like a feast And won by rareness such solemnity].

AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA

Exilado da corte, em um rompante de loucura do monarca, o fiel Kent se disfarça para não ser reconhecido por Lear e, secretamente, continuar a servi-lo. Perguntado se o conhecia, disse não conhecê-lo anteriormente, mas que havia algo em sua postura que o impulsionava a chamá-lo de mestre. Então, o rei, curioso, lhe questiona o que seria essa coisa. Sucintamente, o conde responde: “Autoridade” (*Rei Lear*, Ato I, cena iv, verso 29).²¹⁵

Essa cena revela bem a relação entre os dois polos do poder e as hierarquias no Antigo Regime. Não era algo que se dava unicamente de cima para baixo, era igualmente um movimento ascendente. Assim, essa desigualdade não seria consequência de uma estrutura coercitiva e violenta, que subjulgaria os inferiores pela força, mas necessária na condução daqueles considerados menores, isentos de racionalidade e dignidade. Segundo Antônio Manuel Hespanha, essa prática se associava à crença de que esses possuíam um juízo imperfeito de suas vidas e negócios, eram deficientes da razão, devendo, dessa forma, se submeter à direção de uma autoridade. Como “gente mais fraca”, não só os menores de idade, mas de estado, deveriam ser corretamente disciplinados, pois embora ainda considerados “imperfeitos” eram potencialmente “perfeccionáveis”.²¹⁶ Assim, o criado Speed, em *Dois Cavalheiros de Verona*, concorda ser um carneiro, guiado por seu mestre, o pastor (Ato I, cena i).

Todavia, essa relação impulsionava ambos os lados a adotarem comportamentos e obrigações recíprocas. Tanto superiores quanto inferiores deveriam atuar para a correta representação de seus papéis, atuando nas relações de força, dependência e favorecimento da economia cortesã, sendo, ao mesmo tempo, produtos e produtores das qualidades da lei natural. As figuras de autoridade – pais, mestres, maridos, nobres etc. – esperavam receber deferências, veneração, auxílio e obediência. Os inferiores, cumpridas adequadamente suas obrigações, esperavam receber proteção, afeição, favores e gratidão, o que poderia desembocar em mercês e graças. Entretanto, segundo Hespanha, esses não eram pactos legalmente firmados, não haveria nenhuma obrigação em suas atitudes ou débito por sua realização, eram, ao contrário, fruto da liberalidade, caridade, lealdade e afeição das partes. Constituíam-se, acima de tudo, como atitudes

²¹⁵ No Original [Authority].

²¹⁶ HESPANHA, António Manuel. “Menores”. In _____. *Imbecillitas. Op. Cit.*

gratuitas.²¹⁷ Foi justamente essa falta de reciprocidade e deveres das partes, cabeça e membros, que, como indica Eunice Ostrensky, gerou muitos dos argumentos oposicionistas e parlamentares na guerra civil.²¹⁸

Assim, em *Hamlet*, Guildenstern e Rosencrantz são convidados pelos monarcas a frequentarem a corte em Elsinor, a fim de auxiliá-los a descobrir os motivos da loucura do príncipe dinamarquês. Caso tivessem sucesso nesse intuito, conforme a rainha Gertudres, “a visita deles receberá tantos agradecimentos quanto cabe na lembrança do rei”. A resposta dada pelos dois cortesãos trabalha bem essa questão coação/direção na lógica recíproca das relações de poder do Antigo Regime. Como diz Rosencrantz, os monarcas “poderiam, pelo poder soberano que têm sobre nós, satisfazer-se a ordenar mais do que em pedir”, mas, como completa Guildenstern, “ambos obedecemos e nos colocamos em completa reverência, entregando nossos serviços livremente sob seus pés, para serem comandados” (Ato II, cena ii, versos 25-32).²¹⁹

A lógica das relações cortesãs exigia reciprocidade. Os ícones e atos de obediência deveriam ser eficazmente representados para indicar a ordem e as hierarquias da lei natural, metafisicamente estabelecida e socialmente vivenciada. A submissão voluntária dos menores pode causar estranheza em uma estrutura que preza a igualdade e pressupõe a disponibilidade da livre iniciativa, mas era o *modus operandi* de uma sociedade que percebia a desigualdade como um elemento natural, em que cada ser tinha sua função específica e devia se esforçar para realizá-la. Ou seja, os inferiores deveriam empenhar-se para representar a submissão e auxiliar os superiores a exercerem sua autoridade.

Já foi falado anteriormente da submissão do conde de Kent que se disfarça para continuar a servir seu rei. É possível também trazer como exemplo o desconforto de Trânio ao assumir as vestes de seu senhor, Lucêncio, em *Megera Domada*. Obedece, mesmo inseguro, por que afinal, eram ordens de seu senhor (Ato I, cena i). Embora o anonimato e a troca de identidades fossem uma estratégia importante, seja no amor, seja na política, desestabilizava aquela ordem pública e natural a que se reconhecia e que deveria representar. E isso era igualmente incômodo para aqueles que ocupavam uma

²¹⁷ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. *Op. Cit.*, p. 270.

²¹⁸ OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. *Op. Cit.*, p. 60-63.

²¹⁹ No Original [Your visitation shall receive such thanks As fits a king's remembrance], [Might, by the sovereign power you have of us, Put your dread pleasures more into command Than to entreaty] e [But we both obey And here give up ourselves, in the full bent, To lay our service freely at your feet To be commanded].

posição inferior. Outro exemplo interessante de servidão voluntária pode ser visto na peça *Como Gostais*. Nela o servo Adão adverte a seu senhor Orlando sobre os estratégias de seu irmão para assassiná-lo e lhe sugere fugir de casa. Ao ser lembrado que não teria meios para sobreviver se fugisse e que, então, seria melhor enfrentar a morte, recebe como oferta de Adão uma quantia que esse economizou durante toda sua vida para sua velhice e promete ser seu criado, seguindo-o “fiel e leal” por todo o resto de sua existência (Ato II, cena ii, verso 70). Agradecido Cláudio reconhece:

“Oh, bom velho, quão admirável se revela o serviço constante dos tempos antigos quando suava por dever, não por recompensa! Não és para os costumes desse tempo, quando ninguém se esforça senão pelo pagamento, e tendo-o recebido, param seu trabalho sem mesmo tê-lo terminado” (Ato II, cena iii, versos 56-62).²²⁰

A acusação de Cláudio se revela apropriada a Iago, servo de Otelo, que diz não possuir nem dever nem amizade para com o seu senhor, seguindo-o apenas por interesse. Publicamente conhece as atitudes e cerimônias externas que deve se esforçar para representar, enquanto em seu íntimo, privadamente, trabalha por sua queda. Como diz a Rodrigo, há dois tipos de servos: aqueles “sujeitos muito obedientes e submissos, que, afeitos à sua obsequiosa servidão, empenham seu tempo como assento de seu mestre. [...] Chicote para esses serviçais honestos!”. E outros, aos quais se inclui, que “amparados em formas e aparências de dever, mantêm seus corações atentos a si mesmo, e, mostrando serviço aos seus senhores, fazem o bem em benefício próprio” (Ato I, cena i, versos 43-52).²²¹

Embora essa separação entre as ações públicas e a consciência privada fosse uma ameaça e causasse insegurança, enquanto os deveres e cerimônias visíveis e externos fossem preservados não haveria fratura na imagem ordenada do mundo. Desde que publicamente cada um continuasse a agir conforme seu papel, a paz estaria preservada. O que causava turbulências era a não adequação de seu personagem ao enredo social pré-concebido. Essa falta de acomodação revelava posturas de enfrentamento e rebeldia, em derrespeito às figuras de autoridade e hierarquias. Tais

²²⁰ No Original [with truth and loyalty] e [O good old man, how well in thee appears The constant service of the antique world, When service sweat for duty, not for meed. Thou art not for the fashion of these times, Where none will sweat but for promotion, And having that do choke their service up Even with the having].

²²¹ No Original [Many a duteous and knee-crooking knave That (doting on his own obsequious bondage) Wears out his time much like his master’s ass. [...] Whip me such honest knaves] e [trimmed in forms and visages of duty, Keep yet their hearts attending on themselves And, throwing but shows of service on their lords, Do well thrive by them]

atitudes podiam receber muitas formas; de linguagem, adotando um tratamento indecoroso; política, em oposição aberta a um nobre ou soberano; ou familiar, de um filho que desrespeitou seus pais ou de um cônjuge (o que quase sempre era colocado como um ato feminino) que desonrou a outra parte. Esses comportamentos fragilizavam o decoro e borravam os limites das expectativas sociais daquilo que se podia esperar de cada sujeito.

No entanto, essas relações desiguais, bipolares, mas assimétricas, não eram unicamente de serviço, contratuais ou políticas, às vezes eram também biológicas e familiares. Embora a família certamente seja mais do que apenas uma entidade privada, tendo uma função pública e analógica na organização de toda a sociedade, tinha suas próprias hierarquias e funcionamento. No topo da cadeia estava o pai, senhor da casa, e responsável tanto por seus servos, quanto por seus filhos e esposa; “esses fortes nós de amor”, como define Malcolm, em *Macbeth* (Ato IV, cena iii, verso 27).²²² A ele, como autoridade, todos deveriam fidelidade e deferência. Como expõe Cordélia, em *Rei Lear*, a filha mais nova e fiel ao monarca; por tê-la gerado, criado e amado, retornava “esses deveres adequadamente, obedecendo-o, amando-o, e honrando-o” (Ato I, cena i, versos 86-87).²²³ Igualmente faz Laertes, em *Hamlet*, ao pedir benção e permissão em sua partida da corte dinamarquesa (Ato I, cena ii). Além disso, a figura paterna era uma referência para o consentimento e a autorização de uma ação, como demonstra Ferdinando, em *A Tempestade*. O náufrago diz ter jurado matrimônio a Miranda, “quando não podia pedir o aconselhamento de meu pai, pois nem acreditava ter um”. Afinal, pensava que ele tivesse morrido no acidente (Ato V, cena i, versos 190-191).²²⁴

Entretanto, havia uma grande diferença nessa relação com a autoridade paterna, dependendo do sexo. Embora, o estado filial permanecesse inalterado por toda vida, a submissão era relativa. Era temporária, caso se tratasse de uma figura masculina – o tempo do filho tornar-se senhor de sua própria casa –, ou transmissível, caso se tratasse de uma mulher – até que a filha se tornasse esposa, sob a responsabilidade de um novo senhor. Isso se devia à crença da natural inferioridade feminina. Ser filha era apenas uma das várias “idades de uma mulher”, como apresenta o jurista Thomas Edgar.

²²² No Original [those strong knots of love],

²²³ No Original [those duties back as are right fit, Obey you, love you, and most honor you].

²²⁴ No Original [when I could not ask my father For his advice, nor thought had one].

Incapacitada de governar a si própria e carregando no sexo o castigo de Eva, consequentemente deveria ser conduzida por personagens masculinas.²²⁵

Essa diferença entre os sexos justificava hierarquias e comportamentos sociais. Homens estavam mais ligados às tarefas externas e públicas e as mulheres à vida privada, ao lar e aos espaços domésticos, religiosos e não corrompidos. Como explica Luciana, em *A Comédia dos Erros*, os homens seriam “senhores de sua própria liberdade, indo e vindo com o tempo, seu mestre, a quem obedecem”. Perguntada por sua irmã Adriana, “por que a liberdade deles deveria ser maior do que a nossa?”, recebe como resposta: “porque o negócio deles encontra-se fora de casa” (Ato II, cena i, versos 7-11). Essa pretensa superioridade masculina podia ser encontrada e explicada pela lei natural e pela ordem da própria natureza. Como diz Luciana, reforçando o discurso e a necessidade da submissão feminina, “a liberdade obstinada é amarrada com desventuras. Não há nada sob os olhos celestes, que não tenha seu limite, na terra, no mar, no céu. As bestas, os peixes e as aves são sujeitas ao homem e estão sob o seu controle,”. Como o ser mais divino da criação, o homem seria o “mestre de tudo, senhor de todo o mundo e mares desabitados, dotado de alma e intelecto superior aos peixes e aves, sendo os mestres e senhores de suas esposas” (Ato II, cena i, versos 15-25).²²⁶

Sob uma condição em que a identidade de uma pessoa se associava ao tempo (crônica) em que mantinha certa posição, cargo ou postura, e o quão bem ela representava e se adequava aquele papel social já definido (publicamente), a diferença entre os âmbitos público e privado, e o que cabia a cada gênero, era fundamental, pois definia espaços e atitudes a adotar. Essa questão é bem aparente em *O Mercador de Veneza*. Se a estratégia de Pórcia e Nerissa, ao adotarem trajes masculinos e o hábito de juristas, é importante para o desenlace do enredo da comédia, igualmente revela uma tensão entre o que se espera delas e o que fazem na verdade. Como mulheres, esperava-se que deixassem os assuntos políticos, jurídicos e públicos aos homens e se recolhessem à igreja, para rezar, mantendo-se castas como viúvas e virgens; postura que

²²⁵ EDGAR, Thomas. *The lavves resolutions of womens rights: or, The lavves prouision for woemen A methodicall collection of such statutes and customes, with the cases, opinions, arguments and points of learning in the lavv, as doe properly concerne women.* [...]. London : Printed by [Miles Flesher for] the assignes of Iohn More Esq. and are to be sold by Iohn Groue, at his shop neere the Rowles in Chancery-Lane, over against the Sixe-Clerkes-Office, 1632, p. 7. No Original [ages of a woman].

²²⁶ No Original [A man is master of his liberty; Time is their master, and when they see time They'll go or come], [Why should their liberty than ours be more?], [Because their business still lies out o' door], [headstrong liberty is lashed with woe. There's nothing situate under heaven's eye But hath his bound, in earth, in sea, in sky. The beasts, the fishes, and the wingèd fowls, Are their males' subjects and at their controls] e [the masters of all these, Lord of the wide world and wild wat'ry seas, Endued with intellectual sense and souls, Of more preeminence than fish and fowls, Are masters to their females, and their lords].

dizem adotar enquanto esperam o retorno de seus maridos. No entanto, ao representar publicamente o papel de homens podem se comportar de forma diferente e frequentar espaços interditados ao seu sexo (Ato III, cena ii).

Às mulheres, cabiam obedecer e se esforçar para conservar aquilo que era esperado e definido como um comportamento adequado ao feminino. Cada uma era “protetora de sua honra” (*Otelo*, Ato IV, cena i, verso 14)²²⁷ e deveria evitar espaços degenerados e comportamentos desobedientes. A partir do cuidado e da vigilância constante evitariam que caísse sobre elas o estigma da falta de honestidade e de ser uma “mulher pública” (*Otelo*, Ato IV, cena ii, verso 73).²²⁸

No entanto, mesmo cuidando para manter impoluta sua reputação, uma das maiores qualidades femininas seria a obediência. Seja enquanto filha, esposa ou viúva, cabia à figura masculina conduzir as mulheres em direção à castidade, à subordinação e à honra. Para o próprio benefício delas, essas autoridades deveriam ser respeitadas para que não perdessem o referencial a guiá-las. Enquanto filhas, muitas personagens de Shakespeare renegam os conselhos e as prerrogativas da autoridade paterna para casarem-se escondidas, com pretendentes de sua própria escolha. Esse é um dos temas subjacentes de duas das principais peças do Bardo, *Romeu e Julieta* e *Otelo*, podendo ser considerado inclusive o desvio original (a traição paterna) que desencadeia todos os outros eventos da tragédia.

Mas se em ambas as peças é reconhecida a traição à autoridade paterna, ignorando o conselho, o consentimento e a direção de seus pais, a submissão a uma outra figura masculina é inescapável. Em *Otelo*, por exemplo, essa passagem (transmissão) da submissão paterna à marital é mais explícita e publicamente justificada por Desdêmona. Perguntada por Brabâncio, seu pai, se ela via naquela ocasião alguém a quem devia mais obediência, responde;

Percebo aqui um dever dividido. Por você, estou amarrada pela vida e educação. Ambas me ensinaram sobre como fazer para respeitá-lo. Você é senhor do meu dever, sendo eu, então, sua filha. Mas aqui está meu marido. E tanto dever como minha mãe mostrou a você, preferindo-o antes a seu pai, arrisco-me a professar ao Mouro, meu senhor (Ato I, cena iii, versos 181-189).²²⁹

²²⁷ No Original [protectress of her honor]

²²⁸ No Original [public commoner].

²²⁹ No Original [I do perceive here a divided duty. To you I am bound for life and education. My life and education both do learn me How to respect you: you are the lord of duty; I am hitherto your daughter. But here's my husband; And so much duty as my mother showed To you, preferring you before her father, So much I challenge that I may profess Due to the Moor my lord].

Essa transferência de autoridade era parte constituinte da vida da mulher, que devia deixar seu pai para se submeter ao seu marido. Era uma sujeição desejada, pois cumpria as etapas e os ritos sociais do que se pensava das identidades femininas. Não cumpri-la era afastar-se do ideal daquilo que deveria esforçar-se para parecer. Mulheres desobedientes, indecorosas e que mostrassem demais sua individualidade eram ameaçadas com a ausência de pretendentes que as quisessem.

Certamente, a peça mais conhecida e importante de Shakespeare sobre esse assunto é *Megera Domada*. Catarina, negada por muitos pretendentes, encontra em Petrucchio alguém disposto a enfrentar o gênio da moça. Como diz “você não casará com outro homem que não eu, pois eu nasci para domá-la, transformando-a de uma Catarina selvagem a uma Catarina obediente assim como outras Catarina domésticas” (Ato II, cena i, versos 276-279).²³⁰ Assim, o enredo da peça se desenrola em direção a total submissão, “domesticação”, ao seu marido; sendo o trabalho realizado por Petrucchio visto com admiração por outros maridos. Ao fim, totalmente resignada é a própria Catarina que dá conselhos a outras esposas sobre como tratar os maridos:

Uma mulher irritada é como uma fonte perturbada, turva, repugnante, espessa e desprovida de beleza. Assim sendo, ninguém tão desidratado ou com sede se dignará a tocar ou sorver uma gota sequer. Teu marido é teu senhor, a tua vida, teu protetor, tua cabeça, teu soberano, teu guardião. Para tua manutenção empenha seu corpo ao trabalho doloroso tanto na terra quanto no mar, vigiando a noite em tempestades, o dia no frio, enquanto você repousa aquecida, segura e confortável em casa. Ele não anseia nenhum outro tributo em suas mãos, senão o amor, olhares agradáveis e a verdadeira obediência – um pagamento muito pequeno para uma dívida tão grande. Tal dever, como um súdito deve ao príncipe, uma mulher deve ao seu marido. Quando ela é perversa, irritada, mal-humorada, azeda e não obediente à sua vontade honesta, o que ela é senão um rebelde e um traidor sem graça para o seu amoroso senhor? (Ato V, cena ii, versos 148-166).²³¹

Todavia, se era possível falar em reciprocidade e voluntarismo das partes, uma condução e direção desejada dos inferiores pelos superiores, não se deve negar a existência da coação e da violência em relações tão hierarquizadas. O que transformava

²³⁰ No Original [Thou must be married to no man but me. For I am he am born to tame you, Kate, And bring you from a wild Kate to a Kate Conformable as other household Kates].

²³¹ No Original [A woman moved is like a fountain troubled, Muddy, ill-seeming, thick, bereft of beauty, And while it is so, none so dry or thirsty Will deign to sip or touch one drop of it. Thy husband is thy lord, thy life, thy keeper, Thy head, thy sovereign, one that cares for thee And for thy maintenance commits his body To painful labor both by sea and land, To watch the night in storms, the day in cold, Whilst thou liest warm at home, secure and safe; And craves no other tribute at thy hands But love, fair looks and true obedience — Too little payment for so great a debt. Such duty as the subject owes the prince, Even such a woman oweth to her husband; And when she is froward, peevish, sullen, sour, And not obedient to his honest will, What is she but a foul contending rebel And graceless traitor to her loving lord?].

o poder representado, como diz Roger Chartier, “em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta”.²³² Autoridade e subordinação podiam desembocar em tirania, em um poder que só se legitimava pela força e pelo medo, mas que não possuíam os meios e garantiam as atitudes que as orientavam.

REBELIÃO E DESOBEDIÊNCIA

Como reclamava uma esposa em carta ao seu marido, organizada na obra *Juniper Lecture*, “você deveria dar bom exemplo e instruções a sua família e servos, vivendo bem e honestamente, mas você é justamente o contrário de qualquer boa regra”. Dessa forma, “por suas companhias e seu modo libidinoso é feito motivo de riso por seus vizinhos e eu, pobre mulher, sou apontada nas ruas caminhando ao lado de um fardo que suporto pacientemente”. Segundo afirmava, nunca teria dado qualquer motivo para ser tão desrespeitada, afinal “sempre me mostrei disposta a obedecê-lo em todas as suas solicitações”.²³³

Em outra carta, uma esposa escrevia desejar ter nascido homem, pois a mulher não seria nada além de “seu burro de carga e seu escravo, para deixá-lo limpo, lavar e engomar suas roupas”. Enquanto seu marido gastava o tempo em algum lugar e em uma atividade de seu agrado, não precisando preocupar-se com mais nada, o “trabalho da mulher nunca está do fim e terminado, mas como uma roda, continua girando sem fim”.²³⁴ Igualmente, a esposa de um fazendeiro escrevia reclamando de seu marido, que chegava tarde da noite, a fazendo esperar, e demandava dela tarefas muito cedo. Enquanto o homem fazia coisas de gentis-homens e tinha liberdade para visitar seus estábulos e jardins, a mulher estava presa em tarefas inumeráveis e com a administração

²³² CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação”. *Estudos Avançados*. 11(5), 1991, p. 185-186.

²³³ TAYLOR, John. *A iuniper lecture With the description of all sorts of women, good, and bad: from the modest to the maddest, from the most civil, to the scold rampant, their praise and dispraise compendiously related*. [...], London : Printed by I[ohn] O[kes] for William Ley, and are to be sold at his shop in the Pauls Churchyard, neare Pauls Chaine, 1639, p. 42-43. No Original [you should rather give good example and instructions to your household-servants, to live honestly and well, but you are quite contrarie from any good rule], [by your lewd course and company you are made a laughing-stocke to your Neighbour, and I poor woman to be pointed at as I goe along the streete, for bearing it so pantiently] e [I was ever willing to obey you in all your demands].

²³⁴ *Idem*, p. 12. No Original [your Drudges and your Slaves, to make you cleane, and to wash and starch your cloaths] e [womans worke is never at an end, and never done, but like a wheele, still turning round, and hath no end].

da casa. Como relatava, seu esposo “não sabe como usar uma mulher conforme deve, sabe melhor como dirigir uma mulher do que cortejá-la”.²³⁵

Nessas situações pode-se verificar lampejos de rebeldia e resistência, como sustenta Emília, camareira de Desdêmona:

Mas creio que os maridos são os culpados pela queda das esposas. Negligentes de seus deveres, derramando nossos tesouros em colos estrangeiros, ou rompem com ciúme impertinente, lançando-nos restrições. Ou nos batem, desprezando nossa forma anterior. Temos fel, e embora com graça, ainda teremos alguma vingança. Deixem os maridos saberem que suas esposas têm sentidos como eles. Eles veem e cheiram e têm paladar tanto para o azedo como para o doce. O que fazem quando nos trocam por outra? É por diversão? Acho que sim. Há carinho? Acho que sim. É a fragilidade que erra assim? Isso também. E nós não temos carinho, desejos por diversão e fragilidade, como os homens têm? Então, que nos tratem bem e saibam que o mal que fazemos, aprendemos com eles (*Otelo*, Ato IV, cena iii, versos 86-103).²³⁶

Concomitante ao discurso da manutenção da ordem e da necessária acomodação ao lugar social pré-determinado, é possível perceber um crescente destaque nos relatos em condenação à rebeldia e à rebelião. Biografia de traidores, julgamentos, prisões, baladas, peças etc., auxiliavam a construir no imaginário sociocultural inglês um ambiente avesso à traição, desacreditando atitudes contra os soberanos, exaltados como seres ungidos por Deus.²³⁷ Dentre esses, pode-se destacar *An homilie against disobedience and wyfull rebellion*, pois concentra vários elementos sobre o que a sociedade inglesa do final do século XVI e início do XVII pensava sobre a questão.²³⁸

Como lembra a homilia de 1570, fazendo referência à passagem do apóstolo Paulo, todas as autoridades provinham diretamente de Deus²³⁹ e rebelar-se contra elas

²³⁵ *Idem*, p. 30. No Original [know not how to use a woman as you ought, you know better how to Cart a woman, than to Court a woman].

²³⁶ No Original [But I do think it is their husbands' faults If wives do fall. Say that they slack their duties And pour our treasures into foreign laps; Or else break out in peevish jealousies, Throwing restraint upon us; or say they strike us, Or scant our former having in despite – Why, we have galls, and though we have some grace, Yet have we some revenge. Let husbands know Their wives have sense like them. They see, and smell, And have their palates both for sweet and sour, As husbands have. What is it that they do When they change us for others? Is it sport? I think it is. And doth affection breed it? I think it doth. Is't frailty that thus errs? It is so too. And have not we affections, Desires for sport, and frailty, as men have? Then let them use us well; else let them know, The ills we do, their ills instruct us so].

²³⁷ VIANNA, Alexander Martins. *Estado e Individuação no Antigo Regime: Por uma leitura não romântica de Shakespeare*. Tese (Doutorado). UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008, p. 179-182.

²³⁸ ANON. *An homilie agaynst disobedience and wylful rebellion*, [Imprinted at London : In Powles Churchyarde, by Richarde Iugge and Iohn Cawood, printers to the Queenes Maiestie. Cum priuilegio Maiestatis, [1570?]]

²³⁹ Bíblia Português – King James Atualizada. “Romanos 13”. Disponível em: <<http://bibliaportugues.com/kja/romans/13.htm>> Acesso em: 04 nov. 2017.

seria o mesmo que rebelar-se contra a própria divindade. O rebelde seria como Lúcifer, autor da primeira rebelião contra o Senhor, e quem se levantasse contra uma autoridade atrairia sob si à danação divina. Só Deus seria capaz de julgá-los e mesmo os maus governantes deveriam ser tolerados pacificamente por seus súditos. Aqueles que lhes eram menores deveriam aguardar sua morte natural ou em combate, suportando todas as injustiças sem se rebelar. Por sua honra e sua alma, os súditos deveriam se manter firmes e constantes aos juramentos e compromissos frente ao seu príncipe e à divindade.²⁴⁰

Sob esses pressupostos, a obediência era exaltada como a raiz de todas as virtudes e a rebelião como o pior dos vícios, estando presente na fundação de todos os pecados. Com “orgulho e presunção luciferiana”, o rebelde desrespeitava completamente os mandamentos divinos, trazendo sob seus concidadãos a fome e a escassez, “seus companheiros peculiares”, capazes de destruir todos os esforços e laços humanos. No entanto, se esses prejuízos poderiam ser (sobre)naturais e externos a sociedade, devido a uma praga ou má colheita, a guerra seria uma consequência ainda pior, pois teria claras responsabilidades humanas. Entre todas, todavia, a guerra civil seria “a pior”, sendo a rebelião ainda “mais abominável [...] do que qualquer guerra civil, sendo indigna do nome de qualquer guerra, tão distante excederia todas as guerras em perversidade, injúria e abominação”.²⁴¹

Nas guerras, colheitas eram perdidas, muitos homens eram mortos, mulheres violadas e cidades saqueadas, mas enquanto realizadas por um inimigo externo, embora dignas de lamentação e sentidas como destruição, funcionavam como um ponto em comum de aglutinação social para o combate, absolvendo seus concidadãos de possuírem as maldades que os afetavam. “Mas quando esse mal é forjado na rebelião por aqueles que deveriam ser amigos, compatriotas, parentes e que deveriam defender seu país”, a gravidade do mal pode ser comparada ao súdito que se rebelava contra o seu príncipe, que jurou defender mesmo à própria vida. A paz e a quietude do reino seriam perturbadas, em uma total situação de calamidade e desrespeito as hierarquias, em que “o irmão procura e frequentemente age pela morte de seu irmão, o filho do pai, o pai procura ou arranja a morte de seus filhos” etc. Ao invés da tranquilidade e alegria da paz civil, amparada na obediência, os rebeldes infligiam ao reino “todo problema,

²⁴⁰ ANON. *An homilie agaynst disobedience and wylful rebellion* [...]. *Op. Cit.*

²⁴¹ *Idem*, [p. 36-39]. No Original [luciferian pride and presumption], [the peculiar companies], [worst] e [far more abominable (...) then any civil war, being unworthy the name of any war, so far it exceeds all wars in all naughtinesses, in all mischief, and in all abomination].

mágoa, inquietude de mentes e corpos, e todos os danos e calamidades”, virando a boa e velha ordem “de cabeça para baixo”. Em desprezo às leis do reino, pisoteariam os costumes e estatutos, “oprimindo toda virtude e honestidade”, estabelecendo em seus lugares, “todos os vícios e iniquidades”.²⁴²

Essa lógica, baseada na ordem natural e fundamentalmente organizadora das relações de homens e mulheres entre si, era projetada sobre o mundo da natureza, retornando como justificativa para certo arranjo social. A partir de valores antropocêntricos, como sugere Keith Thomas, animais e plantas eram empregados como argumentos válidos em defesa ou condenação de desigualdades, atitudes, regimes políticos etc.; valores humanos, mas que eram interpretados como mais “naturais” do que outros, considerados “artificiais”.²⁴³ A partir disso, aquele que não se comportasse conforme hábitos mais “humanos” e civilizados, e de acordo com sua posição social, era digno de recriminação: seja o ser humano que comia como um porco, o luxurioso que transava como um cavalo, o rebelde que era traiçoeiro como lobos ou o rei que não se portava como um leão.²⁴⁴

O mesmo valia para os animais que não agissem da forma esperada. Em uma ordem personificada e metafísica, em que as faculdades e características conhecidas ou imaginadas da espécie valiam mais do que os possíveis aspectos subjetivos dos seres, o demonstrado e o visível ganham prevalência. Tanto os seres racionais quanto os brutos eram portadores de direitos e deveres, revelando e fortalecendo a lei natural. Punições e julgamentos a animais, conforme António Manuel Hespanha, não eram práticas tão incomuns assim nas sociedades de Antigo Regime.²⁴⁵ Sobre isso, também é interessante um exemplo trazido por Keith Thomas, e que mostra bem a obsessão dos coevos com a ideia de ordem e sua aversão à rebelião. Conforme apresenta o historiador inglês, o rei Henrique VIII teria mandado executar cães vira-latas que teriam afugentado um valoroso e valente leão, o soberano das feras, em um comportamento indigno, violento e rebelde.²⁴⁶

²⁴² *Idem*, [p. 39-40]. No Original [But when this mischief is wrought in rebellion by them that should be friends, by countrymen, by kinsmen, by those that should defend their country], [the brother to seek, and often to work the death of his brother, the son of the father, the father to seek or procure the death of his sons], [bring in all trouble, sorrow, disquietness of minds and bodies and all mischief and calamity], [upside down], [to oppress all virtue and honesty] e [all vice and wickedness].

²⁴³ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. *Op. Cit.*.

²⁴⁴ Em Ricardo II, após a queda do monarca, a rainha recrimina o rei por não ter agido como um leão (Ato V, cena i, versos 32-34).

²⁴⁵ HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. *Op. Cit.*, p. 60-65.

²⁴⁶ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. *Op. Cit.*, p. 84.

Também os efeitos sobrenaturais ou supra-humanos eram empregados para explicar os desarranjos sociais e políticos. Em *Hamlet*, por exemplo, a aparição do fantasma do antigo rei faz Marcelo, em sua conhecida afirmação, anunciar a Horácio que haveria algo podre no reino da Dinamarca (Ato I, cena iv, verso 90). Em *Rei Lear*, o conde de Gloucester descreve uma situação temerosa de traições, desrespeito às fidelidades e rompimento dos laços fraternais anunciadas por eclipses. Assim, em seu caráter especular, a natureza influenciava as ações humanas, mas também sentia os abalos dos tempos, “flagelada pelos efeitos consequentes”. Para o conde, as mazelas demonstravam os distúrbios e desordens que acompanhariam os coevos por toda a vida, em uma situação em que “o amor esfria, a amizade desaba, irmãos se dividem. Nas cidades, motins; nos campos, discórdia; nos palácios, traição; e o vínculo entre pai e filho é rompido” (Ato I, cena ii, versos 107-110).²⁴⁷

No entanto, *Macbeth* é uma das peças mais importantes para se refletir sobre os efeitos da rebelião na ordem cósmica e sublunar, assim como a necessária interdependência dos “mundos”. Na encenação, Macbeth assassina o rei Duncan, hospedado em sua casa. Comete, assim, uma tripla traição, pois era ao mesmo tempo seu parente, devendo-lhe uma relação fraternal e afetiva, seu súdito, devendo-lhe uma submissão política, e seu anfitrião, e deveria lhe proporcionar conforto e proteção. O regicídio, obra-prima da confusão e corrupção de um invólucro sagrado – o corpo real –, como descreveu Mcduff (Ato II, cena iii, versos 65-67), desestabilizava toda estrutura social e natural. Hierarquias eram desrespeitadas e os comportamentos se tornavam imprevisíveis. A noite turbulenta em que o rei foi morto foi descrita por Lennox, ainda sem saber do crime, da seguinte maneira: “onde deitamos nossas chaminés foram derrubadas e, como dizem, ouviram-se lamentações no ar, estranhos gritos de morte e prenúncios de terríveis expressões, de horrendas combustões e eventos confusos que emergiram em tempos infaustos”. Para alguns, conforme o nobre, a terra estaria “febril e estremecia” (Ato II, cena iii, versos 53-58).²⁴⁸ Da mesma forma, discorrem Ross e um velho, que dizia não ter visto nada similar à noite anterior em toda sua vida. Como dizem, o ato perpetrado era contra a natureza, obscurecendo os céus envergonhados com as ações humanas. O caos e a desordem seriam a tônica do mundo natural, espelho das

²⁴⁷ No Original [Love cools, friendship falls off, brothers divide. In cities, mutinies; in countries, discord; in palaces, treason; and the bond cracked ’twixt son and father].

²⁴⁸ No Original [Where we lay, Our chimneys were blown down; and, as they say, Lamentings heard i' th' air, strange screams of death, And prophesying with accents terrible Of dire combustion and confused event New hatched to the woeful time].

conturbações políticas, em que uma simples coruja teria matado um falcão, orgulhoso de sua soberania, e cavalos de raça se canibalizavam (Ato II, cena iv).

A aversão à rebelião, entretanto, não ficava unicamente no campo discursivo e ideológico. Punições reais eram previstas àquelas pessoas que ousassem a se erguer contra uma autoridade. Conforme apresentava Sir Edward Coke, a lei inglesa possuía uma distinção entre *High Treason* (Alta Traição) e *Petty Treason* (Pequena Traição). A primeira regia os casos exclusivos ao rei, dizendo respeito tanto aos atos imaginados ou efetivos contra sua pessoa, seus familiares, seus herdeiros, seus funcionários ou funções. A segunda, “um outro tipo de Traição, é dito, quando um servo assassina seu Mestre, ou uma esposa seu marido, ou quando um homem secular ou religioso assassina seu Prelado a quem deve fidelidade e obediência”.²⁴⁹ E, entre os casos de *petty treason* previsto na legislação, embora não esteja presente no exemplo citado, podemos citar o parricídio/matricídio, ou seja, quando um filho ou filha assassina seus pais.

A partir da desobediência direta ou pela facilitação de terceiros que agissem criminosamente contra um senhor ou sua família, os menores podiam ser considerados igualmente traidores. Sob essa lógica, as marcas da rebelião caíam sobre todos àqueles sujeitos que se levantassem frente à autoridade de alguém. Da mesma forma, havia uma indistinção em relação às punições dos traidores. As penas definidas aos crimes de traição, seja ela alta ou baixa, eram idênticas. Em ambos os casos o resultado era a morte pública. Uma punição exemplar que servia a uma dupla função: à vergonha do executor e como lição pedagógica contra a traição, reforçando o necessário respeito às autoridades. Mulheres deveriam ser queimadas vivas e os homens deveriam ser arrastados do cárcere até local de execução, onde seriam enforcados.²⁵⁰

²⁴⁹ COKE, Edward. *The third part of the Institutes of the laws of England concerning high treason, and other pleas of the crown, and criminall causes*. London: Printed by M. Flesher, for W. Lee, and D. Pakeman, 1644, p. 19. No Original [another manner of Treason, that is to say, when a servant slayeth his Master, or wife her husband, or when a secular or religious slayeth his Prelate to whom he oweth faith and obedience].

²⁵⁰ Aos homens, parece haver uma distinção sutil nas punições entre as duas traições. Aqueles acusados de cometer *petty treason* recebiam apenas parte da pena capital aplicada aos traidores na Inglaterra (*hanged, drawn and quartered*). Pelo menos as obras consultadas não citam o esquarteramento como punição aos casos de *petty treason*. Já aqueles acusados de Alta Traição deveriam ser retirados ainda vivos da forca, serem mutilados e ter suas entranhas expostas e queimadas. Dependendo do traidor, sua cabeça era exposta pela cidade. COLLYN, Nicholas. *A briefe summary of the lavves and statutes of England so far forth as the same do concerne the office of justices of the peace, sheriffs, bayliffs, constables, churchwardens, and other officers and ministers of the commonwealth* (...) London: Printed by T.L. for Mathew VValbancke ..., 1655, p. 137-138; LEIGH, Edward. *A philologicall commentary, or, An illustration of the most obvious and usefull words in the lavv with their distinctions and divers acceptations* (...) London: Printed by A.M. for Charles Adams, and are to be sold at his shop ..., 1658, p. 228-229.

Discursivamente a rebelião era condenada e juridicamente punida. No entanto, antes da modernidade da Revolução Francesa, quando novas penas, crimes e sensibilidades emergiram,²⁵¹ os homens e mulheres dos séculos XVI e XVII precisavam lidar com outras estruturas que espectacularizavam as penas, utilizadas como instrumentos públicos e pedagógicos sobre o destino dos traidores e daqueles que atentavam contra a ordem, que impediam as mudanças e fortaleciam as continuidades. No entanto, se é possível falar de uma sociedade ordenada, igualmente é possível pensar em uma sociedade que era taxada pelos órgãos de controle e discursos oficiais como disruptiva e rebeliosa. A existência de leis e estruturas sociais que pregavam a acomodação, igualmente carregava em seu ventre os fatores para a mudança, capazes de pensar e propor coisas para além delas; forças que muitos procuravam manter e outros desejavam libertar.

Mas antes de tudo, era necessário reverter a própria concepção de guerra, sua justiça, alinhamentos, fidelidades e hierarquia. O início da Idade Moderna colocou em questão muitos conhecimentos e figuras de autoridade, certamente fragilizados pela dicotomia da esfera pública e privada. Se uma consciência pública e compartilhada fornecia segurança ao sujeito, a possibilidade de um indivíduo se esconder sobre outras personagens e estados que não fossem os seus causava insegurança nas relações sociais, cada vez mais desarranjadas. Nesse sentido, não bastava aceitar passivamente uma ordem já dada, antes era preciso atacar as próprias autoridades que a sustentavam e a reproduziam. Era necessário justificar a rebelião, retornar ao estado de guerra (*re bellum*).

²⁵¹ FOUCAUT, Michel. *Vigiar e Punir: O Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

04 – GUERRA E REVOLUÇÃO

Em 1638, Peter Paul Rubens terminaria um de seus mais importantes quadros: Os Horrores da Guerra (figura 1). Nos diversos elementos se percebe o simbolismo e a desilusão do pintor com o conflito militar continental, que havia levado a Europa à desolação e ao caos. Ele mesmo, em uma carta enviada a outro pintor flamenco, Justus Sustermans, tratou de indicar detalhadamente as alegorias presentes na composição. Como um texto, utilizando-se da noção horaciana do *ut pictura poesis*, a tela podia igualmente ser lida, não apenas vista.²⁵²

Como explicou, na mensagem escrita em março daquele mesmo ano, a figura central seria Marte, deus da guerra, que avançaria com sua espada suja de sangue e seu escudo em punho. Seu avanço seria disputado por duas personagens: Vênus e a Fúria Alecto; marcando a divisão de cores e sentimentos presentes no quadro. Do lado esquerdo, Venus, com seus cupidos e amores, se esforçava para impedir a progressão do deus guerreiro. Atrás dela, uma figura feminina com um manto negro, representando a Europa, olha aos céus com uma expressão de angústia e ansiedade; como se pedisse uma intervenção divina para a paz. Ao fundo, temos uma porta escancarada, representando a porta do templo de Jano, que, segundo os costumes romanos, permaneceria fechada em épocas de paz. Na parte inferior da pintura, um menino segura um globo ornado com uma cruz, representando o espaço e o principal motivo para a guerra.

À direita, a Fúria de Alecto, com uma tocha em mãos, puxa Marte para o conflito. Atrás de si, figuras monstruosas aparecem nas nuvens, representando a Peste e a Fome, companheiras inevitáveis dos tempos beligerantes. O clima carregado e sombrio trazido pela guerra toma de assalto o azul instável do outro lado do quadro. Abaixo, os elementos parecem desmoronar. Ao chão, três figuras se apresentam na horizontal, contrastando com a postura ereta dos outros elementos. Temos uma mãe que tenta proteger seu filho das ameaças que a guerra oferece à fecundidade e as gerações presentes e futuras; um homem representando um arquiteto jaz com seus instrumentos em mãos, inutilizados pelo conflito e cujas construções e invenções estavam reduzidas a ruínas. Também se vê uma mulher caída com uma lira quebrada, significando a

²⁵² HANSEN, João Adolfo. “Alguns preceitos da invenção e elocução metafórica de emblemas e empresas”. *Revista Chilena de Literatura*, n. 85, 2013, p. 52-53.

harmonia, figura incompatível à desordem. Aos pés do deus, um livro aberto é pisoteado, indicando o desprezo que a guerra proporciona às letras e outras artes.



Figura 1 - The Consequences of War (1637-1638) - National Gallery

Rubens veio a falecer de gota em 1640. Não chegou a ver nem as turbulentas décadas de 1640 e 1650, que lhe fariam igualmente horrorizado, nem os tratados que levaram a desejada paz de Vestfália. Apesar das inúmeras referências e alegorias clássicas e atemporais, componentes dos lugares comuns retóricos, o quadro está impregnado de seu presente. Foi composto sob o pano de fundo dos horrores e devastações causadas pela Guerra dos 30 anos. Inclusive, o historiador Jacob Burckhardt teria dito que a obra de Rubens seria sua melhor definição.²⁵³ As três décadas do conflito jogaram todo o continente, direta ou indiretamente, em uma guerra cujos confrontos locais eram percebidos pelos coevos como “unidos em uma única luta em defesa da liberdade religiosa e constitucional”.²⁵⁴

²⁵³ CHMELINOVÁ, Katarina. “On the *Consequences of War* by Peter Paul Rubens”. *Quart.* N. 1 (31)/2014.

²⁵⁴ PARKER, Geoffrey. *The Third Years’ War*. London: Routeledge, 2006, prefácio. No Original [linked together in a single struggle in defense of religious and constitutional liberty].

O tratado, embora suas consequências e objetivos possam ter sido exaltados de forma exagerada, devendo ser vistos com cautela, certamente foi um marco para todo continente europeu e seus domínios. Emerge enquanto uma tentativa inicial de assegurar a paz, fazendo com que os conflitos continentais pudessem ser resolvidos por preceitos constitucionais e internacionais, afirmados por Estados independentes. A guerra seria substituída pelo direito.²⁵⁵

Todavia, a paz de Vestfália é uma das consequências a que se chegou. Antes mesmo das guerras se tornarem ubíquas, o início do século XVII marca uma tentativa de reestabilização depois de décadas de fragmentação e divisão. Dois fatores principais aglutinavam todos os reinos europeus e cuja ruína levou o velho e o novo mundo a embates infundáveis. No campo político, há uma queda (se não uma aversão) ao ideal imperial e à noção de uma monarquia universal. Segundo Antônio Manuel Hespanha, a noção medieval de império pressupõe unidade, constituída por uma comunidade política perfeita e sob o ideal maior de cristandade. A estrutura imperial seria uma instituição divina, cuja função era o governo do todo em relação às partes. A crise desse imaginário no ocidente, como sugere, está intimamente ligada ao surgimento de projetos mais centralistas, em nome de medidas mais estadualistas, e que forçavam os antigos súditos e vassallos dos monarcas a novos pactos. A pluralidade necessária à manutenção de uma Europa de monarquias compósitas, respeitadoras das células e órgãos administrativos locais se tornou incompatível ao novo contexto europeu de divisão. O corpo que funcionava como um único organismo em benefício da autonomia das partes se desintegrava.²⁵⁶

No plano religioso, a Reforma foi uma fissura fundamental na estrutura homogênea da cristandade e na massa ideológica que justificava e legitimava atitudes, diferenças e hierarquias. Lutero e Calvino, mesmo que negassem a possibilidade de qualquer particular se levantar contra um soberano, incentivaram a emergência da interioridade. Tal postura, de certo modo, representava uma dissociação a uma ordem pública, tida como universal e já conhecida da sociedade, em nome de resoluções tomadas em consciência; “o próprio cristianismo passou a apresentar versões”.²⁵⁷ Desde que não ganhasse o espaço público, desestabilizando o decoro e as cerimônias

²⁵⁵ ELLIOTT, J. H. “Europa después de la Paz de Westfalia”. *Revista Pedralbes*, 19, 1999; PARKER, Geoffrey. *The Thirty Years' War*. London: Routledge, 2006.

²⁵⁶ HESPANHA, A. M. “Ascensão e queda do imaginário imperial”. *Penélope*. N. 6, 1991; ELLIOTT, J. H. “A Europe of Composite Monarchies”. *Past and Present*. n. 137, 1992.

²⁵⁷ MACEDO, Paulo Emílio. “O direito de guerra em Francisco Suárez; o projeto civilizador da escolástica”. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*. v2., n. 22, jul-dez 2012, p. 3.

esperadas, e se transformasse em ação, estava segura no âmbito privado. Mesmo que passivamente, aceitando as consequências de sua escolha, o súdito poderia se crer superior aos seus algozes e ao soberano, acreditando em algo distinto daquilo que os poderes seculares ou eclesiásticos pregavam. A subjetividade impulsionava a divisão e permitia a desobediência.²⁵⁸

Sob esses dois aspectos, principalmente, a paz era uma necessidade entre as nações europeias durante os séculos XVI e XVII. Por diversos meios: cartas, panfletos, sermões, peças de teatro, ilustrações etc., homens e mulheres se expressavam e conheciam os eventos e sofrimentos ocorridos em outras nações e outras épocas. Ao mesmo tempo em que descreviam as calamidades das guerras, exaltavam os benefícios da paz. Como descreveu, em 1638, o otimista editor das *Lamentations of German* – poucos anos antes dos embates entre rei e parlamento que afligiriam o mundo britânico –, as desolações externas seriam como uma lente que traria à memória dos coevos o quanto os ingleses sofreram em suas guerras civis do passado, fazendo-os trabalhar ativamente para atingir e manter a paz.²⁵⁹

Esse objetivo era igualmente procurado nos movimentos da alta política. Por exemplo, a monarquia hispânica que no reinado de Felipe II atingiu o auge de sua expansão, havendo empenhado uma política imperialista agressiva e levantado guerra com diversos territórios europeus, se viu obrigada, sob o reinado de Felipe III, a concretizar e defender a paz por todo continente, como alternativa quase inevitável para remediar suas condições financeiras.²⁶⁰ Tréguas, tratados de paz e soluções mais estatais foram propostas para legitimar e possibilitar uma certa tolerância de credos e partidos, como o édito de Nantes, na França, e a paz de Augsburgo, no Sacro Império Romano-Germânico.

Devido à decomposição da organização pública conhecida e sem alguma estrutura nova que a substituísse e desse previsibilidade às relações, apenas a experiência poderia ser um guia confiável. Sob esses aspectos, a diplomacia tornou-se

²⁵⁸ Muitos autores abordam essa questão, mas certamente a leitura mais importante vem de Reinhart Koselleck. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

²⁵⁹ VINCENT, Philip. *The lamentations of Germany Wherein, as in a glasse, we may behold her miserable condition, and reade the woefull effects of sinne. Composed by Dr Vincent Theol. an eyewitness thereof; and illustrated by pictures, the more to affect the reader.*[...] London: Printed by E. G[riffin] for Iohn Rothwell, and are to be sold at the signe of the Sunne in St. Pauls Church-yard, 1638.

²⁶⁰ ELLIOTT, J.H. “The Spanish Peninsula 1598-1648”. In: COOPER, J. P. *The new Cambridge Modern History*. Vol. IV. The decline of Spain and the thirty years war. 1609- 48/59. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

uma estratégia fundamental. A diversidade de interesses políticos, religiosos e econômicos só poderia ser garantida por uma rede porosa e flexível, composta por pessoas que estivessem ao mesmo tempo “em trânsito” e “presentes”. Muitos poetas, letrados e artistas exerceram igualmente uma função diplomática. Arte e diplomacia trabalharam juntas em prol da paz. E, assim, voltemos novamente a Rubens.

Além de sua excelência enquanto pintor, Rubens se destacou também como diplomata. Sua vida foi profundamente moldada pela vida cortesã. Durante a década de 1620, frequentou importantes cortes europeias, em busca de apoios para esse fim. Como católico, buscava atingir um acordo entre a Flandres espanhola e a Holanda. Pela Espanha de Felipe IV, esteve em Madri e Londres procurando negociar a paz entre as duas monarquias. Apesar do anglicanismo resoluto de Carlos I, sua corte e sua rainha, Henriqueta Maria, professavam e compartilhavam muitos elementos do catolicismo e da Contrarreforma. Além disso, as cortes europeias apresentavam muitas similaridades, com relação aos deveres, cerimoniais e cargos, o que facilitava deslocamentos e assimilações²⁶¹. Em 1629-1630, em sua permanência inglesa pintou a tela “Minerva protege a paz de Marte” ou também conhecida como Alegoria sobre a “Paz e a Guerra” (figura 2), em que explicita os benefícios da estabilidade e da inexistência de conflitos militares para toda a sociedade. A pintura foi oferecida como um presente ao monarca inglês, Carlos I.²⁶²

Na obra, a figura central é a paz, representada pela deusa Ceres, deusa da agricultura, do crescimento e da criação, que oferece sua colheita a diversas personagens (cupidos, crianças, mulheres, sátiros). Muitos elementos presentes no quadro (deusas, ninfas, séquitos de Baco, meninos) trabalham com imagens que se associam à noção de fertilidade, tanto a humana e os benefícios que traz às futuras gerações, quanto a abundância e prosperidade da agricultura. Ao fundo, atrás da Paz, temos a figura de Minerva, deusa da sabedoria, afastando para longe Marte e Alecto, deus e fúria da guerra, respectivamente.

²⁶¹ ELLIOTT, J. H. “Court society in seventeenth century Europe: Madrid, Brussels, London”. In: ___. *Spain, Europe and the Wider World 1500-1800*. New Haven, CT, USA: Yale University Press, 2009.

²⁶² Essas referências e as interpretações que seguem podem ser observadas no site da National Gallery, museu em que a obra se encontra fisicamente. Disponível em: <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/peter-paul-rubens-minerva-protects-pax-from-mars-peace-and-war>> Acesso em: 09 nov. 2016.



Figura 2 - Allegory on the Blessings of Peace (1629-1630) - National Gallery

Em comparação com “Horrores da Guerra”, “Minerva protege a paz de Marte” indica os benefícios trazidos pela paz, enquanto a obra de 1638 os distúrbios causados pela guerra e que afligem toda sociedade. O conflito leva à ruína a harmonia, a estabilidade, a fertilidade, as artes, as construções. Toda ordem parece desmoronar, como as personagens do quadro de Rubens. A guerra era um estado de desarranjo e enfermidade. A mudança não era o progresso em direção a algo considerado melhor, mas o desequilíbrio e a perda de controle do funcionamento considerado normal e esperado. Colocadas frente a frente, ambas as obras nos revelam um pouco do imaginário europeu sobre a guerra e a paz; mas são ideais. Mostram os objetivos. Na prática os conflitos pululavam por todo continente: súditos contra soberanos, seitas e credos contra os poderes religiosos tradicionais e ortodoxos, órgãos locais contra as medidas centralistas das metrópoles etc, Era necessário justificar a legitimidade da rebelião. Mais do que exércitos e armas, palavras e ideias compõe o campo de batalha.

GUERRA, DIREITO E LIBERDADE; O TIRANO

A aversão medieval em relação à guerra encontrou problemas no alvorecer da Idade Moderna. Se antes era pregado um certo pacifismo contra ações beligerantes e o respeito às autoridades, em consonância com a piedade cristã, a queda do ideal imperial e da unidade religiosa representaram a emergência de modelos diferentes e o reforço de

posturas mais estadualistas. Essas mudanças são, ao mesmo tempo, causa e efeito de alterações profundas nos laços de submissão e nos rituais de reciprocidade, já que, como descreveu Anthony Pagden, transferiam uma soberania pensada no povo para uma ligada ao território.²⁶³

A situação anterior não impossibilitava que diferentes nações e povos se submetessem a um mesmo senhor, pois a autoridade e a obediência estavam colocadas sob princípios individuais e personalistas. Além do mais, havia diversos elementos (políticos, culturais, jurídicos, religiosos etc.) que reforçavam a necessidade de submissão e aglutinavam populações e locais distintos. Princípios que conduziam as práticas coletivas e organizavam as hierarquias sociais, fazendo com que tais noções não fossem impostas pela força, de cima para baixo, mas em muitos casos desejadas pelos próprios sujeitos, que sentiam-se seguros em participar de algo maior.²⁶⁴

A guerra, assim, era uma questão de fidelidade. Seria convocada por um rei guerreiro que se colocava como referência em frente aos exércitos, levando aqueles sob seu comando ao campo de batalha – cujo espírito e a presença “emprestava o fogo até mesmo ao mais aborrecido camponês em seu acampamento” (Henrique IV – parte ii, ato I, cena i, versos 112-113).²⁶⁵ Era uma ocasião fortemente aristocrática e hierarquizada, que reproduzia e organizava as distinções sociais. Cabia aos senhores levantar-se contra os inimigos e designar os agressores; não aos comuns. Nesse sentido, sucessos e vitórias funcionavam como fatores de legitimidade *a posteriori*, que indicariam a justiça do confronto. Antes de qualquer ação que questionasse a ordem pública e o poder de uma autoridade ganhava as cores da rebelião. Como explica Morton, criado de Northumberland a seu senhor, em *Henrique IV*:

Meu senhor seu filho dispunha apenas de corpos; somente sombras,
aparências de homens para lutar, pois essa palavra “rebelião” lhes dividia
dissociados a alma e o corpo; com náuseas e forçados é que lutavam, como
quem ingere poção. De nosso lado apenas tínhamos suas armas, porque as
almas, à palavra “rebelião”, se tornaram congeladas como peixes no tanque
(ato I, cena i, versos 192-200).²⁶⁶

²⁶³ PAGDEN, Anthony. “Fellow citizens and Imperial, subjects: Conquest and Sovereignty in Europe’s overseas empires”. *History and Theory. Theme issue* 44. (December 2005), p. 40.

²⁶⁴ PUJOL, Xavier Gil. “Un Rey, Una Fe, muchas naciones: Patria y nación en la España de los siglos XVI y XVII”. In: ALVARIÑO, A. A.; GARCÍA, B.J. G. *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Madrid: Fundación Carlos Amberes, 2004; PUJOL, Xavier Gil. “Imperio, Monarquía Universal Equilibrio: Europa y la Política Exterior en el Pensamiento Político Español de los Siglos XVI Y XVII”. In: Dipartimento Di Sceze Storiche. Perugia, 1996.

²⁶⁵ No Original [lent a fire even to the dullest peasant in his camp].

²⁶⁶ No Original [My lord your son had only corpse, But shadows, and the shows of men, to fight. For that same word “rebellion” did divide The action of their bodies from their souls And did fight with

Por obediência e lealdade a um senhor, não por justiça ou convicção, os homens se colocavam ao campo de batalha, dividindo-se em atos e pensamento, ação e consciência. Sem legitimidade, a justificativa de qualquer conflito só poderia ser fornecida posteriormente pelos narradores e cronistas de um evento, em versões possivelmente partidarizadas. Antes, no entanto, até o final do século XVI a doutrina da “guerra justa” se consolidava a partir de argumentos amparados no direito de autodefesa, nunca de ataque. Dava-se em proteção de princípios de fé, honra, território, liberdade, em defesa de aliados como restituição a uma ofensa etc.; um embate meramente defensivo, seja em nível individual, seja entre reinos.²⁶⁷

Todavia, essa situação se alteraria radicalmente no alvorecer da primeira modernidade. As novas configurações dos poderes políticos e confessionais fortaleceram a divisão, possibilitando novas soberanias e a emergência de argumentos que justificavam a alteração da ordem estabelecida. Seria preciso, então, justificar ataques, invasões, rebeliões etc., unindo pensamentos e ações novamente, “transformando insurreição em religião” (Henrique IV – parte ii, ato I, cena i, verso 201).²⁶⁸ Nessa realidade, a palavra escrita e a imprensa tiveram um papel fundamental, fazendo com que ideias e práticas, que antes podiam ser esmagados como uma heresia ou heterodoxia política pelos poderes eclesiásticos e governamentais, viessem à luz e fossem amplamente divulgados.²⁶⁹ Igualmente, possibilitou a popularização das guerras, afinal não era mais monopólio unicamente de um rei ou senhor e suas justificativas poderiam ser apresentadas por comuns ou magistrados inferiores.

Há a passagem de uma monarquia religiosa e personalista, em que rei e igreja se legitimavam mutuamente, como uma força centrífuga que emitia seus princípios em direção aos súditos e territórios sob sua dominação, justificando e organizando a ordem e as hierarquias sociais, para outra em que a autoridade estivesse na soberania, “em que o objetivo do governo não [fosse] a defesa da religião”, ou a expansão do império, “mas

queasiness, constrained, As men drink potions, that their weapons only Seemed on our side. But for their spirit and souls This word “rebellion” it had froze them up, As fish are in a pond].

²⁶⁷ HALE, John. “War and Opinion: War and Public Opinion in the Fifteenth and Sixteenth Centuries”. *Past and Present*. Nº 22, Jul, 1962, p. 20.

²⁶⁸ Na continuação na mesma cena, anteriormente citada, Morton explica que o bispo tinha transformado a insurreição em religião, dando legitimidade à ação e unindo novamente corpo e mente. No Original [Turns insurrection to religion].

²⁶⁹ BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004, p. 83.

sim a manutenção do bem comum”.²⁷⁰ O poder político não mais teria o monopólio da enunciação. Ao contrário, deveria agir como um elemento negativo, mas capaz de organizar todos os movimentos centrípetos em prol da manutenção da paz civil.

No entanto, todas essas forças de contestação que se dirigiam ao centro, aos poderes seculares e religiosos tradicionais, não eram necessariamente uma novidade ou mobilizavam soluções inéditas. Mesmo trazendo desafios novos, a experiência foi chamada a dar seu parecer. O conhecimento do passado e de casos particulares foi uma ferramenta profundamente útil no questionamento da ordem já conhecida e tida como eterna e imutável. Sob esses princípios, a oposição era definida como um direito (quando não percebida como um dever), pois os governantes teriam se amparado em interesses privados, afastando-se das leis e normas do reino. A rebelião seria justificada como preservação. A submissão não se daria obrigatoriamente à fidelidade a um indivíduo, mas pela sua capacidade em garantir o bem da coletividade.

Desta forma, as discussões se pautavam principalmente em torno de duas questões: o mau aconselhamento dos Príncipes e a sua ignorância em relação à história. Os conselheiros seriam aqueles responsáveis por concentrar o conhecimento das leis e da jurisprudência dos reinos, com base nas experiências dos vivos e dos mortos. Eram considerados a voz da prudência e capazes de dizer e revelar os costumes de um povo, tidos como bons, não por serem moralmente superiores, mas devido à sua continuidade por épocas e gerações, sendo amplamente conhecidos.²⁷¹ Esses princípios, como explica o editor do livro *The counsellor of estate*, Edward Grimeston, eram exaltados inclusive na Bíblia, pois segundo os Provérbios, quando não havia conselhos, as ideias se dispersavam, o povo caía e a nação era arruinada, mas quando eram compostos por sábios conselheiros, havia estabilidade e segurança.²⁷² Indiretamente, o comportamento dos reis e suas ações eram atacados sob o argumento de estarem sendo mal conduzidos por seu conselho nos negócios públicos.

²⁷⁰ D'AMARAL, Catarina Costa. *A Invenção da Tolerância: Política e Guerras de Religião na França do Século XVI*. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 10.

²⁷¹ POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment*. New Jersey: Princeton University Press, 1975, p. 22-24.

²⁷² BÉTHUNE, Philippe de. *The counsellor of estate Contayning the greates and most remarkeable considerations seruing for the managing of publicke affaires. Diuided into three parts. The first contaynes the meanes to settle an estate. The secund, the meanes to perserue it. And the third, the meanes to encrease it. Written in French by one of the ancient counsellors to the most Christian kings, Henry the Fourth, and Levvis the thirteenth. Translated by E.G.*, London: Printed by Nicholas Okes, 1634.; Bíblia Português – King James Atualizada. “Provérbios”; ver Provérbios: 11:14; 15:22; 20:18. Disponível em: <<https://bibliaportugues.com/kja/proverbs>> Acesso em: 30 abr. 2019.

O outro fator de contestação era o desconhecimento da história e dos atos passados, na qual a experiência de muitos seria provavelmente maior do que de apenas uma única pessoa, o governante. Diversos letrados europeus, apoiados em conhecimentos históricos, fontes, arquivos, resquícios materiais etc., buscaram em épocas pretéritas a constituição de reinos, formas de governo, crenças etc. A fim de mostrar que tal comportamento, costume ou legislação não encontrava relação com governantes e sociedades anteriores, ou, ao contrário, defender a validade de um estatuto e sua continuidade no presente, alguns tratavam o direito como um saber imemorial e imutável, outros procuravam mostrar as excepcionalidades de cada época, mas ambas as interpretações se amparavam na História como mestra da vida e como um conhecimento digno de ser pesquisado e aplicado. Sob esse aspecto e o declarado comprometimento com a vida civil, muitos autores humanistas se portavam como conselheiros não oficiais, oferecendo seus serviços e conhecimentos aos chefes do Estado e futuras pessoas de destaque.²⁷³ De certa forma, muitas obras que pretenderam legitimar insurreições do presente se pautaram em análises históricas sobre eventos de outros tempos ou de outros lugares.

Assim, retomar e insistir pelo cumprimento dos pactos e constituições anteriores era uma forma de tentar controlar o arbítrio dos príncipes e justificar a oposição. Em contraposição à crença de uma ordem decrescente e hierárquica, o direito à resistência era justificado como se uma das partes tivesse quebrado os compromissos então firmados e que por essa ruptura causasse danos e riscos à vida de outrem. Dessa forma, o governante que agisse contra os seus súditos, colocando em perigo suas vidas e a segurança do reino; transformava-se em tirano e poderia ser legitimamente deposto. Não era a recusa a uma forma específica, como seria após o regicídio, mas a recriminação pública de uma vontade individual que se colocaria acima das leis. Segundo Norberto Bobbio, “de todos os grandes temas políticos que compõem o legado do pensamento clássico, a tirania é talvez o que foi tratado mais particularmente no limiar do pensamento moderno”.²⁷⁴

Em grande parte, o apelo à tirania justificou muitos atos sediciosos. O tirano seria aquele movido por interesses privados e que levaria aqueles sob seu comando à perdição; o que poderia significar desde a inabilidade do governante em garantir a paz

²⁷³ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Op. Cit., 1996, parte I; SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1999, capítulos 1 a 4.

²⁷⁴ BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Op. Cit., p. 81

civil ou possuir uma religião diferente de seus súditos. Como aponta Robert Zaller, o discurso da tirania dissolvia todos os laços de obrigação e fidelidade, fazendo com que a resistência fosse considerada como um ato de autodefesa, em nome da própria conservação, um ato de liberdade frente aos arbítrios de outrem.²⁷⁵

A figura do tirano era um assunto mais ligado ao direito, em sua tentativa de justificar a rebelião, e à filosofia moral, na construção e catalogação de exemplos virtuosos e viciosos. No entanto, suas características eram amplamente conhecidas nas sociedades da primeira modernidade, ajudando homens e mulheres a formar a ideia do que seria um bom e mau rei.²⁷⁶ Muitas peças de Shakespeare trazem esse tema, mas gostaria de destacar um trecho de *Macbeth*. A cena se dá entre o nobre MacDuff e o príncipe herdeiro legítimo Malcolm, exilado na Inglaterra desde o assassinato de seu pai. Convocado a retomar o trono e se rebelar contra o tirano usurpador, Malcolm descreve sua incapacidade em governar:

Mas eu não possuo! As graças próprias a um rei, como justiça, verdade, temperança, constância, benevolência, perseverança, misericórdia, humildade, devoção, paciência, coragem, retidão. Não tenho qualquer deleite por elas, mas apenas listar a divisão de diversos crimes que se acumulam, agindo de várias formas. Se pudesse entornaria no inferno o doce leite da concórdia, tumultuaria a paz universal e confundiria toda unidade na terra. (Ato IV, cena iii, versos 91-100).²⁷⁷

Mesmo que Malcolm, algumas linhas à frente nessa mesma cena, desminta seus vícios, mostrando-se um príncipe virtuoso e cristão, apresentava às audiências e aos leitores coevos as qualidades e defeitos de um rei. Não apenas isso, peças, imagens e textos traziam argumentos e representações de monarcas perversos e tirânicos depostos por conspirações, pela autoridade de outros príncipes ou pela rebelião de seus súditos; o regicídio e o tiranicídios eram apresentados nos palcos. Quando os ingleses condenaram o rei à morte em 1649 eles já tinham um amplo leque de referências.²⁷⁸ No entanto, as

²⁷⁵ ZALLER, Robert. "The Figure of the Tyrant in English Revolutionary Thought". *Journal of the History of Ideas*. Vol. 54. No. 4 (1993).

²⁷⁶ WORDEN, Blair. "Republicanism, Regicide and Republic: The English Experience". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002, p. 310-311.

²⁷⁷ No Original [But I have none. The king-becoming graces, As justice, verity, temp'rance, stableness, Bounty, perseverance, mercy, lowliness, Devotion, patience, courage, fortitude, I have no relish of them but abound In the division of each several crime, Acting it many ways. Nay, had I pow'r, I should Pour the sweet milk of concord into hell, Uproar the universal peace, confound All unity on earth].

²⁷⁸ KASTAN, David Scott. "Proud Majesty Made a Subject: Shakespeare and the Spectacle of Rule". *Shakespeare Quarterly*, Vol. 37, 1996 (4).

acusações de tirania iam muito além das relações exclusivamente políticas entre governante e governados, estavam presentes no seio das micro relações doméstica,

Se havia um discurso contrário à tirania em nível individual ou nas relações entre superiores e inferiores intrarreino, igualmente a submissão a poderes supranacionais externos parecia uma posição em desarmonia com ideais de uma *res publica*. Como o corpo individual perdia sua liberdade sob os comandos de um senhor, os reinos seriam rebaixados à escravidão, caso o corpo político estivesse sob os desígnios de um poder externo. Limitados, pelas armas ou pela interdição da vida política, pessoas e nações caíam à condição de escravos, coagido pela tirania.²⁷⁹ Essa tensão, como sugere David Armitage, esteve no centro das discussões sobre a autonomia e liberdade promovida na Idade Moderna. Império e liberdade pareciam ser noções incompatíveis. A situação europeia moderna tinha que lidar com incongruências impossíveis de serem solucionadas pelas concepções tradicionais e não seculares, como o caso da república holandesa, protestante e autônoma nos assuntos internos, mas que externamente estava sujeita ao império espanhol.²⁸⁰

Assim, buscou-se um arcabouço jurídico que pudesse fomentar e legitimar rebeliões. Algo que justificasse e organizasse a resistência, a partir de princípios e experiências já conhecidos e que pudessem atrair tanto soldados, quanto a opinião pública para a justiça de um empreendimento, reforçando e indicando laços de reciprocidade e de que tanto superiores quanto inferiores procuravam o mesmo fim.²⁸¹ Muitas revoltas na Idade Moderna procederam dessa forma, acusando o outro lado de impor novidades a uma organização civil e de que por isso eram eles os verdadeiros rebeldes: as cidades italianas contra os poderes imperiais, os reinos holandeses contra o império espanhol, os estados alemães na Reforma. Todavia, essa estrutura jurídica não servia apenas para justificar a guerra, também funcionava para garantir e organizar a paz. A *paz de Augsburg* e o princípio que ficou conhecido como *cuius regio, eius religio*, que associava a religião do súdito à professada pelo governante foi uma forma

²⁷⁹ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 47.

²⁸⁰ ARMITAGE, David. "Empire and Liberty: A Republican dilemma". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; PARKER, Geoffrey (Ed.). *The Thirty Years' War*. London: Routledge, 2006, p. 2.

²⁸¹ KINGDON, Robert. "Calvinism and resistance theory, 1550-1580". In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 202.

de dar uma resposta constitucional aos diferentes Estados e religiões no interior do Império.²⁸²

No entanto, um novo elemento entrava em cena no campo de batalha: a consciência. Se rebeliões puderam ser “domesticadas” no continente, utilizando-se da estrutura jurídica disponível e das instituições conhecidas, além do Canal da Mancha, os embates políticos ganharam ares de uma guerra religiosa e contra os poderes civis do papado. Apesar de emergir como subordinada à lei civil e ao Estado, logo estes tiveram que se sobrepor à consciência, estabelecendo regras para que pudesse ser exercida em público e colocando limites aos arroubos e liberalidades de sujeitos privados. Como afirma Koselleck, paz religiosa e paz civil se distanciam, passando a indicar caminhos distintos.²⁸³

CONSCIÊNCIA, TEMPO E RESISTÊNCIA; O ANTICRISTO

Acostumamos a pensar na consciência como algo restrito ao foro íntimo, ao âmbito privado, livre das ameaças da esfera pública. Algo que, por essa divisão, podia se ocultar de forma sutil sob a própria estrutura do Estado, para emergir como uma lei moral individual revelada enquanto opinião pública, a se abater contra um Estado considerado corrupto e tirânico. Essa proteção da consciência foi uma das principais reivindicações e conquistas do Iluminismo e das revoluções modernas, gestadas em espaços privados como cafés, ordens, livrarias etc. Desde que não viessem a público, ideias e crenças estariam protegidas das determinações e imposições dos poderes governamentais e da religião oficial. Essa liberdade privada, como diz Koselleck, vivida em segredo “torna-se o segredo da liberdade”.²⁸⁴

No entanto, essa cisão entre os aspectos públicos e privados é mais um dos preconceitos herdados de nossa sociedade liberal e burguesa, em exaltação dos valores e das capacidades individuais. Antes do século XVIII, ao contrário, estar de acordo com a consciência era justamente respeitar as hierarquias, os pactos e a ordem publicamente conhecidas. Era necessário a submissão a um arranjo comunitário e demonstrações gratuitas de poder, mando e obediência, às cerimônias religiosas e políticas. Afinal, como expõe Conal Condren, “a consciência interior não é nada mais do que seguir os

²⁸² *Idem, ibidem.*

²⁸³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Op. Cit.*, p. 25-31.

²⁸⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Op. Cit.*, p. 68.

ofícios públicos”, lembrando os súditos de seus deveres terrenos e a acomodação da alma aos preceitos de Deus.²⁸⁵

Assim, a consciência não era vista como um espaço distinto, mas um código implícito de moralidade, que dizia a cada um o certo e o errado social, definindo e prescrevendo costumes e comportamentos. Era um conhecimento e uma faculdade interior, mas que, todavia, poderia se manter em oposição aos princípios e às posturas esperadas, sendo conhecidas apenas se viessem a público. Desta forma, como sugere Montaigne, a consciência seria uma espécie de traição, capaz de denunciar a nós mesmos na ausência de testemunhas.²⁸⁶

Mesmo um segredo duradouro, guardado nas profundezas da alma, poderia ser revelado, anunciando ao mundo os verdadeiros culpados de um crime. A partir de confissões motivadas por estados alterados de consciência, como sonhos, delírios e febres, homens e mulheres acusavam a si mesmos, confessando publicamente seus delitos mantidos ocultos anteriormente. Essa é, por exemplo, a estratégia do príncipe Hamlet na tragédia shakespeariana ao encomendar a encenação dos versos escritos por ele que representariam o assassinato do antigo rei, seu pai. Após a apresentação de “A ratoeira”, a peça dentro da peça, o rei se aflige, revelando seu mal-estar, e se retira da encenação. Tal atitude faz com que Hamlet tivesse certeza das palavras proferidas pelo fantasma de seu pai, a respeito da culpa de seu tio e da cumplicidade de sua mãe (ato III, cena ii).

A peça, inclusive, em sua completude e complexidade, revela muitos aspectos da alteração da percepção coetânea da noção de consciência, sendo a obra de Shakespeare em que mais vezes a palavra *conscience* aparece.²⁸⁷ A verdade procurada pelo príncipe, no entanto, não podia ser atingida por uma realidade objetiva, já dada e em uma corte cheia de hierarquias e cerimônias; mas somente devido a uma reflexão subjetiva, que analisava e julgava um mundo que lhe parecia estar fora dos eixos. Suas escolhas e suas ações precisavam passar obrigatoriamente pelo crivo da consciência interior.

Assim, segundo Mark Matheson, “na representação de Shakespeare da historia subjetiva de Hamlet há uma recapitulação do amplo desenvolvimento histórico do

²⁸⁵ CONDREN, Conal. *Argument and authority in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 132. No Original [the inner conscience to nothing more than doing the duties required of public office].

²⁸⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Essays of Montaigne, vol. 4*. Trans. Charles Cotton, revised by William Carew Hazet, New York: Edwin C. Hill, 1910. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/montaigne-essays-of-montaigne-vol-4>> Acesso em: 10 fev 2019.

²⁸⁷ MATHESON, Mark. “Hamlet and ‘a Matter Tender and Dangerous’”. *Shakespeare Quarterly*, vol. 46, 1995(4), p. 392.

conceito de consciência, do medieval ao reformado”.²⁸⁸ Para este autor, ao longo da peça, o príncipe vai perdendo a concepção medieval, relacionada ao pensamento católico, cuja acepção está ligada à culpa e ao remorso e que, por isso, se torna um impedimento à ação: “assim, a consciência faz de todos nós covardes” (ato III, cena I, verso 83);²⁸⁹ e aos poucos passa a assumir o conceito reformado, que toma esta como uma autoridade para a ação, como quando fala a Horácio sobre o seu plano para levar Guildenstern e Rosencrantz à morte: “não me pesam na consciência; sua derrota se fez por sua própria insinuação” (ato V, cena ii, versos 57-58).²⁹⁰

Ao fim, Hamlet percebe que os descaminhos pelos quais passou e a insensatez que lhe guiou para atitudes irrefletidas, na verdade, fazem parte de um plano maior, de uma “divindade que nos modela os fins, quão inacabados eles sejam” (ato V, cena ii, versos 10-11)²⁹¹ e que são inacessíveis à razão humana. Como relata após seu retorno do mar, incapaz de conhecer os desígnios de Deus, caberia aos homens e às mulheres reconhecer que “há uma providência especial na queda de um pardal” (ato V, cena ii, versos 197-198).²⁹² Apesar de sua inação por toda à peça, comete o regicídio e vinga seu pai. Como indica Péricles Eugênio da Silva Ramos, “Hamlet, já ferido de morte, mata o Rei; mas age de súbito, sem haver preparado coisa alguma, nem disposto nada para a vingança”²⁹³. Não se sente culpado; matar o rei torna-se um dever de consciência. Assim, pode abandonar uma perspectiva associada à culpa e ao remorso, para assumir outra que alivia seus pensamentos e lhe autoriza para a ação e o regicídio. “O termo consciência passa a significar não apenas uma faculdade de censura moral, mas um meio pelo qual cada indivíduo poderia receber a verdade revelada de um Deus distante”²⁹⁴.

Essa alteração marca igualmente uma nova experiência temporal, que não sustenta no passado a legitimidade de uma ação; o que, em certa medida, é fundamental para o tema tratado nesta tese. Diferente da tradição católica que vê nas obras e nas

²⁸⁸ *Idem, ibidem*. No Original [In Shakespeare’s representation of Hamlet’s subjective history there is a recapitulation of this broad historical movement from a medieval to a Reformation concept of conscience].

²⁸⁹ No Original [Thus conscience does make coward of us all].

²⁹⁰ No Original [They are not near my conscience; their defeat Does by their own insinuation grow].

²⁹¹ No Original [divinity that shapes our ends, rough-hew them how we Will].

²⁹² No Original [there is a special providence in the fall of a sparrow]

²⁹³ SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Hamlet Príncipe da Dinamarca*; tradução Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1955, p. 276.

²⁹⁴ MATHESON, Mark. “Hamlet and ‘a Matter Tender and Dangerous’”. *Op. Cit.*, p. 392. No Original [the term *conscience* came to mean not just a faculty of moral censorship but a medium through which the individual could receive the revealed truth of a distant God].

instituições conhecidas, eclesiásticas e sociais, um caminho para a salvação, o pensamento reformado reivindica apenas a fé individual como fator essencial para o acesso à graça e à justiça divina. Como argumenta Francis Oakley, devemos ver na certeza da eleição do devoto não a ira divina, em condenar uns a outros, mas sua piedade, uma dádiva que Deus oferece gratuitamente a seus escolhidos, independente da realidade e das obras mundanas. Assim, saber-se eleito “era uma fonte de esperança e não de medo, uma conclusão e não uma premissa”. O visível, a organização da sociedade, a regulação das instituições e a execução das obras não trabalhariam como “causa” impreterível para a salvação de uma pessoa, mas, ao contrário, seriam o “efeito” de uma consciência já crente de seu destino soteriológico.²⁹⁵

Dessa forma, um sujeito reconheceria em seus próprios princípios os pilares para a ação, em relação ao seu entendimento das Escrituras e dos desejos revelados pelo Espírito divino, que falava intimamente ao coração de cada fiel. Essa ética notoriamente individualista teve efeitos tremendos por toda Europa moderna, pois entrava em choque com as autoridades institucionais e visíveis em nome da consciência e da liberdade interior. O fiel sentia-se partícipe de uma Igreja invisível, em consonância a outros fiéis igualmente eleitos, salvos pela fé, aparte do mundo e da necessidade de intermediários em sua relação com a divindade. Assim, como aponta Christopher Hill, “uma vez tocados pela graça divina, eles se diferenciam da massa da sociedade”.²⁹⁶

Essa sensação de distinção mudou a face das guerras de maneira indelével: se antes os conflitos se davam em fidelidade a um senhor, agregando, muitas vezes, diversos povos e nacionalidades sob um mesmo comando, a partir do século XVI surgia um novo motivo de afinidade, construindo e fortalecendo laços para além dos limites dos reinos: a religião. A perda da unidade religiosa, que fornecia uma identidade comum ao espaço europeu, redefiniu as posições político-sociais, fazendo com que muitos se mostrassem mais ligados àqueles que professavam a mesma fé, do que entre àqueles que deveriam obediência a um senhor. Por essa nova situação, as alianças se davam em nível internacional; ingleses mostravam-se mais alinhados a protestantes suecos ou holandeses, do que nobres britânicos católicos, obedientes a Roma e admiradores do Império espanhol. Os combates religiosos ganharam ares de uma

²⁹⁵ OAKLEY, Francis. “Christian obedience and authority, 1520-1550”. In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 165 e 167. No Original [it was a source of hope rather than of fear, a conclusion rather than a premise].

²⁹⁶ HILL, Christopher. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 195.

necessidade na divulgação e ampliação da verdadeira fé, em combate a doutrinas consideradas hereges e anticristãs: “para os justos”, o Evangelho; “para os ímpios”, a Lei.²⁹⁷ As guerras e as divisões religiosas pareciam apressar o tempo.

A Reforma, como salientou Koselleck, trouxe para a realidade histórica figuras presentes nas escrituras e nas profecias. O fim do mundo era premente, a escatologia foi colocada na ordem do dia e os acontecimentos cotidianos eram vistos como realizações das promessas feitas pelos profetas nos livros Sagrados.²⁹⁸ Os embates sociais eram também combates linguísticos, funcionando como assassinatos de reputações entre os jogos das representações culturais. Era importante saber quem mereceria ser associado a personagens e figuras bíblicas: o papa, os bispos da igreja nacional, William Laud,²⁹⁹ o rei Carlos; todos, por exemplo, foram acusados de práticas anticristãs.³⁰⁰ Certamente, se a associação de Carlos I a um tirano foi fundamental na construção dos argumentos que levaram o monarca a perder a cabeça em 1649, sua identificação com o ou como anticristo exerceu um papel essencial na fragilização da autoridade real.

No entanto, o ambiente reformado deu um passo além na percepção clássica do tirano como alguém que se deixou corromper sobre interesses privados, ao representar os opositores como ícones inexoráveis do mal. Não eram definidos devido a uma ação e sim por uma essência.³⁰¹ Isso contribuiu para a queda da noção de um rei cristão, como imperador dos Últimos Dias, que conduziria toda humanidade ou todos os puritanos, ao menos, por caminhos devotos e gloriosos, fortalecendo, em oposição, a doutrina do Espírito Interior que falava ao coração de cada súdito. A pouca atenção com que Carlos I lidava com a causa protestante no continente, a aproximação com o catolicismo e muito mais, causou desconfianças de que o rei pudesse ser uma pessoa confiável e devota.³⁰² Suas ações e atos eram compreendidos como anticristãos, ou por serem associados ao próprio anticristo ou por serem realizados por um integrante de suas

²⁹⁷ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 161.

²⁹⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. *Op. Cit.*, p. 25-26.

²⁹⁹ William Laud foi o principal líder religioso da Inglaterra durante o reinado de Carlos I. Sua proximidade com o rei e sua oposição firme contra os puritanos mais radicais lhe fez uma das figuras de destaque e de ataque.

³⁰⁰ HILL, Christopher. *The Antichrist in seventeenth-century England*. London: Verso, 1990.

³⁰¹ ZALLER, Robert. “The Figure of the Tyrant in English Revolutionary Thought”. *Op. Cit.*, p. 588.

³⁰² LAMONT, William. *Godly Rule: politics and religion 1603-1660*. London: Macmillan St Martin’s Press, 1969; CAPP, Bernard. “Godly Rule and English Millenarianism”. *Past and Present*, n. 52, 1971; SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 49..

legiões, mobilizando multidões em seu combate.³⁰³ Por mais que se dissessem legitimados em nome do próprio Deus, contra os interesses privados dos poderosos do mundo, eram regidos pelos domínios da consciência, da religião, portando-se como intérpretes da vontade divina.

Igualmente, essa segurança proporcionada pela consciência interna fomentou comportamentos e práticas inesperadas no trato social, não sendo útil apenas na guerra. A convicção da própria eleição, de sua singularidade diante do mundo e da capacidade de compreender os planos de Deus mobilizaram muitos fiéis a agirem com o consciente objetivo de glorificá-Lo. Dessa forma, enfraqueceram hierarquias e a ordem estabelecida, sendo combustíveis para a consolidação de novas forças e novas estruturas sociais. Afinal, como sugere Hill, “era importante que homens que iriam seguir novos caminhos possuíssem uma certeza e confiança interiores”.³⁰⁴ Amparados em valores subjetivos, a justificação pela fé libertou os coevos de dependerem unicamente dos símbolos públicos e exteriores.

No entanto, se a possibilidade de se resguardar no foro da consciência abria novos horizontes de experimentação, igualmente causava pavor nas figuras de autoridade conhecidas, embaralhando as funções de submissão e obediência. Como expõe Michel de Montaigne, essa falta de distinção só poderia causar desordem e confusão, já que inimigos, educados sobre os mesmos costumes e as mesmas leis, poderiam se manter ocultos sem qualquer “sinal aparente, nem de linguagem, nem de porte”.³⁰⁵ Assim, mesmo se permitindo mergulhar na consciência e na reflexão interior com *Os Ensaios*, reforçava a obediência às autoridades públicas, como guia ético: “parece-me muito injusto submeter costumes e instituições públicos e estabelecidos à fraqueza e instabilidade de uma fantasia privada e particular (porque a razão privada tem somente uma jurisdição privada)”.³⁰⁶

Se de um lado, as figuras do tirano e do anticristo contribuíram para a fragilização do rei enquanto homem, por outro, foram fatores fundamentais no

³⁰³ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 49-50.

³⁰⁴ *Idem*, 199.

³⁰⁵ MONTAIGNE, Michel de. *Essays of Montaigne*, vol. 4. *Op. Cit.* Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/montaigne-essays-of-montaigne-vol-4>> Acesso em: 15 fev 2019. No Original [apparent mark either of language or habit],

³⁰⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Essays of Montaigne*, vol. 1. *Op. Cit.* Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/montaigne-essays-of-montaigne-vol-1>> Acesso em: 15 fev 2019. No Original [it seeming to me very unjust to go about to subject public and established customs and institutions, to the weakness and instability of a private and particular fancy (for private reason has but a private jurisdiction)].

enrijecimento da jurisdição pública do Rei: a obediência a um senhor torna-se um prelúdio à submissão ao Estado. Até o início da primeira modernidade consciência e ação estavam em consonância, todavia, a separação dessas duas esferas se deu na afirmação de que os pensamentos mais íntimos não deveriam vir a público. Com a Reforma, o enfraquecimento da importância das instituições eclesiásticas visíveis foi acompanhado do fortalecimento dos poderes governamentais, sob a crença de cada príncipe seria como um imperador em seu reino. Em resposta à liberdade que a consciência poderia fornecer, ampliou-se a adoção de posturas mais absolutas e reflexões mais profundas a respeito da soberania e da submissão.

ABSOLUTISMO, SOBERANIA E FIDELIDADE

A Reforma emergiu em uma cultura política de intensos debates sobre os limites dos poderes papais. Desde o fim da Idade Média, a jurisdição temporal da Igreja sobre os assuntos terrenos era questionada, sendo-lhe negada a posse do gládio da espada e a sua intervenção nos assuntos destinados aos governantes, reinos e cidades³⁰⁷. A concepção agostiniana de duas cidades distintas, uma divina e outra terrena, retomada pelos reformadores, contribui ainda mais para a percepção de que política e religião eram esferas separadas. O poder coercitivo estaria disponível apenas aos Príncipes, reis, ou magistrados. Eram as instituições e funções públicas que deveriam reprimir aqueles que causassem danos à paz civil.

Lutero, Calvino e seus adeptos negavam a possibilidade de se levantar contra os superiores, sob o risco de danação. Caso o crente estivesse em desacordo com alguma ordenação de uma autoridade, deveria sofrer pacientemente as consequências, mantendo-se firme em sua consciência e em acordo aos preceitos divinos. Mesmo as teorias de resistência sustentadas por seus seguidores, a partir de 1550, com a agudização da oposição católica, apoiaram-se em figuras menores, mas igualmente estabelecidas por Deus, que seriam capazes de se opor a um soberano, os magistrados inferiores ou éferos. Essa responsabilidade, todavia, como sugeriu Kingdon, impediu “que forças políticas e militares” divergentes ganhassem espaço. De alguma forma, a

³⁰⁷ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. *Op.cit.* p, 25-44.

teoria da resistência que formularam, buscava evitar levantes populares e que o regicídio estivesse disponível a qualquer sujeito privado.³⁰⁸

No entanto, mesmo as teorias mais constitucionalistas, como oposição ao tirano e em respeito aos compromissos firmados pelos antecessores de um rei ou às promessas feitas aos seus súditos, quanto àquelas ligadas ao dever de consciência, realizada a partir de argumentos mais religiosos, pareciam ameaçar as autoridades tradicionais. Algo que certamente foi sentido pelos poderes governamentais. Nesse contexto, duas teorias se fortaleceram a fim de assegurar a obediência dos súditos aos monarcas, reforçando pactos de submissão e reciprocidade. Teorias distintas, mas que trabalharam conjuntamente para minar as concepções amparadas em um direito e em uma história imemorial, baseadas no conhecimento da *common law* e das instituições do passado e que podiam ser recuperadas contra quaisquer novidades. A partir de uma percepção crítica e racional do próprio presente, defendiam a historicidade de cada época, em um entendimento jurídico humanista baseado no Direito Romano.³⁰⁹ Assim, como diz Salmon, as reflexões sobre os mandos do poder passaram a ser discutidas “em termos de soberanos e soberania ao invés de uma lei soberana”.³¹⁰

A absorção desse modelo se deu principalmente a partir de autores franceses partícipes das guerras religiosas e de seus prejuízos. Por meio dessas experiências e de comparações com outras constituições distintas espacial e temporalmente, refletiram sobre o poder das autoridades e dos limites da consciência frente a um poder absoluto. Certamente, nessa constelação uma das figuras mais importantes foi Jean Bodin, proponente de uma primeira definição do conceito de soberania. Para o jurista francês, os Príncipes soberanos possuiriam um poder absoluto, ilimitado, indivisível e perpétuo, não estando obrigados a qualquer estatuto ou compromisso humano. Os súditos deveriam ser obedientes e não resistentes, devendo “cada um em particular e todo o povo em conjunto, [...] jurar guardar as leis e prestar juramento de fidelidade ao monarca soberano, que deve juramento unicamente a Deus, a quem deve o cetro e o poder”.³¹¹

³⁰⁸ KINGDON, Robert. “Calvinism and resistance theory, 1550-1580”. In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 201.

³⁰⁹ SALMON, J.N.H. *The French religious wars in English Political thought*. Oxford: Oxford University Press, 1959, p. 59-69.

³¹⁰ *Idem*, p. 58. No Original [In terms of sovereigns and sovereignty rather than of the sovereign law].

³¹¹ BODIN, Jean. Os seis livros da República: livro primeiro. São Paulo: ícone, 2011, p. 218.

Destaco esse trecho de Bodin para apresentar a segunda teoria. A tendência absolutista francesa se fortaleceu após a excomunhão de Henrique de Navarra pelo Papa. Como expunham os defensores da corrente católica, pelo bem estar espiritual de uma população, um monarca estrangeiro poderia ser deposto diretamente ou condenado à excomunhão pela autoridade romana. Essa atitude, indireta, no entanto, transformava o governante em um herege religioso e um pária social, liberando seus súditos dos laços de fidelidade, podendo sofrer resistência por qualquer clérigo ou indivíduo particular.³¹² Esse ato foi visto como uma ameaça da interferência papal nas questões propriamente seculares e de governo, em defesa da uniformidade religiosa e do controle de instituições supranacionais.³¹³ Algo que parece ter caído como uma luva para diversos reis protestantes europeus e países que vivenciaram guerras civis.

Não mais ligado ao ideal imperial e expansionista, do rei como imperador dos últimos dias e defensor da cristandade, a obediência inquestionável aos reis foi utilizada como elemento e justificativa em favor das igrejas e governos nacionais contra os poderes papais, seja sendo a partir de interpretações mais populares sobre a origem do poder, seja sendo àquelas amparadas no direito divino. Mesmo sendo excomungado e considerado herege, um rei manteria sua autoridade divina, obrigando seus súditos à obediência.

Reforçando as premissas já estabelecidas na carta de Paulo aos romanos, de que todas as autoridades têm origem divina, dando um passo além na questão, muitos autores se amparam nesses pressupostos para defender os poderes absolutos dos monarcas, impedir a rebelião e indicar a perversidade da resistência a um superior. Apesar das peculiaridades locais e entre autores, certamente uma das principais referências dessa doutrina foi Jaime Stuart, o futuro rei inglês, coroado Jaime I após a morte de Elisabeth. Em 1598, ainda unicamente rei escocês e denominado Jaime VI, publicou *The trew Law of free monarchies*, escrito amorosamente, segundo ele, em benefício de seus súditos, ao indicar as devidas reciprocidades e deveres entre um rei e seus servos naturais, na consolidação de uma monarquia livre. Nesse pequeno texto, defendia que os reis eram como deuses, que sentados em seus tronos terrestres eram os responsáveis por promoverem o bem e punirem os maus. Acima de todos e como representantes divinos, exerceriam o poder de forma absoluta, sem estarem obrigados a

³¹² SALMON, J. N. H. "Catholic resistance theory, Ultramontanism, and the royalist response, 1580-1620". In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

³¹³ *Idem*, p. 232 .

algo ou alguém. Em suas próprias palavras, “um bom rei irá moldar todas as suas ações em acordo com as leis; ainda que não esteja limitado a elas somente à sua boa vontade, e para bom exemplo a seus súditos”.³¹⁴

Após ascender ao trono inglês, continuou a afirmar seu domínio como um direito divino, sobrepondo-se a argumentos religiosos que procuravam justificar a resistência e rebaixando inclusive a importância do parlamento no governo. Sua intenção era garantir a irrestrita obediência civil e o comando da igreja inglesa, em combate a toda proposta de intervenção externa ou rebelião interna aos poderes reais. Nesse sentido, se opôs veementemente àqueles que defendiam a submissão ao Papa, os papistas, frente aos assuntos civis. Como expõe Flávio Lemos Alencar, “de fato, a preocupação principal manifestada por Jaime I com relação aos católicos é a suspeita de infidelidade ao soberano temporal, justificada pelo interesse superior da religião”.³¹⁵

O medo de que a consciência pudesse agir contra a autoridade real, ficou ainda mais explícita na Inglaterra após a descoberta da Conspiração da Pólvora.³¹⁶ Ao fracasso da rebelião de cinco de Novembro de 1605, as medidas restritivas aos católicos ficaram ainda mais enérgicas; o que, de certa forma, desembocou no Ato de Fidelidade, de 1606. Nesse ato Jaime I exigia a obediência civil de seus súditos, que deveriam jurar “verdadeira e sinceramente” a não reconhecer outra autoridade que não o rei, nem mesmo o Papa. Embora o pontífice romano pudesse excomungar espiritualmente um monarca, isso, de forma alguma, seria razão suficiente para libertar seus vassalos de seu senhorio e obrigações.³¹⁷

³¹⁴ JAMES VI AND I. “The Trew law of Free Monarchies”. In: _____. *Selected Writings*. Edited by: RHODES, Neil; RICHARDS, Jennifer; MARSHALL, Joseph. London; New York; Routledge, 2003, p. 271.No Original [a good king will frame all his actions to be according to the Law, yet is hee not bound thereto but of his good will, and for good example-giving to his subjects].

³¹⁵ ALENCAR, Flávio Lemos. *A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime e a crítica de Francisco Suárez na Defensio Fidei*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, 2012, p. 121.

³¹⁶ A Conspiração da Pólvora foi a tentativa realizada por um grupo de católicos de explodir o parlamento, acontecida em cinco de novembro de 1605. Considerado alta traição, o ato tinha intenção de levar à morte o rei e muitos outros nobres. Apesar de fracassada, a mera possibilidade de uma nova conspiração foi um espectro que acompanhou o imaginário cultural inglês por todo o século XVII, sendo lembrado e celebrado anualmente. O que contribuiu para a repressão e o fortalecimento de uma legenda negra sob os católicos, considerados pejorativamente de papistas ou jesuítas.

³¹⁷ JAMES I. *Oath of Allegiance (An Act for the Better Discovering and Repressing of Popish Recusants) on Rejecting Papal Authority to Depose the King*. Disponível em: <<https://berkeleycenter.georgetown.edu/quotes/the-english-parliament-under-james-i-oath-of-allegiance-an-act-for-the-better-discovering-and-repressing-of-popish-recusants-on-rejecting-papal-authority-to-depose-the-king>> Acesso em: 04 out. 2019.

A preocupação do monarca era reforçar a autoridade civil do ofício real, eximindo-se de se intrometer nos assuntos de consciência de seus governados, o que deixava os princípios do juramento mais palatáveis aos católicos. No entanto, a Sé romana não estava preparada para aceitar indiferentemente essa separação entre Igreja e Estado, com o rebaixamento da ingerência papal sobre os assuntos seculares. Tanto o Cardeal Belarmino, responsável romano pelo assunto, quanto o próprio Papa, por meio de duas Breves, se posicionaram contrários a aceitabilidade do ato. Frente às tentativas de alguns católicos ingleses de relativizarem o juramento, a fim de aplacar as perseguições religiosas, a Igreja romana negava a possibilidade de jurarem fidelidade ao rei sem prejuízo à religião, reforçando a supremacia civil do papado.³¹⁸

Em defesa do ato, da obediência e do poder real foi publicado em 1607-8 um texto em latim e sem autoria, denominado *Triplici nodo triplex cuneus*.³¹⁹ No ano seguinte, 1609, foi publicada uma nova versão estendida e em inglês da obra, *An Apologie for the Oath of Allegiance*, agora com autoria assumida pelo próprio rei, Jaime I, e tratando de temas que, segundo ele, eram de interesse “a todos mais poderosos monarcas, reis, príncipes livres e Estados da Cristandade”. Como expõe, seu texto tinha dois objetivos principais: o primeiro, “provar que o Juramento de Fidelidade apenas intervém sobre a obediência civil e temporal, devida pelos súditos aos seus soberanos naturais”, não sendo seu desejo “nem aprisionar nem intimidar suas consciências, como muitos falsamente afirmam”. O segundo, “que a recente usurpação dos Papas sobre o poder temporal dos príncipes, é contrária a regra de todas as Escrituras, antigos Conselhos e sacerdotes”. Despossuídos da capacidade de atuar sobre os assuntos civis, os Papas deveriam agir como “vassalos, reverenciando e obedecendo os Imperadores como seus senhores”.³²⁰

³¹⁸ ALENCAR, Flávio Lemos. *A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime e a crítica de Francisco Suárez na Defensio Fidei*. Op. Cit., p. 135-136; JAMES I. *An apologie for the oath of allegiance First set forth without a name: and now acknowledged by the author, the right high and mightie prince, James, by the grace of God, King of Great Britaine, France and Ireland; defender of the faith, &c. Together with a premonition of his Maiesties, to all most mightie monarches, kings, free princes and states of Christendome*. Imprinted at London. By Robert Barker, printer to the King most excellent Maiestie, April 8. Anno 1609.

³¹⁹ JAMES I. *Triplici nodo, triplex cuneus. Siue Apologia ro iuramento fidelitatis aduersus duo breuia P. Pauli Quinti, & epistolam Cardinalis Bellarmini, ad G. Blackuellum Archipresbyterum nuper scriptam. Auctoritate regiâ*. Londini: Excudebat Robertus Barkerus, illustrissimae Regiae Maiestatis typographus, 1607.

³²⁰ JAMES I. *An apologie for the oath of allegiance* [...]. Op. Cit., p. 17, 22 e 23. No Original [to prove that the Oath of Allegiance doeth onely meddle with the civil and temporal obedience, due by Subjects to their natural Soveraignes], [not to entrap nor intrhall their Conscience, as be almost falsly affirmes], [that this late Usurpation of the Popes over the temporall power of Princes, is against the rule of all Scriptures, ancient Councils and Fathers] e [Vassals, reverencing and obeying the Emperours as their Lords].

Nesse cenário de desmoronamento das fidelidades privadas (familiares, senhoriais, religiosas e comunitárias) há ascensão de uma organização pública. Enquanto a ordem civil colapsava sob um caleidoscópio de interesses privados, em que a rebelião podia ser legitimada como justa e até proveitosa, em detrimento da paz pública, outras fidelidades eram exigidas. A traição deixava de ser um crime contra a pessoa do rei e passava a ser contra o Estado. A Reforma, de certa forma, foi uma cicatriz profunda na ordem anterior; possibilitando a divergência. Na Inglaterra especificamente, o rompimento daquele reino com Roma, foi um fator fundamental para se pensar as melhores formas de proteger e manter esse organismo público, definindo conceitos, localizando inimigos e indicando novos crimes, traições e fidelidades.³²¹

A divisão entre os âmbitos público e privado era uma questão fundamental na primeira modernidade. No entanto, mais do que a simples constatação da existência e da distinção entre eles, a percepção de que simplesmente poderiam não ser coincidentes causava preocupações. O medo de que hierarquias fossem subvertidas e justificadas por meio do dever de consciência ou direitos constitucionais impingia a fidelidade aos pactos a fim de garantir a paz civil. Esses eram defendidos como algo que pudesse dar estabilidade e solidez ao corpo social em um mundo que parecia estar fora dos eixos. Assim, o ministro Thomas Ireland, em um sermão publicado em 1610, defendia o Juramento de Fidelidade como algo motivado pelo interesse público e o benefício de toda *commonwealth*;

Considerando que todo ser é feito não apenas para si próprio, mas para a República, na qual na monarquia (tais quais as nossas) consiste no bem-estar do rei: o bem-estar do rei consiste na lealdade e afeto de seus súditos; o afeto e lealdade deles podem ser observados tomando e aprovando o Juramento de Fidelidade: Creio que é também meu dever (reverente a Cristo e meu bom Senhor) sendo um Ministro público, o que me concedeu autoridade pública, para unir e declarar as propostas da palavra de Deus. A causa é pública tanto para esse, quanto para todos os reinos, o lugar em que foi anunciada era público, sendo um Sinodo de Clérigos. O fruto deve ser público, satisfazendo os duvidosos.³²²

³²¹ ORR, D. Alan. *Treason and State: Law, politics and ideology in the English Civil War*. Cambridge University Press, 2002.

³²² IRELAND, Thomas. *The oath of allegiance defended by a sermon preached at a synode in the Metropolitanall Church of Yorke; by Thomas Ireland, Bachelour in Diuinitie*. London : Printed by Nicholas Okes for Edward Aggas, and are to be sold at his shop vpon Snore hill neere Holborne Conduit, 1610, [P, 3]. No Original [Whereas every one is, made, not only for himself but for the Common-wealth; which in Monarchy (such as ours) consisteth in the welfare of the King: the welfare of the King consisteth in the loyall and louing hearts of his subjects: their loue and loyalty may must appeare in taking or approving of the Oath of Allegiance: I though it also my duty (most reuerend in Christ and my very good Lord) being a publicke Minister, by the publicke authority commanded, together and declare the proposes thereof out of the word of God. The cause is publicke both for this, and for all kingdoms, the place where

A teoria sobre o direito divino dos reis e de sua soberania indivisível e absoluta logo entraria em choque com uma tradição jurídica e política tão fortemente ancorada no poder do rei *no* parlamento e de sua limitação em angariar fundos sem consulta prévia das Casas. Pouco da crença do direito divino dos reis existia às vésperas da guerra civil³²³. Todavia, segundo Condren, “a imaginada erosão da santidade dos juramentos resultou num grande esboço detalhado no conteúdo dos juramentos e o uso de um elaborado vocabulário ao ato de fazer um juramento”, o que renunciou, de certa forma, as teorias de um contrato social.³²⁴ Mas se essas e o reforço à autoridade pública foram essenciais para por um fim às guerras, não são suficientes para explicar a crise que as gerou. Afinal, como apontou James Harrington, em 1656, no centro dos conturbados anos pós regicídio e de protetorado, foi “a dissolução desse governo o que causou a guerra, não a guerra a dissolução desse governo”.³²⁵ Então, vamos à crise gerada pelo declínio das figuras de autoridade e a insegurança proporcionada pela fragmentação das representações públicas de poder e obediência, assim como dos pactos que mantinham a ordem e as hierarquias sociais.

was vttered was publicke, being a Synode the Clergie. The fruit may be publicke in satisfying the doubtfull].

³²³ STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Op.Cit.; HILL, Cristopher. *O Século das Revoluções(1603-1714)*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 189.

³²⁴ CONDREN, Conal. *Argument and authority in Early Modern England*. Op. Cit., p. 249. No Original [the imagined erosion of the sanctity of oaths resulted in greatly adumbrated detail in the content of the oath and the use of an elaborate vocabulary to the oath-taking act it].

³²⁵ HARRINGTON, James. “The Commonwealth of Oceana”. In: _____. *The Commonwealth of Oceana and A System of Politics*, Cambridge University Press, 1992, p. 56. No Original [the dissolution of this government caused the war, not the war the dissolution of this government.]

05 – CRISE E REVOLUÇÃO

Em meio às turbulências iniciais da guerra civil, o clérigo inglês Peter Heylyn escreveu *Rebel's Cathchism* sintetizando em três os tipos de rebelião: rebelião do coração, a rebelião da língua e a rebelião da mão. A primeira, como explica, seria aquela rebelião que não chega a se tornar ação, nem em palavras, nem em atitude, sendo algo como um rancor guardado, um sentimento venenoso que amaldiçoaria secretamente as autoridades e seus oficiais. A rebelião da língua teria como objetivo difamar maliciosamente certas pessoas ou ações. O terceiro tipo, a Rebelião da mão, é dividido em duas partes. A primeira é “compor e dispensar falsos e escandalosos livros e panfletos tratando de desonrar o rei, seus oficiais subordinados e formas de governo”. A outra é a rebelião *de facto*, uma ação direta e aberta em que é levantada guerra contra o Rei ou soberano.³²⁶

Não temos possibilidades de refletir sobre as duas primeiras, pois dificilmente teríamos acesso aos anseios mais privados dos indivíduos, a não ser que fossem expostos publicamente, nem é possível deter-se sobre a rebelião da língua, pois essa não pode ser verificada sem que tomem a materialidade de um texto, produzindo vestígios que possam ser analisados. Dessa forma, temos de nos limitar ao terceiro tipo de rebelião: a rebelião da mão.

Assim que os órgãos governamentais e eclesiásticos de censura caíram, houve uma gigantesca profusão de textos, incomparável por todo o século XVII. Essa efervescência possibilitou que os homens e mulher no início da modernidade tivessem contato com novas ideias, espaços, sensações e práticas, não só no mundo da alta política como nos comportamentos cotidianos. Um novo horizonte se abria e antigas certezas ruíam, questionadas pela experiência. Enquanto alguns, como John Milton,³²⁷ celebravam a liberdade advogando contra quaisquer formas de censura, outros, como Thomas Edward,³²⁸ percebiam na frouxidão da censura apenas uma licença para a divulgação de heresias e falsidades.

³²⁶ HEYLYN, Peter. *The rebells catechism composed in an easy and familiar way to let them see the heinousness of their offence, the weakness of their strongest subterfuges, and to recal them to their duties both to God and man*. Printed, 1643.

³²⁷ MILTON, John. *Areopagítica: Discurso Sobre a Liberdade de Expressão*. Almedina, 2009.

³²⁸ EDWARD, Thomas. *Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time*. London: Printed by T. r. and E. m. for Ralph Smith, 1646.

Essa proliferação de textos e a impossibilidade do consenso gerou a sensação de uma sociedade em anomia, que parecia se fragmentar e ser o oposto do esperado. Como relatado no poema *A Anatomia do mundo*, de John Donne:

A nova filosofia põe tudo em dúvida
O elemento do fogo está apagado
O sol está perdido, como a terra, e nenhum engenho humano
Pode dirigi-lo corretamente, onde quer o procure.
Livrementemente, os homens confessam que esse mundo está gasto
Quando em outros planetas e no firmamento
Eles procuram tantas novidades; Reconhecem que esse
Está se desintegrando novamente aos seus átomos.
Tudo está em pedaços, toda coerência se foi
Todo justo suporte, e toda relação.
Príncipe, súdito, pai, filho, são coisas esquecidas
Pois cada homem sozinho acredita
Ser uma Fênix, imaginando ser o único de sua espécie.³²⁹

Nesse sentido, a analogia retórica da proporção que associa o macro ao micro, fez da metáfora corpórea, muito mais do que um elemento unicamente linguístico, um rico instrumento de explicação dos distúrbios e turbulências políticas, sendo também um importante aspecto na organização das hierarquias sociais. A associação das turbulências políticas como doença do corpo social tinha impactos severos tanto na vida individual quanto na de grupos. Pela teoria humoral, principal interpretação médica do período, um corpo em equilíbrio era o principal caminho à saúde. O mesmo deveria ser observado nos assuntos do Estado. Evitar a doença era um cuidado a ser tomado por todos. Individual ou coletivamente, os sujeitos deveriam buscar e se guiar pelo bem comum, se afastando de interesses privados e facciosos que prejudicassem o reino e fossem elementos de corrupção de todo o organismo social. Dessa forma, o bem público passava obrigatoriamente pelo cuidado privado do corpo.³³⁰

A Reforma escancarou ainda mais essa necessidade do cuidado individual, evocando a teoria da corruptibilidade humana, em que a natureza humana seria consequência da queda, fruto do pecado e que, por isso, exigia vigília e atenção. As

³²⁹ DONNE, John. “An Anatomy of the world”. Disponível em: <<https://www.poetryfoundation.org/poems/44092/an-anatomy-of-the-world>> Acesso em: 20 jul 2019. No Original [And new philosophy calls all in doubt, The element of fire is quite put out, The sun is lost, and th’ earth, and no man’s wit Can well direct him where to look for it. And freely men confess that this world’s spent, When in the planets and the firmament they seek so many new; they see that this Is crumbled out again to his atomies. ‘Tis all in pieces, all coherence gone, All just supply, and all relation; Prince, subject, father, son, are things forgot, For every man alone thinks he hath got To be a phoenix, and that then can be None of that kind, of which he is, but he].

³³⁰ HEALY, Margareth. *Fictions of Disease in Early Modern England. Bodies, Plagues and Politics*. New York: Macmillian Press, 2001.

hierarquias, os cargos e as instituições não seriam perfeitas, reflexos de uma ordem divinamente estabelecida e aceita, mas ferramentas de controle das paixões e vontades particulares. Menos preocupados com a missão nacional e o destino dos povos como nos países católicos, os protestantes colocaram a salvação e a Graça como problemas individuais, que prescindia a existência de intermediários e de uma tradição reconhecida, considerando-se moralmente superiores aos órgãos públicos. Dessa forma, as instituições e esforços sociais deveriam agir mais negativamente, reprimindo os malfetores, ideias e pregadores perniciosos, do que positivamente atuando para a salvação e o desenvolvimento coletivo.

A mistura de doença e pecado trouxe uma forte simbiose entre os saberes médicos e os discursos religiosos. Sendo o pecado tido como um dos principais motivos das enfermidades e tendo como perspectiva a natureza humana degenerada, a medicina deixou seu caráter majoritariamente preventivo de deixar o corpo em equilíbrio para a promoção da saúde ou como cura de uma enfermidade, para uma postura fortemente intervencionista. Há um deslocamento da enfermidade que se explica pelo corpo e pelo descuido individual, a uma explicação que se ampara no contágio, na relação desse corpo com outros sujeitos e espaços. Sob essa perspectiva, medicina, religião e política precisariam trabalhar juntas na moralização de espaços a frequentar e no combate a personagens e ideias a se evitar. Devem auxiliar os coevos a superar a decaída natureza humana.³³¹

Esse conglomerado de discursos fez das guerras religiosas algo maior do que uma simples questão a respeito da desordem civil, pois nem sempre a paz era o objetivo pretendido. Enquanto alguns propunham uma certa tolerância para apaziguar o espaço público, outros propunham o combate e a completa destruição do outro inimigo. Defendia-se uma ideia de unidade estética e formalista, que não pressupunha a divergência e a não conformação, afastando do horizonte tudo e todos que não se adequassem à imagem pretendida. Em benefício de uma ordem e da homogeneização forçada, a divergência interna e externa deveria ser reprimida, vigiada e controlada. Essas passaram a ser um dever moral das instituições eclesiásticas ou governamentais; não mais exclusivamente individual, mas social e nacional. Muito além dos saberes médicos, essas preocupações marcaram profundamente as relações políticas da Europa moderna.

³³¹ *Idem*; HARRIS, Jonathan Gil. *Foreign Bodies and the body politic: discourse of social pathology in Early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Na consciência de um corpo social disfuncional, houve uma crescente biologização do corpo político. Cada vez mais durante o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, a metáfora corpórea entre *physis* e *polis* fez uso dos vocabulários, conhecimentos e práticas de áreas médicas. Afinal, como descreveu o poeta regalista John Taylor, “assim como o Corpo do Homem, no Corpo Político do Reino, caso as causas de nossos destemperos e distrações forem ou possam ser conhecidas”, poderão assim “serem removidas e retiradas com sabedoria e julgamento, e então (por consequência) terem os efeitos cessados”.³³² Anatomia, dissecação, diagnósticos, prescrição de remédios, cada vez mais a medicina foi empregada como argumento no debate político, tendo ainda mais destaque na Inglaterra, entre os anos de 1640-1660.³³³ Inclusive, para o republicano James Harrington, a formulação de um modelo político não era “nada mais do que uma anatomia política”.³³⁴

Assim, muitos conceitos importantes empregados no campo da política provêm desse campo semântico. Um bom exemplo disso é o termo “crise”. Derivado originalmente da medicina e utilizado na descrição do colapso e desarranjo da atividade corporal, o vocabulário foi cada vez mais empregado ao universo político, como forma de indicar as turbulências sociais.³³⁵ No entanto, apesar dessas constantes apropriações, essa relação entre os campos não foi uma via de mão única. Se de um lado, escritores políticos procuraram dar seu próprio diagnóstico aos males sociais, de outro, muitos fizeram uso do próprio médico, elevado como personagem e figura de autoridade, em diálogos e obras políticas para requisitar legitimidade aos seus argumentos. Esse ambiente se mostrou próspero para que os próprios médicos se sentissem à vontade para dar sua contribuição à política, escrevendo textos, sugerindo diagnósticos e tratamentos à sociedade.³³⁶

³³² TAYLOR, John. *The causes of the diseases and distempers of this kingdom; found by feeling of her pulse, viewing her urine, and casting her water. The remedies are left to the skill and direction of more able and learned physitians.* / Written by John Taylor. Imprint: [Oxford : s.n.], Printed, 1645, p. 1. No Original [as it is with the Body of Man, so in the Body Politique of the Kingdome, if the causes of our distempers and distractions would or could be knowe] e [with wisdom and judgement be removed and taken away, and then (by consequence) the Effects would cese].

³³³ SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “A medicalização do corpo político: a análise médica como método do debate político em *Diapoliteia* de John Rogers”. *Escritas*. Vol. 6 n. 2 (2014).

³³⁴ HARRINGTON, James. “The Art of Lawgiving”. In: *The Political Works of James Harrington*. Cambridge University Press, 2010, p. 656. No Original [no less than political anatomy].

³³⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999, p. 203 e 229; MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p. 66-73.

³³⁶ HARRIS, Jonathan Gil. *Foreign Bodies and the body politic: discourse of social pathology in Early modern England*. *Op.cit.* p. 19.

No entanto, se havia certa concordância sobre a existência de uma crise, frente à percepção de um continente em desordem, dividido política e religiosamente, foram aventadas diversas sugestões e hipóteses para enfrentá-la. Apesar das distintas formas de encarar o problema, umas mais naturais outras mais sobrenaturais, a metáfora corporal era evocada em nome da ordem e do equilíbrio, mesmo que os princípios que guiavam cada projeto estivessem longe de qualquer consenso. Cada resposta dialogava intimamente com o projeto de governo defendido por cada autor, a partir do que cria como ordem e saúde. Sob essas perspectivas, elegiam os inimigos responsáveis pela àquela enfermidade, os membros que deveriam ser extirpados, as partes que deveriam ser curadas etc., indicando o que consideravam ser o melhor tratamento. Da mesma forma que não se pode limitar a crise a fronteiras nacionais específicas não se pode colocar limites nessa experiência de desajuste. Por toda parte, os tempos pareciam estar “fora do eixo”, como descreveu o príncipe Hamlet (Ato I, cena v, verso 190).

A CRISE E O MUNDO DE PONTA-CABEÇA

A sensação de crise do corpo político foi acompanhada por uma sensação de desajuste, de falta de referências. Sentia-se como se todas as relações estivessem fora do seu lugar correto, o que impossibilitava que os sujeitos se ancorassem em autoridades reconhecidas ou pensamentos certos. A unidade se fragmentava frente à divergência e à pluralidade. Tudo aquilo que era conhecido passara a ser questionado, causando incerteza e insegurança. Desta forma, a analogia corpo-política ajudava a explicar e dar sentido a algo que era experimentado como um corpo deformado, em que não se reconhecia suas partes e nem se sabia onde estavam dispostas. O mundo parecia ter virado de ponta-cabeça; onde antes se acreditava estar os pés estava, na verdade, a cabeça.

A metáfora do mundo às avessas, durante a Idade Moderna, era usada para descrever a subversão da ordem. Ao mesmo tempo, ao indicar um mundo invertido, afirmava diferenças e hierarquias que deveriam ser respeitadas, limitando as expectativas e indicando o caminho que se cria direito. Como homem ou como mulher, como príncipe ou como súdito, como senhor ou como servo etc., havia comportamentos esperados, em termos de obediência e referência, que caso não fossem seguidos, tanto por superiores quanto por aqueles considerados inferiores, desestabilizavam a

ordenação da sociedade. Essa ordem não se restringia a questões humanas, era tida como se pudesse ser encontradas na própria natureza. Imagens ou textos descrevendo ratos perseguindo gatos, carroças conduzidas por animais, seres terrestres ou aquáticos voando, eram tópicos frequentes nas produções do período.³³⁷

Em uma sociedade reconhecidamente desigual, o medo da igualdade forçava e reforçava os discursos de ordem. Não tirar um chapéu para um superior, não se curvar diante de um senhor, empregar o “tu” ao invés do “vós” no tratamento com alguém em posição mais alta eram atos extremamente contestatórios. Dizer-se um homem sem senhor, uma mulher sem marido, levar um monarca a julgamento eram atitudes de rebeldia que iam além da simples violência física³³⁸. A subversão da ordem, a mudança, não precisava necessariamente desse confronto aberto, antes podia ser simbólica; antes do coice, a queda. A isso vem o medo e o respeito aos loucos como figuras que não respeitavam hierarquias e não limitavam suas línguas frente às cerimônias sociais. Devido sua loucura, estavam livres para romper os decoros e deferências exigidas, gozando de certa imunidade até que suas extravagâncias se tornassem perigosas e ultrapassassem “os limites do que era politicamente aceitável”.³³⁹

Assim, virar o mundo de cabeça para baixo era, em suma, questionar e enfraquecer figuras de autoridade, hierarquias dadas como naturais e pensamentos enrijecidos e ortodoxos. Antes ligada ao carnaval e a festividades específicas, como um momento de experimentação fora dos rígidos e pouco maleáveis papéis sociais, a metáfora passou a descrever cada vez mais um mal estar social e permanente. Essa presença constante e a sensação de desorientação desaguaram num mar desconhecido, desestabilizando qualquer tentativa de previsibilidade. Tal coisa era vivida como colapso e enfermidade do corpo político: crise.

Na Inglaterra, os anos que inauguram a guerra civil parecem ser graves tempos de desajuste, de quebra de juramentos, de desrespeito às leis, à religião, aos direitos e prerrogativas. Pilares que os homens bons, devotos e os súditos obedientes deveriam

³³⁷ LIEBEL, Silvia. *O mundo às avessas na Europa dos séculos XVI e XVII humor, sandice e crítica social*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2006

³³⁸ DARTON, Robert. ‘O beijo de Lamourette’. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*

³³⁹ HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 270; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Regicídio e inação em Hamlet: consequências e estratégias”. In: CLOSEL, Régis Augustus Bars; MARIN, Ronaldo (org.). *Shakespeare 450 anos*. São Paulo: Instituto Shakespeare Brasil: BMA Edições, 2015.

respeitar. Nesse sentido, podemos encontrar nas palavras de John Taylor um dos mais importantes denunciadores dessas calamidades. O poeta regalista, também conhecido como *water poet*, durante toda a década de 1640 publicou textos em defesa da monarquia, a qual considerava o melhor dos governos,³⁴⁰ do rei Carlos e da Igreja inglesa. Igualmente, como outros autores regalistas como Thomas Edward e William Prynne, escreveu contra os sectários, eleitos como causa principal dos desarranjos e enfermidades do corpo político,³⁴¹ e contra aqueles obsecados por mudanças.³⁴²

Taylor também teve um papel importante na imprensa monarquista, tendo relação com muitos jornais desses tempos turbulentos, como o *Mercurius Nonsensicus*, *Mercurius Pacificus* e *Mercurius Melancholicus*. Foi a partir desse último que escreveu ao “Rei Carlos o segundo” logo após o regicídio, sobre as possibilidades de combater e restaurar a monarquia, garantindo seus direitos como herdeiro legítimo. Posicionava-se contra aqueles que assassinaram o melhor dos reis, considerando-os “Traidores Sangrentos e Tiranos, homens sem Religião, Honra ou Honestidade”. Por essa alteração, levaram o reino à miséria, blasfemaram contra a religião, negaram as leis, aprisionaram as liberdades e destruíram a monarquia, proclamando em seu lugar um Estado Livre.³⁴³

Em muitos textos, o poeta se mostra defensor da ordem e procura justificar a submissão e as diferenças sociais em uma estrutura que igualmente poderia ser observada na natureza. Em nome da unidade e em prol da paz, todos deveriam agir em

³⁴⁰ TAYLOR, John. *Peace, peace, and we shall be quiet. Or, Monarchie asserted, the Kings right vindicated, and the present government of the church proved to be one and the same with that in the primitive times.* [...] Imprint: London, : Printed for William Ley., 1647, p. 8. [Of all Government, Monarchie is the best on earth, because it is an embleme of the government in heaven, *one God, one King*].

³⁴¹ TAYLOR, John. *The diseases of the times, or, The distempers of the common-wealth succinctly describing each particular disease wherin the kingdome is troubled* [...] Imprint: London : Printed for R.T., [1642]; TAYLOR, John. *The causes of the diseases and distempers of this kingdom; found by feeling of her pulse, viewing her urine, and casting her water.* [...] *Op. Cit.*; TAYLOR, John. *The anatomy of the separatists, alias, Brownists the factious brethren in these times, wherein this seditious sect is fairely dissected, and perspicuously discovered to the view of world* [...]. Imprint: London : [s.n.], 1642.

³⁴² TAYLOR, John. *Peace, peace, and we shall be quiet. Or, Monarchie asserted, the Kings right vindicated, and the present government of the church proved to be one and the same with that in the primitive times.* *Op. Cit.*, p. 3. [having an itching desire of change, a mighty mind to alteration, and a fiery zeale for a Toleration of new fangled Religions].

³⁴³ TAYLOR, John. *Mercurius melancholicus, for King Charles the Second. Against those bloody usurpers, tyrants, and traytors, of the juncto and army; communicating impartially, their unparalel'd proceedings, the variety of humors, and truth of affaires from all parts.* Imprint: [London : s.n.], Printed in the yeere 1649, p. frontispício e 4. No Original [*King Charles the Second*] e [Bloody Traytors and Tyrants, men of no Religion, Honour and Honesty].

concordia, como um “harmonioso diapasão”.³⁴⁴ No entanto, descrevia um tempo que presenciou “mais Metamorfoses ultimamente do que jamais fez Ovídio” e apelava aos seus leitores “que todas as coisas estavam fora de ordem”.³⁴⁵ Dessa forma, percebia e retradava a experiência como uma força desintegradora, que subvertia todas as relações conhecidas: uma roda da fortuna que colocou o mundo “de cabeça para baixo”.³⁴⁶

Em *A Plea for prerogative*, de 1642, o poeta descreve em verso uma sociedade em que hierarquias, juramentos, leis e estatutos foram negados e desqualificados. Por um louco e violento movimento, a “Roda da Fortuna” foi girada e virtudes antes importantes, como “Paz, Amor, Religião e Obediência” foram levadas pra baixo, “enquanto Malícia, Guerra, Facção e Deslealdade foram colocadas em destaque, exaltadas”.³⁴⁷ Essa sensação de desorientação e crise, em que a falta de sentido parecia prevalecer,³⁴⁸ marcou seus textos até sua morte em 1653. No entanto, provavelmente seu poema mais conhecido sobre o tema seja *The World turn'd upsidedown*, de 1647.³⁴⁹

³⁴⁴ TAYLOR, John. *Mercurius pacificus, his lectures of concord seasonably read to our destructive discords, from smal [sic] sparks to greatflames [sic], now in hope to be quencht by a treaty of peace*. Imprint: [London : s.n.], Printed 1648, p. 1. No Original [harmonious Diapason].

³⁴⁵ TAYLOR, John. *Mercurius Nonsencicus, written for the vse of the simple vnderstander* by John Taylor. Imprint: [London? : s.n.], 1648, p. 3 e 7. No Original [more Metamorphosis lately then ever Ovid did] e [all things are out of order].

³⁴⁶ TAYLOR, John. *A plea for prerogative, or, Give Caesar his due being the wheele of fortune turn'd round, or, the world turned topsie-turvie : wherein is described the true subjects loyalty to maintain His Majesties prerogative and priviledges of Parliament / by Thorny Aylo, alias, John Taylor*. Imprint: London : Printed for T. Bankes, 1642, frontispício. No Original [topsie-turvie].

³⁴⁷ *Idem*, p. 2. No Original [*Fortunes Wheele*], [*Peace, Love, Religion and Obedience*] e [whilst *Malice, War, Sects and Disloyalty* are in the upper spoken, exalted high].

³⁴⁸ TAYLOR, John. *Nonsense upon sence: or Sence, upon nonsense chuse you whether, either or neither : the second part to the same sence, and for the same reasons aleadged in the former impression [...]*. Imprint: [London? : s.n., 1651?]

³⁴⁹ TAYLOR, John. *The world turn'd upside down, or, A briefe description of the ridiculous fashions of these distracted times by T.J., a well-willer to King, Parliament, and kingdom.* , London : Printed for John Smith, 1647.

THE ¹⁹
World turn'd upside down:

O R,
A briefe description of the ridiculous Fashions
of these distracted Times.

By T. J. a well-willer to King, Parliament and Kingdom.



London: Printed for John Smith. ¹⁶⁴⁶ 1647.
Jan: 28.

Figura 3 – Frontispício de *The World Turn'd upside down* de John Taylor

Talvez não tanto por seus versos, mas pela imagem apresentada em seu frontispício, como síntese de um tema conhecido, a obra é digna de destaque, seja entre os trabalhos compostos por Taylor, seja entre os panfletos publicados durante a guerra civil. Ao centro, em destaque, é possível ver um homem vestido de maneira estranha: calções nos braços, o gibão nas pernas, botas e esporas sobre os ombros e luvas nos pés. Ao fundo, percebe-se uma igreja e um castiçal ao contrário, um peixe e uma serpente que parecem voar, uma carroça conduzida por um cavalo e um carrinho de mão que

dirige um homem. Na parte inferior, um gato é perseguido por um rato e um coelho caça um cachorro. O próprio autor inicia seu poema se remetendo a imagem: “A Figura impressa na fachada é como o Reino, se olhar sobre isso”. Os tempos estavam fora do esquadro e o mundo de cabeça para baixo.³⁵⁰

O texto, de forma mais detalhada, é principalmente um ataque à Igreja romana e seus ritos. Ainda, procura combater as seitas puritanas que blasfemaram contra a religião, desrespeitaram as Escrituras e os mandamentos divinos, e promoveram divisões, fazendo com que qualquer ignorante se sentisse apto a ensinar e a falar pelo Espírito Santo. Nesse ambiente, os vícios se espalhavam pela terra como ervas daninha. Para evitar tal calamidade, era importante manter as fidelidades e juramentos. Como destaca, “por duas vezes o pacto eu tomei, onde não inovar eu afirmei. Os ritos papistas evitar, e expressar Obediência ao que a Igreja inglesa professar, ao Rei minha lealdade se inclina, com dever aos Lordes e Parlamento”. Nesse sentido, prescrevia, como forma de consertar esse mundo às avessas, a submissão às autoridades terrenas e o reconhecimento do “Rei Carlos [como] nossa suprema cabeça”, abaixo de Deus e no trono por Ele colocado.³⁵¹

A consciência de uma crise era aparente. O mundo parecia fora de ordem e havia uma ruptura com as referências conhecidas. A sensação igualmente pode ser observada em muitas epístolas trocadas entre os súditos ingleses, comentando a situação da época. Obras contendo em seu título a indicação *a letter* eram comuns durante a Revolução. Geralmente, o autor demonstrava suas afinidades e interesses, construindo um *ethos* que lhe qualificava para discutir aquele assunto, e escolhia o seu leitor ideal. Apesar de ser direcionada frequentemente a um destinatário em especial, extrapolava os objetivos meramente privados e limitados de uma simples carta. Tais obras tinham uma função pública, eram impressas a fim de atingir um amplo número de leitores, sendo um meio importante pelo qual os assuntos eram discutidos no espaço público. As opiniões eram diversas, mas me permitam destacar aqui as reflexões de James Howell.³⁵² Como diz em sua *A letter to the Earle of Pembroke*, “eu presumo ter dado ao Senhor esses

³⁵⁰ *Idem*, p. [3]. No Original [The Picture that is printed in the front Is like the Kingdom, if you look upon't].

³⁵¹ *Idem*, p. [7] e [8]. No Original [I tooke the Covenant twice of late, Where I protested not to innovate. T'avoid all Popish Rite, and to express Obedience to what Englands Church profess, My Loyalty unto my King is bent With duty to the Peeres and Parliament] e [King Charles our supreame head].

³⁵² Historiador e escritor de obras políticas. Durante a guerra civil foi um feroz defensor da monarquia, mas na década de 1650 apoiou Cromwell e o governo do protetorado. Além do mais, foi um dos principais propagadores do termo “revolução” na Inglaterra, sendo uma importante referência ao tema deste trabalho.

humildes avisos e recomendações em particular”, deste modo, igualmente, “ofereço isso a todos os outros oficiais e ordens que possuem almas para serem salvas e quem pelos solenes e indispensáveis juramentos se engajaram para serem verdadeiros e leais à pessoa do rei Carlos”³⁵³

Como Taylor, Howell defendia a supremacia e a indissolubilidade dos pactos. Esses seriam não apenas um ato político, mas também religioso. Seria um dever cristão e evangélico se manter obediente e compromissado com os juramentos realizados. Rompê-los, ao contrário, ocasionaria graves consequências à alma dos súditos. Em sua opinião, aqueles que levantaram guerra contra o monarca realizaram uma grande desonra a Deus, ao rei, seus herdeiros e as leis inglesas. Por sua desobediência, eram apresentados como os culpados por levarem à nação ao estado calamitoso a que se encontrava no presente.

O compromisso supremo seria aquele que ligava o rei aos seus súditos. Assim, seriam uma monstruosidade as tentativas daqueles parlamentares que desejavam diminuir a autoridade real. Pois, segundo os juramentos feitos, os súditos deveriam amar irrestritamente o seu soberano, viver e morrer para proteger seus direitos e dignidade. Rompida essa lealdade, topo de toda cadeia de poder, o reino se degeneraria em anarquia, abrindo caminho para todas as outras subversões às hierarquias sociais.

Rei e súditos seriam um único organismo, como um corpo, comandado por uma única cabeça, em amor e cuidado recíprocos. Em benefício mútuo, tinham como objetivo proteger a autoridade real e conseqüentemente a liberdade dos súditos. E, por isso, exaltava a união obtida com o respeito e amor aos juramentos. Em sentido oposto, criticava a divisão como uma das principais causas da confusão e do rebaixamento da glória inglesa. A paz não poderia reinar em uma organização social em que prevalecesse o faccionismo e os interesses particulares sobre os interesses coletivos do reino; o que significava, em grande medida, conformismo e unidade sob a monarquia.³⁵⁴

³⁵³ HOWELL, James. *A letter to the Earle of Pembroke concerning the times, and the sad condition both of Prince and people*, [London: s.n.], 1647 [i.e. 1648]. No Original [I presume to give your Lordship these humble cautions and advice in particular] e [I offer it to all other of your rank office, & order, who have souls to save & who by solemn indispensable Oaths have engaged them to be true and loyall to the Person of King Charls].

³⁵⁴ HOWELL, James. *Down-right dealing, or The despised Protestant speaking plain English to the Kings most excellent Majesty the honourable houses of Parliament. The city of London. The Army. And all other peace-desiring commons of this divided and self-destroying kingdome. / Written by J.H. an impartiall observer of the present transactions of the court, city, and camp.*, [London: s.n.], Printed in the year of discoveries. 1647.

Apesar da preocupação com as guerras e inimigos internos, as experiências acontecidas em outros lugares do continente não passaram despercebidas. Como podemos observar, por exemplo, na obra anônima *An briefe description of the two revolted Nations*, o autor apresenta as revoltas na Holanda e na Inglaterra para traçar paralelos entre elas, a fim de justificar a primeira e condenar a segunda. Segundo argumenta, a rebelião na Holanda era legítima por ter ocorrido contra um rei católico, odiado por seus súditos holandeses e em defesa de sua nobreza. Mas, ao contrário, os “rebeldes de *Westminster*”, de “natureza doentia”, romperam com o sagrado “juramento de Obediência” atentando violentamente contra os lordes, o monarca, seus direitos e prerrogativas. Além de que, enquanto no continente aboliram o poder real apenas em parte dos domínios do império espanhol, as “sanguessugas da Inglaterra” assassinaram o rei de forma brutal e covarde, com a perda de todos os seus domínios, o fim do serviço real, a interdição dos direitos do herdeiro real e o banimento do possuidor legítimo do trono inglês.³⁵⁵

A Inglaterra era apenas um dos espaços em turbulência durante a década de 1640. Guerras e rebeliões pululavam por todo continente. Nesse período, portugueses e catalães se revoltaram contra os poderes da monarquia hispânica. Andaluzia igualmente se conspirou e os territórios italianos da mesma forma davam sinais de inquietação. Além disso, eram vivenciadas as tensões e os desdobramentos da Guerra dos 30 anos e da chamada Guerra dos 80 anos entre Espanha e os Países Baixos. Esse cenário de grande conturbação era experimentado como uma situação limítrofe. A isso, a utilização e leitura de obras históricas tiveram um papel fundamental. Em um momento de sublevações e crise continental havia o interesse por se conhecer relatos dos eventos ocorridos em outros lugares. A comparação parecia ser o método mais seguro para se entender e analisar aquele estranho desenvolvimento histórico, diferente de tudo o que havia sido visto até então.

³⁵⁵ ANON. *A briefe description of the two revolted nations Holland and England. Against their true and lawfull Kings, lawes, and statutes, to the dishonour of God, and the losse of their owne soules for ever. Who are now in open rebellion, oppressing their fellow-subiects by excises, taxes, assessments, and extortion; exceeding all Turks, Jews, heathens, infidells, pagons, traytors, and rebels. Read and jugde [sic]:, Printed at London : [s.n.], in the ninth yeare of tyrannie. [i.e. 1650]. No Original [Westminster Rebels}, [ill Nature], [yoake of Obedience] y [Blood-suckers of England].*

A HISTÓRIA, O PRESENTE, A EXPERIÊNCIA E...

Muitas vezes, o passado de uma comunidade era instrumentalizado para justificar ou condenar as ações do presente. Um comportamento eclesiástico, uma lei antiga, um julgamento específico, atuavam para que um direito ou costume continuasse sendo seguido. Nessa postura, muito influenciada pelo direito e pela jurisprudência, todo jurista deveria ser uma espécie de historiador e vice-versa, caso desejasse obter sucesso em seu empreendimento. No entanto, o interesse não estava apenas nos tempos pretéritos. O próprio momento parecia incompatível com as explicações fornecidas pelos modelos do passado, exigia novas atitudes. Como dizia uma frase de Tito Lívio, presente no frontispício da obra *An Exact Historie of the late Revolutions in Naples*, do italiano Alexander Giraffi, e traduzida para o inglês pelo já conhecido James Howell: “deixe de admirar o que já passou, essa época atual o fará ainda mais horrorizado”.³⁵⁶

O presente desafiava os coevos a enfrentar questões novas. Seria necessário propor soluções para além das leis e costumes de um reino, o que dava previsibilidade e guiava as ações humanas. E isso, em certa medida, poderia se dar basicamente de duas maneiras: ou exportando argumentos e situações de outros lugares (do passado ou do presente), adaptando-os a suas próprias experiências; ou se arriscando a projetar algo novo, ainda não pensado, através da razão. No entanto, mesmo aqueles que romperam com o passado e seguiram esse segundo caminho, estavam impregnados de presente, afetados pelos desafios de sua experiência. O caminho do “antigo” ao “moderno” sentido de História, que afastou as expectativas da experiência, teve necessariamente de fazer uma parada estratégica no presente. O futuro desejado não era utópico, mas apenas aquele que se pensava encontrar após a superação dos problemas vivenciados. Assim, como diz Maquiavel, em sua introdução do primeiro livro dos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*:

Embora os homens, por natureza invejosos, tenham tornado o descobrimento de novos métodos e sistemas tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos – pois se inclinam por essência mais à criticado que ao elogio –, tomei a decisão de seguir uma senda ainda não trilhada, movido pelo natural desejo que sempre me levou sem receio aos empreendimentos que considero úteis.

³⁵⁶ GIRAFFI, Alexander. *An exact historie of the late revolutions in Naples, and of their monstrous successes not to be parallel'd by any ancient or modern history* / published by the Lord Alexander Giraffi in Italian ; and (for the rareness of the subject) rendred to English, by J.H., Esqr. , London: Printed by R.A. for R. Lowndes, 1650. No Original [Leave off admiring what before hath past, this present age will make thee more agast].

Se vier a encontrar dificuldades e aborrecimentos, espero colher também recompensa na aprovação dos que lançarem um olhar benevolente aos objetivos deste esforço. E se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do meu espírito, a insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado de maior vigor, eloquência e discernimento, possa alcançar a meta.³⁵⁷

Ainda, Maquiavel procura recriminar aqueles presos aos objetos e modelos antigos, sem que, no entanto, deixem de ser meros instrumentos de admiração para tomá-los como dignos de adaptação e imitação prática às coisas experimentadas. Emprega os exemplos extraídos de Tito Lívio, a fim de comparar os eventos antigos e contemporâneos, comentando-os, para que seus leitores possam “tirar daqueles livros toda a utilidade que se deve buscar no estudo histórico”. A história, assim, deve ser um conhecimento útil, não motivo unicamente de contemplação insuperável, como um médico que leva seu paciente a óbito por não encontrar padrão semelhante na antiguidade. As respostas dadas para certas situações no passado não deveriam ser tidas como universais, mas comportamentos específicos encontrados pelos os homens e mulheres como forma de resolução para as questões de sua própria época. Passado, presente e futuro não seriam os mesmos³⁵⁸.

Caminho semelhante fora traçado por Francis Bacon. Em *Novum Organum* (1620) desenvolve argumentos, já antecipados em *On Advancement of Learning* (1605), com o objetivo de estabelecer as bases para uma nova ciência.³⁵⁹ Para isso, sugere que aqueles que buscam o conhecimento das coisas humanas e naturais se arvorem na experiência para a construção de uma reflexão atenta e saberes racionais, libertando-se de concepções e ideias pré-concebidas, ou limitando-se a simples acumulação de fatos. Os cientistas deveriam adotar uma posição intermediária entre os dogmáticos e os empíricos, sendo como a abelha que “recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e a digere”.³⁶⁰

Com esse objetivo, era necessário abandonar os critérios e métodos atuais, em que “as coisas novas são sempre compreendidas por analogias com as antigas”. Nesse sentido, construções intelectuais de uma época anterior deveriam ser analisadas em torno de um claro julgamento da serventia, utilidade e princípios das conclusões

³⁵⁷ MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 17.

³⁵⁸ *Idem*, p. 18.

³⁵⁹ BACON, Francis. *The Advancement of Learning*. *Op. Cit.*; BACON, Francis. *Novum Organum*. eBooks Brasil, 2002.

³⁶⁰ BACON, Francis. *Novum Organum*. *Op. Cit.*, p. 75.

obtidas. A verdade não deveria “ser buscada na boa fortuna de uma época, que é inconstante, mas à luz da natureza e da experiência, que é eterna”. Segundo Bacon, “a reverência à Antiguidade, o respeito à autoridade de homens tidos como grandes mestres de filosofia e o geral conformismo para com estádio do saber e das coisas descobertas também muito retardam os homens na senda do progresso das ciências”, fazendo com que esses permaneçam enclausurados, encantados por seus próprios preconceitos.³⁶¹

Assim, essa exaltação do presente foi acompanhada por um rebaixamento do passado e dos modelos antigos. No entanto, para uma vitória completa da nova perspectiva temporal era necessário combater a própria interpretação da experiência humana como uma inexorável decadência, como um tempo controlado por Deus e independente da ação humana. Era preciso colocar em descrédito justamente a analogia que procurava relacionar as formas humanas ao corpo natural. Algo que foi um modelo duradouro de compreensão da sociedade. O ataque veio de todos os lados e aconteceu nas diversas áreas dos saberes. Em 1627, o clérigo George Hakewill publicou *An apologie of the povver and prouidence of God in the gouernment of the world*, que além de procurar exaltar o esforço divino e da providência na manutenção e permanência do mundo, atacou aqueles que defendiam a concepção de uma perpétua decadência humana, frente as glórias, virtudes e conhecimentos do passado.³⁶²

Para Hakewill, se haveria uma percepção da degeneração na moral ou nos valores; ou a queda de Estados e impérios, em comparação aos sucessos da antiguidade, isso se devia menos a uma evidente decadência do mundo, do que a um fortalecimento da luxúria, covardia e fragilidade da sociedade e daqueles que governavam. Seria necessário que cada um assumisse sua própria responsabilidade. Todavia, os tempos em que vivia teriam produzido melhores frutos do que qualquer outra época antiga. Assim, negava a concepção daqueles que achavam que os modernos eram apenas anões sobre gigantes, pois estariam condenados unicamente a desenvolver um saber já estabelecido. Em muitos fatores superariam os antigos. Nas palavras do autor, “fomos comparados

³⁶¹ *Idem*, p. 18 e 59.

³⁶² HAKEWILL, George. *An apologie of the povver and prouidence of God in the gouernment of the world. Or An examination and censure of the common error touching natures perpetuall and vniuersall decay diuided into foure books [...]*. By G.H. D.D., Oxford: Printed by Iohn Lichfield and William Turner, printers to the famous Vniversity, Anno Dom. 1627.

aos Antigos, como anões sobre os ombros de gigantes: mas, não é assim. Nem somos anões, nem eles gigantes, mas nós todos temos a mesma estatura”.³⁶³

A supremacia dos antigos sob os modernos, assim como uma necessária hierarquia entre ambos, era paulatinamente enfraquecida. No entanto, Hakewill sabia que, à época em que escrevia, suas opiniões não eram um consenso: “eu caminhei (confesso) em um caminho inexplorado, também não posso registrar as impressões de quaisquer pegadas que seguiram antes de mim, mas apenas deixá-los algum outro caminho”.³⁶⁴ Todavia, na Inglaterra, já nas décadas revolucionárias, a doutrina da decadência humana parecia uma mera reminiscência histórica. Era um simples vestígio frente ao entusiasmo de experimentar o novo, de virar o mundo de ponta-cabeça e de projetar formas de governos nunca antes estabelecidas. Algo mudou entre o final do século XVI e a primeira metade do XVII, convidando os coevos a novas formas de lidar e a refletir sobre o tempo e as transformações.³⁶⁵

Nesse ambiente fértil, a história contemporânea, das experiências vividas em seu próprio presente, parecia ser o método mais eficaz para lidar com uma Europa dividida, um continente em crise e o desmoronamento das fidelidades conhecidas. A comparação entre lugares distintos – em um mundo de desenvolvimentos dessemelhantes, diferenças culturais e revoltas provinciais e periféricas que eclodiam por toda parte – procurava dar sentido, muitas vezes, aos movimentos contestatórios que aconteciam em seus próprios reinos. O particular, o singular, ganha interesse frente à utilização de princípios universais. O aspecto geográfico se une poderosamente à investigação cronológica da História. Assim, segundo Guido Abbattista, logo “os feitos dos aventureiros, conquistadores e navegadores europeus entraram nas narrativas históricas nacionais”.³⁶⁶

Cresce o interesse na divulgação e leitura de obras de geografia, mapas, literatura de viagem etc., não apenas referentes ao novo mundo como também pelos velhos continentes conhecidos: Europa, África e Ásia. O conhecimento sobre o mundo se expandira e uma nova cartografia, representação dos espaços e descrição dos

³⁶³ *Idem*, p. [12]. No Original [that wee being compared to the Ancients, are as Dwarfes upon the shoulders of Giants: it is not so, neither are we Dwarfes, not they Giaants, but wee are all of one stature].

³⁶⁴ *Idem*, p. [16]. No Original [I haue walked (I confess) in na vntroden path, neither can I trace the prints of any footstepes that haue gone before mee, but onely as it led them to some other way].

³⁶⁵ FUSSNER, F. Smith. *The Historical Revolution: English historical writing and thought 1580-1640*. London: Routledge and Kegan Paul, 2010.

³⁶⁶ ABBATTISTA, Guido: European Encounters in the Age of Expansion, in: *European History Online (EGO)*, published by the Institute of European History (IEG), Mainz 2011-01-24. Disponível em: <<http://ieg-ego.eu/en/threads/backgrounds/european-encounters/guido-abbattista-european-encounters-in-the-age-of-expansion>> Acesso em: 15 mai 2017. No Original [the deeds of European adventurers, conquistadores and navigators entered into national historical narratives].

costumes era necessária, tanto para fins políticos quanto comerciais. Tratados sobre a Arte da Navegação e compilações com peregrinações eram traduzidas e publicadas em diversas nações. Conhecer os territórios e povos no espaço era tão importante como entender suas experiências no tempo. Dessa forma, a reflexão geográfica se assemelhava à reflexão histórica. Afinal, como aponta Anthony Grafton, “aventureiros e leitores buscam os mesmos tipos de informação: saber como realmente é, lá, formando o conhecimento do viajante de forma equivalente ao do antiquário de saber como realmente foi, àquela época”.³⁶⁷

Esse interesse na literatura de viagem trouxe consigo outra mudança importante na prática histórica moderna: a pluralização daquilo que seria compreendido como fonte. Afastando-se daqueles autores que constituíam uma espécie de “cânone”, pois conhecidos e repetidos enquanto autoridades e produtores de uma descrição tida como mais qualificada e suficiente, a investigação histórica ampliou seus objetos de pesquisa. Tanto na observação do passado, diferenciado cronologicamente, quanto no presente, geograficamente distinto, houve um crescimento no interesse por testemunhas oculares, relatos oficiais, cartas, documentos, ruínas etc., fazendo com que o foco estivesse não em uma narrativa única e autorizada, mas plural e que assumisse essas divergências.

Com essa pluralização das fontes, houve a emergência de novos narradores e suportes. Filósofos e pensadores renomados podiam atrair o mesmo interesse do que o relato de simples marinheiros aportados e regressos de terras longínquas. Obras riquíssimas e profundas recebiam atenção equivalente a cartas descrevendo as calamidades do presente. Essa situação mostrou-se favorável ao surgimento de um certo tipo de jornalismo. Editores interessados em compilar cartas, informações fornecidas por embaixadores, discursos e proclamações reais, relatos de batalhas, mensagens trocadas com outras casas editoriais etc., forneciam uma constelação de notícias dos ocorridos em outras terras. Como escreveu Nathaniel Butter em uma mensagem direcionada aos leitores: “é bem conhecido que essas novelas são bem estimadas em todas as partes do mundo”.³⁶⁸

³⁶⁷ GRAFTON, Anthony. *What was history? The art of history in early modern Europe*. Cambridge University Press, 2007, p. 119. Traducción Libre [Adventurers and readers sought the same sorts of information: knowledge of how it really is, over there, formed the traveler’s equivalent to the antiquary’s knowledge of how it has really was, back then].

³⁶⁸ BUTTER, Nathaniel. *Cent. 3. Numb. 48. The continuation of the forraine occurents for 5. weekes last past, containing many very remarkable passages of Germanie, France, Spaine, Italy, Sweden, the Low-Countries, and other parts of the world Amongst which are these following particulars [...] London, Printed Ianuary 11. 1640: for Nath: Butter, dwelling at St. Austins Gate, [1641]. No Original [it is well knowne these Novels are well esteemed in all parts of the World].*

Na Inglaterra, certamente, as figuras de Nathaniel Butter e Nicholas Bourne merecessem destaque. Durante a década de 1620 e 1630 editaram diversos jornais, sendo o principal deles talvez o *The continuation of our Forraine Avisoes*. Por meio de suas publicações, os leitores tinham acesso a informações sobre a guerra dos 30 anos, desfecho de batalhas, proclamações reais, notícias de marinheiros abordados vindos da América ou outras regiões etc. Posicionavam-se apenas como sujeitos responsáveis por editar, averiguar e publicar as informações que lhes chegavam, afastando aquelas que lhe pareciam infieis ou inverossímeis. Nas notícias, geralmente, adotam uma certa passividade. Falam de “*Letters doe confirme*”, “*wee vnderstand by Letter written*”, “*here still rumored that*”, “*this day arriued a Courier with Letters*”, “*arrived there a burge with avisoes of news reports*”.

Todavia, apesar de se posicionar de forma imparcial, o intento de informar, de publicizar mensagens dispersas em uma única obra autorizada por eles, é explícito. Em jornal de abril de 1640, relatam aos leitores a redução do número de páginas do volume, a fim de impedir uma interrupção nas publicações, “deixando todo homem ao favor de sua própria imaginação, pelas restrições mais incertas das cartas privadas ou notícias verbais, as quais não podem senão sofrer demasiadas alterações, de acordo com a simpatia do relator”.³⁶⁹ No entanto, apesar de todos os cuidados, às vezes publicavam mensagens falsas. Em um jornal de 1631, se desculpam por terem publicado notícias sobre a vitória do rei da Suécia frente ao Conde de Tilly, um dos generais da Liga Católica. Segundo afirmam, publicaram a notícia como receberam, sem adição ou subtração, mas “todas eram mentiras, e que o Rei da Suécia foi morto ou feito prisioneiro, e seu exército completamente derrotado”. Dessa maneira, as publicariam novamente, conforme receberam de mãos mais nobres.³⁷⁰

Apesar de, às vezes, reivindicarem a veracidade de uma notícia veiculada devido à honra, nobreza e cargo ocupado por seu informante, a principal justificava que apresentam para a validade de uma informação é a presença do emissor no local da ação

³⁶⁹ BOURNE, Nicholas. [*Newsbooks Twelfth Series: Printed for Nathaniel Butter, Mar. 1640 - Jan. or Feb. 1641.*] , [London, printed for Nath: Butter...With priviledge], p. 2. No Original [leave every man to the pleasing of his own fansie, by a more uncertaine restrained way of private letters, or verbal news, which cannot but suffer much alteration, according to the affection of the Relater].

³⁷⁰ BUTTER, Nathaniel. *Septemb. 2. Numb. 37. The continuation of our forraine avisoes, from the 20. of the last moneth to this present Containing the confirmation of the newes published the 20.th of August, concerning the severall encounters betwixt the King of Sweden and General Tilly, with the three dayes welcome given him, upon his project of nayling the K. of Sweden ordnance. [..]* London: printed for Nath: Butter and Nicholas Bourne, 1631. No Original [all was lyes, and that King of Sweden was kild, or taken Prisoner, and his Army utterly defeated].

descrita. A experiência ganha destaque frente à autoridade. A testemunha se encontrava com o *aedos*, inspirado pela musa, colocando em dúvida sua representação sobre um evento. Entretanto, essa exaltação da testemunha não se limita às obras jornalísticas. Com essa atenção, era possível conhecer experiências externas tanto em um formato mais “artísticos”, como uma peça de teatro,³⁷¹ quanto a partir de notícias “oficiais” de embaixadores ou vice-reis em outros países, que poderiam estar maculadas de sentimento nacional.³⁷²

O conhecimento é posto em perspectiva, importando profundamente o lugar do observador e as capacidades do leitor. Nessa diversidade de narrativas, há de se saber interpretar de forma crítica. A história é adotada como prática hermenêutica em si. Desta forma, a variedade de documentos deveria passar obrigatoriamente pela crítica, não sendo um conhecimento pronto e separado dos atores humanos. Escrever história era uma narrativa em disputa, como arma em uma batalha, a partir de um ponto de vista muito particular. Escrever, ler e publicar história eram atitudes de embate no concerto político, que negava comportamentos passivos e ajudava a moldar uma consciência pública.

Essa pluralidade de narrativas e a fragmentação da autoridade acentuou a sensação de crise, de que as coisas estavam fora do lugar. O novo contexto necessitava de novas soluções, sejam elas advindas de experiências externas, do passado ou do presente, sejam elas fruto da reflexão e raciocínio individual. As fidelidades e pactos então conhecidos já não se mantinham, desmoronavam junto ao mundo e as instituições que forneciam segurança e ordem ao corpo social. A crise acentuou uma crise social e política que já vinha desde pelo menos o século passado. Vivia-se a sensação de um mundo em desintegração.

³⁷¹ T.B. *The rebellion of Naples or the tragedy of Massanello· commonly so called: but rightly Tomaso Aniello di Malfa Generall of the Neopolitans. Written by a gentleman who was an eye-witnes where this was really acted upon that bloody stage, the streets of Naples. Anno Domini MDCXLVII.* , Printed at London: for J.G. & G.B at Furnivals-Inne Gate in Holborne, MDCIL. [1649]. Essa é uma obra interessante, pois o autor coloca o fato de ter testemunhado a rebelião para criar uma obra ficcional, em que a revolta é apenas o pano de fundo, cuja solução para querela é dada pela união da filha do peixeiro com o filho do Vice-rei napolitano, que vivem um paixão aos moldes de Romeu e Julieta.

³⁷² ANON. *A short and true relation, of all what hath hapned in Portugall unto the 23. March 1641. since the coronation of the illustrious King Iohn the fourth, Duke of Braganza, solemnized the 15. of December, 1641. Together with the the reason that hath mooved the Portugals to cast off the King of Spaine, and to free themselves by force of armes from his power.* , London, : printed for Na. Butter., 1641 [i.e. 1642]; ANON. *A true relation of the reducing the city of Naples to the obedience of the king of Spaine, which happened on the 5, of April 1648. Being Palm-Sunday. Together, with the imprisonment of the duke of Guise, and liberty of the duke of Tursis. With the resolution and declaration of the Spanish generall, concerning the French fleete, and their proceedings thereupon,* London Printed by J.C. for I.I., MDCXLVIII.[1648].

E... A REVOLUÇÃO: NOVAS RELAÇÕES, NOVOS VOCABULÁRIOS

A crise era continental e os argumentos que os coevos mobilizavam estavam para além de fronteiras. Nesse sentido, delimitações nacionais são úteis somente para explicitar o ponto pelo qual se observa o assunto. Não era algo pontual e que se resumia aos descontentamentos com um governo, ministro ou restritos a uma localidade. Mais do que unicamente econômica, a crise era uma crise nas relações de fidelidade e lealdade, nos pactos visíveis ou invisíveis que sustentavam a ordenação da sociedade europeia. Os locais, símbolos e pessoas que representavam o poder e identificavam a ordem hierárquica não eram mais um parâmetro tão seguro quanto em outros tempos. Sem saber a quem se submeter homens e mulheres precisaram de novas estruturas e ordenamentos para depositar suas certezas, a segurança e a estabilidade da sociedade.

Há, assim, um intenso interesse de pensar os acontecimentos políticos na Europa. Mesmo com as diferenças locais reconhecidas, por conta de toda essa circulação de informações, os argumentos utilizados eram similares por toda Europa. Ao mesmo tempo em que buscavam por estabilidade, entravam em contato com concepções capazes de virar às avessas o poder e a sociedade conhecida. Como um vírus, os ideais exaltados em um reino eram igualmente transmitidos para outras regiões e utilizados como princípios universais contra os poderes arbitrários. É isso que levou os autores de uma Declaração enviada a Thomas Fairfax, o comandante da milícia parlamentar, em junho de 1647, a defender princípios amparados no bem comum, nas liberdades, nos direitos etc., já atingidos nos “Estados da Holanda, de Portugal, e outros”.³⁷³

Como sugere Geoffrey Parker, uma revolta em certa localidade influenciava distúrbios e eventos contestatórios, na Europa e nas Américas. Informações e documentos de outras regiões chegavam tanto para vassalos insatisfeitos, interessados em justificar insurreições e se eximir de acusações de traição e rebeldia, quanto para oficiais reais, desejosos de conter as sublevações e fortalecer a soberania do monarca.³⁷⁴ Seja qual fosse o motivo, ambos os lados olhavam para aquelas revoltas a fim de

³⁷³ ANON. *A Declaration, or Representation from His Excellency Sir Thomas Fairfax, and of the Army under his Command*. In: RUSHWORTH, J. “Historical Collections: Further Parliamentary proceedings, June 1647”. Historical Collections of Private Passages of State: Volume 6, 1645-47 (London, 1722), pp. 545-604. Disponível em <http://www.british-history.ac.uk/rushworth-papers/vol6/pp545-604> acesso em 14 out. 2015. Traducción Libre [States of the *Netherlands*, the *Portugals*, and others]

³⁷⁴ PARKER, Geoffrey. “La crisis de la Monarquía de Felipe IV en España y sus dominios. ¿Problema particular o problema global?”. *Revista Hispanoamericana*. 2011, n° 1.

compreender as causas de formação e decadência das constituições políticas. A História tinha uma função pedagógica, desejavam conhecer experiências diversas para impedir mudanças e alterações futuras.

Francis Bacon, em *The Advancement of Learning*, destaca a importância desse estudo da História Civil para o aprendizado das coisas humanas. Por meio do conhecimento de biografias, memórias, narração de eventos etc. seria possível obter ensinamentos úteis, tanto na condução da vida individual, quanto na da comunidade. Como escreve, o objetivo desse gênero era “principalmente fazer os homens instruídos sábios, na prudência e no sóbrio exercício e administração do conhecimento”, indicando “as virtudes e os vícios das coisas intelectuais, assim como os movimentos e perturbações dos estados”, com o objetivo de mostrar “a melhor regra e governação que possa daí ser derivada”. Só a partir da leitura de livros de histórias os homens teriam acesso ao conhecimento e à sabedoria para enfrentar as questões civis. Afinal, “qualquer pessoa que não esteja apoiada por exemplos e a lembrança das coisas, sempre estará exposta a contingências e precipitações”.³⁷⁵

Assim, a leitura histórica fornecia uma coleção de narrativas e modelos, importantes para a formação de um conhecimento civil necessário à atuação pública e aos indivíduos responsáveis pelo governo. Além disso, ao registrar exemplos e costumes distintos, em outros lugares ou outras épocas, estimulava os coevos a entrarem em contato com outras formas de pensar as leis, a justiça, a guerra, a religião, a sociedade, o ser humano etc. Isso, direta ou indiretamente, fomentava uma situação de questionamento sobre a universalidade das escolhas de um povo e a possibilidade de aplicar modelos externos ao seu próprio contexto. O conhecimento histórico também carrega em seu ventre o perigo da analogia. Afinal, aquilo que “teoricamente” descreveria outra sociedade, podia ser escrito ou lido como pertinente e significativo ao presente. Sem grandes esforços, reis podiam ser identificados com tiranos do passado, figuras religiosas podiam ser tidas como precursores da Reforma, revoltas em outros lugares podiam fornecer exemplos a outras conturbações etc.

Nesse sentido, a percepção das conturbações que atingiam o continente europeu propiciou uma transformação na sensibilidade social, propiciando novas tentativas de

³⁷⁵ BACON, Francis. *The Advancement of Learning*. *Op. Cit.* No Original [chiefly to make learned men wise, in the prudent and sober exercise and administration of learning], [the virtues and vices of intellectual things, as well as the motions and perturbations of states], [the best regulation and government may be thence derived] e [whosoever is not supported by examples and the remembrance of things, must always be exposed to contingencies and precipitancy].

ordenação e explicação dessas alterações. A importância desse contexto de crise fica ainda mais evidente ao focarmos na história de um termo, incomum à época, mas que parecia ser capaz de analisar e legitimar as mudanças que ocorriam: revolução. Durante o seiscentos, o vocábulo passará por uma série de transformações. Pouco a pouco será perceptível a utilização da palavra em uma concepção mais política e sua convivência com os sentidos tradicionais.

Como indica Ilan Rachum, o advento do sentido político do termo “revolução” se deu na Itália. Mesmo que ainda não fosse possível apontar uma clara distinção em relação aos vocabulários frequentes, foram os historiadores italianos, os primeiros a utilizar a palavra para designar as revoltas que acometeram no continente europeu a partir da década de 1640. Mesmo que timidamente a palavra era utilizada no âmbito político desde o fim da Idade Média, continuando ainda sem grande destaque no Renascimento. Todavia, o termo no início do século XVII, apesar de sua raridade, já era conhecido, compondo o dicionário florentino da *Accademia della Crusca*, em 1612, inclusive indicando que o vocábulo seria melhor aplicado nas alterações no Estado.³⁷⁶

Para além da introdução de novos conceitos no universo político (ou a ressignificação de um léxico já conhecido), os historiadores italianos foram igualmente significativos na descrição dos eventos europeus e, mais especificamente, para o conhecimento dos acontecimentos da guerra civil inglesa. O interesse pela Inglaterra levou esses autores à divulgação e à interpretação de documentos, material diplomático, crônicas e relatórios, etc. Leitores ávidos tinham acesso por meio de suas obras, fontes originais ou devido a traduções para o italiano a informações sobre os fatos ocorridos no mundo inglês.³⁷⁷

Sob essa perspectiva, segundo expõe Pietro Messina, “a historiografia foi um dos principais canais (provavelmente o maior) e o filtro, através do qual na Itália se teve notícia da revolução Inglesa”. Por esse meio, podiam comentar aqueles eventos, criando as bases para uma poderosa rede de informações.³⁷⁸ O caso inglês apesar de não ser

³⁷⁶ RACHUM, Ilan. “Italian Historians and the Emergence of the Term 'Revolution', 1644–1659”. *History*, Vol. 80, No. 259 (June 1995), p. 192.

³⁷⁷ VILLANI, S. “The English Civil Wars and the Interregnum in Italian Historiography in the 17th century”, in: CARICCHIO, M; TARANTINO, G. *Cromohs Virtual Seminars. Recent historiographical trends of the British Studies (17th-18th Centuries)*, 2006-2007.

³⁷⁸ MESSINA, Pietro. “La rivoluzione inglese e la storiografia italiana del Seicento “. *Studi Storici*, Anno 25, No. 3 (Jul. - Sep., 1984), p. 725. No Original [L il numero delle testimonianze di una nuova e larga riflessione sull'idea di rivoluzione, nella prima metà del seicento, e grandissimo e non ha riscontro in nessun'altra epoca precedente il 1789. L'interesse di scrittori e lettori si esprime soprattutto al livello del racconto storico degli episodi rivoluzionari [...]. Questa intensa circolazione di informazioni (e di

algo exclusivo, era ainda exemplar. Poderia fornecer elementos de compreensão em uma época de crises e revoluções, em que os exemplos do passado pareciam pouco úteis para explicar aquela ebulição do presente. Dessa forma, conforme indica Rosario Villari, "o número de testemunhas a um debate novo e amplo sobre a ideia de revolução, da primeira metade do século XVII, é grande e não tem contrapartida em qualquer época anterior 1789".³⁷⁹

No século XVII, os modelos e argumentos conhecidos para explicar as insurreições políticas, baseados nas conspirações aristocráticas ou motins populares, e que tinham como objetivo impedir a rebelião contra seus superiores, já não podiam ser aplicados sem prejuízo e por isso foi necessário refletir sobre suas causas e legitimidades. Assim, muitos autores italianos, mesmo imersos no universo da Reforma católica, evitaram tratar os ingleses em guerra como hereges puritanos ou descrever aqueles eventos como motivados por causas sobrenaturais, influenciados pela Providência. Estavam mais interessados nas experiências e argumentos políticos difundidos no continente. Por meio de obras históricas, os coevos tinham acesso a constituições e formas de governo que não eram apenas um conhecimento teórico e livresco, mas que, ao contrário, tinham existência real. Foram empregadas na prática.³⁸⁰

No entanto, apesar do grande interesse dos historiadores italianos na Revolução Inglesa, esses não deixaram de relatar outras sublevações pelo continente, sendo inclusive um importante instrumento para que os próprios ingleses tomassem conhecimento do que acontecia para além do Canal da Mancha e dos novos vocabulários empregados no debate político. Por essa perspectiva, as conturbações que aconteceram nos domínios espanhóis têm lugar de destaque. Alguns autores italianos, ao descreverem as diversas revoltas que afetavam o Império espanhol na década de 1640, incorporaram ao título de suas obras a palavra *rivoluzioni*, como uma forma de nomear aquelas insurreições. Luca Assarino analisou a sublevação na Catalunha sob o nome de *Delle rivoluzioni di Catalogna* (1644); a História do retorno de uma dinastia

idee) - i cui documenti a storiografia fu uno dei principali canali (probabilmente il maggiore), e il filtro, attraverso il quale in Italia si ebbe notizia della rivoluzione inglese].

³⁷⁹ *Apud* MESSINA, Pietro. "La rivoluzione inglese e la storiografia italiana del Seicento". *Op. Cit.*, p. 732. No Original [il numero delle testimonianze di una nuova e larga riflessione sull'idea di rivoluzione, nella prima metà del seicento, è grandissimo e non ha riscontro in nessun'altra epoca precedente il 1789].

³⁸⁰ MESSINA, Pietro. "The Italian libertine historians and the English Revolution". in: CARICCHIO, M; TARANTINO, G. *Cromohs Virtual Seminars. Recent historiographical trends of the British Studies (17th-18th Centuries)*, 2006-2007; MESSINA, Pietro. "La rivoluzione inglese e la storiografia italiana del Seicento". *Op. Cit.*; RACHUM, Ilan. "Italian Historians and the Emergence of the Term 'Revolution', 1644-1659". *Op. Cit.*

nativa a Portugal foi escrita por Giovanni Battista Birago Avogadro em *Historia delle rivoluzioni del regno di Portogallo* (1646); Alessandro Giraffi escreveu *Le rivoluzioni di Napoli* (1647); e Placido Reina, *Delle rivoluzioni della città di Palermo* (1649).³⁸¹

Revolução não era apenas uma palavra qualquer utilizada descuidadamente no interior de certas obras. Ao contrário, estava em destaque, no próprio título desses textos. Esses livros italianos, ao descreverem as comoções contra o império espanhol, forneceram novas formas de conhecimento, entendimento e utilização da palavra revolução. Como indicou Ilan Rachum, renovaram substancialmente o significado do termo, passando a utilizar “‘revolução como uma alternativa para ‘revolta’ e ‘rebelião’ em um tempo em que mais lugares na Europa, a Inglaterra incluída, estavam passando por crises políticas e debatendo suas consequências”.³⁸²

O novo sentido, todavia, logo estaria disponível em língua inglesa. Em 1650 o lexicógrafo James Howell traduziu a obra de Alessandro Giraffi, sob o título de *An Exact Historie of the Late Revolutions in Naples*. A partir daquele momento o público inglês tinha disponível em seu próprio idioma uma daquelas histórias de revoluções nos domínios espanhóis.³⁸³ Howell, segundo Rachum, em comparação com outros autores, não apenas em suas traduções, mas também em suas obras posteriores, “tende a um sentido mais secular de ‘revolução’”, o que estaria intimamente ligado ao seu amplo conhecimento do idioma italiano, já que, como autor de dicionários, deveria estar familiarizado com o sentido político, presente no famoso dicionário florentino, editado em 1612 e 1623.³⁸⁴

Para Howell, a revolução se justificaria por si própria e não necessariamente por estar amparada pelas mãos da Providência. Assim, sua motivação não se colocava sob a interpretação da vontade divina defendida por um ou por outro partido, mas se explicava em causas humanas, pelas qualidades do governante e pelo bem que teria produzido ao reino. A tradução da obra de Giraffi descrevia detalhadamente os eventos transcorridos

³⁸¹ RACHUM, Ilan. ‘The Meaning of ‘Revolution’ in the English Revolution 1648-1660’. In: *Journal of the History of Ideas*. Vol. 56, n. 2, 1995, p. 197; SNOW, Vernon F. ‘The concept of Revolution in seventeenth-century England’. In: *The Historical Journal*. V. 2, 1962.

³⁸² RACHUM, Ilan. ‘The Meaning of ‘Revolution’ in the English Revolution 1648-1660’. *Op cit.*, p. 198-99. No Original [‘revolution’ as an alternative to ‘revolt’ and ‘rebellion’ at a time when more places in Europe, England included, were undergoing political crises and debating their outcome].

³⁸³ Em 1648 foi publicada a obra *An Discourse: wherein is examined what is particularly lawfull during the Confusions and Revolutions of Government*, de Anthony Ascham. Essa seria, de fato, a primeira obra em inglês a usar o termo em seu título. No entanto, é anterior ao regicídio e defendia a legalidade parlamentar de se opor ao monarca. É um tratado e não uma descrição de um evento revolucionário, como na obra de Giraffi e na tradução de Howell, por isso o maior destaque que recebe nesta tese.

³⁸⁴ RACHUM, Ilan. ‘The Meaning of ‘Revolution’ in the English Revolution 1648-1660’. *Op cit.*, p. 207-208. No Original [tends to a more secular meaning of “‘revolution’”];

na cidade de Nápoles entre os dias 07 a 16 de julho de 1647, tratando de seus fundamentos, motivações, efeitos etc. Assim, o leitor inglês poderia ter acesso, em seu próprio idioma, a um relato sobre as turbulências e os argumentos empregados para justificar a revolta e as tentativas de diferenciá-la da mera rebelião. Apesar de seu caráter narrativo e factual sobre um evento específico, muito pode ser pensado através da obra, merecendo, dessa forma, uma reflexão mais profunda e detalhada.

Segundo o autor, a revolta se iniciou em oposição à aplicação de novas imposições e taxas sobre o comércio de frutas. Teve como líder Tommaso Aniello, Masaniello, um “simples” peixeiro, alguém de origem baixa, mas que foi capaz de mobilizar sob seu comando uma multidão, independente de *status* e qualidade, seja nobre ou popular, homem ou mulher, jovem ou velho. Para Giraffi, tal fato causava espanto e admiração, por ter colocado a grande e fidelíssima cidade de Nápoles, a rainha do reino, “a metrópole de tantas províncias”, berço de tantos heróis, obediente às suas ordens e disciplina.³⁸⁵ Por essa característica foi associado ao apóstolo Pedro, um simples peixeiro que libertou Roma e o mundo do jugo de Satanás. Assim, a baixa posição frente à grandeza de sua força e conquistas foi exaltada como um atributo divino, pois Deus teria escolhido justamente os pequenos e fracos para confundir os grandes do mundo.³⁸⁶

Para justificar os motivos do levante, os revoltosos apresentaram uma carta régia, assinada pelo rei Fernando e ratificada por Carlos V e que deveria ser seguida por todos os seus sucessores, que negava a possibilidade de que novas taxas fossem impostas sem consentimento da população. Caso isso ocorresse, a cidade ou reino poderia se rebelar sem trazer nesse ato qualquer “marca de rebelião ou desrespeito ao príncipe, para a manutenção de suas liberdades”.³⁸⁷ Colocavam-se como vassallos fiéis ao rei e diziam que em momento algum desejavam ser reconhecidos como rebeldes, mas apenas que o privilégio experimentado nos tempos do Rei Fernando e do Imperador Carlos V fosse estendido a eles no presente. Essa era uma estratégia para garantir a estabilidade e controlar mudanças drásticas na sociedade, pois a partir da crença de que

³⁸⁵ GIRAFFI, Alexander. *An exact historie of the late revolutions in Naples, and of their monstrous successes not to be parallel'd by any ancient or modern history / published by the Lord Alexander Giraffi in Italian ; and (for the rareness of the subject) rendred to English, by J.H., Esqr. , London : Printed by R.A. for R. Lowndes, 1650, p. 76. No Original [the Metropolis of so many Provinces].*

³⁸⁶ *Idem*, p. 14

³⁸⁷ *Idem*, p. 32. [Mark of rebellion, or irreverence to the Prince, for the maintenance of her Liberties].

o “Rei nunca morre” se afirmava uma ideia de continuidade e de que as ordenações de um rei falecido permaneciam valendo e deveriam ser cumpridas por seus sucessores.³⁸⁸

Masaniello e a multidão que o acompanhava estiveram muito preocupados em afastar qualquer possível acusação de rebelião ou interesse pessoal. Como apresenta Giraffi em vários momentos da obra, os revoltosos diziam estar lutando em benefício da cidade e seu povo e clamavam vivas ao rei, ao reino espanhol, desejando a morte do mau governo. Inclusive, na leitura da capitulação assinada pelo Vice-Rei, em que esse concordava em revogar todas as taxações impostas sobre o reino desde os tempos do imperador e mostrava-se disposto a satisfazer os desejos do povo, Masaniello jubilava-se de ter atingido os objetivos traçados, mas negava desejar qualquer ato de rebeldia em relação aos interesses do monarca e de Deus. Ao contrário, pretendia apenas restaurar aquela antiga liberdade assegurada pelos reis passados, em compromisso com o bem público.³⁸⁹

O peixeiro havia se transformado em um grande general. Suas conquistas, apesar da baixa posição, foram grandiosas. Conseguiu visibilidade para suas queixas e união para seu exército e reivindicações. A cidade se colocou em torno dele, fazendo com que o Vice-rei lhe desse importância e lhe concedesse a revogação das taxas e imposições. Contra a tirania, Masaniello foi visto como “o libertador da pátria e assegurador da liberdade pública”.³⁹⁰ No entanto, como sugere Alexander Giraffi, após obter seus objetivos, aquela figura que havia mobilizado uma multidão quis voar além de sua órbita. Como uma estrela em seu movimento, teve sua ascensão, auge e decadência. Cegado com pensamentos tolos e delirantes, assumiu uma postura tirânica. Aquele, antes tão preocupado com a obediência, foi identificado com um rebelde que, apesar da capitulação e do compromisso declarado, continuou em armas contra a paz da cidade. Foi preso e, mesmo tendo suas conquistas reconhecidas, acabou sendo morto, decapitado e sua cabeça exposta em um mastro.³⁹¹

Apesar da clara associação que faz o autor entre o movimento cíclico dos corpos celestes e a trajetória de Masaniello, o que pode remeter ao sentido tradicional de “revolução”, Giraffi apresenta importantes inovações em sua obra. Certamente um

³⁸⁸ ÁLVAREZ, J. F. “El estudio del conflicto y el consenso desde una perspectiva integradora”. In: ÁLVAREZ, J. F.; IBÁÑEZ, J. J. R.. *Lo conflictivo y lo consensual em Castilla: sociedad y poder político: 1521-1715*. Murcia: Universidad de Murcia, 2001, p. 22; KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. *Op. Cit.*

³⁸⁹ GIRAFFI, Alexander. *An exact historie of the late revolutions in Naples [...]*. *Op. Cit.*, p. 88-89.

³⁹⁰ *Idem*, p. 115 No Original [Freer of his Country, and the Asserter of publike Liberty].

³⁹¹ *Idem*, p. 125-136.

ponto importante é a aplicação do significado político do termo. O conceito de revolução foi aplicado para designar um evento contestatório da população contra uma imposição do governo. Embora não indique um futuro não experimentado, como seria reivindicado em muitos levantes da modernidade, mas um passado idealizado, não se pode afirmar que essa instrumentação dos privilégios anteriormente garantidos fossem uma simples tentativa de restauração.

Além disso, é possível apontar outras qualidades importantes associadas ao conceito. Em primeiro lugar, podemos indicar o caráter contagioso atribuído à noção de revolução, afinal sugere a influência dos sucessos de Palermo, em suas “revoluções”, sobre os eventos de Nápoles. O povo napolitano teria se encorajado com os exemplos dados pelo reino vizinho, invejoso “para atingir a mesma liberdade”. Essa comparação fez com que a população se questionasse se, em alguma circunstância, seriam menores do que Palermo, em sua capacidade de união e exército e se seu fardo e opressão seriam mais leves, fazendo públicas as reclamações que empunhavam. O tempo seria uma matéria preciosa e, por isso, não seria “bom adiar tal iniciativa”.³⁹²

O segundo ponto que destaco é seu elemento temporal e diacrônico.³⁹³ A revolução não era um evento especial único, mas uma estrutura que agregava uma série de acontecimentos esparsos, passado no decorrer de dias ou em outra época e lugar. Devido a isso, o autor pode escrever coisas como “na conjuntura dessas revoluções”, “desde o começo da revolução”, ou falar sobre “o tempo de outra revolução” ou ainda algo acontecido especificamente no “terceiro dia da revolução”.³⁹⁴

Sobre o terceiro ponto, a singularização do termo é outro atributo que merece destaque. Apesar da utilização da forma no plural no título (revolutions) e em outras vezes no início do texto (3x), dentro da obra, na maior parte das situações, o autor utiliza a palavra no singular (5x). Isso talvez se deva à característica estrutural que Giraffi parece sugerir, sendo um processo, dado no transcorrer da narração de dias e acontecimentos esparsos, e que, ao fim, só podem ser descrito em uma estrutura

³⁹² *Idem*, p. 5-7. No Original [revolutions], [to attaine the same freedom] e [good to delay the enterprise].

³⁹³ Apesar de não utilizar estritamente as formulações de Reinhart Koselleck sobre o caráter dos conceitos políticos: a temporalização, a democratização, a ideologização, a politização, indo além dessas questões, não posso deixar de indicar certa influência e auxílio em minha própria análise. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. *Op. Cit.*

³⁹⁴ GIRAFFI, Alexander. *An exact historie of the late revolutions in Naples* [...]. *Op. Cit.*, p. 40, 51, 98, 141. No Original [at the conjuncture of these Revolutions], [from the beginning of the revolution], [the time of another Revolution] e [third day of the revolution].

maior.³⁹⁵ A isso um termo no singular funcionaria melhor, pois como indica Koselleck, um conceito ideologizado, ao se transformar em um coletivo-singular, parece “concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares”.³⁹⁶

A quarta propriedade observável é a democratização do conceito. A partir da leitura de *An exact historie of the late Revolutions in Naples* seria possível acreditar que a utilização do termo não estivesse difundida pela multidão executora do levante, mas que fosse somente uma interpretação de Giraffi. Tal fato, no entanto, se mostra pouco crível. Ao que parece o autor não estava interessado em inovar ou prescrever novos usos e vocabulários, mas sim em descrever algo que observava em sua sociedade. Dizia-se preocupado em declarar de maneira clara, “pontualmente dia após dia, e isso com tanta fidelidade e verdade, quanto qualquer pena possivelmente possa prometer a respeito dessa matéria”.³⁹⁷ Além do mais, o termo aparece igualmente nas palavras dos governantes. Em sua descrição, o autor utiliza uma carta assinada por Don Rodrigo Ponce de Leon, o Duque de Arcos e vice-rei de Nápoles, para mostrar a disponibilidade do nobre em acatar as reivindicações da população e afastar qualquer tentativa de associar aquele movimento a uma rebelião. No documento transcrito por Alexander Giraffi se lê que deveriam ser perdoadas “desde o começo desta atual revolução até esse ponto do tempo [...] qualquer ofensa e inquisição passada que se relacione à dita revolução”.³⁹⁸ Autor, populares e nobres utilizavam o termo e reconheciam os eventos contemporâneos como uma revolução.

Por último, podemos indicar a utilização do conceito como um legitimador daquelas ações. Durante a obra se percebe as tentativas tanto de Masaniello, quanto da multidão que o seguia, ou mesmo dos governantes que acataram suas reivindicações, de afastar qualquer intenção de rebelião sob seus atos. A revolução seria justa não porque atuava em desrespeito às ordens de um superior, mas porque estava amparada no benefício público e do povo da fidelíssima cidade de Nápoles. Não desejavam se rebelar contra os soberanos, a Igreja ou a monarquia católica, apenas assegurar privilégios garantidos por governantes anteriores. Nesse sentido, conhecer bem a história de seu povo e de seu reino era um instrumento fundamental para reivindicar a justiça e

³⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Representação, evento e estrutura”. In: _____. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Op. Cit.

³⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Op. Cit., p. 69.

³⁹⁷ GIRAFFI, Alexander. *An exact historie of the late revolutions in Naples* [...]. Op. Cit., p. 8. No Original [punctually from Day to day, and that with as much fidelity and truth, as any pen can possibly promise upon this subject].

³⁹⁸ *Idem*, 60 [since the beginning of this present Revolution to this point of time (...) for every offense and inquisition pass'd that related to the sayed revolution]

legitimidade de suas atitudes. A revolução em nome do Estado se opunha à rebelião contra um senhor.

Caso o objetivo fosse apenas mostrar a utilização pedagógica das obras históricas, ou mesmo destacar os argumentos políticos empregados contra os poderes instaurados, os exemplos poderiam ser quaisquer outros; qualquer outra revolta poderia ser indicada. O que faz *An exact historie of the late Revolutions in Naples* digna de nota é a possibilidade que apresenta de se refletir sobre o conceito de “revolução”. Menos do que somente um termo novo e em destaque no título (o que poderia ser apenas uma escolha editorial) revela os significados que orbitam ao redor do campo semântico da palavra. Ou seja, sua capacidade singularizadora e estrutural, tornando-se um modelo possível para ler os eventos do passado, presente e futuro sobre o mesmo termo; sua democratização, fazendo com que a compressão do vocabulário não estivesse restrita a esse ou aquele partido; mas, acima de tudo, revolução como algo avessa aos objetivos limitados e personalistas de uma rebelião. A revolução se dá pelo Estado, independente dos senhores que o governam. Nesse sentido, se exige fidelidade e lealdade não a uma pessoa específica, mas a uma entidade abstrata.

CONCLUSÃO

A segurança nas sociedades de Antigo Regime estava colocada na certeza de que o “outro” poderia ser lido sob os pactos e juramentos estabelecidos. Esta ordem, no entanto, aos poucos se dissipava como a noite após os primeiros raios de sol. Quanto mais nos aproximamos das Luzes, mais podemos perceber os clamores de defensores de normas e leis gerais, aplicadas a todos sem distinção nos princípios da igualdade entre os homens; e mais nos afastamos daquele mundo de relações hierarquizadas, personalistas e afetivas. A crise que abateu o espaço europeu durante o início da modernidade foi decorrente de uma crise nas representações que a sociedade tinha de si mesma e que transmitia aos outros; que sustentavam os discursos que autorizavam e prescreviam – a partir da união entre consciência e ação – a adoção de comportamentos e identidades. Essa disforia foi um fator essencial para a sensação de uma crise, marcando fundamentalmente todas as experiências do período. De certa maneira, a periodização que chamamos de “Idade Moderna” marca sua ascensão e queda; sendo a modernidade, a partir do século XVIII – a resposta mais aguda a ela.

A fim de controlar e manter cada um em sua posição e a solidez dos compromissos firmados havia o discurso da rebelião. Nessa sociedade crente em uma ordem desigual e distributiva da natureza, a desobediência a um superior era considerada um ato de rebeldia; seja de um súdito contra seu rei, seja de uma filha contra seu pai, seja na alta política, seja na vida doméstica. Além de moralmente desaconselhada e recriminada, a rebelião era juridicamente um crime passível de punições severas; dois delitos graves: não aceitar sua função e lugar no mundo e, não apenas isso, agir contra seus superiores.

A separação entre consciência e ação legitimou a rebelião. Antes unidas, a consciência era um modelo ético de adequação. A partir de cerimônias, sacramentos e analogias, o aprendizado do fiel se dava na experiência e na experiência do inacessível. O mesmo se dava no campo da política e da História; o exemplo, o precedente era uma ferramenta útil. No entanto, a Reforma causou uma fissura inexorável nessa cosmovisão, possibilitando a fuga do fiel ao espaço privado. A realidade externa deixava de ser um reflexo da obra divina, que podia ser ensinada e reproduzida por todos, para ser um ambiente de corrupção ao caminho do devoto. Ao mesmo tempo em que pregava o fortalecimento da autoridade pública, a fim de reprimir os malfeitores, dava a possibilidade daqueles considerados inferiores a se sentirem melhores

moralmente, ao menos, a seus superiores; desestabilizando, dessa forma, todas as relações amparadas na fidelidade e no binômio autoridade/obediência.

Mas esse é o começo de outra história... Meu intuito nesta tese foi ao contrário tentar entender como uma sociedade baseada na crença de uma ordem natural, avessa à mudança e interessada na conservação, rompeu com as hierarquias e as estruturas sociais conhecidas, levando um rei a perder a cabeça. A guerra que terminou com a vitória do Parlamento e com a submissão real, foi antecedida por uma guerra ideológica travada nas prensas inglesas; mais do que soldados, autores, editores e textos foram empregados nessa batalha. Os atos de ler, escrever e imprimir foram afetados drasticamente pela Revolução, alterando a forma com que certas questões viriam a ser debatidas e fornecendo a confiança de se intervir nos assuntos públicos.³⁹⁹

Antes que o Leviatã se erguesse sob todos os indivíduos e grupos, era necessário separar os dois corpos do rei: o Rei, com letra maiúscula, onipotente, onisciente e onipresente, do rei, com letra minúscula, humano, limitado e corruptível. Era preciso separar a parte eterna da parte frágil dessa geminação. Em janeiro de 1649 não foi apenas o corpo de Carlos I que se separou da cabeça, foi toda uma percepção da organização social, estabelecida sob os ideais de fidelidade e na crença em uma desigualdade natural. O braço, como temiam os autores que empregavam a metáfora do reino como um corpo, se abateu contra a Cabeça.

No entanto, não foi apenas a lamina do machado do carrasco a realizar essa tarefa, a guerra civil inglesa foi um estuário de diversas experiências e ideias. A justa oposição aos superiores foi um tema frequente na Idade Moderna, tanto em peças de teatro quanto nos sermões dominicais; tratavam da possibilidade de embates político-religiosos entre grupos, soberanos e instituições. Os argumentos empunhados por seus detratores eram empregados desde a antiguidade; passando pela corrupção das formas políticas à aversão à tirania. Igualmente, seus fundamentos estavam escorados em princípios religiosos; uns mais gerais, como a ordem das coisas ou a condenação à rebeldia, outros mais genuinamente protestante, como a certeza da eleição na guerra ou da leitura analógica da Bíblia que transformou o rei no anticristo. Certamente, republicanismo e puritanismo trabalharam conjuntamente para o enfraquecimento da autoridade real. Como sugere Jonathan Scott, o republicanismo clássico não possuía

³⁹⁹ ACHINSTEIN, Sharon. "Texts in conflict: the press and the Civil War". In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 64; SMITH, Nigel. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 23-24.

uma concepção oposta à monarquia, essa foi uma contribuição do discurso religioso e do milenarismo que defendiam a queda de todos os reinos europeus para implementação do rei Jesus.⁴⁰⁰

O corpo, agora sem cabeça, precisou se reerguer sem referência. A monarquia ainda era a constituição preferida entre os coevos – a guerra civil foi contra o homem Carlos I e não contra a Coroa: Rei x rei; mas sem outra dinastia ou pessoa com as virtudes necessárias para reivindicar e tomar o trono (como em 1688), a solução encontrada foi o estabelecimento de uma *Commonwealth* ou *Free-State*.⁴⁰¹ Logo após o regicídio organizou-se uma estrutura de governo “sem qualquer rei ou casa dos Lordes”, vistas como perigosas e prejudiciais, cuja autoridade estava colocada sob “os Representantes do Povo no Parlamento”.⁴⁰²

A partir de todo o discurso sobre a possibilidade de resistir aos superiores, acumulados por séculos, o regicídio teve passagem. Não era uma justificativa amparada em uma suposta liberdade natural e ahistórica, de um direito inalienável de ser livre, estava baseada na legitimação histórica ao direito de resistência e das qualidades morais e éticas dos governantes e das formas de governo. A política recebe ares positivos, que exigia o engajamento de todos, príncipes e súditos, em prol do bem comum, demandando o mesmo comprometimento em extirpar as partes prejudiciais ao reino, sejam elas monarcas ou seitas. Alicerçados em diversos relatos e experiências, homens e mulheres apreenderam a defender a justiça de seu empreendimento contra uma ordem social hierárquica e que impunha a acomodação ao papel prescrito.

Desta forma, a rebelião tornou-se uma ideia cada vez mais partidarizada. Não representava uma inversão a uma estrutura considerada ordenada e que deveria reger todas as relações, mas sim a posição de indivíduos ou grupos. O rebelde era o “outro” que não compactuava dos mesmos objetivos. Aquilo que era considerado rebeldia por alguns podia ser legítimo e defendido como justo por outros. Não era uma ação dependente de uma relação, era uma essência, uma ideologia; e, nessa ideologização, emergiu o seu oposto: a revolução. Eleito como antítese da rebelião, o conceito de

⁴⁰⁰ SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles. Op. Cit.*, p. 42; DZELZAINIS, Martin. “Anti-monarchism in English Republicanism”. In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002, p. 32-33.

⁴⁰¹ SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles. Op. Cit.*, p. 252-253; WORDEN, Blair. “Republicanism, Regicide and Republic: The English Experience”. *Op. Cit.*, p. 322-323;

⁴⁰² British History Online (BHO). “May 1649: An Act Declaring and Constituting the People of England to be a Commonwealth and Free-State”. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/no-series/acts-ordinances-interregnum/p122>> Acesso em: 15 jul. 2019. No Original [without any King or House of Lords] e [The Representatives of the People in Parliament].

revolução foi empregado a fim de justificar uma mudança na ordem das coisas. Enquanto a alcunha de rebelde visava deslegitimar atitudes e comportamentos, indicando as ilegalidades de agir de tal forma, revolução, ao contrário, procurava indicar a legitimidade de um evento, para além dos vínculos de fidelidade e, às vezes, inclusive, indo contra eles e os interesse dos superiores.

A revolução foi o machado que separou o Corpo do corpo. Embora relações baseadas numa suposta ordem hierárquica tenham existência longínqua, o regicídio, a rebelião maior, foi uma cicatriz profunda nessa estrutura.⁴⁰³ Como indica Eunice Ostrensky, se é possível encontrar no passado inglês tronos usurpados e monarcas assassinados “pelas costas, no escuro”, a execução de Carlos I marca um importante ponto de virada. Apesar da falta de consenso sobre a realização do ato, era necessário que o processo que vai do cárcere à sua degola fosse exposto e legitimado abertamente, a fim de atrair apoiadores e mostrar a justiça de suas ações. “Nunca antes se havia julgado, condenado e executado um rei publicamente”.⁴⁰⁴ Sua morte física era também a morte da sua função pública.

A fidelidade deixava de ser em relação a um senhor e passava a ser devida a um ente abstrato e incorpóreo, o Estado. Em 1660, a Restauração bem que tentou renovar a aura mágica,⁴⁰⁵ o direito, a legitimidade e a estrutura personalista da monarquia. Todavia, a ascensão de Carlos II não conseguiu retomar sem máculas os anos de soberania, governo pessoal e controle sob os membros do parlamento dos primeiros Stuarts; o passado belicoso da guerra civil e do regicídio não podia ser facilmente apagado. A Restauração foi fundamentalmente afetada pela Revolução, em relação aos medos sociais e ao vocabulário.

Com a Restauração o conceito caiu em desuso. Se observarmos o Gráfico 1, mostrado no primeiro capítulo, a utilização do termo se enfraqueceu frente aos

⁴⁰³ Como reclamava Edmund Burke, os ideais iluministas e da Revolução Francesa confundiam todas as ordens e enfraqueciam todas as relações: “Nessa nova ordem de coisas, um rei é apenas um homem; uma rainha, apenas uma mulher; uma mulher, apenas um animal, e não o de uma ordem muito elevada [...]. Regicídio, parricídio e sacrilégio são apenas ficções da superstição, corrompendo a jurisprudência ao destruir sua simplicidade. O assassinato de um rei, de uma rainha, de um bispo ou de um pai são apenas homicídios comuns; e, se porventura o povo obtiver proveito com eles, tornam-se uma espécie de homicídio extremamente perdoável, o qual não deveríamos submeter a um escrutínio demasiado severo”. BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. *Op. Cit.*, p. 96.

⁴⁰⁴ OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. *Op. Cit.*, p. 41.

⁴⁰⁵ Como a teoria do Direito Divino e o do toque real para a cura das escrófulas, “o mal do rei”. Segundo Christopher Hill, há indicações que Carlos II “teria ‘tocado’ mais de 92 mil pessoas durante o seu reinado”. HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 337.

turbulentos anos de 1659 e 1660, sendo inexpressivo até 1688. Como indica Ilan Rachum, os regalistas tentaram enfatizar o termo “rebelião”, rejeitando o ambíguo “revolução”, pois esse poderia, de alguma forma, aliviar a responsabilidade dos rebeldes, com relação aos acontecimentos dos anos anteriores.⁴⁰⁶ A palavra que foi utilizada para legitimar a justiça das ações do Parlamento, inspiradas pela mão da Providência ou, em um sentido secularizado, a tomada do poder na Inglaterra contra um governo tirânico, deveria ser evitada.

No entanto, apesar desse apagamento da palavra, ela refloresceu novamente em 1688-1689 nas disputas sobre a deposição de Jaime II e a ascensão de Guilherme e Maria. Encontrou terreno fértil em uma condição de submissão real ao parlamento e de esvaziamento da concepção personalista do poder. A partir de 1688-1689, o súdito não devia fidelidade ao homem Guilherme de Orange, mas ao Estado e ao Parlamento inglês. Todavia, se a Revolução de 1688 pode ser considerada a “primeira revolução moderna”, ao pensar novas soluções para os problemas coevos e ao colocar limites ao poder real, foi também a “última revolução histórica”, ao mobilizar um arcabouço sobre o direito de resistência que lhe era anterior.

Não se pode ver nos argumentos empregados até o regicídio um combate em prol de direitos individuais, um destaque da reflexão privada e uma desvalorização da política em detrimento da moral individual. Ao contrário, os pilares que sustentavam a oposição estavam estabelecidos sobre conhecimentos públicos, ligados à experiência política de indivíduos e grupos. Esses formavam um arcabouço ético, que ensinava os coevos como agir. Antes de rebaixarem o homem-rei, precisavam superar uma ordem que pregava o imobilismo e justificar a rebelião; o direito de se opor não estava colocado no indivíduo, mas na relação que traçava com seus superiores.

Edmund Burke exaltava a Revolução de 1688, como um retorno aos direitos originários dos ingleses, contra a radicalidade dos eventos franceses. Não via uma relação como reivindicavam muitos autores do século XVIII. Para ele, eram os anos de guerra civil e protetorado os responsáveis pela subversão da ordem e dos ideais de cavalaria que marcavam a Idade Moderna; ali estavam as verdadeiras heranças da

⁴⁰⁶ RACHUM, Ilan. ‘The Meaning of ‘Revolution’ in the English Revolution 1648-1660’. *Op cit.*, p. 214-215.

Revolução Francesa. Como Karl Marx e Friedrich Engels, via a força desintegradora da burguesia e da modernidade, sentindo um mundo em desintegração: ⁴⁰⁷

Tudo irá mudar agora. Todas as agradáveis ilusões, que tornavam o poder suave e a obediência liberal, que harmonizavam os diferentes tons da vida e que, mediante uma branda assimilação, encorporavam à política os sentimentos que embelezam e suavizam a sociedade privada, serão dissolvidas por este novo e conquistador império da luz e da razão. Toda a vestimenta decente da vida deverá ser rudemente rasgada. Todas as ideias sobrepostas guarnecidas pelo guarda-roupa de uma imaginação moral, ideias próprias ao coração e que a inteligência ratifica como necessárias para encobrir defeitos de nossa natureza nua e trêmula, e para elevá-la à dignidade de nossa estima, deverão ser abandonadas como ridículas, absurdas e antiquadas.⁴⁰⁸

No entanto, se Marx e Engels escreviam contra a sociedade burguesa, buscando o domínio do proletariado e os frutos de uma nova e vindoura Revolução, Burke, ao contrário, olhava em direção aos ideais de nobreza e de hierarquia, desejando a manutenção das ilusões, em rejeição aos princípios da Revolução na França e da guerra civil. De fato, é possível traçar uma semelhança nos resultados procurados por ambos os eventos (da Reforma ao Iluminismo é notável um discurso de afrontamento à ordem estabelecida), mas o *modus operandi* e os argumentos empregados eram distintos. Enquanto as revoluções modernas olhavam para o futuro, defendendo a realização de expectativas e supostos direitos naturais, os eventos do século XVI e XVII se baseavam na experiência, apoiados no passado e no presente e em direitos históricos.

Muitos, em 1688, como Burke, viam as décadas de 1640-1650 como uma situação de anarquia, subversão da ordem e regicídio. Inclusive, a solução pela ascensão de Guilherme foi uma forma de impedir o retorno desse passado. Apesar disso, certamente os revolucionários de fins do século, usufruíram de muitos ensinamentos e experiências dos anos de guerra civil e do protetorado: como o direito de resistir, a organização de um Estado impessoal, o controle parlamentar sob o monarca, o estabelecimento de pactos para além das fidelidades etc. Igualmente, foi durante o interregno inglês que a palavra “revolução”, em seu sentido político, ganhou destaque como uma forma de afastar as manchas da rebelião e defender a justiça de uma ação.

⁴⁰⁷ Como expõem os autores na famosa frase do Manifesto Comunista: “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 43.

⁴⁰⁸ BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Op. Cit., p. 96.

Em 1688 quando chamaram a deposição de Jaime II de Revolução, exaltando sua necessidade e a legalidade daquela tarefa, homens e mulheres já tinham o vocabulário para saber e descrever o que estavam vivenciando.

Revolução, mesmo em sua utilização mais ampla, descrevia uma mudança no estado anterior, ligando-se, por isso, intimamente ao tempo. Descrevia um deslocamento, seja no espaço, seja na forma; seja no movimento traçado por uma estrela ou planeta, seja em consequência do declínio e ascensão de um império ou personagem. O termo podia aparecer tanto em textos de astrologia, em manuais de navegação, em peças de teatro ou em tratados políticos sobre a alternância das constituições. No entanto, é importante ter em vista que não é a existência ou não do conceito o fator responsável pela mudança e por indicar a presença de um evento verdadeiramente revolucionário.

Acostumamos, devido ao sentido moderno do termo, a pensar na palavra como mobilizadora de alterações. Amparada sob a experiência de um tempo progressivo e na possibilidade da perfectibilidade humana, a revolução seria vista como porta de acesso a novos tempos e novas estruturas; separaria os perfeitos dos ainda não tão perfeitos. Seria a responsável por dividir o mundo em dois, que a ideologia do progresso empurrava e conduzia. Essa divisão tendeu a uma desmoralização da política e fez da moral no âmbito privado uma espécie de juíza, a julgar o presente como organismo obsoleto e ainda não superado pelo futuro racional e planejado. A negação da experiência histórica emergiu enquanto Filosofia da História.⁴⁰⁹

Sob a crença de uma teoria perfeita e universal, a experiência e o conhecimento coletivo foram negados. Esse afastamento da vivência humana obrigou os indivíduos a se apoiarem em formulações racionais, abstrações meramente intelectuais, e que dialogavam mais com preconceitos solidificados do que situações reais. Diante do medo do desconhecido, a adoção dessa postura levou à universalização de percepções e comportamentos que, longe de serem gerais, eram, no fundo, pessoais, expressões da consciência privada. Perspectivas limitadas e individuais foram adotadas como típicas e óbvias. A partir desses pressupostos, um conhecimento técnico, autossuficiente e aplicável em diversas e indiscrimináveis situações se elevou como guia e instrumento de previsibilidade social.⁴¹⁰ A experiência é combatida como ideologia. O Outro não era o que é, mas aquilo que se dizia dele, o que a lei moral julgava ser.

⁴⁰⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Op. Cit.

⁴¹⁰ OAKESHOTT, Michael. "El racionalismo en la política". Op. Cit.

Se antes, os autores liberais e iluministas se posicionaram contra a tirania e os avanços dos poderes públicos sobre os direitos privados dos indivíduos, agora é o contrário que parece nos ameaçar: a invasão de desejos e interesses privados sobre o bem público. Se a superação da crise do século XVII veio com a adoção de uma filosofia da História e da ideologia do Progresso, que afastou nossas expectativas de nossas experiências,⁴¹¹ talvez a solução agora passe pela adoção e a valorização do conhecimento histórico e da experiência pessoal e social de grupos oprimidos e de subjetividades antes fora das narrativas principais e relegadas a intimidades. Mais do que qualquer outra dicotomia temporal e fruto da modernidade, há de se resgatar a importância das categorias de público e privado, como ferramentas ético-políticas.

Sob essa perspectiva, a coerência não estaria posta a princípio em uma categoria amparada num preconceito ou experiência individual, de classe ou de grupo. Ao contrário, com os olhares voltados à coisa pública, a resolução de uma questão não se colocaria sob o ideal de verdade, mas da intenção, da relevância, da conveniência e da utilidade de uma ação. Ao questionarmos a mensagem, não interessaria uma suposta autoridade obtida ou cargo ocupado, porque a importância já não residiria em saber com quem se está falando, mas no que se diz ou no que se faz. A intenção não é algo subjetivo, inconsciente ou ausente, mas algo visível e presente na linguagem.

Posições maniqueístas poderiam ser superadas frente a escolhas éticas e públicas, não sendo tão úteis marcadores temporais como direita e esquerda, conservador e progressista, colonizador e colonizado, civilizado e bárbaro, etc. Isso, no entanto, não busca negar ou relativizar a existência social de uma assimetria ou relação de poder entre os pares, com implicações reais e positivas; nem se pretende rejeitar a utilidade desses antagonismos nas lutas políticas. O que se torna perigoso é colocar a resolução dessas antinomias como derivadas da verdade e de uma fonte neutra – a partir de uma concepção progressiva do desenvolvimento humano – e não da disputa, independente de contextos.

Por essa perspectiva não estaríamos amparados na lógica da exclusão: se um lado está certo, o outro tem de estar automaticamente errado. Inclusive, corrupção, a palavra da moda, não se adequa bem a interpretações essencializadas, bipolares e independentes de ações. Apesar das tentativas de associar a prática unicamente a um partido, o tema é bem mais amplo, estando no campo da ética. Está associada a uma

⁴¹¹ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. Cit.

ação objetiva e não a um valor subjetivo. Desde a antiguidade, está ligada à degeneração das formas de governo consideradas perfeitas, por causa de interesses particulares e facciosos, incapazes de se importarem com o bem comum e coletivo.

Público e privado não são categorias opostas e em disputa, em constante aniquilação, mas ferramentas que podem atuar juntas pelo mesmo fim. Esses vínculos devem se erguer em benefício do bem comum, se colocando acima das crenças privadas, mas atuando em defesa de sua livre profissão e escolha. Talvez, só assim, poderemos superar aquela situação que trouxe a supremacia da moral privada, descrita por Reinhart Koselleck como a “patogênese do mundo burguês”.⁴¹² Essa, todavia, não está na reflexão individual e racional, originais e em ruptura com o passado, mas justamente o contrário. É ainda mais urgente e substancial o papel do conhecimento histórico.

Dessa forma, o passado entraria enquanto espaço de experiência, ferramenta prática de análise e ação no presente.⁴¹³ Os medos e sentimentos diários que são sentidos na pele tornam-se objeto de interesse, investigados e investidos como instrumentos políticos. Assim, a reflexão sobre as estruturas de controle e disciplinadoras, os discursos que nos moldam e nos interditam, as possibilidades de resistência e revolta, ganham utilidade prática como possibilidades de ruptura contra uma continuidade e um consenso fabricados, que buscam ordenar o diverso. Não é mais tido como um objeto ausente e inconsciente a ser interpretado por um conhecedor dos códigos, mas é percebido como visível e presente nos discursos e práticas do cotidiano. Busca-se menos o conhecimento de formas prontas e mais o conteúdo do que está sendo (e como) dito e feito. Experiência e expectativa se aproximam novamente e as questões que nos são impostas no presente nos mobilizam a lançar nossos olhos ao passado e a outros espaços em busca de novas cenas e novos personagens, com esperança de alterar o futuro. A crítica se faz aqui e agora.

Nas últimas décadas houve uma valorização das experiências, em que a forma como homens e mulheres passaram por certos eventos interessariam mais do que os processos em si. O passado não é visto como algo superado, mas surge enquanto

⁴¹² KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Op. Cit.

⁴¹³ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. Cit.; OAKESHOTT, Michael. “El racionalismo en la política”. Op. Cit.; MUDROVCIC, María Inés. “Historical narrative as a Moral Guide and the Present as History as ethical project”. Op. Cit.; MARQUES, Danilo Araujo. “No Future: esboços para uma ação política no ‘novo tempo do mundo’”. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 21, agosto, 2016.

elemento ético e prático.⁴¹⁴ Ao mesmo tempo, abandona a perspectiva de um futuro que se resolveria pela simples evolução e superação de estruturas anacrônicas. A História como presente, como crítica, nos convoca a agir e a transformar o futuro que emerge enquanto uma possibilidade ou uma sugestão disponível aos atores coevos.⁴¹⁵

Embora possa ser racionalizada, a marca do conhecimento histórico é a sua excepcionalidade, não é repetível. Desta forma, não basta decorar preceitos técnicos, prontos e conclusivos, há a necessidade de se desenvolver habilidades que possibilitem a análise, comparação e generalização de dados e situações. No entanto, alguns dizem que a preparação para a cidadania e o desenvolvimento do espírito crítico é uma ideologia patidária, querendo uma História submissa à moral privada. Assim, o maior inimigo de uma perspectiva pública da História são justamente aqueles que tentam reduzi-la apenas a uma opinião, em competição com os discursos familiares, religiosos e comunitários. Aceitando o caos e a pluralidade de narrativas em disputa não veremos essas instâncias como concorrentes, como se houvesse apenas uma verdade e uma resposta correta, mas igualmente como constituintes dos alunos e cidadãos.

Essa tese trata das situações ocasionadas pelo rompimento dos pactos e pela queda das figuras de autoridade, cuja definição se deu com a modernidade, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Agora, essa solução parece obsoleta e insuficiente, mas os problemas são semelhantes. Thomas Hobbes disse, em *Behemoth*, que “se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, o mais alto dos tempos seria o que transcorreu entre os anos de 1640 e 1660”.⁴¹⁶ No Brasil, esses parecem ser aqueles ocorridos desde 2013, com a quebra das hierarquias e privilégios acontecida desde 2002; o que fez emergir aqueles que vestiam camisetas amarelas e clamavam por ter “seu Brasil de volta”. No meio de tudo isso, essa pesquisa foi desenvolvida (2015-2019) e, certamente, foi muito influenciada pelos eventos presentes.

Assim, não é o caso de propor simplesmente uma volta a uma estrutura anterior e pré-moderna. Os pressupostos iluministas foram importantes e necessários e, por isso, a questão deve ser vista não como uma mera substituição, mas como um movimento dialético, que faça de sua própria negação a força de sua renovação, que permita que indivíduos, grupos e subjetividades excluídas assumam seu lugar de direito no espaço

⁴¹⁴ OAKESHOTT, Michael. “El racionalismo en la política”. *Op. Cit.*; WHITE, Hayden V. *The Pratical Past. Op. Cit.*; MUDROVCIC, María Inés. “Historical Narrative as a Moral Guide and the present as History as an Ethical Project”. *Op Cit.*

⁴¹⁵ MARQUES, Danilo Araujo. “No Future: esboços para uma ação política no ‘novo tempo do mundo’”. *Op. Cit.*; MUDROVCIC, María Inés. *Op. Cit.*

⁴¹⁶ HOBBS, Thomas. *Behemoth ou o Longo Parlamento. Op. Cit.*, p. 31.

público, sem julgamentos privados. Uma crise revela e enfatiza os opostos. Uma sociedade em crise, por mais conservadora que pareça, está grávida de seu contrário. No momento atual novas ideias e formulações são necessárias, como revolução foi no seiscentos, a fim de superar a crise gerada pela estagnação da resposta dada à crise do século XVII. E, sobre isso, talvez as experiências alheias tenham algo a nos ensinar.

Talvez a Revolução não seja o motor da história, como defendiam Marx e Engels,⁴¹⁷ mas sim justamente o contrário: a história que seja o motor da Revolução. Revolução e História são, para usar a imagem de Hans Urs von Balthazar,⁴¹⁸ duas ilhas que na superfície parecem espaços distantes e diferentes, mas que submersas estão ligadas pela mesma cadeia de montanhas: o tempo. Dessa forma, trabalham sem contradição com elementos que, a princípio, podem parecer opostos, como rupturas e continuidades. Contra o atual analfabetismo político que se instaura, travestido de um orgulhoso antiintelectualismo, o conhecimento histórico parece ser a arma mais eficiente contra discursos baseados em ideologias originárias, binárias e que exercem a força de um alinhamento automático. As mudanças e permanências de indivíduos, grupos e populações formam o elemento fundamental e a matéria a ser amplamente conhecida, em que as continuidades que são causa de opressão e aquelas empunhadas pelos que as sofrem, possam emergir. A história não deve revelar um tempo independente da experiência humana, que se limite a indicar graus diferentes de evolução, mas a forma que reúna sob seus galhos uma rede de vivências e historicidades diversas. Afastada de um desenvolvimento progressivo e único, revolução pode ganhar novas cores, não mais como um degrau necessário em direção à modernidade, mas como o modo que mulheres e homens, nos mais diferentes espaços e épocas, encontraram para alterar estruturas, insituições e ideias antigüíssimas e que pareciam estar sedimentadas em seus costumes e práticas. Ou, pelo menos, como percebeu Walter Benjamin, um ato no qual a humanidade encontrou “de puxar os freios de emergências” dessa “locomotiva”, exaltada como evolução.⁴¹⁹

⁴¹⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista. Op.Cit.*

⁴¹⁸ BALTHAZAR, Hans Urs von. *O Coração do Mundo*. Porto, 1959.

⁴¹⁹ BENJAMIN, Walter; LOWY, Michel. “Tese IX”. In: _____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 93-94.

REFERÊNCIAS

FONTES

ANDERSON, Adam. *Historical and chronological deduction of the origin of commerce, from the earliest accounts*. London: Printed J.White [...], 1801.

ANDERSON, James. *Observations on the Means of Exciting a Spirit of National Industry*. Edinburgh: Printed for T. Cardell, 1777.

ANON. *A briefe description of the two revolted nations Holland and England. Against their true and lawfull Kings, lawes, and statutes, to the dishonour of God, and the losse of their owne soules for ever. Who are now in open rebellion, oppressing their fellow-subjects by excises, taxes, assesments, and extortion; exceeding all Turks, Jews, heathens, infidells, pagon, traytors, and rebels. Read and jugde [sic]:* , Printed at London : [s.n.], in the ninth yeare of tyrannie. [i.e. 1650.].

ANON. *A Declaration, or Representation from His Excellency Sir Thomas Fairfax, and of the Army under his Command*. In: RUSHWORTH, J. “Historical Collections: Further Parliamentary proceedings, June 1647”. Historical Collections of Private Passages of State: Volume 6, 1645-47 (London, 1722).

ANON. *A short and true relation, of all what hath hapned in Portugall unto the 23. March 1641. since the coronation of the illustrious King Iohn the fourth, Duke of Braganza, solemnized the 15. of December, 1641. Together with the the reason that hath mooved the Portugals to cast off the King of Spaine, and to free themselves by force of armes from his power.* , London, : printed for Na. Butter., 1641 [i.e. 1642].

ANON. *A true relation of the reducing the city of Naples to the obedience of the king of Spaine, which happened on the 5, of April 1648. Being Palm-Sunday. Together, with the imprisonment of the duke of Guise, and liberty of the duke of Tursis. With the resolution and declaration of the Spanish generall, concerning the French fleete, and their proceedings thereupon.* , London : Printed by J.C. for I.I., MDCXLVIII.[1648].

ANON. *An homilie agaynst disobedience and wylful rebellion* , [Imprinted at London : In Powles Churchyarde, by Richarde Iugge and Iohn Cawood, printers to the Queenes Maiestie. Cum priuilegio Maiestatis, [1570?]]

ANON. *Certain sermons, or homilies appoynted by the Kynges Maiestie, to be declared and redde, by all persones, vicars, or curates, euery So[n]day in their churches, where thei [sic] haue cure. Anno, 1547..* , Imprynted at London ... : By Rychard Grafton Printer to his moste royall Maiestie., In the yere of oure Lord. M.D.XLVII. [1547].

ANON. *The Correspondence of the Revolution Society in London, with the National Assembly and with various societies of the Friends of Liberty in France and England.* London, 1792.

ARISTÓTELES. *Metafísica.* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. *Política.* Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1985.

ARISTOTLE. *Aristotles politiques, or Discourses of government. Translated out of Greeke into French, with expositions taken out of the best authours [...]* At London: Printed by Adam Islip, Anno Dom. 1598.

ASKHAM, Anthony. *A litell treatyse of astrouomy [sic] very necessary for physyke and surgerye, declarynge what herbes, and all kynde of medecynes are appropryate and vnder the influence of the planetes, sygnes and constellacyons : and also the partes and members of the bodye thereto correspondynge, and howe ye shall brynge the vertue of the heuens aud [sic] nature of the sters to euery parte of mans bodye beyng diseasad or sycke to the soner recoueraunce of helth : and also howe to chose the most luckey dayes and tymes for the aboue sayde, the whiche shal be appoynted by the almanacke yerelye, accordynge to the course of the moone, passynge by all the signes and sterres in one reuolucion / gathered and set forth by Anthony Askham physicio[n] ... , [London] : Imprynted at London in Fletestrete at the signe of the George nexte to Saynte Dunstones Churche by Wylllyam Powell, M.D.L. the xx. day of Marche [20 Mar. 1550]*

BACON, Francis. *Novum Organum.* eBooks Brasil, 2002.

BACON, Francis. *The Advancement of Learning.* edited by Joseph Devey, M.A. (New York: P.F. Collier and Son, 1901). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/1433>> Acesso em: 07 mai 2017.

BÉTHUNE, Philippe de. *The counsellor of estate Contayning the greates and most remarkeable considerations seruing for the managing of publicke affaires. Diuided into three parts. The first contaynes the meanes to settle an estate. The secund, the meanes to perserue it. And the third, the meanes to encrease it. Written in French by one of the ancient counsellors to the most Christian kings, Henry the Fourth, and Levvis the thirteenth. Translated by E.G. , London : Printed by Nicholas Okes, 1634.*

BODIN, Jean. *The six bookes of a common-weale. VVritten by I. Bodin a famous lawyer, and a man of great experience in matters of state. Out of the French and Latine copies, done into English, by Richard Knolles , London : [Printed by Adam Islip] impensis G. Bishop, 1606.*

BODIN, Jean. Os seis livros da República: livro primeiro. São Paulo: ícone, 2011.

BOLD, Henry. *St. Georges Day sacred to the coronation of his most excellent Majesty Charles the II.* By the grace of God King of England, Scotland, France and Ireland,

defender of the faith, &c. / *By Hen. Bold olim è N.C. Oxon.*, London : printed for R. Crofts at the Crown in Chancery-lane, 1661.

BOLINBROKE, Henry St. John. *A dissertation upon parties in several letters to Caleb D'anvers, esq.* London: Printed by H. Haines, 1735.

BOURNE, Nicholas. [*Newsbooks Twelfth Series: Printed for Nathaniel Butter, Mar. 1640 - Jan. or Feb. 1641.*] , [London, printed for Nath: Butter...With priviledge].

British History Online (BHO). "May 1649: An Act Declaring and Constituting the People of England to be a Commonwealth and Free-State". Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/no-series/acts-ordinances-interregnum/p122>> Acesso em: 15 jul. 2019.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BUTTER, Nathaniel. *Cent. 3. Numb. 48. The continuation of the forraine occurents for 5. weekes last past, containing many very remarkable passages of Germanie, France, Spaine, Italy, Sweden, the Low-Countries, and other parts of the world Amongst which are these following particulars. 1. The rebellion and falling away of Catalonia confirmed, with their conjunction with the French. 2. The revolt and crowning of a new King of Portugall (the Duke of Briganza) by the name of Iohn the Fourth. 3. The proceedings of Bannier and the Swedish armies in Germany. 4. The taking of Carthagena and the plate fleet in the harbour there by the Hollanders. 5. What hath lately passed at the Dyet at Ratisbone. Examined and licenced by a better and more impartiall hand then heretofore.* , London, Printed Ianuary 11. 1640 : for Nath: Butter, dwelling at St. Austins Gate, [1641].

BUTTER, Nathaniel. *Septemb. 2. Numb. 37. The continuation of our forraine avisoes, from the 20. of the last moneth to this present Containing the confirmation of the newes published the 20.th of August, concerning the severall encounters betwixt the King of Sweden and General Tilly, with the three dayes welcome given him, upon his project of nayling the K. of Sweden ordnance. An apologie of the King of Swedens (formerly published in the Dutch) not vnfit to give satisfaction to the world, concerning his not releeving of the citie Magdenburgh, wherein you shall finde a briefe relation of the Kings proceeding ever since hee began the warre in Germanie. The landing of the L. Generall, the Marquis Hamilton at Stralsunt, with all his men sound and well.* , London : printed for Nath: Butter and Nicholas Bourne, 1631.

CARTWRIGHT, John. *Take your Choice!* London: Printed for J. Almon, 1776.

CHAUCER, Geoffrey. *The loue and complayntes bytwene Mars and Venus* , [Westminster : Printed by Julian Notary, 1500?]

CHAUCER, Geoffrey. *The workes of Geffray Chaucer newlye printed, wyth dyuers workes whych were neuer in print before: as in the table more playnly doth appere. Cum priuilegio ad imprimendum solum* , [London] : Printed by [Richard Grafton for]

Wylliam Bonham, dwellynge at the sygne of the Kynges armes in Pauls Church-yarde, 1542.

COKE, Edward. *The third part of the Institutes of the laws of England concerning high treason, and other pleas of the crown, and criminall causes.* London : Printed by M. Flesher, for W. Lee, and D. Pakeman, 1644.

COLLYN, Nicholas. *A briefe summary of the lavves and statutes of England so far forth as the same do concerne the office of justices of the peace, sheriffs, bayliffs, constables, churchwardens, and other officers and ministers of the commonwealth : together with divers other matters not onely acceptable for their rarity, but also very necessary for their great use and profit, for all persons, but especially for such as bear office in this common-wealth / collected by Nicholas Collyn ...* , London : Printed by T.L. for Mathew VValbancke ..., 1655.

DEE, John. "John Dee his Mathematicall Preface". In: EUCLID. *The elements of geometrie of the most auncient philosopher Euclide of Megara. Faithfully (now first) translated into the Englishe tounge, by H. Billingsley, citizen of London. Whereunto are annexed certaine scholies, annotations, and inuentions, of the best mathematiciens, both of time past, and in this our age. With a very fruitfull praeface made by M. I. Dee, specifying the chiefe mathematicall scie[n]ces, what they are, and wherunto commodious: where, also, are disclosed certaine new secrets mathematicall and mechanicall, vntill these our daies, greatly missed.* Imprinted at London : By Iohn Daye, [1570].

DELAMAIN, Richard. *Grammologia, or, The mathematicall ring extracted from the logarythmes, and projected circular : now published in th[e] enlargement thereof unto any magnitude fit for use, shewing any reasonable capacity that hath not arithmeticke, how to resolve and worke, all ordinary operations of arithmeticke : and those that are most difficult with greatest facilitie, the extract on of rootes, the valuation of leases, &c. the measuring of plaines and solids, with the resolution of plaine and sphericall triangles applied to the practicall parts of geometrie, horo[l]ogographic, geographie, fortification, navigation, astronomie, &c, and that onely by an ocular inspection, and a circular motion / invented an[d] first published, by R. Delamain, teacher, and student of the mathematicks. , [S.l. : s.n.], 1630.*

DELAMAIN, Richard. *The making, description, and vse of a small portable instrument for ye pocket (or according to any magnitude) in forme of a mixt trapezia thus called a horizontall quadrant composed and prodused soly for the benefit and vse of such which are studious of mathematicall practice* Written and delivered by Delamain, student and teacher of the mathematickes. , London : Printed [by Thomas Cotes] for Richard Hawkins and are to be sold at his shop in Chancery lane neere Sarjants Inne, 1632.

DIGGES, Leonard. *A geometrical practise, named Pantometria diuided into three bookes, longimetra, planimetra, and stereometria, containing rules manifolde for mensuration of all lines, superficies and solides: with sundry straunge conclusions both*

by instrument and without, and also by perspectiue glasses, to set forth the true description or exact plat of an whole region: framed by Leonard Digges gentleman, lately finished by Thomas Digges his sonne. Who hathe also thereunto adioyned a mathematicall treatise of the fiue regulare Platonically bodies, and their Metamorphosis or transformation into fiue other equilater vniforme solides Geometricall, of his owne inuention, hitherto not mentioned of by any geometricians. , Imprinted at London : By Henrie Bynneman, Anno. 1571.

DOONE, John. "An Anatomy of the world". Disponível em: <<https://www.poetryfoundation.org/poems/44092/an-anatomy-of-the-world>> Acesso em: 20 jul 2019.

EDGAR, Thomas. *The lawes resolutions of womens rights: or, The lawes prouision for woemen A methodicall collection of such statutes and customes, with the cases, opinions, arguments and points of learning in the lawv, as doe properly concerne women. Together with a compendious table, whereby the chiefe matters in this booke contained, may be the more readily found. , London : Printed by [Miles Flesher for] the assignes of Iohn More Esq. and are to be sold by Iohn Groue, at his shop neere the Rowles in Chancery-Lane, over against the Sixe-Clerkes-Office, 1632.*

EDWARD, Thomas. *Gangraena: or A Catalogue and Discovery of many of the Errours, Heresies, Blasphemies and pernicious Practices of the Sectaries of this time.* London: Printed by T. r. and E. m. for Ralph Smith, 1646.

EUCLID. *The elements of geometrie of the most auncient philosopher Euclide of Megara. Faithfully (now first) translated into the Englishe tounge, by H. Billingsley, citizen of London. Whereunto are annexed certaine scholies, annotations, and inuentions, of the best mathematiciens, both of time past, and in this our age. With a very fruitfull praeface made by M. I. Dee, specifying the chiefe mathematicall scie[n]ces, what they are, and wherunto commodious: where, also, are disclosed certaine new secrets mathematicall and mechanicall, vntill these our daies, greatly missed.* Imprinted at London : By Iohn Daye, [1570].

FILMER, Sir Robert. *Patriarcha; of the Natural Power of Kings.* By the Learned Sir Robert Filmer Baronet (London: Richard Chiswell, 1680). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/221>> Acesso em: 09 nov. 2017.

FORTESCUE, John. "De natura legis naturae". In: FORTESCUE, John. *The works of Sir John Fortescue, Knight, Chief Justice of England and Lord Chancellor to King Henry the Sixth.* London: Printed for private distribution, 1869.

GIRAFFI, Alexander. *An exact historie of the late revolutions in Naples, and of their monstrous successes not to be parallel'd by any ancient or modern history / published by the Lord Alexander Giraffi in Italian ; and (for the rarenesse of the subject) rendred to English, by J.H., Esqr. , London : Printed by R.A. for R. Lowndes, 1650.*

HAKEWILL, George. *An apologie of the povver and prouidence of God in the gouernment of the world. Or An examination and censure of the common errour*

touching natures perpetuall and vniuersall decay diuided into foure bookes: whereof the first treates of this pretended decay in generall, together with some preparatiues thereunto. The second of the pretended decay of the heauens and elements, together with that of the elementary bodies, man only excepted. The third of the pretended decay of mankinde in regard of age and duration, of strength and stature, of arts and wits. The fourth of this pretended decay in matter of manners, together with a large prooffe of the future consummation of the world from the testimony of the gentiles, and the vses which we are to draw from the consideration thereof. By G.H. D.D. , Oxford : Printed by Iohn Lichfield and William Turner, printers to the famous Vniversity, Anno Dom. 1627.

HARRINGTON, James. “The Art of Lawgiving”. In: _____. *The Political Works of James Harrington*. Cambridge University Press, 2010.

HARRINGTON, James. “The Commonwealth of Oceana”. In: _____. *The Commonwealth of Oceana and A System of Politics*, Cambridge University Press, 1992.

HARVEY, John. *[Leape yeere. A compendious prognostication for the yeere of our Lorde God. M. D. LXXXIII. Collected by Iohn Haruey, wherein his opinion, touching the state and condition of the same yere, is briefly set downe, according to the best rules and grounds in astrologie. Directed to his very good and curtuous friende, M. Thomas Meade.]* , [Imprinted at London : By Richarde Watkins and Iames Robertes, [1584]]

HARVEY, Richard. *An astrological discourse vpon the great and notable coniunction of the tvvo superiour planets, Saturne & Iupiter, which shall happen the 28 day of April, 1583. With a briefe declaration of the effectes, which the late eclipse of the sunne 1582. is yet heerafter to woorke. / Written newly by Richard Harvey: partely, to supplie that is wanting in co[m]mon prognostications: and partely by praediction of mischiefes ensuing, either to breed some endeuour of preuention by foresight, so farre as lyeth in vs: or at leastwise, to arme vs with pacience beforehande..* , At London, : Imprinted by Henry Bynneman., Anno Domini. 1583.

HEALE, William. *An apologie for vvomen. Or An opposition to Mr. Dr. G. his assertion Who held in the act at Oxforde. anno 1608. that it was lawfull for husbands to beate their wiues.* By W.H. of Ex. in Ox. , At Oxford : Printed by Ioseph Barnes printer to the Vniversitie, 1609

HERÓDOTO. “Livro III – Tália”. In: _____. *História*. eBooksBrazil, 2006.

HERODOTUS. *The famous hystory of Herodotus Conteyning the discourse of dyuers countreys, the succession of theyr kyngs: the actes and exploytes atchieued by them: the lavves and customes of euery nation: with the true description and antiquitie of the same. Deuided into nine bookes, entituled vvith the names of the nine Muses.* , At London : Printed by Thomas Marshe, 1584.

HEYLYN, Peter. *The rebells catechism composed in an easy and familiar way to let them see the heinousness of their offence, the weakness of*

their strongest subterfuges, and to recal them to their duties both to God and man.
Printed, 1643.

HOBBS, Thomas. *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HOPTON, Arthur. *Baculum geodaeticum, sive viaticum, or, The geodeticall staffe containing eight bookes, the contents whereof followe after the epistles / newly deuised, practised, and published by Arthur Hopton ...* , At London : Printed by Nicholas Okes for Simon Waterson, dwelling at the signe of the Crowne in S. Pauls Church-yard, 1610.

HOPTON, Arthur. *Hopton 1607 an almanack and prognostication for this year 1607, being third after leap year : commodious for many, and comendable for any ... / faithfully supputated by Arthur Hopton ...* , Imprinted at London : For the Company of Stationers, [1607].

HOPTON, Arthur. *Hopton 1608 an almanacke for this present yeare of our redemption 1608, being leape yeare : rectified especially for the meridian and latitude of the famous towne of Shrewsbury, indifferently seruing the west parts and generally agreeing to the south part of Great Brittain / written by Arthur Hopton ...* , Imprinted at London : For the Company of Stationers, [1608]

HOPTON, Arthur. *Hopton 1610 an almanack and prognostication, for this present yeare 1610, being the second from the leape yeare : rectified most especially to the meridian & latitude of the worthy towne of Shrevvsbury, aptly seruing all the adiacent shires, indifferently the south parts of Great Brittain, and generally the whole continent / by Arth. Hopton ...* , Imprinted at London : For the Company of Stationers, [1610].

House of Commons Journal Volume 1: 23 March 1604 (2nd scribe). *Journal of the House of Commons: Volume 1, 1547-1629*. Originally published by His Majesty's Stationery Office, London, 1802. Disponível em: < <http://www.british-history.ac.uk/commons-jrnl/vol1/23-march-1604-2nd-scribe>> Acesso em: 09 nov. 2017.

HOWELL, James. *A letter to the Earle of Pembroke concerning the times, and the sad condition both of Prince and people* , [London : s.n.], 1647 [i.e. 1648].

HOWELL, James. *Down-right dealing, or The despised Protestant speaking plain English to the Kings most excellent Majesty the honourable houses of Parliament. The city of London. The Army. And all other peace-desiring commons of this divided and self-destroying kingdome. / Written by J.H. an impartiall observer of the present transactions of the court, city, and camp.* , [London : s.n.], Printed in the year of discoveries. 1647.

HUME, David. *The History of England from the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688*, Foreword by William B. Todd, 6 vols. (Indianapolis: Liberty Fund

1983). Vol. 6. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/hume-the-history-of-england-6-vols>> Acesso em: 20 jan. 2017.

IRELAND, Thomas. *The oath of allegiance defended by a sermon preached at a synode in the Metropolitall Church of Yorke; by Thomas Ireland, Bachelour in Diuinitie*. London : Printed by Nicholas Okes for Edward Aggas, and are to be sold at his shop vpon Snore hill neere Holborne Conduit, 1610,

JAMES I. *An apologie for the oath of allegiance First set fourth vwithout a name: and now acknowledged by the author, the right high and mightie prince, Iames, by the grace of God, King of Great Britaine, France and Ireland; defender of the faith, &c. Together with a premonition of his Maiesties, to all most mightie monarches, kings, free princes and states of Christendome*. Imprinted at London . By Robert Barker, printer to the King most excellent Maiestie, April 8. Anno 1609.

JAMES I. *Triplici nodo, triplex cuneus. Siue Apologia ro iuramento fidelitatis aduersus duo breuia P. Pauli Quinti, & epistolam Cardinalis Bellarmini, ad G. Blackuellum Archipresbyterum nuper scriptam. Autoritate regiâ*. Londini : Excudebat Robertus Barkerus, illustrissimae Regiae Maiestatis typographus, 1607.

JAMES VI AND I. “The Trew law of Free Monarchies”. In: _____. *Selected Writings*. Edited by: RHODES, Neil; RICHARDS, Jennifer; MARSHALL, Joseph. London; New York; Routledge, 2003.

LEIGH, Edward. *A philologicall commentary, or, An illustration of the most obvious and useful words in the lavv with their distinctions and divers acceptations, as they are found as well in reports antient and modern as in records and memorials never printed : usefull for all young students of the law / by Edward Leigh ...* , London : Printed by A.M. for Charles Adams, and are to be sold at his shop ..., 1658.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MACKINTOSH, Sir James. *Vindiciae Gallicae and Other Writings on the French Revolution*. edited and with an Introduction by Donald Winch (Indianapolis: Liberty Fund, 2006). Disponível em <<http://oll.libertyfund.org/titles/mackintosh-vindiciae-gallicae-and-other-writings-on-the-french-revolution>> Acesso em: 22 jan. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLAR, John. *An Historical View of the English Government, From the Settlement of the Saxons in Britain to the Revolution in 1688*, in four volumes, edited by Mark Salber Philips and Dale R. Smith, introduction by Mark Salber Philips (Indianapolis: Liberty Fund, 2006). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/millar-an-historical-view-of-the-english-government>> Acesso em: 20 jan. 2017.

MILTON, John. *Areopagítica: Discurso Sobre a Liberdade de Expressão*. Almedina, 2009.

MILTON, John. *Paradise Lost*. New York: Dover Publications, 2005.

MOLESWORTH, Robert. *An Account of Denmark, With Francogallia and Some Considerations for the Promoting of Agriculture and Employing the Poor*, Edited and with an Introduction by Justin Champion (Indianapolis: Liberty Fund, 2011). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/solesworth-an-account-of-denmark-with-francogallia-and-some-considerations-for-the-promoting-of-agriculture-and-employing-the-poor>> Acesso em 20 jan. 2017.

MONTAIGNE, Michel de. *Essays of Montaigne, vol. 1*. Trans. Charles Cotton, revised by William Carew Hazet, New York: Edwin C. Hill, 1910. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/montaigne-essays-of-montaigne-vol-1>> Acesso em: 15 fev 2019.

MONTAIGNE, Michel de. *Essays of Montaigne, vol. 4*. Trans. Charles Cotton, revised by William Carew Hazet, New York: Edwin C. Hill, 1910. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/montaigne-essays-of-montaigne-vol-1>> Acesso em: 10 fev 2019.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PAINE, Thomas. *The rights of Man*. London: W.T. Sherwin, 1817.

PLATÃO. *A República: ou sobre a justiça, diálogo político*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

POLYBIUS. *The histories of the most famous and worthy cronographer Polybius discoursing of the warres betwixt the Romanes [and] Carthaginenses [...]*. Imprinted at London: By Henry Bynneman for Thomas Hacket. And are to be sold at his shoppe in Paules Churchyard at the signe of the Key, [1568]; POLYBIUS. *The history of Polybius the Megalopolitan The five first bookes entire: with all the parcels of the subsequent bookes vnto the eighteenth, according to the Greeke originall [...]*. London: Printed by Nicholas Okes for Simon Waterson, 1633.

PRICE, Richard. *A Discourse on the Love of Our Country, delivered on Nov. 4, 1789, at the Meeting-House in the Old Jewry, to the Society for Commemorating the Revolution in Britain. With an Appendix*. Second edition (London: T. Cadell, 1789). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/price-a-discourse-on-the-love-of-our-country>> Acesso em: 22 jan. 2017.

PRYNNE, William. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized To preserve our native country, kingdom, legal government, Church, parliaments, laws, liberties, privileges of Parliament, and Protestant religion from*

ruine, scandal, and perpetual infamy; to reform, reclaim all Jesuit-ridden seduced republicans, officers, soldiers, sectaries, heretofore, or now engaged in the prosecution of this misintituled good old cause, from any future pursute thereof, and engage them for ever to abominate it, as apparently tending to publike ruin, their own temporal and eternal condemnation, infamy, our religions reproach, in present and succeeding ages. By William Prynne Esq; a bencher of Lincolns Inne. , [London : s.n.], Printed in the year of our Lord, 1659.

Revolution of 1688-1689 (Tercentenary)”, In : HC Deb 07 July 1988 vol 136 cc1233-63. Disponível em: <<http://hansard.millbanksystems.com/commons/1988/jul/07/revolutions-of-1688-89-tercentenary>> Acesso em: 27 jun. 2017.

ROY, Loys le. “To the most Christian King, Henrie King of France and Polalend, the third of that name”. In: ARISTOTLE. *Aristotles politiques, or Discourses of gouernment. Translated out of Greeke into French, with expositions taken out of the best authours [...]* At London: Printed by Adam Islip, Anno Dom. 1598.

SHAKESPEARE, William. “Anthony and Cleopatra”. In: ORGEL, Stephen; BRAUNMULLER, A.R. *The Complete Pelican Shakespeare*. New York: Penguin, 2002.

SHAKESPEARE, William. “The Sonnets – 59”. In: ORGEL, Stephen; BRAUNMULLER, A.R. *The Complete Pelican Shakespeare*. New York: Penguin, 2002.

SHAKESPEARE, William. “The Tragical History of Hamlet Prince of Denamark”. In: ORGEL, Stephen; BRAUNMULLER, A.R. *The Complete Pelican Shakespeare*. New York: Penguin, 2002.

SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Hamlet Príncipe da Dinamarca*; tradução Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Livraria José Olympio Editôra, 1955.

SHAKESPEARE, William. *Henrique V*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Vol. 2*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

T.B. *The rebellion of Naples or the tragedy of Massenello· commonly so called: but rightly Tomaso Aniello di Malfa Generall of the Neopolitans. Written by a gentleman who was an eye-witnes where this was really acted upon that bloody stage, the streets of Naples. Anno Domini MDCXLVII. , Printed at London : for J.G. & G.B at Furnivals-Inne Gate in Holborne, MDCIL. [1649].*

TAISNIER, Jean. *A very necessarie and profitable booke concerning nauigation, compiled in Latin by Ioannes Taisnierus, a publice professor in Rome, Ferraria, & other uniuersities in Italie of the mathematicalles, named a treatise of continuall motions. Translated into Englishe, by Richard Eden. The contents of this booke you*

shall finde on the next page folowyng , Imprinted at London : By Richard Iugge, [1575?].

TAYLOR, John. *A iuniper lecture With the description of all sorts of women, good, and bad: from the modest to the maddest, from the most civil, to the scold rampant, their praise and dispraise compendiously related. Also the authors advice how to tame a shrew, or vexe her.* , London : Printed by I[ohn] O[kes] for William Ley, and are to be sold at his shop in the Pauls Churchyard, neare Pauls Chaine, 1639.

TAYLOR, John. *A plea for prerogative, or, Give Caesar his due being the wheele of fortune turn'd round, or, the world turned topsie-turvie : wherein is described the true subjects loyalty to maintain His Majesties prerogative and priviledges of Parliament /* by Thorny Aylo, alias, John Taylor. Imprint: London : Printed for T. Bankes, 1642.

TAYLOR, John. *Mercurius melancholicus, for King Charles the Second. Against those bloody usurpers, tyrants, and traytors, of the juncto and army; communicating impartially, their unparalel'd proceedings, the variety of humors, and truth of affaires from all parts.* Imprint: [London : s.n.], Printed in the yeere 1649.

TAYLOR, John. *Mercurius Nonsencicus, written for the vse of the simple vnderstander* by John Taylor. Imprint: [London? : s.n.], 1648.

TAYLOR, John. *Mercurius pacificus, his lectures of concord seasonably read to our destructive discords, from smal [sic] sparks to greatflames [sic], now in hope to be quencht by a treaty of peace.* Imprint: [London : s.n.], Printed 1648.

TAYLOR, John. *Nonsense upon sence: or Sence, upon nonsense chuse you whether, either or neither : the second part to the same sence, and for the same reasons aleadged in the former impression : in longitude, latitude, crassitude, magnitude, and amplitude, lengthened, widened, enlarged, augmented, encreased, made wider, and sider, by the addition of letters, sillables, words, lines, and far fetch'd sentences / written upon white paper, in a browne study, betwixt Lammas day and Cambridge, in the yeare aforesayd, beginning at the end, and written by John Taylor at the Signe of the poore Poets Head, in Phenix Alley, neare the middle of Long Aker, or Covent Garden.* Imprint: [London? : s.n., 1651?].

TAYLOR, John. *Peace, peace, and we shall be quiet. Or, Monarchie asserted, the Kings right vindicated, and the present government of the church proved to be one and the same with that in the primitive times. All which assertions are composed for the regulating of distracted minds, and satisfying of tender consciences, or misled in their opinions.* / By J.T. Gent. Imprint: London, : Printed for William Ley., 1647.

TAYLOR, John. *The anatomy of the separatists, alias, Brownists the factious brethren in these times, wherein this seditious sect is fairely dissected, and perspicuously discovered to the view of world : with the strange hub-bub, and formerly unheard of hurly-burly, which those phanatick and fantastick schismatiks made on Sunday ... the 8*

of May ... at the sermon of the Right Rev. Father in God, Henry, Bishop of Chichester.
Imprint: London : [s.n.], 1642..

TAYLOR, John. *The causes of the diseases and distempers of this kingdom; found by feeling of her pulse, viewing her urine, and casting her water. The remedies are left to the skill and direction of more able and learned physitians.* / Written by John Taylor.
Imprint: [Oxford : s.n.], Printed, 1645.

TAYLOR, John. *The diseases of the times, or, The distempers of the common-wealth succinctly describing each particular disease wherin the kingdome is troubled : contracted into these heads viz. 1. the immedicable tumour of faction : 2. the strange diffusuion of Brownianisme : 3. the stupendeous inundation of heresie : 4. the desperate swelling of obstinacy : 5. the dangerous disease of feminine divinity : 6. the aspiring ambition of presumption : 7. the audacious height of disobedience : 8. the painted deceitfulness of hypocrisie.* Imprint: London : Printed for R.T., [1642].

TAYLOR, John. *The world turn'd upside down, or, A briefe description of the ridiculous fashions of these distracted times by T.J., a well-willer to King, Parliament, and kingdom.* , London : Printed for John Smith, 1647.

TURNBULL, Charles. *A perfect and easie treatise of the vse of the coelestial globe written as well for an introduction of such as bee yet vnskilfull in the studie of astronomie: as the practise of our countriemen, which bee exercised in the art of nauigation. Compiled by Charles Turnebull: And set out with as much plainnes as the author could: to the end it might of euere man be vnderstoode.* , Imprinted at London : For Symon Waterson, 1597.

VAULT, Moses à. *The husband's authority unvail'd; wherein it is moderately discussed whether it be fit or lawfull for a good man, to beat his bad wife. Some mysteries of iniquity are likewise unmasked, and a little unfolded. A subject, to some, perhaps, as unwelcom as uncoth.* / From an inner cloyster of the Temple; by Moses à Vauts a faithfull votary, and free denizen of the Common-wealth of Israel. , London : Printed by T.N. for Robert Bostock at the sign of Kings-head in Pauls Church-yard, 1650.

VIEIRA, Antonio. *Os Sermões do Padre Antonio Vieira.* Tomo IX. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856.

VINCENT, Philip. *The lamentations of Germany Wherein, as in a glasse, we may behold her miserable condition, and reade the woefull effects of sinne. Composed by Dr Vincent Theol. an eye-witnesse thereof; and illustrated by pictures, the more to affect the reader. Hereunto are added three letters, one whereof was sent to the Dutch consistory in London, under the hand and seales of 14. distressed ministers of Swyburggen in Germany.* , London : Printed by E. G[riffin] for Iohn Rothwell, and are to be sold at the signe of the Sunne in St. Pauls Church-yard, 1638.

VOLTAIRE. *Letters on England.* The Pennsylvania State University, 2002.

WILKES, John. *The correspondance of the late John Wilkes with his friends*. London: J. Taylor, Black Horse Court., 1805.

WRIGHT, Edward. *Certain errors in navigation detected and corrected by Edw. Wright ; with many additions that were not in the former editions.* , London : Printed by Joseph Moxon, and sold at his shop ..., 1657.

FONTES ICONOGRÁFICAS

RUBENS, Peter Paul. *Minerva protects Pax from Mars ('Peace and War')*. Disponível em: <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/peter-paul-rubens-minerva-protects-pax-from-mars-peace-and-war>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

RUBENS, Peter Paul. *The horrors of War*. Disponível em: < <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/after-peter-paul-rubens-the-horrors-of-war>> Acesso em: 09 nov. 2016.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

ARTFL *Encyclopédie Project*. “Guerre”, vol. 7, 1757, Disponível em:< <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.6:1652.encyclopedie0513>> Acesso em: 20 jan. 2017.

ARTFL *Encyclopédie Project*. “Révolution”, vol. 14, 1765. Disponível em: <<http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.6:1652.encyclopedie0513>> Acesso em: 20 jan. 2017.

CHAMBERS, Ephraim. *Cyclopaedia volume 2*. Disponível em: http://en.wikisource.org/wiki/Page:Cyclopaedia,_Chambers_-_Volume_2.djvu/631 Acesso em: 01 out. 2014.

COTGRAVE, Randle. *A Dictionarie of the French and English Tongues*. “Revolution”. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39712> Acesso em: 01 out. 2014.

HOLLYBAND, Claude. *A Dictionarie French and English: Published for the benefite of the studious in that language: Gathered and set forth by Claudius Hollyband*. “revolution”. Disponível em: < leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=205-17721> Acesso em: 22 abr. 2017.

JOHNSON, Samuel. *A Dictionary of the English Language: A Digital Edition of the 1755 Classic by Samuel Johnson*. Edited by Brandi Besalke. Last modified: March 17, 2014. Disponível em: <<http://johnsonsdictionaryonline.com/?p=19538>> Acesso em: 01 out 2014.

KERSEY, John. *English Dictionary* (1702). Consultado em: Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=834-16883 Acesso em: 01 out. 2014.

PHILLIPS, Edward. *The new world of words* (1720). Disponível em: https://archive.org/details/The_New_World_of_English_Words_Or_A_General_Dictionary. Acesso em: 01 out. 2014.

PHILLIPS, Edward. *The New World of English Words*. “revolution”. Disponível em: leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=497-10138 Acesso em: 22 abr. 2017.

THOMAS, Thomas. *Dictionarium Linguae Latinae et Anglicanae* (1587). “Revolutio”. Disponível em: leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm=179-30524. Acesso em: 22 abr. 2017.

BIBLIOGRAFIA

“Louis Le Roy”. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Louis_Le_Roy Acesso em 28 mai. 2017.

ACHINSTEIN, Sharon. “Texts in conflict: the press and the Civil War”. In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ALENCAR, Flávio Lemos. *A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime e a crítica de Francisco Suárez na Defensio Fidei*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, 2012.

AMARAL, António Campelo. *Cidadania e Revolução na Política de Aristóteles*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

ARMITAGE, David. “Empire and Liberty: A Republican dilemma”. In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

AUERBACH, Erich. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997.

BALTHAZAR, Hans Urs von. *O Coração do Mundo*. Porto, 1959.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter; LOWY, Michel. “Tese IX”. In: _____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005

- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- BURKE, Peter. “Tradition and Experience: The Idea of Decline from Bruni to Gibbon”. *Daedalus* , Vol. 105, No. 3, 1976.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURTT, Edwin Arthur. *Los fundamentos metafísicos de la Ciencia Moderna*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1960.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Typology in the Atlantic World: Early Modern Readings of Colonization”. In: BAILY, Bernard; DENAUL, Patricia. *Soundings in Atlantic history : latent structures and intellectual currents, 1500–1830*. London: Harvard University Press, 2009.
- CAPP, Bernard. “Askham [Ascham], Antony”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/730>> Acesso em: 05 maio 2017.
- CAPP, Bernard. “Godly Rule and English Millenarianism”. *Past and Present*, n. 52, 1971.
- CAPP, Bernard. “Harvey, Richard”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/12527>> Acesso em: 04 maio 2017.
- CAPP, Bernard. “Hopton, Arthur”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/13769?docPos=1>> Acesso em: 05 maio 2017.
- CHMELINOVÁ, Katarina. “On the *Consequences of War* by Peter Paul Rubens”. *Quart. N. 1* (31)/2014.
- COHEN, I. Bernard. “The Eighteenth-century Origins of the Concept of Scientific Revolution’. *Journal of History of Ideas*. Vol. 37, n. 2, 1976.
- CONDREN, Conal. *Argument and authority in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- D’ AMARAL, Catarina Costa. *A Invenção da Tolerância : Política e Guerras de Religião na França do Século XVI*. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- DARTON, Robert. ‘O beijo de Lamourette’. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010,
- DICKINSON, H. T. “The eighteenth-century Debate on the ‘Glorious Revolution’”. *History*. Vol. 61, no. 201 (1976).
- DOUGLAS, David C. “The End of An Age”. In: _____. *English Scholars*. London: Jonathan Cape LTD., 1943.

- DZELZAINIS, Martin. "Anti-monarchism in English Republicanism". In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002.
- ELLIOTT, J. H. "A Europe of Composite Monarchies". *Past and Present*. n. 137, 1992.
- ELLIOTT, J. H. "Court society in seventeenth century Europe: Madrid, Brussels, London". In: _____. *Spain, Europe and the Wider World 1500-1800*. New Haven, CT, USA: Yale University Press, 2009.
- ELLIOTT, J. H. "Europa después de la Paz de Westfalia". *Revista Pedralbes*, 19, 1999.
- ELLIOTT, J. H. "Self-Perception and Decline in Early Seventeenth-Century Spain". *Past & Present*, No. 74 (Feb., 1977).
- ELLIOTT, J. H.. "Self-Perception and Decline in Early Seventeenth-Century Spain". *Past & Present*, No. 74, 1977.
- ELLIOTT, J.H. "The Spanish Peninsula 1598-1648". In: COOPER, J. P. *The new Cambridge Modern History*. Vol. IV. The decline of Spain and the thirty years war. 1609- 48/59. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- FOUCAUT, Michel. *Vigiar e Punir: O Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FUSSNER, F. Smith. *The Historical Revolution: English historical writing and thought 1580-1640*. London: Routledge and Kegan Paul, 2010.
- HALE, John. "War and Opinion: War and Public Opinion in the Fifteenth and Sixteenth Centuries". *Past and Present*. Nº 22, Jul, 1962.
- HANSEN, João Adolfo. "Alguns preceitos da invenção e elocução metafórica de emblemas e empresas". *Revista Chilena de Literatura*, n. 85, 2013.
- HARRIS, Jonathan Gil. *Foreign Bodies and the body politic: discourse of social pathology in Early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HAZARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- HEALY, Margareth. *Fictions of Disease in Early Modern England. Bodies, Plagues and Politics*. New York: Macmillian Press, 2001.
- HESPANHA, A. M. "Ascensão e queda do imaginário imperial". *Penélope*. N. 6, 1991. N.15, 1995.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas Sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

HILL, Christopher, “A Bourgeois Revolution?”, In:POCOCK. J. G. A. (ed.). *Three Britain Revolutions: 1641, 1688, 1776*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

HILL, Christopher. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. *O Século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HILL. Christopher. *The Antichrist in seventeenth-century England*. London: Verso, 1990.

KASTAN, David Scott. “Proud Majesty Made a Subject: Shakespeare and the Spectacle of Rule“. *Shakespeare Quarterly*, Vol. 37, 1996 (4).

KINGDON, Robert. “Calvinism and resistance theory, 1550-1580”. In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAIRD, Edgard S.. “Astrology and Irony in Chaucer’s “Complaint of Mars”. *The Chaucer Review*, Vol. 6, No. 3 (Winter, 1972).

LAMONT, William. *Godly Rule: politics and religion 1603-1660*. London: Macmillan St Martin’s Press, 1969.

LARROSA, Jorge. “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr 2002, n.19.

LAVOIE, Andrew, “The historiography of the Glorious Revolution from David Hume’s History of England to Steven Pincus’ 1688: The First Modern Revolution”. Disponível em:

<https://www.academia.edu/8468109/The_historiography_of_the_Glorious_Revolution_from_David_Hume_s_History_of_England_to_Steven_Pincus_1688_The_First_Modern_Revolution> Acesso em. 15 jun. 2017.

LE GOFF, Jacques. “Decadência”. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990,

LIEBEL, Silvia. *O mundo às avessas na Europa dos séculos XVI e XVII humor, sandice e crítica social*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2006

LIMA, Luís Filipe Silvério. "Between the New and the Old World: Iberian Prophecies and Imperial Projects in the Colonisation of the Early Modern Spanish and Portuguese Americas". In: Andrew Crome. (Org.). *Prophecy and Eschatology in the Transatlantic World, 1550–1800*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2016.

MACAULAY, Thomas Babington. *The History of England: From the Accession of James I*. Vol. II, London: J. M. Dent & Sons Ltda., 1953.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARQUES, Danilo Araujo. "No Future: esboços para uma ação política no 'novo tempo do mundo'". *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 21, agosto, 2016.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Família, soberania e monarquias na República de Jean Bodin". In: BICALHO, M. F; FERLINI, V.L.A.. *Modos de Governar*. São Paulo: Alameda, 2005.

MUDROVICIC, María Inés. "Historical Narrative as a Moral Guide and the present as History as an Ethical Project". *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 21, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. "Apresentação – Dossiê História e cultura histórica no alvorecer da época moderna (séculos XIV-XVII)". *Anos 90*. v. 21, n. 39 (2014).

NICOLAZZI, Fernando. "Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna". *Varia hist.* vol.26 no.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010.

OAKESHOTT, Michael. El racionalismo en la política. In:____. *El racionalismo en la política y otros ensayos*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

OAKLEY, Francis. "Christian obedience and authority, 1520-1550". In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ORR, D. Alan. *Treason and State: Law, politics and ideology in the English Civil War*. Cambridge University Press, 2002.

PAGDEN, Anthony. "Fellow citizens and Imperial, subjects: Conquest and Sovereignty in Europe's overseas empires". *History and Theory. Theme issue 44*. (December 2005)

- PARKER, Geoffrey (Ed.). *The Thirty Years' War*. London: Routledge, 2006.
- PINCUS, Steve. *1688: the first modern revolution*. London: Yale University Press, 2009.
- POCOCK, J. G. A. "Burke and the Ancient Constitution – a Problem in the History of Ideas". *Historical Journal*, 3, 1960.
- POCOCK, J. G. A. "Conclusion: 1688 in the History of Historiography". In: _____. *The Ancient Constitution and the Feudal Law: a study of English historical thought in the seventeenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- PUJOL, Xavier Gil. "Un Rey, Una Fe, muchas naciones: Patria y nación en la España de los siglos XVI y XVII". In: ALVARIÑO, A. A.; GARCÍA, B.J. G. *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Madrid: Fundación Carlos Amberes, 2004.
- PUJOL, Xavier Gil. "Imperio, Monarquía Universal Equilibrio: Europa y la Política Exterior en el Pensamiento Político Español de los Siglos XVI Y XVII. In: Dipartimento Di Sceze Storiche. Perugia, 1996.
- RIBEIRO, Renato Janine. "Apresentação". In: HILL, Christopher. *O mundo de pontacabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RICHARDSON, R. C.. *The Debate on the English Revolution*. New York: Palgrave Inc., 1998.
- ROBERTS, R. Julia. "John Dee". In: *ODNB*. Disponível em: < <http://www.oxforddnb.com/view/article/7418?docPos=1> > acesso: 02 mai 2017.
- SALMON, J. N. H. "Catholic resistance theory, Ultramontanism, and the royalist response, 1580-1620". In: BURNS, J. H.; GOLDIE, Mark. *The Cambridge History of Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SALMON, J.N.H. *The French religious wars in English Political thought*. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. "A medicalização do corpo político: a análise médica como método do debate político em *Diapoliteia* de John Rogers". *Escritas*. Vol. 6 n. 2 (2014).
- SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. "Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a guerra civil e Interregno na Inglaterra (1640-1660)". *Revista 7 mares*, n.2, abril 2013.

- SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Regicídio e inação em Hamlet: consequências e estratégias”. In: CLOSEL, Régis Augustus Bars; MARIN, Ronaldo (org.). *Shakespeare 450 anos*. São Paulo: Instituto Shakespeare Brasil: BMA Edições, 2015.
- SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Revoluciones y crisis del siglo XVII”. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 2016, vol. 28.
- SCHWOERER, Lois G. (ed.). *The Revolution of 1688-1689: Changing Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política sobre os métodos históricos*. Algés: Difel, 2005.
- SMITH, Nigel. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994.
- SOARES, José Miguel Nanni. “Introdução”. In: BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- SPECK, W. A., *Reluctant Revolutionaries: Englishmen and the Revolution of 1688*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.
- SUTTON, C. W.; JOHNSTON, Stephen. “Feild [Felde], John”. In: ODNB. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/9388?docPos=1>> Acesso em: 05 maio 2017.
- THOMASSEN, Bjorn. “Notes toward na Antropology of Political Revolutions”. *Comparative Studies in Society and History*. 54 (3), 2012.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON. E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, M. P. “The Idea of Conquest in Controversies Over the 1688 Revolution”. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 38, No. 1, 1977.

WARD, David. “The King and Hamlet”. *Shakespeare Quarterly*, vol. 43, 1992(3).

WHITE, Hayden V. *The Pratical Past*. Evanton: Northwestern University Press, 2014.

WORDEN, Blair. “Republicanism, Regicide and Republic: The English Experience”. In: GELDEREN, Martin Van; SKINNER, Quentin. *Republicanism: a shared European heritage. Volume I*. Cambridge Press, 2002.

ZALLER. Robert. “The Figure of the Tyrant in English Revolutionary Thought”. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 54. No. 4 (1993).

DICIONÁRIOS, BIOGRAFIAS, PLATAFORMAS E BÍBLIAS

OED: Oxford English Dictionary. “revolution”. Disponível em: <<http://www.oed.com/view/Entry/164970?rskey=z8Yux5&result=1#eid>> Acesso em: 20 abr. 2017.

Bíblia Português – King James Atualizada. “Eclesiastes 1. 9”. Disponível em:< [http:// bibliaportugues.com/kja/ecclesiastes/1.htm](http://bibliaportugues.com/kja/ecclesiastes/1.htm)> Acesso em: 02 jul. 2017.

EEBO – *Early English Books Online*. Disponível em: <eebo.chadwyck.com/home> Acesso em: 01 jun. 2017.

British History Online. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/>> Acesso em:01 jun. 2017.

LEME – *Lexicons of Early Modern English*. Disponível em: < <http://leme.library.utoronto.ca/>> Acesso em:01 jun. 2017.

Bíblia Português – King James Atualizada. “Gênesis 1”. Disponível em: <<http:// bibliaportugues.com/kja/genesis/1.htm>> Acesso em: 04 nov. 2017.

Bíblia Português – King James Atualizada. “Romanos 13”. Disponível em: <<http:// bibliaportugues.com/kja/romans/13.htm>> Acesso em: 04 nov. 2017.

Bíblia Português – King James Atualizada. “Provérbios”; ver Provérbios: 11:14; 15:22; 20:18. Disponível em: <<https://bibliaportugues.com/kja/proverbs>> Acesso em: 30 abr. 2019.

APÊNDICE

Entre 1641 e 1660, a Inglaterra vivenciou um relativo espaço de liberdade de discussão política e publicação de textos com a queda da censura governamental e eclesiástica. Como indicam Peter Burke e Asa Briggs, a Restauração da monarquia, em maio de 1660, “apresentou a seus arquitetos um problema comum em tais situações: o retorno de um sistema relativamente aberto para um fechado”.⁴²⁰ Em 1662, o *Licensing of the Press Act* seria promulgado, procurando controlar a prensa e a publicação de textos sediciosos. Após o pico panfletário de 1660 que antecedeu e sucedeu a Restauração é possível perceber uma queda considerável no número de publicações com a nova configuração política. Como pode ser observado no gráfico abaixo, construído a partir do número de entradas anuais de textos presentes na plataforma *Early English Books Online* (EEBO), a década de 1660 marca um declínio considerável, só alterado no fim dos anos 1670 e início de 1680:⁴²¹



Gráfico 2 – Quantidade de textos publicados por ano com entrada na plataforma EEBO.

⁴²⁰ BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Op. Cit., p. 97.

⁴²¹ Disponível em: <<http://eebo.chadwyck.com/home>> Acesso em: 16 jul.2013. Aqui é importante fazer uma observação. As entradas que temos na plataforma EEBO e que utilizei para construir o gráfico nos dão uma boa base para compreender o volume da publicação de textos por ano. No entanto é necessário reconhecer suas limitações.

Ainda, pelo gráfico, podemos perceber que a quantidade de textos publicados até 1640, com raras exceções, dificilmente ultrapassava a casa dos mil títulos. No entanto, com o fechamento da *High Commision e da Star Chambers*, órgãos de controle da Inglaterra seiscentista, o número de registros passaria por uma visível ascensão. Atingiria 2.956 já em 1641 e, com o início da Guerra Civil, chegaria a 5.737 em 1642. Após esse período, auge absoluto no número de obras impressas por todo o século XVII, se observa uma acentuada queda no espectro de publicações. A quantidade de textos impressos voltaria a ser significativa apenas em 1648, no contexto das discussões sobre a prisão e julgamento do rei.

Após a morte do monarca o número de textos voltaria a cair outra vez. Um novo crescimento é observado somente em 1653, no ambiente da dissolução do Parlamento da *Commonwealth* e da convocação do Pequeno Parlamento, ou *Barebones*, como ficou conhecido. Com a ascensão de Oliver Cromwell a Lorde Protetor, se percebe uma média baixa se comparada às épocas anteriores. Aproximadamente 1.582 obras teriam sido publicadas anualmente em seus cinco anos de governo, talvez, devido à reinstalação da censura em 1655.⁴²² Durante o Interregno, o volume de impressos só seria realmente significativo novamente em 1659, com um novo período de liberdade de prensa londrina. A queda do controle estatal sobre a publicação de texto, precedida em algumas semanas à dissolução do Parlamento de Richard Cromwell, marcaria a agitação pela *Good Old Cause* e pela *Commonwealth*, que foi, sem dúvida, um dos principais motivos do enfraquecimento do Lorde Protetor e do retorno do Parlamento dissolvido em 1653. Aproveitando-se do vácuo político e da relativa liberdade de imprensa, diversos panfletos emergiram no âmbito público, defendendo as mais distintas propostas políticas: da monarquia à teocracia. Nesse ano é atingido o auge no número de textos publicados, 2.489, índice incomparável com qualquer outro período posterior à morte do Rei.

⁴²² Christopher Hill nos diz que “a partir de setembro nenhuma notícia poderia ser legalmente publicada sem a permissão de Thurloe. [secretário de Cromwell]. Foram-se os dias exuberantes das discussões livres. Agora os panfletos da oposição só podiam circular ilegalmente”. HILL, Christopher. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. Op. Cit., p. 133-134.